



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO  
Rua Prof. Aristides Novis, nº197 - CEP: 40210-909 – Federação – Salvador-BA  
Tel.: (71)3331-2755 – Site: <http://www.ppgneim.ufba.br> - E-mail: [ppgneim@ufba.br](mailto:ppgneim@ufba.br)

**MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA:  
Trajetória social e política de mulheres negras candidatas às eleições municipais  
de Salvador (2008 - 2012)**

Maísa Maria Vale

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras

Salvador - BA  
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO  
Rua Prof. Aristides Novis, nº197 - CEP: 40210-909 – Federação – Salvador-BA  
Tel.: (71)3331-2755 – Site: <http://www.ppgneim.ufba.br> - E-mail: [ppgneim@ufba.br](mailto:ppgneim@ufba.br)

**MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA:  
Trajetória social e política de mulheres negras candidatas às eleições municipais  
de Salvador (2008 - 2012)**

**Maísa Maria Vale**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – FFCH, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, sob a orientação das.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Alice de Alcântara Costa (2012 – 2013).

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras (2013 – 2014).

Salvador - BA  
2014

**Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA**

---

Vale, Maísa Maria

Mulheres Negras na Política: Trajetória social e política de mulheres negras às eleições municipais de Salvador (2008 – 2012) / Maísa Maria Vale. – Salvador, 2014.  
185 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lina Maria Brandão de Aras

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mulheres negras. 2. Feminismos - Identidades. 3. Política. I. Aras, Lina Maria Brandão de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

---

MAÍSA MARIA VALE

[Digite texto]

**MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA:  
Trajetória social e política de mulheres negras candidatas às eleições municipais  
de Salvador (2008 - 2012)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

**Banca Examinadora**



Profª Drª Lina Maria Brandão de Aras – Orientadora  
Doutora em História pela Universidade de São Paulo – USP  
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Profª Drª Elisabete Aparecida Pinto – Examinadora  
Doutora em Psicologia Social – PUC/SP  
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Profª Drª Maria Nazaré Mota de Lima – Examinadora  
Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia – UFBA  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Salvador - BA  
2014



### ATA DA SESSÃO DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Às nove horas do dia vinte de maio de dois mil e catorze teve início a defesa da Dissertação de Mestrado intitulada "Mulheres negras na política: trajetória social e política de mulheres negras candidatas às eleições municipais de Salvador (2008-2012)" de autoria da aluna MAÍSA MARIA VALE regularmente matriculada sob o número 212115478 no Curso de Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM da Universidade Federal da Bahia, área de concentração: *Mulheres, Gênero e Feminismo* e Linha de Pesquisa *Gênero, Identidade e Cultura*. A defesa foi apresentada na sala de aulas do NEIM sito na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, à Estrada de São Lázaro, 197, Salvador-Bahia. Após a apresentação da dissertação, e, com base no desempenho da aluna em relação à: apresentação, defesa e avaliação geral do estudo, a Comissão Examinadora, emitiu o seguinte parecer:

A dissertação apresenta objeto bem definido, ancorado em um aparato teórico-metodológico apropriado, apresentando o resultado de uma pesquisa consistente e que abre novas possibilidades de estudos. O texto final deverá passar por uma revisão e deverá ser encaminhado para publicação. //

Diante do exposto, a Comissão Examinadora considerou a dissertação *Aprovada*. Na forma regulamentar, esta ata, lavrada pela Comissão Examinadora, será assinada por suas componentes e pela aluna examinada. Este se compromete com a entrega da versão final atualizada ao Colegiado no prazo máximo de 60 dias.

Salvador 20 de maio de 2014

Profª. Drª. Lina Maria Brandão de Aras (Orientadora e Presidenta da Sessão) *Lina Maria Brandão de Aras*

Profª. Drª. Maria Nazaré Mota de Lima (UNEB - 1ª examinadora) *Maria Nazaré Mota de Lima*

Profª. Drª. Elizabete Aparecida Pinto (UFBA - 2ª examinadora) *Elizabete Aparecida Pinto*

Maísa Maria Vale (Aluna Examinada) *Maísa Maria Vale*

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL  
FFCH/UFBA

*Para minha mãe Georgina Maria Vale que se foi antes de vibrarmos juntas mais esta conquista, com seus exemplos diários de sabedoria e persistência, nos fez acreditar em nossos sonhos.*

*A meu pai Valentim Martins Vale pelo censo de dignidade e justiça que até hoje pautam a minha vida.*

*A Antonio Paixão, querido companheiro em significativas jornadas, por me ajudar a compreender melhor os bastidores da política.*

*A Thaísa – aquela que se admira – minha amada filha e as interlocutoras deste estudo que, num gesto de generosidade, possibilitaram este difícil resgate.*

## AGRADECIMENTOS

Sem o apoio e colaboração de muitas pessoas com quem contatei este trabalho não teria sido possível, por isso, neste momento, recorro à canção de Gonzaguinha para expressar meus sentimentos. “Aprendi que se depende sempre, de tanta muita diferente gente, toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”, portanto, esta é uma oportunidade para agradecer publicamente o estímulo e solidariedade que recebi de todas elas.

Às candidatas negras por tudo que me ensinaram, pela generosidade e confiança em prestarem seus depoimentos e, sobretudo, pela atenção, paciência dispensada.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras, minha orientadora, por ter acreditado em mim, apesar de me ver envolvida em múltiplas formas de ativismo racial e feminista e, ainda assim, aceitar orientar uma dissertação com um tema tão controverso, sobretudo, nas Teorias Feministas.

Agradeço à banca examinadora da qualificação, constituída pelas professoras Dr<sup>a</sup> Maria Nazaré Mota de Lima, ouvinte voluntária - involuntária de variadas versões da dissertação e Dr<sup>a</sup> Elizabete Aparecida Pinto pelo seu olhar de mestre e sugestões irrefutáveis ao trabalho.

Grata a toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos – PPGNEIM, corpo docente e discente, funcionários e, em particular, às professoras Iole Vanin, pelos ensinamentos e Ana Alice Costa pelas discussões teóricas e críticas, que, desde o período da especialização, acompanharam este estudo, por mostrar que questões de ética, competência e cordialidade podem caminhar juntas.

Agradeço igualmente às amigas alunas do doutorado e mestrado, Silvia, Vanderlay, Amanaiara e Silvana, nossas aventuras-desventuras neste curso, pelas “trocas” de informações.

As amigas e colegas do CEAFFRO e do Instituto ODARA, na figura das pesquisadoras Céres Santos, Vilma Reis e Valdecir Nascimento pelo apoio, incentivo e pelas indicações bibliográficas. O trabalho tornou-se mais leve devido à presença de vocês.

Agradeço a minha família, principalmente, aos meus pais, que são o meu orgulho e fonte de inspiração. A Paixão e Thaísa por compreenderem e apoiarem as minhas ausências,

ainda que “presente” em casa. Neste período eles é que cuidaram de mim para que eu pudesse me dedicar mais e melhor a este estudo.

Aos meus irmãos, Valnísia, Gervásio, Franco, Altino e Tinzinho um agradecimento especial pelo apoio, carinho sempre presentes, tornou possível este trabalho. Aos meus sobrinhos, em especial Felipe, que assumiu parte das traduções dos textos em inglês.

Por fim, agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB que viabilizou financeiramente a concretização deste estudo.



Ê!

Não importa o tempo  
para afiar a lâmina  
o que conta  
é que ela cumpra  
o seu papel

Lande Onawale - 04/02/14 –  
Unzo Tanuri Junsara

## Resumo

Este trabalho investiga a trajetória social e política de mulheres negras candidatas às eleições para a Câmara Municipal de Salvador, em 2008 e 2012, visando compreender como se dão as implicações sociopolíticas de acesso ao poder, dessas experiências com a opressão na identidade feminina destas mulheres. Explicito dentro deste processo as interfaces entre raça e gênero, interseccionado com outras identidades, destacando as diferenças intragênero. Objetivo ambicioso, num país onde a memória histórica dos feitos das mulheres se esfumou por influência das estruturas de opressão patriarcal e racista. Associando identidades e política, teoricamente, averiguo os possíveis entraves provenientes destas múltiplas identidades cruzadas, para a concretização da unidade das mulheres negras entre elas mesmas e com outras mulheres para forjar um enfrentamento mais radical contra as estruturas de opressão patriarcal e racista. O estudo filia-se à teoria feminista negra, articulando metodologicamente conhecimentos gerados na História Oral, nos Estudos Culturais, no Estudo do Cotidiano, na produção escrita por mulheres e organizações negras brasileiras, para registrar e analisar as experiências de dez candidatas negras. Este estudo dá visibilidade às contribuições dos feminismos como corrente plural de pensamento e ação e evidencia, também, nestes percursos, suas fragilidades e contradições. Não busca respostas em forma de verdades absolutas, tampouco definitivas sobre a realidade dessas mulheres, mostrando que não esgota as razões para uma agenda feminista, mais ampla e exigente, que leve em consideração as diferentes experiências e vivências de mulheres, em termos de raça, sexualidade, classe social, religião, cultura e geração.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Raça; Gênero; Feminismo negro; identidades; política.

## ABSTRACT

This paper addresses the socio-political implications of the experiences of black women who ran as candidates in the elections of 2008 and 2012 for the Municipality of Salvador. From the interfaces between race and gender intersected with other explicit identities within this process intragênero the differences, in the sense proposed by black feminists who emphasize the asymmetries among women themselves. Consisted in an attempt to discover a little more of the history of political black women as subjects. Ambitious goal in a country where the historical memory of the deeds of women vanished, influenced by the structures of patriarchal and racist oppression. Linking identities and politics, theoretically, the study joins the black-feminism, articulating knowledge generated in Cultural Studies in Oral History in the Study of Everyday Life in the production written by Brazilian women and black organizations, to seize the memories and experiences of these subjects, focusing on the study of speech ten black candidates, focusing on this role from the rebuilding of its social and political trajectory. Through oral history accounts choose the life history produced through these interviewees talk about themselves and their views on the process involved, the strategies used in dealing with the various forms of exclusion, seeking to reveal the relationship between history social and individual trajectory of each interviewee. This study gives visibility to the contributions of feminist as plural current of thought and action, but also shows these routes its weaknesses and contradictions. Not looking for answers in the form of absolute nor definitive truths about the reality of these women, showing that does not exhaust the reasons for a more extensive and demanding feminist agenda that takes into account the different experiences and life among women in terms of race, sexuality, social class, religion, culture and generation.

Key words: Black Women, Gender, Race, Black Feminism, Identities, Politics.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

Delineando o enredo e a contextualização da situação problema	13
Entrelaçando pertencimentos com a estrutura do trabalho	19
A busca por uma escrita que “enegrecesse” a teoria feminista	24

### I - ROMPENDO COM A COLONIALIDADE: REVISÃO PRELIMINAR SOBRE ESSE PROTAGONISMO EM SALVADOR

Salvador, “a Roma Negra”: Alguns dados históricos, geográficos e etnográficos sobre a cidade e sua Câmara Municipal	27
Fios e desafios: por uma epistemologia feminista plural	32
Raça e gênero: Marcadores de desigualdades sociais numa dinâmica interseccional	56
A cidadania liberal: uma categoria masculina	72

### II – RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE CANDIDATAS NEGRAS

Identificando as personagens a partir delas mesmas	82
Fragmentos que demonstram a presença de um <i>ethos</i> político	86
Eronildes Vasconcelos Carvalho: a ação política no plano dos interesses da Igreja	89
Maria Olívia Santana: A identidade negra vivenciada por uma militante comunista	99
Maria Aladilce de Souza: raça e gênero pela lente de uma sindicalista	106
Célia Oliveira de Jesus Sacramento: pela autonomia das mulheres negras	111
Marta Rodrigues Sousa de Brito Costa: mulheres negras na militância partidária	119
Valquíria Barbosa Silva: a divisão sexual do trabalho (re)produzindo desigualdades	124
Nilza dos Santos Barbosa: A educação como a única saída	132
Creuza Maria Oliveira: capitalismo e patriarcado juntos produzindo a exploração das mulheres negras	141
Edileuza Bruno Vida: a sexualidade como elemento central da desigualdade de gênero	153
Clarice Pereira dos Santos: nos movimentos sociais os atores quase sempre eram atrizes	159

<b>III – PELA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE POLÍTICA DAS MULHERES</b>	
Marcadores de desigualdades sociais forjando identidades, experiências e agendas	167
Desafios e percepções: As políticas de coalizão conquistadas pelas mulheres	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	185
<b>REFERÊNCIAS</b>	188
<b>ANEXOS</b>	195

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Delineando o enredo e a contextualização da situação problema

Conquistado nas primeiras décadas do século XX, através do decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, concomitantemente com o direito ao livre exercício do voto, o direito das mulheres à participação nos espaços da democracia representativa, como eleitas, passou a ser, por muitos anos, o grande paradoxo da democracia liberal adotada pelo Estado brasileiro. Ao contrário do que ocorreu com sua condição de votante – hoje muitas exercem este direito – o direito de serem votadas ainda esbarra em uma série de impedimentos que dificultam a sua participação como candidatas e, conseqüentemente, a sua eleição.

Inicialmente, a presença das mulheres na vida pública era tida como algo extremamente negativo e ensejava inúmeras reações, que iam da pura e simples contestação ao questionamento sobre a sua capacidade intelectual para exercerem este direito característico do exercício pleno de cidadania. Entretanto, mesmo com a aprovação da carta magna de 1988 – conhecida como a Constituição cidadã –, onde vários mecanismos de defesa dos direitos da mulher foram positivados, as mulheres em geral, e as negras em particular, seguem sendo sub-representadas nas diversas câmaras legislativas deste país, acumulando um déficit racial e de gênero que perpassa todos os momentos históricos e se perpetua em pleno século XXI, em todas as regiões do país.

Para rever tais dilemas, expondo em profundidade as contradições que os alimentam, lanço o olhar para a trajetória social e política de dez candidatas às vagas da Câmara Legislativa de Salvador, todas negras, eleitas ou não, feministas ou não, especificamente nas eleições ocorridas no início deste século, em dois momentos – 2008 e 2012 – bastante emblemáticos das lutas pelos direitos civis das mulheres brasileiras e, em especial, da luta sufragista, em razão de, neste intervalo, termos eleito Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil.

A escolha de um espaço geográfico específico, no caso a cidade de Salvador, para representar um trabalho de pesquisa, análise e interpretação de um conjunto de experiências que a fala de mulheres negras pode nos propiciar e nos ajudar a conhecer melhor o sentir e a

maneira de estar dessas candidatas confrontadas com as disputas políticas em constante renovação, correspondeu a exigências baseadas em três pressupostos: uma de caráter metodológico, visto que seria muito difícil estudar, com um mínimo de rigor científico, vivências colhidas em localidades tão distintas, porque apesar da identidade negra dessas mulheres, essas possuem ainda assim, especificidades outras regionalizadas que convém ter em conta em um estudo desta natureza. Uma de caráter sócio-histórico, pois é importante considerar que apesar dessas falas refletirem na generalidade uma série de questões em comum, há certas particularidades de cunho sócio-histórico que são suporte dessa própria regionalidade, muito mais complexa, que afirmam a singularidade do sujeito no processo de construção do conhecimento e que não podem ser ignoradas por razões que serão expostas mais adiante e que justificam tal cuidado. E outra de natureza subjetiva para a escolha de Salvador foi a circunstância de conhecer com mais profundidade sua dinâmica política e, conseqüentemente, os fatos citados nas narrativas recolhidas para análise.

Quanto aos fins que se propõe este estudo, considero que este se insere em um movimento de produção de conhecimentos envolvendo a presença de marcadores<sup>1</sup> de desigualdades na dinâmica das lutas políticas, e consiste em um objetivo geral que guia a definição do campo onde em termos gerais se pretende proceder a análise de como se dão as implicações sociopolíticas de acesso ao poder, dessas experiências com a opressão na identidade feminina das mulheres negras que concorreram a uma vaga da Câmara Municipal de Salvador, nos pleitos de 2008 e 2012. Neste caso concreto, o estudo aplica-se as falas recolhidas de 10 (dez) candidatas negras a vereadora de Salvador.

O estudo de como se dão as implicações sociopolíticas de acesso ao poder das mulheres negras é feito tanto em nível do sentido quanto da estrutura. Ou seja, visa fundamentalmente avaliar como se processam esses mecanismos e quais os fatores que determinam essas implicações. Como consequência dos pressupostos apresentados como sendo o objetivo geral desse estudo surgem algumas questões que tem como objetivos específicos:

---

<sup>1</sup> O termo é incorporado neste trabalho como referência à produção social de diferença por meio da articulação das categorias de raça, gênero, sexo, classe social, religião e idade, tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social, como da constituição de corpos e identidades coletivas.

Primeiro proceder à análise do perfil das mulheres negras candidatas, suas identidades, as heterogeneidades, experiências, estratégias, representações, perdas e à interpretação dessas articulações, expressas como produtos de sua ação social e política. Interessa-me nessa investida verificar de que forma articulam-se essas identidades nas relações sociais e política e de que forma essas articulações influenciam a ponte de neutralizar esse processo de exclusão.

A segunda questão tem a ver com os reflexos dos marcadores sociais de desigualdades, numa perspectiva interseccional, na vida social e políticas dessas candidatas em razão dos seus diversos pertencimentos. Interessa demonstrar como se processam as exclusões dos indivíduos em razão desses marcadores numa sociedade clivada por desigualdades, quais podem ser seus agentes determinantes e como esses sujeitos conseguem driblar-los para promover sua inserção social apesar de tantas barreiras.

A terceira questão diz respeito aos obstáculos imputados às mulheres negras que dificultam ou as impedem de estabelecer políticas de coalizão e o agenciamento de ações de enfrentamento as inúmeras formas de opressão e não apenas ao sexismo.

A expectativa é que essas reflexões possam contribuir com o projeto feminista de transformação social, voltado para a emancipação de sujeitos historicamente excluídos social e politicamente, com a mobilidade das mulheres para o lugar que lhes é de direito: o de sujeitos protagonistas de uma história. A história das mulheres.

Discorrer sobre a trajetória política de mulheres negras candidatas à Câmara Legislativa de Salvador, numa perspectiva feminista, não é uma tarefa facilmente executável. Trata-se de uma tentativa de “enriquecer” o conhecimento. Uma postura política diante da necessidade e da importância de se ter acesso e dar visibilidade à produção de autores/as que discutem, sob as mais diversas perspectivas, os efeitos do racismo e do sexismo na sociedade brasileira. O que se pretende, portanto, com este estudo é privilegiar as experiências específicas de mulheres excluídas, socialmente, dos registros históricos e da política, que tiveram o seu *status* de sujeito político deliberadamente rechaçado.

De modo geral, observa-se que a historiografia oficial brasileira vislumbrou as dimensões sociais e políticas das experiências vividas apenas por sujeitos hegemônicos, isto é, homem-branco-heterossexual-do-Primeiro-Mundo, em detrimento daqueles agrupamentos considerados subalternos, como é o caso das mulheres, negros, homossexuais/lésbicas, colonizados, do terceiro mundo, etc.



A história das mulheres; cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia, Michelle Perrot (1995) ajuda a elucidar tal realidade. Argumenta que se os/as historiadores/as tradicionais, ao analisar os domínios considerados tradicionalmente femininos – espaço doméstico, do cuidado, educação, etc. - não contemplaram as mulheres, ocultando os seus feitos; que dizer da política? Foi a partir de reflexões como estas que os estudos do cotidiano<sup>2</sup> emergiram, contribuindo para o reconhecimento das dimensões políticas do mundo privado e das mulheres como sujeitos políticos históricos, agentes de transformação. A esse respeito Heleieth Saffioti ressalta que:

Os estudos históricos sobre a mulher são muito recentes e ainda resta muita coisa a fazer. Há feministas que contabilizam Simone pelo fato de *O Segundo Sexo* apresentar uma certa superficialidade nas considerações históricas, pelo fato de conter até erros históricos. Mas como é que a pessoa que não é historiadora, como é que ela pode intuir que os fatos foram a, b, c, z, se os historiadores ainda não levantaram os dados, não fizeram as interpretações? Era o que acontecia quando Simone escreveu *O Segundo Sexo*. (...) A história está se fazendo agora, quer dizer, está se fazendo a história escrita, a análise histórica, e é importante que esta seja feita, que ela seja escrita, porque a história é um elemento empoderador, talvez o mais forte. Uma categoria social que não conhece a própria história não pode se empoderar. (SAFFIOTI, 2000, p.21)

Embora a participação política das mulheres negras como sujeitos de transformação social tenha sido marcante, esta participação somente foi introduzida, ainda que timidamente, na produção historiográfica brasileira a partir da sociologia, em fins dos anos oitenta. Com isso se reconhece hoje que a “ausência” feminina no discurso histórico resulta, sobretudo, do androcentrismo, eurocentrismo e o etnocentrismo dos paradigmas utilizados, por exemplo, na seleção das fontes, em que tudo foi construído à imagem masculina e às mulheres é reservado apenas o espaço como a “outra”. Este requisito foi decisivo para a invisibilidade destes sujeitos na historiografia oficial, sendo que nas poucas ocasiões em que estes aparecem é através de imagens que reafirmam papéis sociais de subalternidade definidos a partir de assimetrias, dentre estas, as raciais e de gênero, percebidas e classificadas por meio de símbolos das culturas para justificar essa condição.

---

<sup>2</sup> De acordo com a definição de Pais (2003a), “a realidade social não é facilmente acessível ao investigador, pronta a entregar-se ao primeiro sinal de galanteio”. A sociologia da vida cotidiana pode ser caracterizada por uma perspectiva metodológica que adota o cotidiano para a produção do conhecimento, condena os percursos de pesquisa a uma viagem programada, guiada pela demonstração rígida de hipóteses de partida, a uma domesticação de itinerários. (PAIS, 2003a, p. 13-17).

Cabe lembrar que esta crítica relacionada às ausências ou invisibilidade das mulheres nos espaços de poder se apresenta em trabalhos como o de: Fanny Tabak (1987; 2002), Mary Diez (1987, 2001), Carole Pateman (1993), Donna Haraway (1995), Iris Young (1996; 2006), Sandra Harding (1996), Anne Phillips (1996; 2001; 2002), Ana Alice Costa (1998; 2005), Vera Soares (1998), Joan Scott (1998), Celi Regina Pinto (2001; 2003), Clara Araujo (2012), Glória Rabay (2005; 2010), dentre outras.

A obra *As donas no poder: Mulher e política na Bahia* de Ana Alice Alcântara Costa (1998) foi importante para que pudéssemos perceber que, apesar do emergente crescimento da participação política das mulheres, principalmente nas campanhas eleitorais, elas continuam sendo invisibilizadas nos estudos acadêmicos. Argumenta a autora que “Enquanto existem avanços significativos nos estudos sobre as mulheres na produção social [...], a problemática da participação política da mulher tem ficado relegada a um segundo plano, apresentando-se ainda fragmentada e pouco esclarecedora”. (COSTA, 1998, p. 74). Costa faz esta pontuação ao constatar certos avanços nos estudos envolvendo os feitos das mulheres, em questões como saúde, sexualidade, violência, e até mesmo na construção de uma teoria feminista, entretanto, o mesmo não é observado na política.

Voltando a falar sobre o estudo em questão, entreguei-me ao exercício de buscar compreender a trajetória social e política de mulheres negras no processo de disputas no processo eleitoral, em razão da permanência deste quadro assimétrico na realidade soteropolitana e das condições em que essas mulheres se lançam ou são lançadas nesses pleitos. Ainda são inúmeros os fatores (históricos, culturais, socioeconômicos e institucionais) que mesmo não impedindo o seu ingresso, dificultam, ainda hoje, sua inserção no sistema político representativo.

Daí a ideia desta pesquisa perpassar pela necessidade de uma historiografia revisionista, no sentido de revisitar perspectivas anteriores sobre a presença das mulheres na arena política, como sujeitos sociais e históricos, introduzindo no processo de análise a perspectiva das relações raciais e de gênero, dentre outras categorias analíticas, tais como sexualidade, classe social, religião e cidadania.

Mais importante do que as ações dessas candidatas na sua individualidade, interessa-me apreender a sua ação coletiva – organizada em torno das inúmeras frentes de lutas travadas contra o racismo e o patriarcado, que culminou em uma identidade social e política que as

credencia como representantes nas disputas pelo poder político formal, concretamente à Câmara Municipal de Salvador.

Por um longo tempo o conceito de participação política foi utilizado para tratar da participação apenas como corolário da ação que se desenvolve a partir dos partidos políticos. Também tem sido tratada, principalmente, com foco exclusivo no sistema eleitoral. (ÁVILA, 2007; PINTO, 2001).

O estudo sobre a trajetória política das mulheres negras, portanto, se justifica e é um elemento transformador sob diversas óticas, e não apenas como se costuma dizer: por uma questão quantitativa (o fato das mulheres serem mais da metade da população de Salvador) ou por questões essencialistas (porque cuidam bem dos outros). Em especial se justifica por um motivo: os seus próprios interesses de mulheres negras. O fato, por si só, de essas mulheres terem participação na política como candidatas passa a ser uma referência significativa – individual ou coletiva – porque repercute nas escolhas de tantas outras mulheres que passam a ver a representação política como mais uma possibilidade de inserção social.

Por ora, considero oportuno detalhar as janelas que entreabro nesta introdução, que são exploradas nos capítulos seguintes, nos quais busco dar consistência às reflexões feitas. No primeiro capítulo, intitulado “Raça, gênero na política e as candidatas a vereadora”, descrevo as expressões dessas experiências e, em meio a estes relatos, reconstituo as práticas e estratégias utilizadas no decorrer de sua vida como ação política de resistência, a partir da articulação de raça e gênero com outros marcadores de desigualdades - sexualidade, classe social e religião.

No segundo capítulo, intitulado “Reconstrução da memória das candidatas negras”, desframento o ciclo de vida destas mulheres, para analisar as motivações iniciais que as levaram a se envolverem em atividades direcionadas à política representativa no âmbito local. Tomando os seus aspectos identitários, analiso, de forma interseccional, as circunstâncias em que estas vivenciaram a escolha pela adesão à política formal.

No terceiro capítulo, intitulado “Da luta pela igualdade à política de identidade”, cruzo os relatos das candidatas, suas percepções acerca do processo de disputas eleitorais com o contexto social e político no qual ocorreram essas disputas. Busco reconstituir as práticas e estratégias utilizadas por essas atrizes para contrapor a dialética vivida na cidade de Salvador, consequências de aspectos históricos que influenciam as relações na sociedade soteropolitana

e impactam sobremaneira em sua escolha pela representação política; os vínculos de pertencimentos; as perdas e os ganhos pós-definição à política partidária.

Nas considerações finais, procuro sintetizar algumas lições extraídas da vivência com estas mulheres durante a pesquisa e identificar algumas questões-chave determinantes do futuro, sinalizando um conjunto de tendências prováveis que os dados da pesquisa possibilitaram visualizar para a atuação das mulheres negras na política local.

### **Entrelaçando pertencimentos com a estrutura do trabalho**

A crítica feminista contemporânea tem denunciado inúmeros casos em que o distanciamento epistêmico serviu para dificultar o deslocamento de mulheres, negros, colonizados, etc. Por isto e motivada diversos/as autores/as que recomendam uma postura de vigilância epistemológica, exponho, desde já, o meu lugar de enunciação, explanando a minha condição social e a relação desta com o objeto estudado nesta pesquisa. (BARBOSA, 2012; BOURDIEU, 1999; SANTOS, 2000).

Conforme pretendo evidenciar neste estudo, há aspectos relacionados à temática que pretendo discorrer que se encontram emaranhados a minha própria experiência de vida. A observação inicial do resultado de algumas eleições, assim como o comportamento de alguns/as candidatos/as às eleições proporcionais e majoritárias, juntamente com o acúmulo que trago de experiências passadas nas relações com companheiras da militância e candidatas na política, me influenciou bastante na construção e direcionamento do objeto desta pesquisa.

Analisar o protagonismo de mulheres negras que se lançaram na luta pela representação política num processo de consolidação da democracia brasileira há muito me entusiasmava. A maior parte da minha vida foi marcada pelo engajamento nas lutas voltado e pressões sobre a estrutura social de dominação e divisão dos espaços na sociedade a partir de estereótipos racistas e sexistas, bem como os critérios utilizados para ascensão e ocupação destes que tem beneficiado historicamente um único grupo social.

Esta conduta, pautada no senso de dignidade, esta impregnada em mim pelas lembranças que tenho das atitudes de meu pai. Um trabalhador, nascido no interior da Bahia, no município de São Sebastião do Passé, que se sente vitorioso por ter se tornado um

motorista de caminhão bem sucedido que adquiriu sua pequena frota e por ter ajudado tantos outros amigos a se estabelecerem também. Frente à omissão do Estado para resolver problemas sérios que afligiam o bairro onde morávamos, o Nordeste de Amaralina, promovia ações conjuntas - ele com os demais vizinhos – para que estes problemas fossem solucionados. Era a época dos chamados “mutirões”<sup>3</sup>.

De minha mãe, reflete a sabedoria e persistência (porque não dizer “teimosia”) que já não se encontra mais conosco e que nos faz muita falta, posto que nos levava a acreditar em nós mesmos, em nosso potencial e, sobretudo, em nossos sonhos. Estes sim eram sempre factíveis. A ela sou eternamente grata, pelas longas ausências preenchidas, assumindo o papel não apenas de minha mãe, mas de mãe das amigas, avó, confidente, companheira que me incentivou a empreender voos mais altos.

Enfim, o sentido de comunidade e unidade faz parte das estratégias de resistência aprendidas ainda na infância, no contexto familiar, que me marcaram pra vida inteira. Trata-se de uma visão comprometida com a sobrevivência e a integridade, não apenas individual, senão de toda esta comunidade – de homens e mulheres. Os exemplos apresentados foram imprescindíveis para o enfrentamento de tantos estereótipos negativos e imprecisos a que desde muito cedo somos apresentadas ainda na infância, e temos que assimilar para não sucumbir na primeira esquina em meio à trajetória. A luta para manter a dignidade, assim como o direito a existência em um contexto onde predominam critérios racistas e sexistas de exclusão, que se manifesta, dentre outras maneiras, em quem podia e quem não podia brincar no balanço do parque.

Muitas vezes esta sentença enigmática exige de nós, negro/as, ainda muito cedo, atitude. Como esquecer a postura de minha irmã ainda criança – apenas um ano mais velha - mesmo ainda pequenininha, tomando as rédeas do problema e fazendo o que, pela lógica, seria o papel das professoras, ou seja, a organização da brincadeira, de modo a assegurar a integração entre as crianças, de modo que todos/as tivessem a mesma oportunidade de participar, inclusive de utilizar o balanço da escola.

---

<sup>3</sup> Nome dado no Brasil a mobilizações coletivas para lograr um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente. Trabalho coletivo, sobretudo no meio rural, em prol de melhorias para a comunidade. Atualmente, por extensão de sentido, "mutirão" pode designar qualquer iniciativa coletiva para a execução de um serviço não remunerado, como um mutirão para a pintura da escola do bairro, limpeza de um parque e outros. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mutir%C3%A3o>. Acessado em 03/10/2013.

Portanto, no decorrer de minha trajetória, a minha identidade racial negra também passou por um longo processo de maturação. Tinha, naturalmente, consciência da minha condição de negra desde a infância, em razão do meu referencial familiar ser constituído por não brancos. Entretanto, por se tratar de uma família com formação cristã católica, a minha relação com a cultura negra esteve sempre permeada de inferioridades e negações.

Por conseguinte, qualquer tentativa de aproximação desses valores tão inerentes e, ao mesmo tempo, tão desconhecidos da minha identidade cultural se constituía num potencializador de instabilidades e desarmonias familiares. Isso adiou por um longo tempo este encontro com esse meu eu latente, até que em minha adolescência e com mais força ainda, com a minha entrada na universidade federal, diante de tantos questionamentos de ordem filosófica, sociológica e de existência, iniciei o processo de “denegrir-me”<sup>4</sup>.

Aproprio-me do pensamento do filósofo Renato Nogueira, em ensaio *Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade* (2012), onde as referências etimológicas da palavra “negro” são abordadas para ressignificar o sentido historicamente dado à palavra “denegrir”, com o intuito de atender ao jogo da colonialidade econômica e política, distorcendo e desqualificando determinados sujeitos e culturas, com base em critérios étnico-raciais, de gênero, geográficos, sexualidade (NOGUEIRA, 2012, p. 68). É oportuno, ainda, salientar que o verbo “denegrir”, trazido para este trabalho, pode ser descrito como uma declaração filosófica afroperspectivista<sup>5</sup>, ou seja, que caminha no sentido diverso e contra-hegemônico, que vai de encontro ao epistemicídio.

Apresentar-me socialmente como mulher negra e mesmo não abraçando nenhuma religião de matriz africana (costumo dizer que minha lavagem cerebral foi profunda), é resultado da tomada de consciência não apenas da minha negritude, senão da forma de inserção no mundo como um sujeito político, digno, ou seja, contrário à submissão. Esta marca crucial da minha fisicalidade pode ser vista nos meus longos “*dreadlocks*”<sup>6</sup>. Através do cabelo é possível perceber o entrelaçamento entre as categorias de gênero e raça. Afinal, o

---

<sup>4</sup>De acordo com Nogueira (2012, p. 05), cabe aos humanos encontrar no sonho, no enegrecimento, a possibilidade de renovação da vida. Ou seja, tornar-se negra, significa revitalizar a existência.

<sup>5</sup>Filosofia afroperspectivista é uma expressão conceitual que reúne diversas perspectivas e olhares, significando neste caso: “a reunião de produções filosóficas africanas, afrodiaspóricas e comprometidas com o combate ao racismo epistêmico” (NOGUEIRA, 2011, p. 44).

<sup>6</sup>O *dreadlock* é uma forma de se manter os cabelos que se tornou mundialmente famosa com o movimento rastafari. Também podem ser chamados de locks-dreads e, em português brasileiro o termo mais comum é rastas.

cabelo, mais que qualquer outra característica, é o que mais marca a raça, logo, também é o que mais significa para a mulher negra.

Neste contexto, a duras penas, “denegri-me”. “Em uma síntese ambiciosa – e dolorosa – das agendas políticas de Simone de Beauvoir (1949) – tornar-se mulher – e de Neusa Santos Souza (1990) – tornar-se negro” (FONSECA, 2012, 19). Resignifiquei minhas lembranças, experiências e tantos acontecimentos que marcaram a minha vida. Nesse processo, é possível perceber o quanto de opressão racial e de gênero clivou a minha trajetória e a de tantas outras mulheres negras que tive a oportunidade de caminhar lado a lado nas articulações voltadas para a conquista dos espaços políticos pois, como evidencia Neusa Souza (1983, p. 17-18),

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 1983, p. 17-18)

Essas experiências me iniciaram no processo de consciência, levando-me a compreender que as injustiças e as explorações devem ser vistas como algo a ser repensado, desconstruído e combatido no âmbito das relações sociais. É neste contexto que ressalto os ensinamentos de Lélia Gonzalez, citada por Bairros.

O movimento de mulheres tem sido analisado a partir de três vertentes: a popular, a político-partidária e a feminista [...]. Gonzalez conclui que [...] nossa inserção no movimento de mulheres deve ser caracterizada como uma quarta vertente, pois nossa ‘tomada de consciência’ da opressão ocorre, antes de tudo pelo racial. (BAIROS, 2000, p. 363)

Inicialmente, vale ressaltar que vários foram os motivos que me levaram a discutir este tema no âmbito acadêmico, mas desejo começar por alguns exemplos que me vêm agora à mente, como a experiência do movimento de mulheres de Salvador, no ano de 2004, ao lado de outras valorosas companheiras, a exemplo de Valdecir Nascimento, Vilma Reis, Creuza Oliveira, Terezinha Barros, Luiza Bairros, Rita Cliff, Ana Célia da Silva, Lindinalva Di Paula, Sueli Santos, Lindinalva Barbosa, Lena Souza, Lídice da Mata, Rita Santa Rita, Marinalva Oliveira, Edenice Santana, Tânia Palma, dentre outras, que articulam o grupo “Cidade das

Mulheres”<sup>7</sup>. A finalidade do grupo era mobilizar as mulheres em prol de ações conjuntas que influenciassem, de forma positiva para as mulheres, o resultado das eleições, proporcionando um número maior de mulheres eleitas para a Câmara Legislativa de Salvador.

Este movimento enfrentou inúmeros obstáculos e não conquistou os resultados almejados. Não foi possível, sequer, formular uma agenda comum que assegurasse a ampla mobilização conquistada naquele momento. Não apenas os egos influenciaram de forma negativa o processo, mas, sobretudo, as inúmeras identidades de cada uma, com suas respectivas vinculações e bandeiras se apresentavam nas reuniões como prioritárias para cada grupo que as empunhava. O que leva a supor que o jogo de interesses – individuais e coletivos – assume aspectos relevantes no âmbito das articulações e negociações políticas, mas este é um assunto que trataremos mais detalhadamente no Capítulo III.

Assim, em 2008, a ideia foi reeditada na busca de uma unidade nas disputas eleitorais daquele ano, só que desta vez a tentativa foi entre mulheres negras e brancas, de tendências e sem tendências<sup>8</sup>, do Partido dos Trabalhadores - PT. Mais uma vez fizeram parte desta proposta as mulheres negras Valdecir Nascimento, Vilma Reis, Terezinha Barros, Luiza Bairros, Maria Elena Pereira, Sulle Nascimento, Anhamona Brito, Naide Brito, dentre outras; e também as mulheres brancas Ana Alice Costa, Terezinha Gonçalves, Cecília Sardenberg, Iole Vanin, Vânia Galvão, Eide Paiva, Amélia Maraoux, dentre outras.

Desta tentativa é inaugurado o grupo “Expressão Feminista”<sup>9</sup>, como estratégia para se pensar, de forma coletiva, um meio de sustentação para a candidatura de mulheres lançadas pelo Partido dos Trabalhadores - PT para concorrer às eleições no ano de 2008. Também naquela iniciativa conjunta não conseguimos impactar, de forma significativa, o resultado daquela eleição, mas, pela primeira vez na sua história, a Câmara Municipal Salvador pôde contar com um maior número de mulheres vereadoras, sendo duas do PT – Marta Rodrigues e Vânia Galvão. Esta mobilização também se mostrou bastante eficiente na articulação da

---

<sup>7</sup> Organização de mulheres candidatas e militantes, iniciado em Salvador durante o processo de disputa eleitoral para a Câmara de Vereadores em 2004. Havia mulheres de diversos segmentos contribuindo com esta articulação destacando dentre estes o Sindoméstico, terreiros, professoras, Associação de Moradores, MNU.

<sup>8</sup> Subgrupos ideologicamente organizados dentro do PT que disputam internamente as diretrizes partidárias.

<sup>9</sup> Coletivo de mulheres criado no âmbito do Partido dos Trabalhadores – PT, que, como o próprio nome sinaliza, trata-se de um grupo de feministas, históricas militantes políticas, negras e não negras, que vislumbram propostas de intervenção política para além das eleições, pois visava evidenciar a pauta da agenda feminista e assegurá-la nos organismos que discutem questões relacionadas das mulheres no âmbito do executivo e nas deliberações internas e diretrizes deste Partido.



primeira Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, conquista acompanhada de algumas frustrações dentre estas o fato de, apesar da lista tríplice encaminhada pelo movimento ao governador, não termos uma mulher como primeira titular desta Secretaria<sup>10</sup>. Este grupo permanece em atividade ainda hoje, porém sem a mesma finalidade divulgada quando da em sua criação.

### **Por uma escrita que “enegresse” a teoria feminista**

Com o meu ingresso no curso de especialização em Gênero e Desenvolvimento Regional com Concentração em Políticas Públicas (NEIM/UFBA), veio o interesse em desenvolver uma proposta inicial para o mestrado, em 2006, o que foi parcialmente materializado na monografia de encerramento deste curso “Mulheres na Política Local: Um Estudo sobre o Perfil das Vereadoras da Câmara de Salvador – Eleições 2008”.

Digo parcialmente porque, ao constatar que havia pouquíssimas informações sistematizadas acerca do protagonismo das mulheres negras no cenário da política partidária local, decidi lançar-me por este caminho e traçando inicialmente o perfil destas mulheres. Contudo, este trabalho não incorporou – como na maioria dos estudos sociológicos e feministas sobre as mulheres na política – aspectos mais específicos e subjetivos da vida destas mulheres. Além disso, e que hoje considero de extrema relevância, o parâmetro utilizado para análise dos resultados desta investigação não adentrou nas críticas promovidas pelo movimento feminista contemporâneo, especialmente, pelas feministas negras acerca da invisibilização da perspectiva racial, pelo “feminismo branco” hegemônico.

Assim, tendo em vista que o conhecimento é sempre renovável e acumulativo, e que a produção deste é sempre situada histórica e culturalmente, resolvi debruçar-me sobre esse objeto, influenciada por diversas motivações, dentre as quais destaco o meu comprometimento político e identitário. O meu lugar de enunciação – mulher negra, feminista, ativista de

---

<sup>10</sup> O governador eleito (PT-BA), Jaques Wagner, nomeou como primeiro secretário da pasta o Deputado Federal Luiz Alberto Silva dos Santos (PT-BA).

movimentos de mulheres negras e militante política partidária – está atrelado a essa trajetória de vida.

O quadro de exclusão das mulheres negras do cenário político tem a ver com algumas singularidades encontradas também no sistema político brasileiro. Este sistema foi forjado e tem como base estruturante uma matriz liberal, patriarcal e racista, que determinam, dentre outras coisas, os critérios para o acesso a essa estrutura de poder. Tudo isso, ainda hoje, serve como obstáculos a ascensão de determinados sujeitos, e não apenas das mulheres negras, à Câmara Legislativa neste modelo federativo e republicano de Estado.

O déficit político exposto e ainda persistente, me induziu a debruçar sobre a análise da representação política das mulheres negras que permaneceu quase inalterado ao longo do processo histórico tem exigido cada vez mais um grau de reflexão detalhada que permita uma maior abrangência das desigualdades que recaem sobre estes sujeitos, sob diversos aspectos. É a partir deste quadro de extrema desvantagem para as mulheres, impostas por práticas discriminatórias do racismo/sexismo, que penso a importância da iniciativa das mulheres que participam das disputas pelo poder político formal. Essa escolha muitas das vezes se deu em função de suas experiências e acúmulos em movimentos sociais diversos, provenientes de sua ação concreta, que resultaram no acúmulo de um capital social reconhecido, não apenas por aqueles segmentos que as convidaram para representação de seus projetos políticos, como pela comunidade que também lhes concederam este privilégio.

Acredito que, o sentido do registro dessas histórias – mesmo admitindo não ser possível cobrir todos os aspectos relevantes destas trajetórias – em razão de suas experiências de articulação, atuação política e de intervenção na sociedade, podem ser consideradas de grande relevância para a propagação de ideais que objetivam a busca pela representação política. Meu objetivo, portanto, consiste em dedicar-me ao estudo da trajetória social e política dessas mulheres, na esperança de poder lançar alguma luz sobre esse tema, seja no terreno da Sociologia *stricto sensu*, seja na área das humanidades em geral.

Penso que uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas pode abrir novas perspectivas de análise, além da possibilidade das candidatas, a partir desses relatos, explorarem mais e melhor, potenciais provenientes de sua visão de mundo inerentes a sua forma de ser e estar no mundo. Um olhar de quem observa da periferia, de quem não está fora, mas também não está dentro dos espaços de poder e decisão política.



## I - ROMPENDO COM A COLONIALIDADE: REVISÃO PRELIMINAR SOBRE ESSE PROTAGONISMO EM SALVADOR

### Salvador, “a Roma Negra”: Alguns dados históricos, geográficos e etnográficos sobre a cidade e sua Câmara Municipal

O espaço escolhido para refletir acerca da influência das categorias raça e gênero interseccionadas com outros dos marcadores sociais de desigualdades na experiência de candidatas negras foi a cidade de Salvador, em razão das especificidades demográficas, socioculturais, econômicas e políticas que fazem desta capital a terceira maior metrópole do Brasil, onde residem aproximadamente dois milhões e setecentos mil habitantes<sup>11</sup>, sendo a grande maioria desta população constituída de mulheres e descendentes de africanos.

Primeira sede da administração colonial portuguesa do Brasil, Salvador é uma das mais antigas cidades da América. A sua Câmara Municipal nasceu juntamente com a cidade, em 1549 e tornou-se uma das mais importantes Câmaras do Império Colonial Português nas Américas, recebendo os mesmos privilégios que as principais Câmaras de Portugal, a exemplo das casas das cidades de Évora e do Porto.<sup>12</sup>

Por um longo tempo a cidade de Salvador foi também chamada de "Bahia" ou "cidade da Bahia", inclusive por moradores do interior do estado, aparecendo sob este nome ou como "Salvador da Bahia" a fim de diferenciá-la de outras cidades de mesmo nome. Por se tratar de uma metrópole com uma percentagem grande de pessoas negras recebeu ainda os epítetos de *Roma Negra* e *Meca da Negritude*. Esta expressão "Roma Negra" uma derivação de "Roma Africana", foi cunhada inicialmente em 1940, por Mãe Aninha, fundadora do Ilê Axé Opó Afonjá, em depoimento à antropóloga cultural e etnóloga Ruth Landes em sua obra “A cidade das mulheres (1908 - 1991). Segundo Mãe Aninha, assim como Roma era o centro do

---

<sup>11</sup> Recenseados em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador\\_\(Bahia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_(Bahia)). Acessado em 24/09/2013.

<sup>12</sup> Informações extraídas do site da Câmara Municipal de Salvador, <http://www.cms.ba.gov.br/pagina.aspx?id=1&tipo=1>. Acessado em 21/07/2012. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador\\_\(Bahia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_(Bahia))

catolicismo, Salvador poderia perfeitamente ser considerada o centro do culto aos orixás, em razão das grandes manifestações presenciadas neste solo.<sup>13</sup>

De acordo com os dados do PNAD/2007<sup>14</sup>, as mulheres representam algo em torno de 52% da população da Região Metropolitana de Salvador - RMS, sendo que mais de dois terços (81%) deste contingente é constituído de mulheres negras (pretas e pardas). É visível o déficit democrático de raça e gênero que vem de longe no Brasil e, em Salvador, não é diferente. Desde o período colonial até 1932, as mulheres brasileiras estiveram totalmente fora da política institucional. A situação de desigualdade entre homens e mulheres, em Salvador, revela-se, dentre outros espaços, na representação política parlamentar da cidade.

Ao longo da existência da Câmara Municipal de Salvador, a presença de mulheres na condição de vereadoras, mesmo que em número extremamente reduzido, não foi suficientemente atrativa aos olhos dos historiadores/as, de modo a incorporarem esses registros à História, ao menos as contradições. Nas eleições municipais de Salvador em estudo - pleitos de 2008 e 2012 - 161 e 356 mulheres, respectivamente, candidataram-se a vereadora, sendo que, dos 43 cargos de Vereador desta cidade, apenas 06 mulheres, no primeiro ano, e 05, no segundo, foram eleitas. Entretanto, destas, apenas 03 e 02, respectivamente, podemos identificar como negras.

O reconhecimento formal de que existem desigualdades entre homens e mulheres nos processo de disputas com vistas ao acesso aos direitos políticos, comprometedor dos princípios da representatividade resultou, em 1995, na aprovação da Lei de Cotas. Essa medida, voltada para a equidade entre homens e mulheres nas disputas eleitorais - Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997<sup>15</sup> -, estabelecia “cotas de forma neutra, estipulando que a representação de cada sexo deve ser, no mínimo, 30% e, no máximo, 70%”, nas candidaturas apresentadas pelos partidos políticos.

Contrariando o preceito legal, a maioria esmagadora do percentual de mulheres candidatas a vereadora para a Câmara de Salvador, no período de 2000/2008, havia ficado

---

<sup>13</sup> Pesquisa on-line pelo site [http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador\\_\(Bahia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_(Bahia)). Acessado em 21/07/2012.

<sup>14</sup> PNAD/2007 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=36&Itemid=100](http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=100). Acessado em 24/09/2013.

<sup>15</sup> A Lei nº 9.100/95 foi aprovada, tendo em vista apenas as eleições para as Câmaras Municipais de 1996, mas já no final de 1997, foi votada a Lei nº 9.504, ampliando a cota de vaga de 20% para 30% (ficando definido um mínimo de 25% de vagas, transitoriamente, em 1998).

muito abaixo da cota mínima de 30% instituída por esta Lei, senão vejamos: em 2008 este percentual ficou em 18,86%; 2004, 15,52%; e em 2000, 14,73%. Esta constatação deixa evidente que a implantação deste marco legal, garantidor dos deveres e direitos nela definidos, em prol das mulheres, não alterará, por si só, as bases norteadoras das relações de gênero nessa sociedade, as quais perpassam por diversos eixos, tais como: cultura, simbologias, linguagem, ideologias, etc., que precisam ser também alterados, concomitantemente, e não apenas por meio da legislação.

Tal situação nos leva a refletir sobre a realidade das disputas eleitorais no município de Salvador, foco do estudo, onde tornam-se visíveis as diferenças aqui citadas, quais sejam: em 2008, na cidade de Salvador, entre os 827 candidatos havia apenas 156 mulheres e, desse total, 6 mulheres foram eleitas vereadoras; em 2004, entre os 889 candidatos havia 138 mulheres concorrendo e, desse total, apenas 6 mulheres foram eleitas; em 2000, entre os 577 candidatos, 138 eram mulheres e, desse total, 4 foram eleitas vereadoras. O problema da sub-representação política das mulheres que persiste no legislativo soteropolitano fere os princípios democráticos, além de que evidencia uma forte assimetria entre homens e mulheres, revelando fortes indícios de que esta cidade, opera suas relações sociais sob signos racistas e patriarcais, que produzem e reproduzem esta realidade no local.

Muito embora tenha feito a opção de trabalhar com uma metodologia qualitativa, privilegiando narrativas de mulheres negras candidatas, salta aos olhos a possibilidade de quantificação dos dados sobre a participação política das mulheres, observada sob o viés das relações raciais e de gênero. Assim, um primeiro ponto a ser evidenciado é o perfil da Câmara Municipal de Salvador no período desde a aprovação do voto feminino em 1932. No que concerne às mulheres eleitas, o levantamento feito para atender a esta pesquisa indica uma dura realidade, conforme evidenciado no Quadro 1 - Vereadoras Eleitas para a Câmara Municipal de Salvador – de 1935 a 2013.

**Quadro 1**  
**Vereadoras Eleitas para a Câmara Municipal de Salvador (1935 a 2013)**

Períodos / Mandatos	Nº de Eleitas	Nome	Partido
1935 a 1951 <sup>16</sup>	00		
1952 – 1955	01	Laurentina Pugas Tavares	PSD
1956 – 1959	03	Josenita Ferreira Dias	PR
		Laurentina Pugas Tavares	UDN
		Maria Nemur do Vale Laffitte	PR
1960 – 1983	00		
1983 – 1988	05	Ana Coelho	PMDB
		Jane Vasconcelos	PMDB
		Lídice da Mata	PMDB
		Eliana Kertész	PMDB
		Amabilia Almeida	PMDB
1989 – 1992	02	Geracina Aguiar Pinto	PT
		Elizabeth Maria Souto Wagner	
1993 – 1996	01	Yolanda Pires	PDT
1997 – 2000	01	Rosa Christina Rodrigues Medrado	PPB
2001 - 2004	02	Eronildes Lima Vasconcelos	PFL
		Valquiria Barbosa da Silva	PT dp B
2005 – 2008	06	Eronildes Lima Vasconcelos	PFL
		Maria Olívia Santana	PC do B
		Maria Del Carmen Fidalgo Sánchez Puga	PT
		Maria Aladilce de Souza	PC do B
		Marlene Souza de Jesus	PRTB
		Ariane Carla de Oliveira Pereira	PTB
2009 – 2012	07	Eronildes Lima Vasconcelos	DEM
		Leo Kret do Brasil	PR
		Andréa de Mendonça Calmon de Brito	DEM
		Maria Olívia Santana	PC do B
		Maria Aladilce de Souza	PC do B
		Marta Rodrigues Sousa de Brito Costa	PT
		Vânia Galvão de Carvalho	PT
2013 – 2016	07	Eronildes Lima Vasconcelos	PRB
		Ana Rita Tavares	PV
		Maria Aladilce de Souza	PC do B
		Cátia Maria Araújo Rodrigues Penha	PMN
		Fabiola Mansur de Carvalho	PSB

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados coletados em diversas fontes, quais sejam: Projeto Mulher & Democracia, arquivos da Câmara de Vereadores de Salvador; Mônica Celestino - Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major – a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador, 2005.

<sup>16</sup> Em análise à História percebemos o direito das mulheres de votar e ser votada teve início em 1910 com a criação do Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro; porém, este só foi efetivamente promulgado vinte e dois anos após, em 24 de fevereiro 1932, por meio de decreto-lei de Getúlio Vargas. Sua efetivação só se deu, de fato, quando concretizada a Constituição de 1934, com a instituição do voto feminino, secreto e obrigatório.

O déficit de representação política de mulheres na Câmara Municipal de Salvador é uma realidade que persiste no tempo e espaço. O que significa que não se trata de um fenômeno que é específico desta localidade; a maioria das metrópoles brasileiras apresenta esta mesma realidade. Posso, ainda, arriscar, que este fenômeno não se limita também a determinados momentos históricos. Esses dados sócio-históricos são de extrema importância para a compreensão de algumas questões que se apresentam como entraves à inserção sociopolítica de mulheres negras na cidade de Salvador.

É sabido que a luta pela conquista dos direitos políticos - votar e ser votada – para nós, mulheres, é considerado como muito tardia e serviu, entre outros aspectos, para mostrar que muitas outras batalhas teremos que enfrentar. Como é passível de observação nos estudos especializados nessa temática, o número daquelas que conseguiram quebrar barreiras históricas e passar para o time dos eleitos é inexpressivo.

As críticas feministas à luta sufragista, como uma demanda oriunda das classes burguesas, que, a bem da verdade, ao ser assegurado pela legislação, não alcançaria parcela significativa da população, por questões estruturais racistas e sexistas. Esta crítica encontra ressonância no texto da autora Ana Alice Costa, no qual pontuar que depois da conquista do direito ao voto, insignificante foi o número de mulheres postulantes aos cargos no legislativo e também no executivo, não correspondendo, portanto, às expectativas que se teve de que, com a conquista desta demanda histórica, muitas manifestariam o interesse em se lançar como candidatas. (COSTA, 1998, p.83)

Logo, inexpressível também foi o número de mulheres soteropolitanas que, mesmo alcançando esse direito, quiseram se lançar como candidatas. Como reflexo, as mulheres só vão ocupar uma vaga na Câmara de Vereadores de Salvador, vinte anos após, sendo Laurentina Pugas Tavares a primeira mulher a conquistar neste modelo de democracia representativa este *status* de cidadania.



## **Fios e desafios: por uma epistemologia feminista plural**

“Num contexto social capitalista, de supremacia patriarcal branca, nenhuma negra pode se tornar intelectual sem descolonizar a mente”.

(bell hooks, 1995, p. 464)

Nesta seção apresento as considerações teórico-metodológicas, aspectos conceituais aplicados, com os respectivos métodos e técnicas sobre os quais esta pesquisa está alicerçada. Na sequência abordo o problema da pesquisa, embasado na teoria do ponto de vista feminista negro e mostro a relação desta com a trajetória social e política de mulheres candidatas negras, numa perspectiva interseccional de raça e gênero e outros variados marcadores de desigualdades que perpassam a sua existência.

Considero oportuno salientar que este momento - de definição do objeto e problema de pesquisa – costuma se apresentar para muitos/as mestrands/as como o primeiro e, talvez, um dos principais momentos de tensão no desenvolvimento do trabalho. Todavia, no meu caso, em específico, tanto a escolha do tema como do objeto de pesquisa não se apresentaram como uma dificuldade. Em muitos aspectos, ambos coincidem com a minha própria caminhada.

Conforme preconiza Quivy et al (1992), neste estudo, busco explicar o seguinte problema: como se dão as implicações sociopolíticas de acesso ao poder, nas experiências de opressão e identidade feminina de mulheres negras que concorreram a uma vaga de vereadora de Salvador, nos pleitos de 2008 e 2012? Para ajudar-me nesta busca, elaborei como ponto de partida a tese de que as múltiplas identidades carregadas por esses sujeitos produzem inúmeros efeitos sobre a vida das mulheres negras, apesar de não se constituírem como algo determinante para a sua inserção nos espaços de representação política. Assim, para pelo menos esboçar um princípio de resposta, convoquei alguns atores-chave: as mulheres negras e o modo como elas interagem e se articulam politicamente num espaço essencialmente masculino e branco. As falas colhidas, juntamente com as fontes trabalhadas, me permitiram elaborar a argumentação que expressei nos capítulos desta dissertação.

Do ponto de vista da abordagem do problema, os caminhos investigativos transitaram pelos pressupostos da pesquisa qualitativa. Neste sentido, emprego uma metodologia que se inscreve, predominantemente, pelas vias das experiências dos sujeitos, do registro da

memória, posto que “ênfatizam as significações e os sentidos dos/as que participam da ação” (LIMA, 2007, p. 25). O que significa, portanto, classificá-las e analisá-las como estratégias discursivas sobre os acontecimentos pertinentes e mais relevantes construídos na sua trajetória social e política.

Assim, para chegar a termo em meus propósitos de responder à interrogação anunciada nesta introdução, optei pela realização de entrevistas temáticas, elaboradas por meio de um roteiro semiestruturado (Apêndice I), agendadas e efetivadas, pessoalmente por mim, para os fins específicos desta pesquisa. Utilizo-me das falas de 10 (dez) candidatas a vereadoras negras, adotando como foco principal da análise o lugar de enunciação e ponto de vista dessas mulheres acerca do que vivenciaram antes, durante e depois do processo de disputas políticas eleitorais por uma vaga de vereadora na Câmara Municipal de Salvador. Esse método caracteriza-se, principalmente, por priorizar a subjetividade, permitindo que “ao longo da narrativa da trajetória de vida” (ALBERTI, 2004, p. 38) os temas relevantes para a pesquisa sejam aprofundados, no intuito de apreender as impressões das candidatas acerca da sua ação política e do processo de disputas como um todo.

Elizabeth Jelin (citando GUGELBERGER, 1996a), refere-se à diferença que se faz presente no contexto dos relatos extraídos de homens e mulheres, assim como da importância da inversão de prioridade das fontes, sustentando que: as vozes das mulheres contam histórias diferentes das dos homens, e desta maneira se introduz uma pluralidade de pontos de vista. [...] São os “outros” lados da história e da memória, o não dito que se começa a contar. (JELIN, 2002, tradução minha)

As fases de exploração das memórias das candidatas negras que interessam a esta pesquisa não se acham delimitadas por um marco temporal preciso; antes disso, se caracterizam e se diferenciam pelas experiências por elas vivenciadas. Assim, concomitantemente e durante todo o tempo da investigação empírica, articulo e triangulo com diferentes tipos de dados e técnicas, desde a sua coleta até a forma de apresentação.

Inicialmente foram realizadas entrevistas exploratórias no intuito de ajudar na construção da problemática a ser investigada. A ideia das entrevistas exploratórias visava contribuir para a descoberta dos aspectos que se desejava levar em conta, como forma de alargar ou retificar o campo de investigação e das leituras. As entrevistas foram realizadas no lugar por elas escolhido, em ambientes os mais diversos, quais sejam: local de trabalho,

Câmara, gabinete, residência. No intuito de facilitar a sistematização dos dados coletados na pesquisa de campo, distribuí as perguntas em três blocos temáticos: I – Trajetória de vida e engajamento na política; II - Experiência dentro da política formal; III – Avaliação da trajetória dentro da política e da organização de mulheres negras.

Considerando as constatações feitas por Verena Alberti (2004), para se chegar a deduções expressivas por meio de entrevistas, ou seja, alcançar um significado suficientemente completo a ponto de se poder viabilizar certo grau de generalização dos resultados do trabalho, é recomendável que os critérios utilizados na definição da quantidade de pessoas a serem entrevistadas estejam articulados com os próprios propósitos da pesquisa. Desse modo, adoto como eixo balizador para refletir sobre a trajetória social e política de 10 (dez) candidatas negras. A fala dessas mulheres, que nomeio uma a uma mais adiante, aponta as condições de passagem dos dados empíricos à problemática aqui abordada. Acredito que o estudo do ciclo de vida pessoal e político por elas traçado revela experiências concretas de resistência ao processo de exclusão na sociedade brasileira, traduzidas em improvisações e mediações sociais. Como bem enfatiza Maria Odila Dias “o documentar das configurações específicas e das diferenças desconstrói o mito de uma condição feminina universal e abre horizontes políticos novos para os feminismos” (DIAS, 1992 p.48).

#### **Candidatas selecionadas para as entrevistas, 2008 e 2012**

Item	Candidata	Partido Político	Situação 2008	Situação 2012
01	Eronildes Vasconcelos de Carvalho	DEM / PRB	Eleita	Eleita
02	Maria Olivia Santana	PC do B	Eleita	N/ concorreu <sup>17</sup>
03	Maria Aladilce de Souza	PC do B	Eleita	Eleita
04	Célia Oliveira de Jesus Sacramento	PV	Suplente	N/ concorreu <sup>18</sup>
05	Marta Rodrigues de Brito Costa	PT	Eleita	Suplente
06	Valquíria Barbosa Silva	PT do B	Suplente	Suplente
07	Nilza dos Santos Barbosa	PTN / PT	Suplente	Suplente
08	Creuza Maria Oliveira	PT / PSB	Suplente	Suplente
09	Edileuza Bruno Vida	PT	N/ concorreu	Suplente
10	Clarice Pereira dos Santos	PC do B	Suplente	Suplente

<sup>17</sup> A ex-vereadora Olívia Santana em 2012 concorreu para vice-prefeita da cidade de Salvador em parceira com o candidato a prefeito Nelson Pelegrino, pela coligação TODOS JUNTOS POR SALVADOR (PP/PDT/PT/PTB/PR/PSDC/PHS/PMN/PTC/PSB/PRP/PPL/PSD/PC do B /PT do B), contudo, não foi eleita para este cargo.

<sup>18</sup> Célia Sacramento, em 2012, concorreu para vice-prefeita da cidade de Salvador em parceira com o candidato a prefeito ACM Neto, pela coligação É Há de Defender Salvador (PTN /PPS/ DEM / PV/PSDB), sendo eleita para este cargo.

Fonte: Quadro elaborado pela investigadora com base nos dados do Relatório Candidatas ao Cargo de Vereadora no pleito de 2008 e 2012, fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE/Bahia, em 25/01/2013.

Alguns autores/as vêm à memória como resultado de um trabalho de organização e seleção daquilo que é importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução. Nas reflexões desenvolvidas por Benjamim (1994), “a memória intervém na reconstrução do passado, tendo como referência o tempo presente”. (BENJAMIM, 1994, p. 224) Na perspectiva de Maria Clarisse Vieira, “o presente é visto como “saturado de ágoras”, fato que rompe com a imagem de um tempo único, linear e homogêneo”. (VIEIRA, 2006, p. 17)

A memória é concebida como uma construção imaginária e de elaboração simbólica, pois aquele que rememora tece uma relação afetiva com o passado e tende a mitificá-lo. Tendo em vista tal consideração, a memória se entrelaçaria no tempo, espalhando seus fragmentos, como a própria vida que sustenta a experiência. [...] Entende-se por experiência os textos de memória povoados de fatos e personagens que se envolvem e se interligam no enredo expressivo do mundo vivido. (VIEIRA, 2006, p.15-16).

As fases de exploração das memórias que interessam a esta pesquisa não se acham delimitadas por um marco temporal preciso; antes se caracterizam e se diferenciam pelas experiências vivenciadas pelas candidatas pesquisadas. Levando em conta tais considerações, nesta investigação “a experiência e memória se imbricam num processo de metamorfose no qual a identidade se constitui”. (VIEIRA, 2006)

Outro suporte utilizado na reconstrução e análise da memória das candidatas, ainda na fase de análise exploratória, veio de algumas técnicas etnográficas, a exemplo da observação participante, podendo dizer que esta foi bastante relevante para a realização desta pesquisa, na medida em que permitiu uma maior aproximação entre a realidade observada e as falas, discursos e depoimentos que foram capturados durante o trabalho de campo.

Conforme requer a observação participante, estive em atividades e encontros de mulheres em que foram discutidos, entre outros temas, estratégias para obrigar os partidos a cumprirem o estabelecido na Lei de Cotas e ampliação do número de mulheres na direção partidária; reuniões preparatórias e da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres<sup>19</sup>,

---

<sup>19</sup> Este Plano, referendado por uma multiplicidade de mulheres, em sua maioria representante de segmentos da sociedade civil organizada, apresentou como prioridades 1 - Aumentar a participação das mulheres nos espaços

ocorrida em 2008, onde foi defendida a adoção de uma ampla estratégia para acelerar a participação das mulheres em posições de tomada de decisão na vida política, tanto nos cargos eletivos como os de nomeação (cargos de confiança), que ficaram detalhadas no Eixo V – Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. As conferências, a exemplo desta, têm se constituído como um *locus* privilegiado para o encontro da diversidade que permeia o sujeito político mulher.

A contribuição vinda da etnografia foi utilizada no sentido de auxiliar na descrição detalhada da realidade observada, tornando evidente que, de alguma forma, esteve presente naquele contexto, quer seja como militante partidária, assessora parlamentar, coordenadora de campanha, etc. e registrada no “diário de campo”. Isto foi possível porque este é um método em que o próprio investigador, por vezes, é também instrumento de pesquisa. (CORREIA, 2009; MARCONI E LAKATOS, 2000, MANN, 1970; REINA, 2008)

O trabalho empírico para a elaboração deste estudo se deu entre junho de 2012 a janeiro de 2014, na cidade de Salvador, Bahia. A coleta e o cruzamento dos dados levantados através das entrevistas foram programados para acontecer sobre as informações trazidas dos seguintes documentos: um breve questionário dirigido às mulheres selecionadas, com vistas a apreender questões específicas relacionadas ao seu perfil; coleta de dados secundários, como matérias de periódicos diversos; peças de campanha (cartazes, santinho, panfleto, praguinhas), etc.; fotografias em arquivos particulares das candidatas, matérias e entrevistas de jornais, assim como relatórios do TRE – Tribunal Regional Eleitoral - Candidatas ao Cargo de Vereadoras no Pleito de 2008 e 2012, e a Ficha Dados Pessoais dos Candidatos<sup>20</sup>, os quais não são disponibilizados tão facilmente pelo TRE. Para Quivy et al (1992, p.157), a coleta de dados contempla um conjunto de operações, a partir do qual o modelo de análise construído é submetido ao teste dos fatos e confrontado com dados observáveis.

Com base nas análises realizadas sobre o material coletado na fala das mulheres, construí um quadro com informações pessoais Quadro de Identificação Pessoal das Entrevistadas (Capítulo II), constando o nome, idade, sexo, raça, escolaridade, profissão, estado civil, número de filhos, religião, segmento e partido político ao qual pertencia ou ainda

---

de poder formal, criar a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia; 2 - Ampliar a participação feminina no Legislativo e no Executivo; dentre outras.

<sup>20</sup> Refiro-me no masculino porque é assim que está denominado o documento e não dificultar, em caso de busca, a sua localização na internet.

pertence cada uma delas. Esse quadro visou oferecer, de forma sintética, uma gama de informações sobre as inúmeras identidades que são abrigadas nessas mulheres, capazes de revelar ao leitor “*quem são e de que lugar falam*”. (CARDOSO, 2012, p. 38)

A partir dos dados coletados, se pretendeu responder a algumas questões básicas do tipo: quem são essas mulheres negras que aspiravam inserir-se num espaço tradicionalmente dominado pelos brancos? Quem eram elas no que diz respeito ao seu perfil socioeconômico e político-ideológico? Qual a natureza das bandeiras defendidas durante a campanha política? Possuíam essas candidatas propostas ligadas à questão racial e de gênero? Qual a sua experiência política? Quem é a candidata que conseguiu se eleger para Câmara de Municipal da maior cidade negra do Brasil? O propósito desses questionamentos foi compreender aspectos mais importantes e significativos das heterogeneidades de fatores que influenciam a construção de um *ethos* político como candidata negra.

Para fins de registro, fiz uso também do recurso da fotografia, como mais uma possibilidade de apreender a imagem, o visual, as características das mulheres que ajudaram a compor o cenário de disputas nas eleições de 2008 e 2012. O registro visual ajuda também a captar a imagem das mulheres negras e as diversas variações resultantes do processo de miscigenação que faz parte da realidade brasileira, na tentativa de, a partir deste fenômeno, buscar compreender as articulações e a forma de atuação dessas protagonistas.

Esta dissertação alia conhecimentos construídos em diferentes lugares, em particular na teoria feminista do ponto de vista (*feminist standpoint theories*), em sintonia com o feminismo negro e outras teorias contemporâneas, estudos culturais, em especial. Este pensamento que dá sustentação a este trabalho parte do pressuposto de que não existe visão total ou premissa de validade universal, assim como o de que todos os saberes são situados. Neste, o lugar de onde se vê (e se fala) - a perspectiva - determina nossa visão (e nossa fala) do mundo. (AZÊREDO, 1994; BAIROS, 1987; HARDING, 1996; HARAWAY, 1991b; SILVA, 2011)

Não é por acaso que os argumentos bell hooks (1990) sobre a forma como o nosso protagonismo vem sendo tomado pela história, remetem ao princípio androcêntrico, segundo o qual tudo foi construído à imagem do colonizador. Persigo, portanto, a trilha aberta por hooks, a partir de suas reflexões sobre como se deu o nosso ingresso na história.

Não preciso ouvir sua voz, quando eu posso falar de você melhor do que você pode falar sobre si mesmo. Não preciso ouvir sua voz. Apenas me conte sobre sua dor. Eu quero saber a sua história. E então eu lhe direi de volta de uma nova forma. Vou te falar de volta de tal forma que se torne meu, meu próprio. Reescrevendo-lhe, eu reescrevo a mim mesmo de novo. Eu ainda sou autor, autoridade. Eu ainda sou o colonizador, o sujeito falante, e agora você está no centro do meu discurso (hooks, 1990, p.151-2) (tradução minha).

Deste modo, tanto as feministas negras como os movimentos de mulheres têm exposto a suposta universalidade da história, tomando por premissa o fato de esta não incorporar o protagonismo das mulheres em geral, mas principalmente das mulheres negras. A partir do momento que tomamos consciência desse mecanismo, sobre a importância de tomarmos em nossas mãos a responsabilidade de falarmos sobre nós mesmas, poderíamos desenvolver um processo histórico mais coerente.

Como sugere Patricia Hill Collins (2000), o feminismo negro resulta de um esforço e de uma busca constante por uma autodefinição como mulheres negras. Este é o primeiro passo para a construção da própria imagem, a partir de um ponto de vista crítico e político. As mulheres negras, ao se recusarem ser construídas pelo olhar do outro assumem o controle da própria imagem, o que significa desconstruir para reconstruir uma nova imagem. (BAIRROS, 1995; CARNEIRO, 2001; COLLINS, 2000; FIGUEIREDO, 2008; hooks, 1990)

As produções envolvendo o fazer epistemológico contra-hegemônico tendem a sugerir que a perspectiva dos subjugados representa uma “vantagem epistêmica”, pelo fato de estes sujeitos vivenciarem a opressão a partir de distintas posições: raça, classe, gênero, geração, que resulta em uma melhor visão ou em uma visão privilegiada da realidade. Defende-se que, nesta perspectiva, há um grande valor de se ver a partir da periferia e como irresponsável os postulados de conhecimento não localizáveis (que não evidencia o lugar de enunciação), não corporificados (pautados na ideia de um sujeito hegemônico que, a partir de suas experiências é possível explicar todos os fenômenos). (ANZALDÚA, 1987; COLLINS, 1990; HARAWAY, 1988; HARDING, 1986).

Nesta perspectiva, Donna Haraway (1995) propõe a noção de “conhecimento situado”, ou seja, a ênfase está em produzir o conhecimento com base nas práticas de cada grupo, ponderando a perspectiva, a localidade, valorizando atores, o contexto, a situação e posição social de cada sujeito pesquisado, antes excluído socialmente e da produção de conhecimento (HARDING, 1995). Este visa captar o sentido da ação social, que aspira a interpretar o sentido

da ação como “fonte do significado da vida humana [e como] algo novo que permita ao indivíduo revelar a sua identidade”. (ARENDDT, 1989, p. 35)

Desse modo, o *Standpoint* não se insere neste trabalho somente como uma teoria explicativa que crítica as ciências e as estruturas que a constroem, mas como uma importante ferramenta metodológica de pesquisa de forte teor político (BARBOSA, 2012, p. 02). Sandra Harding (2007), em seu ensaio “Gênero, democracia e filosofia da ciência”, ao analisar as ciências e filosofias da ciência se depara com uma questão formulada pelo feminismo, que diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada, assim como sobre o desafio de maximizar a objetividade dos processos de pesquisa. Neste sentido, vale a pena trazer, na íntegra, os argumentos lançados por esta autora:

De acordo com a visão convencional, é por meio dos métodos científicos, especificados nos projetos de pesquisa, que os valores sociais e os interesses que os pesquisadores inevitavelmente levam para seu trabalho podem ser identificados e eliminados. Essa abordagem certamente tem suas virtudes. Todavia, é evidente que ela só consegue alcançar uma forma *fraca* de objetividade, uma vez que muitas suposições sexistas e androcêntricas (sem falar das suposições baseadas em interesses e valores de classe, religião, cultura, nacionais, raciais e imperiais) moldaram, nos que foram declarados os projetos de pesquisa científica mais rigorosos, os resultados das pesquisas em C&T, especialmente na biologia e nas ciências sociais. (HARDING, 2007, p. 164)

Contra-pondo-me a uma visão clássica e mais tradicional de ciência positivista, utilizo-me do pensamento de Silvia Barbosa (2012, p. 02), ao discorrer sobre a visão de Sandra Harding acerca do *Standpoint* no fazer científico. Neste, a autora argumenta que é impossível o pesquisador se desprender totalmente dos interesses políticos que o vinculam a determinada estrutura social. Como alternativa, seguindo a linha de alguns/as autores, a exemplo de Bourdieu (1999), o melhor a se fazer na produção do conhecimento seria promover uma vigilância epistemológica, o que consiste em explicitar, a partir do momento em que é exposto o lugar de enunciação do pesquisador, os reais interesses com aquela reflexão epistemológica, de modo a oferecer ao leitor as condições necessárias, em que todas as possibilidades de visão da moeda estejam colocadas e não somente as suas duas faces.

A literatura sobre a participação política das mulheres negras é bastante escassa, tanto no Brasil como na literatura internacional. Em contato com referências sobre a participação política das mulheres de um modo geral, tais como Fanny Tabak (1987; 2002), Mary Diez



(1987 2001), Carole Pateman (1993), Iris Young (1996; 2006) Anne Phillips (1996; 2001; 2002), Cloves Oliveira (1991; 2007), Ana Alice Costa (1998; 2005), Vera Soares (1998), Celi Regina Pinto (2001; 2003), Clara Araujo (2012), Glória Rabay (2005; 2010), entre outros/as, constatei que a trajetória política das mulheres negras que muito contribuiu para potencializar a ação política das mulheres, normalmente, tem aparecido nessas reflexões teóricas apenas como um apêndice na historiografia oficial.

Em vista disso, creio que esta dissertação poderá trazer contribuições relevantes para evidenciar a vida cotidiana de candidatas negras que disputam o poder político formal, sobretudo nas suas relações com o fenômeno do racismo e do sexismo, que excluem grupos historicamente oprimidos. Acredito que o ato de auscultar a fala destas mulheres contribui, também, para quebrar o silenciamento que norteia os trabalhos acadêmicos na área, contribuindo para melhor identificar as fontes de sua exclusão e o descredenciamento deste saber político.

A estratégia de enfrentamento utilizada por mulheres negras diante de práticas excludentes, vistas de imediato como racistas e sexistas, exige referências diversas. Apesar da vasta produção bibliográfica abordando a categoria gênero e a temática das mulheres, a presença das mulheres negras no rol das disputas políticas local, tendo estas como sujeitos sociais, políticos e históricos, não foram suficientemente tratados pelos teóricos, em nenhum período histórico.

Para melhor compreender essas trajetórias no cenário político baiano nesta virada de século, constatei também que uma vasta bibliografia foi produzida sobre mulheres e as desigualdades raciais e de gênero. Entretanto, pouquíssimas obras se dedicaram exclusivamente ao relato do protagonismo de mulheres negras nos pleitos pelo legislativo brasileiro. O mesmo se percebe nas que diz respeito às reflexões sobre suas identidades e experiências, numa perspectiva que abarcasse as teorias produzidas por feministas, especialmente feministas negras. Conforme nos assegura a pesquisadora Ana Alice Costa,

a temática da participação política da mulher é também a área menos desenvolvida nos estudos feministas. Enquanto existem avanços significativos nos estudos sobre as mulheres na produção social, nas questões de saúde, sexualidade, violência, artes e literatura e mesmo na direção da construção de uma teoria feminista, a problemática da participação política da mulher tem ficado relegada a um segundo plano, apresentando-se ainda fragmentada e pouco esclarecedora. (COSTA, 1998, p.74).

Apesar de esta afirmativa ter sido feita há quinze anos, encontramos indícios de que este quadro pouco foi alterado. Portanto, alio-me à fala dessa autora, para enfatizar que, em se tratando da produção social, envolvendo as vivências de mulheres negras no enfrentamento, local e histórico às desigualdades produzidas pela intersecção de opressões – racial e de gênero – neste microcosmo que é o sufrágio, têm sido frequentemente desconsideradas em nome de tendências apresentadas como mais gerais.

Constatamos também que embora exista uma gama de referências que retratam com frequência a participação política das mulheres, as mulheres negras ainda são colocadas nesses trabalhos como “pano de fundo” de outras análises, que trazem como objetivo principal desvendar questões mais amplas. O que implica que as especificidades de sujeitos singulares têm sido invisibilizadas dos registros históricos. Para Claudia Cardoso:

as produções feministas, de modo geral, ainda são evasivas no trato teórico das relações entre gênero e raça no Brasil, na importância das diferenças raciais na constituição de gênero e das identidades das mulheres. E principalmente a falta de estudos nesta área oculta à discussão sobre o privilégio de ser mulher branca, em uma sociedade racista (CARDOSO, 2008, p. 03).

Ademais, Sandra Azerêdo (1994), em uma análise comparativa das teorias e práticas feministas nos Estados Unidos e no Brasil, questiona por que os estudos feministas sobre os processos de racialização do gênero, produzidos no Brasil, de modo geral, ainda são tratados timidamente, e vai além: “por que em um país racista e desigual como o Brasil, [...], a questão racial permanece silenciada em grande parte de nossa produção teórica e prática, contrastando com os Estados Unidos, onde a questão racial tem sido incorporada em cheio nas produções feministas. (AZERÊDO, 1994, p. 204).

Azerêdo (1994) argumenta, ainda, que trata-se de um juízo errôneo da maioria das teóricas feministas pensar que apenas as mulheres negras são marcadas pela raça. Ao contrário do que elas pensam, na medida em que “raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto o modo de vida das mulheres e homens brancos, como a de homens e mulheres pretos” (AZERÊDO, 1994, p. 1), não há espaços para omissões. Todos/as temos a responsabilidade quanto ao enfrentamento dos efeitos do racismo e sexismo na sociedade.

Nesta mesma perspectiva, a intelectual afroamericana *bell hooks* considera que o ponto de partida para nós pesquisadoras/es é o ponto de vista da mulher negra, imprescindível na averiguação das práticas sociais cotidianas, posto que esta revela uma resistência imanente da política negra na diáspora. O estado de “vigília atenta” se insere nas lutas contemporâneas por melhores condições de vida e pela sobrevivência deste coletivo. As conquistas obtidas, diante de tantas adversidades, demonstram que a “resistência milenar” dessas mulheres tem revelado que elas não dão trégua ao infortúnio.

A produção intelectual sobre a participação das mulheres no cenário político passou por diversas etapas. Ainda segundo Costa (1998) referindo-se ao processo evolutivo dos estudos feministas no Brasil, inicialmente, as reflexões científicas dos/as pesquisadores/as sobre a participação política das mulheres identifica-se na área da Ciência Política em três etapas, no que se refere as suas prioridades quanto aos estudos sobre a mulher.

Um primeiro momento constituído por uma forte preocupação com a ausência (ou invisibilidade) das mulheres dos marcos teóricos dessa área, dentre outros; um segundo que consiste na busca por explicações para esta ausência relativa e os diferentes padrões de participação e visibilidade, por meio de trabalhos que tomam quase sempre como ponto de referência o modelo de cidadania masculino. E, por último, o de visibilidade proporcionada, sobretudo, pelo desenvolvimento de uma forte crítica as teorias feministas, que propõe um novo vocabulário e novas formas para avaliar a inúmeras formas de participação política da mulher, sobretudo, a partidária.

Em se tratando da política partidária baiana, posso elencar os estudos desenvolvidos por Clóves Oliveira (1991) e Ana Alice Costa (1998). Esses merecem destaque, porque, trouxeram importantes contribuições para as pesquisas na área racial e de gênero, respectivamente. Clóves Oliveira, com dois trabalhos publicados recentemente “*O negro e o poder: Os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988*” (2007), tomando por base o perfil dos candidatos negros que disputaram os cargos de vereador nas eleições de 1988, na cidade de Salvador. O autor avaliou como alguns fatores envolvendo as noções de grupo, identidade e representação influenciaram o exercício e o desenvolvimento das atividades políticas de candidatos “negros”.

Em “A inevitável visibilidade da cor: estudo comparativo das campanhas de Benedita da Silva e Celso Pitta às prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas eleições de 1992 e

1996” (2007), o autor apresenta uma pesquisa comparativa das campanhas eleitorais deste/a candidato/a negro/a à prefeitura das duas principais capitais brasileiras - Rio de Janeiro e São Paulo, analisando as propagandas políticas veiculadas e as imagens dos candidatos negros.

Mais do que identificá-los do ponto de vista socioeconômico, político e ideológico, o autor deu ênfase ao caráter identitário desses candidatos, refletindo como essas características “pessoais” possibilitaram a esses sujeitos criarem as suas disposições para competir no campo de disputa política em sociedades marcadas por clivagens de classe, raça e gênero. Embora o autor tenha feito referência ao gênero, não tratou, em específico, o problemas da quase que total ausência das mulheres nesses espaços.

Sobre a participação política da mulher, pontuo o livro de Ana Alice Costa, uma das pioneiras a se debruçar sobre essas experiências nas estruturas formais do poder. Em “As donas no poder: mulher e política na Bahia” (1998) analisa, através da construção do perfil das mulheres eleitas no estado da Bahia, a maneira como se estrutura o poder local, a relação dessas mulheres com esse poder, com a família, partidos políticos e com o feminismo. Trata, ainda, das características da atuação feminina neste processo, com ênfase no *status* de cidadania dispensado às mulheres, o que determina o lugar social que lhes é reservado nas democracias liberais.

Mesmo considerando a valiosa contribuição destes trabalhos principalmente por ter revelado que aspectos raciais e de gênero ainda são determinantes na arena política e, no caso específico de Costa, tenha nos alertado para o risco que pode significar a generalização desses perfis para o resto do país e para todas as outras mulheres que atuam no poder local, posto que a grande diferenciação sociocultural e econômica do país impedem tal generalização, não foi priorizado em sua pesquisa, alguns recortes também importantes, a exemplo, da questão racial, sexual, que não foram devidamente analisadas.

Alguns/as autores/as em pesquisas desenvolvidas mais recentemente, no final do século passado e início deste, têm optado por desenvolver análises ancoradas na trajetória de vida das mulheres. A autora Elizabete Aparecida Pinto (1993) em sua dissertação de mestrado intitulada “Etnicidade, gênero e educação: História de Vida de D<sup>a</sup> Laudelina Campos de Melo, aborda a trajetória desta mulher negra, fundadora e primeira presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Rio de Janeiro, como eixo principal de sua análise. A autora abordou especificamente, por meio da trajetória de vida, a ação política de D<sup>a</sup> Laudelina,

buscando compreender os espaços em que essa luta se efetivou, como essa mulher construiu sua identidade de gênero e de raça neste processo.

Ainda que o trabalho desta autora não aborde especificamente a trajetória política de mulheres negras nas estruturas formais do poder, cito-a nesta pesquisa pelo fato deste estudo visibilizar à participação política de uma mulher negra tendo esta como eixo principal da pesquisa, como um sujeito político interagindo com os fatos analisados. Neste sentido, penso que a minha pesquisa pode ser beneficiada com as reflexões trazidas por esta autora, na medida em que propicia a manutenção do debate, podendo inclusive, contribuir para o aprofundamento teórico sobre a temática do protagonismo de mulheres negras, bem como, para a superação dessa lacuna, sobretudo na historiografia sobre a política na Bahia.

Além deste(as) autor(as), destaco os trabalhos de Maria Betânia Ávila (2007); Mary Dietz (1987); Iris Young (2000); Celi Pinto (2001); Chantal Mouffe (1993) que se tornaram referência quando se trata do tema dos novos direitos e das novas formas de participação política, em um cenário de democracia liberal.

O texto de Celi Regina Pinto denominado “Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil” (2001), discute a participação política das mulheres, tanto do ponto de vista institucional - nas esferas estritas da política formal, englobando o campo eleitoral e o campo dos cargos de primeiro escalão do governo, como em suas formas alternativas de participação, a exemplo dos movimentos sociais – o que, segundo a autora, permite às mulheres obterem êxitos tão expressivos como os que teriam se estivessem assumindo algum desses cargos. Esta perspectiva, para este estudo, é muito útil, visto que às mulheres negras não foi permitida a primeira forma de atuação política, todavia estas sempre tiveram participação efetiva nas lutas emancipatórias na defesa dos seus interesses.

Conforme exposto na introdução deste trabalho, a epistemologia feminista contemporânea exerceu um papel relevante em relação as críticas que foram dirigidas a determinados conceitos utilizados tanto pela academia como pelo movimento, para elucidar fenômenos histórico-sociológicos, a exemplo da opressão das mulheres pelos homens. Muitas categorias de análise, usadas na construção do conhecimento científico, são definições com embasamentos bio-psicológicos, as quais refletem uma maneira masculina de interpretar e entender o mundo.

Assim, me coaduno com o pensamento da pesquisadora Jurema Werneck, o qual aponta o pressuposto de que os conceitos que fundamentam esta estrutura social de forte viés androcêntrico foram os mesmos que inspiraram os iluministas europeus na definição dos interesses e necessidades que regulamentam, ainda hoje, o poder político formal, bem como as disputas pelo controle de sistemas simbólicos de uma sociedade concreta, “onde têm primazia a população branca e o sexo masculino”. (WERNECK, 2007, p. 2). Tais conceitos seguem, ainda na contemporaneidade, insuficientes e/ou desfavoráveis para tratar de sujeitos que, quando visibilizados pela teoria política clássica, ciência e história, ‘estão numa condição de subalternidade.

Também a historiadora Gerda Lerner, em sua premiada obra “A criação do patriarcado” (1990), recomenda que, ao utilizarmos quaisquer métodos e conceitos de qualquer sistema de pensamento conhecido, como no caso do pensamento moderno, o façamos a partir de uma posição ascética, assumindo uma postura crítica diante de qualquer suposto valor de ordem e definição (LERNER, 1990, p. 329). Portanto, para se compreender as relações raciais e de gênero na sociedade brasileira, considero imprescindível analisar, mesmo que de forma breve, o processo de construção destes termos, assim como estes se estruturam e estruturam uma sociedade racista, patriarcal e capitalista.

Assim, convém, por parte dos/as pesquisadores/as, a busca constante de conceitos que tenham a mesma natureza do fenômeno que se busca explicar, já que os arranjos da ciência moderna, especificamente os binarismos, as dicotomias e os universalismos não dão conta da complexidade e das múltiplas experiências sob análise. É o caso deste estudo, que tem na trajetória política de candidatas negras o seu eixo principal, clivada por uma série de opressões. Daí o porquê de, para discorrer sobre as diferentes dimensões da trajetória social e política destas mulheres, resolvi recorrer aos conceitos, de “raça” e “gênero”. Esses conceitos me possibilitaram projetar o caminho teórico e a especificar a concepção que sustenta este estudo. Entretanto, estes conceitos foram tomados, conforme recomenda Gerda Lerner (1990), ou seja, a partir do ponto de vista da centralidade das mulheres e numa perspectiva da teoria feminista negra.

O que significa dizer que estes conceitos, e não apenas a categoria “mulher”, são incorporados considerando o processo evolutivo sofrido por estes, tomando-os como categorias políticas. Por conseguinte, faz-se necessário uma incursão sobre o significado

destas definições, adotando como pressuposto o fato de que se trata de conceitos históricos, que se modificaram conforme o tempo e o espaço.

Tal opção, embasada numa abordagem feminista negra, categorias como classe social, sexualidade e religião, tornam-se também fundamentais para elucidar fenômenos histórico-sociológicos, relacionados à opressão feminina vivenciada por essas candidatas negras, tanto em suas relações sociais cotidianas, como nas lutas pelos espaços de representação política. Portanto, o tema de fundo desta seção diz respeito à evolução e impasses dos feminismos como processo teórico, político, plural de pensamento e ação, baseado numa perspectiva emancipatória das mulheres. Aspectos característicos de críticas incisivas que os feminismos sofreram, mas também investiram contra epistemologias tradicionais e a ele próprio, revendo conceitos e metodologias utilizadas.

Na sequência abordo algumas de suas correntes teóricas e contribuições emblemáticas incorporadas ao pensamento feminista contemporâneo que associa essa doutrina ao movimento político de transformação social. Vale salientar que quando trago uma descrição temporal de aspectos considerados relevantes para os diferentes modos de feminismos, não estou querendo com isso demonstrar, como se é de costume fazer, que um veio antes, ou depois, ou que um é mais importante ou supera o outro. Na verdade, ainda hoje, todos os diferentes modos de feminismos, convivem e são concomitantemente imprescindíveis para refletir sobre a teoria e prática feminista desde a sua inauguração.

As revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII erigiram a figura do indivíduo e consolidaram no ocidente a noção de Estado liberal democrático de direito. Margareth Rago<sup>21</sup> em entrevista ao Programa Diálogo sem Fronteira, se refere ao feminismo como uma doutrina, uma luta de emancipação das mulheres que vem deste período. Nesta época, período conhecido como Iluminismo, havia uma grande discussão acerca dos direitos de todos, dos direitos humanos. As demandas das mulheres entram na pauta deste movimento com a ideia de que estas são iguais aos homens e, portanto, deveriam ter acesso também a todos os direitos associados a esses.

---

<sup>21</sup> Observação retirada da entrevista concedida por Margareth Rago para o programa Diálogo sem Fronteira, no primeiro semestre de 2004, na UNICAMP. <http://www.youtube.com/watch?v=RBRMMbCdGrE>. Acessado em 10/02/2014.

Em paralelo, a medicina apresentava-se com o discurso de que biologicamente as mulheres são inferiores e que elas não têm uma capacidade de raciocínio tão rápido como os homens. Tudo isto fez com que as desigualdades entre estes fossem ainda hoje acentuadas em um contexto de discursos democráticos, o que é bastante paradoxal.

O feminismo é definido atualmente como práticas e posições extremamente heterogêneas. Como lente que permite analisar a construção de gênero, ler criticamente as experiências de opressão das mulheres e contestar a exploração-dominação masculina. Consequentemente, este movimento visa à reinvenção de homens e mulheres fora dos padrões que estabelecem a inferioridade de um em relação ao outro, com a construção de uma sociedade mais igualitária. (SAFFIOTI, 2008; GRANT 1991 apud BAIROS, 1995)

Moldado pelos ideais políticos liberais de igualdade, liberdade e fraternidade, erigidos da era das luzes, o feminismo liberal é atravessado pela fase universalista, humanista ou as lutas igualitárias pela aquisição dos direitos civis, políticos e sociais para as mulheres. Atua sobre a sociedade desenvolvendo formas afirmativas de fortalecimento de discriminação positiva para integrar a mulher à sua estrutura. Nesta perspectiva, as mulheres são tomadas a partir de noções biologizantes, pugnando pela igualdade entre os sexos. Utiliza-se o conceito de patriarcado para buscar explicar a/as causa/as da opressão da mulher pelo homem.

Um dos aspectos importantes abordado neste pensamento é a distinção feita entre as esferas privada e pública, que serve para sustentar a dominação masculina sobre as mulheres, tornando as relações de poder dentro da família como "natural" e imune à regulação política. Não descarta o intervencionismo estatal como meio para que a paridade entre homens e mulheres seja atingida.

Destacou-se nesta corrente a jornalista e feminista assumida Betty Friedan (1963), fundadora e primeira presidente da Organização Nacional de Mulheres do EUA (NOW) que, com "Mística Feminina", foi considerado o livro que deu voz a milhões de mulheres americanas silenciosas. Baseado em entrevistas, este livro discorre sobre a insatisfação de milhões de mulheres com o papel que a vida doméstica lhes reservara, além de expor a manipulação da mulher pela sociedade de consumo americana.

Inúmeras foram as críticas tecidas por teóricos/as interessados/as ao feminismo liberal, marcadas por tensões permanentes entre as defensoras da igualdade e as partidárias da diferença. Buscar uma identidade comum ou desconstruir a categoria mulher e desestruturar a



diferença sexual tem sido um dos focos deste debate. Atacaram este pensamento “apontando que o sujeito do liberalismo, além de burguês, é também masculino, portanto, sua pretensa universalidade esconde, na verdade, sua especificidade” (MARIANO, 2005, p. 483) revelando-o como um aliado dos interesses da burguesia.

Uma das críticas mais contundentes feitas a esta corrente de pensamento vem da escritora e ativista afro-americana bell hooks (escrito em minúsculas), em sua publicação “Mulheres Negras: dar forma à teoria feminista”. Neste, hooks afirma que as feministas liberais teriam ignorado em suas produções as questões de raça e classe. Defende que a “Mística Feminina”, de Betty Friedan (1963) foi escrito como se as mulheres negras, lésbicas, latinas, operárias, dentre outras, não existissem. Revela, ainda, que a famosa frase de Friedan, "o problema que não tem nome", citado a princípio para descrever a condição das mulheres na sociedade americana, se referia de fato, à situação de um seleto grupo de mulheres brancas, casadas, ocidentais, heterossexual, de classe média ou alta, educadas e cidadãs. Tratava-se de donas de casa aborrecidas com o tempo ocioso, o lar, os filhos, o consumismo, que as impediam de aproveitar, mais e melhor, a vida. Essas críticas tornavam evidentes que a noção de sujeito estava marcada por particularidades que se pretendiam universais revelando que,

Embora as categorias modernas e valores do Iluminismo – tais como direitos, igualdade, liberdade, democracia – inicialmente tenham instruído muitos dos movimentos feministas de emancipação, o discurso humanista da teoria moderna, juntamente com suas noções de Sujeito e Identidade intrinsecamente essencialistas, fundacionalistas e universalistas, tendeu a apagar as especificidades (de gênero, de classe, de raça, de etnia e de orientação sexual, etc.) dos diferentes sujeitos que ocupavam outras fronteiras políticas que aquelas do homem branco, heterossexual e detentor de propriedades. (COSTA, 2000, p.59)

Outro aspecto profundamente explorado pelas críticas feministas ao feminismo liberal são aqueles focados no uso do conceito de “patriarcado”, pois analisam o papel da mulher no interior da família e a divisão sexual do trabalho, que responsabiliza a mulher pela criação dos filhos, cuidado da casa e do marido, e o caso específico da mulher negra, que acrescenta a estes o emprego doméstico, os quais dizem respeito a construções sociais estruturantes de uma ordem patriarcal. Este tomado como um fenômeno não estático, de relações de poder entre os sexos. Donde se pode concluir que existiram, sem dúvida, condições sociais diferentes, anteriores a ele. (MILLETT, 1970, p. 74)

Em conformidade com o pensamento de Kate Millett (1970), o patriarcado deve, “como outras instituições humanas, ter as suas origens, e deve ter nascido de circunstâncias que podem ser deduzidas ou reconstituídas”. (MILLET, 1970, p.76). Porque dizer apenas que “o patriarcado persiste porque persiste” contribui muito pouco ou nada para elucidar a verdadeira natureza deste fenômeno que, historicamente, oprime e explora o trabalho das mulheres. (MILLET, 1970; MITCHELL, 1980)

A “segunda onda do feminismo” ou feminismo radical, datado da década de 1970, mas também nos fins da década anterior, localizou a causa raiz da opressão das mulheres nas relações patriarcais de gênero. Defende o desenvolvimento de uma tecnologia capaz de libertar as mulheres da opressão, resultante de seus papéis sexuais-reprodutores. Inicialmente conhecido como o Movimento de Libertação das Mulheres, acredita que a maneira de lidar, não apenas com este fenômeno, senão com todos os tipos de opressão é eliminando as causas subjacentes a esses problemas por meio de uma completa revolução. Consequentemente, procurou abolir o patriarcado. Para esta corrente, as origens da subordinação feminina, materializado na desigualdade de gênero, estão localizadas na biologia, especificamente no processo reprodutivo, nos “papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie”. (PISCITELLI, 2002)

Argumenta que, as instituições políticas e sociais raramente se apoiam na força física, mas sim em escalas de valores, ligadas a outras formas sociais e técnicas. Neste sentido, utilizando-se das obras de Marx e Engels, as feministas radicais apontam que as bases materiais para a existência da família e, consequentemente, da opressão das mulheres estariam conformadas na divisão sexual do trabalho – incluindo-se o sexual e reprodutivo - na domesticidade do trabalho das mulheres e na imposição de uma sociedade de classes. Em razão disto, sendo o patriarcado uma estrutura social e política, enfatizam que deveríamos pontuar os debates sobre as suas origens para além da natureza, e contestar o caráter primordial das suas origens.

A autora Shulamith Firestone, uma das principais pensadoras desta corrente teórica, afirma no livro “A dialética do sexo” (1971) que as desigualdades econômicas ou de poder político, entre outras, estão enraizadas no papel que as mulheres exercem no processo reprodutivo dos seres humanos, que as torna “prisioneiras da biologia”, forçando uma dependência do homem. Firestone observou, no trabalho de Engels “um substrato todo sexual

da dialética histórica”, totalmente voltada para fins de reprodução, marcando a constituição da família, do marido e dos filhos como agentes perpetuadores do sistema econômico patriarcal.

Por isso, uma das principais abordagens do feminismo radical é a questão do controle do corpo. Utiliza-se de estudos de casos e de grupos de conscientização para enfatizar as bases biológicas da diferenciação social dos sexos e da dominação das mulheres pelos homens. Como resultado, coloca em pauta os temas relacionados ao poder, controle da capacidade reprodutiva, aborto e a violência contra a mulher. Propõe a substituição da reprodução biológica pela artificial, livrando as mulheres do fardo de carregar um bebê e ser a principal responsável pelo seu cuidado.

Outro aspecto profundamente explorado pelas feministas é crítica ao feminismo liberal focado no uso do conceito de “patriarcado”, acusado por estas de ter promovido “a derrota histórica mundial do sexo feminino” (ENGELS, 1942, p.50). O patriarcado é entendido por teóricas feministas contemporâneas como sendo um fenômeno histórico, não estático, de relações de poder entre os sexos, que consiste em um conjunto de sistemas familiares, sociais, ideológicos e políticos que determinam o papel de homens e mulheres em uma determinada ordem social, sendo que para a manutenção desta ordem utiliza-se de diversos mecanismos, a exemplo da família, educação, religião, linguagem, símbolos da cultura, força, violência, pressão social, tradição, etc.

Já as feministas radicais apontam que é a sexualidade masculina e a heterossexualidade compulsória que expressam a dominação masculina sobre as mulheres. Apresentam a sexualidade como o elemento central da desigualdade de gênero. (MACKINNON 1989, p.113) Também a pornografia e a prostituição foram consideradas violência, e não como fonte de prazer. Para as feministas radicais, a heterossexualidade institucionaliza a dominação sexual masculina e submissão sexual feminina.

Nos anos 60, o mundo ocidental viu recrudescer as lutas por igualdade de direitos, mas, também, estabeleceu as teorizações afirmativas das diferenças: os “feminismos das diferenças”. Esta fase “diferencialista” e ou “essencialista” se constituiu através das lutas pela afirmação das identidades. É a época das diferenças salientadas por Carol Gilligan, Shulamith Firestone, Nancy Chodorow e Simone de Beauvoir, na constituição das subjetividades a partir dos discursos sobre reprodução, maternagem e sobre as diferenças entre homens e mulheres.

As transformações sociais ocorridas nos anos 1960 trouxeram também para a cena novas vozes dos coletivos chamados de minorias (mulheres, negros, homossexuais, colonizados, etc). ocasionando rupturas importantes como a desconstrução de diversos paradigmas, como: a) a ideia de um sujeito único e universal; b) a desconstrução de dicotomias clássicas da construção do conhecimento científico, como: indivíduo x sociedade; natureza x cultura, público x privado, mente x corpo, razão x emoção, particular x universal, dando lugar a abordagens não totalizantes, com um debate mais radical que contesta todo determinismo biológico ou desígnio divino, que marcaram a época.

É por isso que Linda Nicholson (2000) chegou a afirmar que o “feminismo da diferença” é, no fundo, um feminismo da homogeneidade, na medida em que operou em suas análises sobre categorias bipolares, apenas com fins de dar visibilidade às mulheres, sem ter dado um passo a mais rumo à crítica daquilo que pertence a um suposto universo masculino ou feminino estruturante desta lógica.

O marxismo clássico, enquanto uma teoria da vida social esteve presente nos estudos sobre as mulheres desde a década de 60. O mapa marxista do mundo social parte de categorias como classe social, mais-valia, alienação e sujeitos vistos como seres humanos, trabalhadores, camponeses ou capitalistas. Em suas abordagens, o sujeito social é concebido tendo a classe social como seu fundamento principal. O fato de estes serem homens e mulheres não teve muito sentido nas análises marxistas. (RUBIN, 1975, 9. 158).

Foram as feministas radicais que questionaram esta abordagem homogeneizadora dos sujeitos e dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres na estrutura social, buscando encontrar uma explicação “material” para o gênero. Entretanto, não foram tão-somente as feministas radicais que contestaram esta teoria, Juliet MITCHELL, estabelecendo intensa interlocução com a Psicanálise e com variadas correntes marxista, já em 1966, publicava artigo, atribuindo distintos relevos às diferentes funções exercidas pelas mulheres, além de que considerava como imprescindível, para a liberação das mulheres, que houvesse uma mudança profunda em todas as estruturas da sociedade – produção, reprodução, socialização, sexualidade, etc. – das quais elas fazem parte.

No feminismo marxista vamos identificar a presença de uma crítica a ausência de gênero nesta teoria, impondo-se a partir de uma abordagem mais histórica e da construção teórico-metodológica, assim como do sujeito histórico e material oferecida pelo pensamento

marxista clássico. Trata primordialmente da dupla opressão da mulher, como classe e gênero, suprimindo, assim, uma lacuna deixada pelo marxismo clássico, que não reconheceu em suas análises as relações de gênero e, conseqüentemente, a opressão sexual.

Também a abordagem marxista tradicional dá origem à Teoria Feminista Socialista, que sofre influência das teorias radical e psicanalítica. O feminismo socialista tem se reportado a interseções entre gênero, raça, classe e sexualidade, de modo mais eficaz que as abordagens feministas já analisadas. Nesta perspectiva, a construção do “gênero” é um processo social que abrange essas interseções num esquema ideológico e de opressão dos sistemas capitalista e patriarcal. Ao contrário do feminismo liberal, o feminismo socialista, fundamentado nestas teorias, insurge-se contra a categoria “mulher”, pautando na elaboração de suas análises a exploração sexual da mulher pelo capitalismo. Busca incorporar as virtudes de cada uma dessas correntes e, ao mesmo tempo, superar seus limites. (ANZALDÚA, 1990; CÀLAS e SMIRCICH, 2006, COLLINS, 1990)

Sheila Rowbotham (1972), Juliet Mitchell (1973), Zillah Eisenstein (1980), Jane Flax (1991) são algumas das mais destacadas feministas socialistas que introduziram uma análise mais complexa da opressão das mulheres, levando em conta aspectos como produção, reprodução, sexualidade, socialização. Segundo Flax, “as feministas socialistas localizam a causa fundamental dos arranjos de gênero na organização da produção ou na divisão sexual do trabalho”. Ou seja, às funções diferenciadas que mulheres e homens desempenhavam no trabalho. (FLAX, 1991, p. 231)

Entretanto, autores e autoras, de variadas perspectivas teóricas, têm apontado que, embora fundamentais para a explicação sociológica, categorias como “classe social” apresentam uma limitação para explicar a posição dos sujeitos, a constituição das identidades ou consciência, sendo insuficientes para a formulação de uma análise das relações de gênero e das relações raciais, por exemplo. As feministas apontaram que a classe social, como categoria de análise, baseia-se em um essencialismo do sujeito, universalizando-o no interior de cada classe. Ademais, essa universalidade é também masculina.

O feminismo pós-estruturalista também investiu críticas incisivas contra o sujeito, tendo como alvo não apenas a figura do homem universal, mas visando à própria identidade da mulher. Desnaturalizando-a, passou a rejeitar pressupostos feministas inspirados em modelos acadêmicos fundados nas experiências de um sujeito ausente, a existência de uma única

categoria homogênea mulher - ocidental, branca, heterossexual e de classe média, e a defender a necessidade da presença e relatos de mulheres reais, com mundos cotidianos concretos.

Percorrendo o debate teórico produzido por uma das precursoras na crítica ao sujeito, Simone de Beauvoir (1949), é possível averiguar, em seu livro “O segundo sexo”, que já naquele período ela articulava em seu pensamento um debate teórico envolvendo os corpos como sexualmente diferenciados por meio de práticas sociais, visando à desnaturalização e desconstrução de noções que fixavam e enquadravam o sujeito “mulher” como produto da biologia. É por meio delas que se dá o sentido das diferenças entre os seres, investidas de significações valorativas. Daí a intenção de desconstruir a noção de uma “essência feminina”, a partir de sua célebre frase “on ne naît pas femme, on le devient” [“não se nasce mulher, torna-se mulher”] (BEAUVOIR, 1980, p. 7; 28-9; 500)

Vale ressaltar esses ensinamentos de Simone de Beauvoir, aos quais adicionamos as reflexões de Neusa Santos Souza (1990), ao afirmar que também “ninguém nasce, torna-se negro”. A autora, ao proferir tal afirmativa, nos incita a refletir sobre a existência, também, da produção de seres por meio das relações e práticas sociossimbólicas e, por que não dizer, da cultura, acusada de expandir construções racistas e sexistas no âmbito das relações. A relevância desses entendimentos repousa na ideia de que, assim como essas categorias são construídas, podem, também, ser transformadas.

O desenvolvimento dessa crítica terminou por favorecer a formulação de novos referenciais para a constituição de uma epistemologia feminista plural, que questiona qualquer postura essencialista e não apenas em torno de uma “identidade feminina”. Reconhece que as diferentes identidades são socialmente construídas por meio de processos complexos e plurais, portanto, em constante transformação.

O entendimento atual é no sentido de que o cruzamento das inúmeras diferenças entre os diversos marcadores de opressão tem dado vazão a uma variedade de feminismos (liberal, cultural, humanista, marxista, socialista, psicanalítico, radical, lésbico, negro, pós-estruturalista, do Terceiro Mundo, etc.), no interior das produções e movimentos feministas. Essas diferenças não podem ser cristalizadas em um único sujeito, a exemplo de “mulher”, posto que há variadas posições de sujeito com uma multiplicidade de interesses, objetivo político, materiais e culturais específicos, envolvendo as lutas das mulheres. (COSTA, 1998, p. 127)

Seguindo esta mesma perspectiva, a antropóloga feminista Cecília Sardenberg (1997) sublinha que o fato de ser homem ou ser mulher não é “simplesmente um feito natural, biológico. Há vários fatores de ordem econômica, social, política, étnica e cultural que contribuem de forma diversa para a maneira em que pensamos e atuamos enquanto homens ou mulheres”. (SARDENBERG, 1997, p. 1)

Joan Scott, Judith Butler e Gayle Rubin estão entre algumas teóricas feministas que mantiveram diálogo com esta teoria e análises sobre a questão do poder, as críticas ao sujeito único universal, as aceitações da diversidade e multiplicidade das relações sociais. (SCAVONE, 2008)

A ideia dos feminismos contemporâneos acerca desses momentos históricos e, em especial, sobre as lutas das mulheres é a de que os sujeitos envolvidos são oriundos de classes sociais, etnias, raças, religiões, gerações distintas, logo, as lutas pelos direitos de mulheres negras, por exemplo, não coincidem exatamente com as de mulheres brancas, ou indígenas, muito embora elas possam apoiar-se, circunstancialmente. Contudo, se teóricas feministas, de modo geral, têm concentrado esforços para questionar as bases epistemológicas tradicionais, no interior do feminismo; os posicionamentos sobre as novas teorias do conhecimento são plurais. (HARAWAY, 1995; BARTRA, 1998; SCHINBINGER, 2001)

Pesquisadoras feministas de toda parte e momentos criticaram as bases das epistemologias tradicionais e os pressupostos da ciência moderna, no interior do feminismo. Sabemos que os limites epistemológicos do pensamento moderno têm servido bastante para excluir e marginalizar outras formas de conhecimento, na medida em que este, para ser válido, tem que ser “científico”. Uma epistemologia é “uma teoria do conhecimento” que delineia um conjunto de pressupostos sobre o mundo social, sobre *quem* pode ser sujeito do conhecimento e *o que* pode ser conhecido (HARDING, 1998, p. 13). Logo, o fato de esse sujeito universal ser europeu, branco, burguês, heterossexual e homem é uma questão que as feministas, de um modo geral, não toleravam e há muito questionavam.

As críticas às epistemologias tradicionais desencadeadas pelas/os teóricas feministas, especialmente, os pós-estruturalistas e pós-modernos, recaem sobre a noção de conhecimento universal abstrato, o androcentrismo, as categorias binárias, dicotômicas e excludentes, a neutralidade da ciência, imparcialidade do sujeito, a objetividade da linguagem. Todas elas com o intuito de expor as sociedades ocidentais pela forma com que estas têm excluído e

marginalizado outras formas de ser e de estar no mundo, evidenciando o caráter político desses pressupostos.

Além disso, a crítica feminista negra às epistemologias nutridas por essas ideias fez emergir que também as produções acadêmicas foram acometidas por este mesmo mal - a falsa neutralidade - posto que, tanto as mulheres, por um longo período, não priorizaram a questão racial, ocasionando a invisibilização da categoria raça em grande parte de sua produção teórica e prática; como entre negros as especificidades existentes entre homens e mulheres foram desconsideradas. Assim, denunciou inúmeros casos evidenciando que o distanciamento epistêmico só serviu para dificultar o deslocamento dos sujeitos tidos como subalternos.

A crítica feminista negra pontuava o fato de que o feminismo, por ser um movimento liderado por mulheres brancas, portanto, com vivências diferenciadas, não dava conta das necessidades específicas das mulheres negras, tampouco do sofrimento imposto pelo racismo interseccionado ao sexismo na vida dessas mulheres.

Segundo Matilde Ribeiro, dos anos 1970 aos anos 1990, o Brasil viveu, após a V Conferência Mundial sobre as Mulheres (China/Beijing, em 1995) e da III Conferência Mundial contra o racismo a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (África do Sul/Durban, em 2001), grandes avanços no que concerne à luta das mulheres, com inclusão das reivindicações das feministas negras, visto que “parece que o movimento feminista tornou-se mais atento, ou vigilante, às ações das mulheres negras, no sentido de qualificar seu discurso e prática, incluindo a questão racial e étnica como importante na luta por democracia e cidadania”. (RIBEIRO, 1995, p. 457)

Como sinaliza Sueli Carneiro (2003, p. 03), as mulheres negras buscaram “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro, promovendo a feminização da luta antirracista. (BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 1995) A esse respeito, a poetisa e escritora Conceição Evaristo retrata muito bem esta problemática no seu poema *Malungo, brother, irmão*, ao tempo em que envia um recado aos companheiros militantes:

No fundo do calumbé  
nossas mãos sempre e sempre  
espalmam nossas outras mãos  
moldando fortalezas esperanças,  
heranças nossas divididas com você:



Malungo, brother, irmão.  
(EVARISTO, 1996, p. 24)

Sobre esses silenciamentos, refiro-me a Patricia Collins (1986), quando salienta que a prática da omissão das experiências de mulheres afro-americanas e a generalização da categoria “mulheres” são reflexos de uma visão positivista de uma ciência que pretende a universalidade do sujeito social moderno, restando para nós, mulheres negras, a responsabilidade de fazer emergir tais experiências históricas e contemporâneas de suas próprias trajetórias.

Vale ressaltar que esta dissertação não teve a pretensão e nem tem esse poder de esgotar todas as possibilidades de interpretação sobre o sentido dessas experiências vividas. Pelo contrário, esta se apresenta como uma contribuição dentre tantas outras que ainda poderão surgir a partir da análise desses depoimentos. Por esse motivo, é que resolvi expor o depoimento das dez candidatas quase que na íntegra, por acreditar que assim estaria possibilitando aos/às leitores/as tirarem as suas próprias conclusões. As interpretações aqui elaboradas a partir das falas destas mulheres não se constituem como esgotada ou inalterável. Ao contrário, ela permanece inspirando novas teses.

### **Raça e gênero: Marcadores de desigualdades sociais numa dinâmica interseccional**

Nos pleitos pelo poder político acirra-se o esforço de se manter as estruturas sociais, tal qual foram pensadas pela ordem dominante. Além da lógica de democracia republicana, sustentada por uma ordem racista e patriarcal, entram neste contexto de disputas as instituições sociais (família, igreja, lei, partido, linguagem, simbologias, etc.), para disciplinar e assegurar a manutenção desta estrutura. Uma das armas poderosas é o controle dos papéis de gênero, reforçado por estereótipos que o acompanham, e são impostos a homens e mulheres na forma de norma de conduta, comportamento e atitudes.

Tomando como pressuposto a articulação de raça e gênero como produtor de desigualdades sociais profundas, a reconstituição das práticas e estratégias utilizadas no decorrer da vida por essas candidatas negras como ação política de resistência, exige,

necessariamente que as experiências dos sujeitos envolvidos estejam alicerçadas, a partir de uma perspectiva interseccional dos termos “gênero” e “raça” com outras opressões, a exemplo de sexualidade, classe social e religião. A participação política das mulheres negras, portanto, assim tomadas reconfigura a forma como as mulheres negras experienciam gênero no seio de sociedades fundamentalmente desiguais, clivada por tantas opressões de cunho racista e patriarcal.

Inicialmente o termo raça foi associado à forma cunhada pela Alemanha, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesta é passível de identificação a ideia de que a humanidade se divide em raças superiores e inferiores, para reforçar a tentativa de dominação política, cultural e ideológica, fundada em uma inferioridade supostamente intrínseca a determinados grupos raciais. O conceito de raça, naquele momento, esteve associado à ideia de ser humano. Com o passar do tempo este termo foi se distanciando dessa perspectiva biologizante, após ter sido praticamente descartado, tanto pela Biologia como por alguns cientistas sociais (GUILLAUMIN, 1972; BANTON, 1977 e 1983; WADE, 1993; GILROY, 2001)

Sua invenção, inicialmente, serviu não apenas para legitimar a “superioridade de um grupo racial sobre outro” como também para nutrir a “crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual que lhe são próprios” (SANTOS, 2001, p. 85). O conceito de *raça* ainda persiste quando se refere às diferenças fenotípicas<sup>22</sup> entre os indivíduos, e também entre aqueles que a destacam como uma construção social (GUIMARÃES, 1995; 1999; ANTHIAS & YUVAL-DAVIS, 1993; REX, 1988).

As considerações realizadas por estes autores, para quem a raça não é uma realidade biológica, mas apenas um conceito limitado para explicar a diversidade humana. Esta só tem eficácia no mundo social, posto que, é no âmbito destas relações que a ideia de “raça” pode ter realidade plena. Portanto este precisa ser entendido, significado e situado para que então se possam combater ações preconceituosas provenientes de construções estereotipadas feitas sobre aqueles sujeitos tidos como minorias nos espaços de privilégios e poder (GUIMARÃES, 1999; 2002; MUNANGA, 2004). Assim, conforme preconiza Guimarães “Não há raças biológicas, ou seja, na espécie humana nada que possa ser classificado a partir de critérios

---

<sup>22</sup> Dizem respeito à aparência dos indivíduos (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz etc).

científicos e corresponda ao que comumente chamamos de ‘raça’ tem existência real” (GUIMARÃES, 2002, p. 50 e 51).

Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite -, ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite (GUIMARÃES, 1999, p. 9).

Afirma, também, Kabengele Munanga que “as raças não existem”. Mesmo se tratando de um conceito inoperante “se cientificamente a realidade de raça é contestada”, em termos políticos e ideológicos o conceito é significativo, na medida em que “funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas” (MUNANGA, 2004, p.19; 2009, p. 15).

Considerando que o que está em jogo é a distribuição dos privilégios, econômicos e simbólicos, presentes na sociedade brasileira que ainda hoje recai única e exclusivamente sobre os grupos brancos, a identidade negra passa fundamentalmente pela afirmação, não apenas do sexo, mas, sobretudo, da cor, pelo compromisso efetivo com a reabilitação de todo um legado, histórico, cultural, político e filosófico e com o enfrentamento do racismo e do sexismo. Este compromisso desloca as mulheres negras da condição de objeto para um lugar muito definido na sociedade brasileira, o de sujeitos sociais negros (NASCIMENTO, 2002; CARNEIRO, 2011b; CARDOSO, 2012).

Neste contexto vale abrir um parêntese para explicitar melhor o privilégio vivido pelos brancos, segundo Sales Augusto dos Santos<sup>23</sup>, citando trecho da entrevista cedida pelo professor José Jorge de Carvalho (2007) onde este se utiliza do termo branquidade para explicar a condição de privilégio racial vivida por determinados sujeitos em uma sociedade racista.

O capital racial que possuem todas as pessoas no Brasil que são classificadas no censo do IBGE como brancas e que na maioria das vezes não assumem essa categoria. Não assumem, mas usufruem os privilégios derivados. E branquidade é a condição de privilégio racial própria das sociedades latinoamericanas da mestiçagem. Difere da condição de branco em países como os Estados Unidos, África do Sul e

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos. Brasília, 1 mar 2007. [http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2695](http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2695), acessado em 02/12/2013.

Zimbabwe porque essas sociedades foi construída uma condição explícita de branco, socialmente aceita de modo inequívoco, o que não é o caso em países como o Brasil, em que a ideologia da mestiçagem tem permitido uma manobra de diluição na esfera pública dessa condição de branco. A branquidade é o privilégio da brancura em uma sociedade racista sem a responsabilidade que ela gera em termos de desigualdade racial (SANTOS, 2007, p. 233)

Portanto, o termo raça como categoria analítica é imprescindível também pela sua capacidade para precisar o racismo como produtor de processos de constituição e manutenção de privilégios dos brancos e, por outro, de exclusão dos negros. A validade deste termo, portanto, repousa no fato de que "raça ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade". (GOMES, 2005, p. 45)

Como bem aponta Kabengele Munanga (2004), o propósito deste discurso tem sido enfatizar que aqui não existe tanta discriminação e preconceito racial, e as pessoas se reconhecem antes como brasileiras do que a partir de uma identidade étnico-racial de oprimido. Neste sentido, o mito da democracia racial serve para dissolver, atenuar e encobrir as tensões, conflitos e preconceitos raciais presentes no Brasil. "Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento?" (MUNANGA, 2004, p. 137).

Nesta perspectiva, "raça" é "não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas, sobretudo, é também uma categoria analítica indispensável". A única capaz de revelar que as discriminações e desigualdades vividas por negro(as) brasileiros(as) fundadas em sua "cor" são efetivamente raciais e não apenas sociais - de "classe" - como nos querem fazer crer. Trata-se de um termo bastante útil, de acordo com a fala de Lélia Gonzalez:

É nesse sentido que o racismo -- enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas -- denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma *divisão racial do trabalho* extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em tempos de capitalismo industrial monopolista, e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial

competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico do monopólio) (GONZALES, 1984, p. 3)

Falar sobre a pressão ideológica que o termo raça exerce sobre os/as negros/as em sociedades clivadas pelo racismo é remeter, por exemplo, ao mito da democracia racial ainda hoje cultivado no Brasil, por demais relevantes, posto que podem interferir consideravelmente nos resultados da pesquisa, caso não haja uma atenção primordial para esta influência nas falas que brotam dos discursos. A escolha pela autodeclaração, por exemplo, não se configurou nesta pesquisa como algo bastante preciso, em razão de que algumas, não muitas, tiveram dificuldade em se autodeclarar como negras ou pretas.

Nesse mesmo contexto, vale ressaltar o pensamento de Werneck (2010), a qual reconhece que é a partir do processo de subalternização que se dá o processo de resistência e a construção desse sujeito político “mulher negra”, e complementa este entendimento afirmando que:

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. (WERNECK, 2010, p. 76)

Bastante oportuno também é a fala de Lélia Gonzalez, em sua obra “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social” (1988), quando referindo-se a frase de Beauvoir, explicitou que:

quando esta afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais (GONZALEZ, 1988d, p. 2).

Neste estudo, que cunha o protagonismo de mulheres negras, ao discutir o conceito de “raça” cumpre, portanto, compreendê-lo como um constructo social, político e cultural, produzido em relações sociais e de poder, num contexto de relações que se estabelece clivado por uma série de assimetrias, como consequência do racismo. (GOMES, 2005, MUNANGA,

2009, CARDOSO, 2012). Seu uso se apresenta como imprescindível nesta análise, na medida em que este termo “funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas” (MUNANGA, 2009, p. 15).

No meio intelectual, entretanto, muitos têm evitado o uso do termo “raça”, optando pelo uso de etnia para se referir às relações que têm como base o racismo e como resultado as discriminações que afetam os/as negros/as dentre outros ditos povos diferentes: judeus, índios, na sociedade, sob a argumentação que o fazem, exatamente, por discordar desta sua filiação ao determinismo biológico, à ideia de humanidade. Batalla (1972, p.24 citado por PINTO, 1993, p. 77) afirma que “parece claro que o conceito de raça não pode ser usado como sinônimo de grupo étnico, tanto por sua própria ambiguidade, como por sua afiliação biológica, que o faz pouco pertinente para a explicação social de fenômenos sociais”.

Ao contrário de muitos acadêmicos, utilizo a categoria raça, ao invés do termo etnia, para explicar a complexidade das relações sociopolíticas existente entre negros e brancos e, em particular as vividas pelas mulheres negras. A categoria “raça”, em termos políticos e ideológicos, é bastante significativa, posto que revela a dimensão mais exata possível de como o racismo incide na construção das representações sociais de mulheres negras, aspectos culturais e físicos observáveis na estética corporal desses sujeitos.

As mulheres historicamente têm sido socializadas por meio da cultura para o desempenho de tarefas reconhecidas como sendo típica da esfera privada – reprodução, maternagem, cuidado, doméstico e, por extensão, os problemas sociais, enquanto que, aos homens são reservados os espaços conhecidos como públicos – poder, política, produção, etc., acentuando-se, assim, as assimetrias de gênero.

Do ponto de vista das ciências sociais, o conceito de gênero é uma ferramenta analítica recente. A literatura aponta nos anos 1970 a produção acadêmica buscando melhor entender tanto a opressão das mulheres quanto a relação existente entre o sexo biológico e o gênero (HARAWAY, 2004; SCOTT 2005; STOLKE, 1991; VIGOYAS, 2004). O campo dos estudos de gênero consolidou-se no Brasil no final dos anos setenta do século XX, concomitantemente ao fortalecimento do movimento feminista no país. Em “A mulher é puro conto: a cultura do gênero”, Verena Stolke (2004) pontua que a palavra gênero foi introduzida inicialmente pelos sexólogos e psicólogos americanos, nos anos 1950, com a intenção de distinguir o sexo anatômico do gênero social. Stolke afirma que essa construção de gênero tornou-se

extremamente relevante, posto que permitiu explicitar as dificuldades que tiveram as feministas contemporâneas para incorporar este termo às abordagens teóricas existentes.

No Brasil, os estudos de gênero foram introduzidos na metade dos anos 1980. Na década seguinte, esta categoria é disseminada na academia, sendo fortemente influenciada pelas análises da historiadora Joan Scott (1991). Em seu artigo *Gender: a useful category of historical analysis*, Scott é uma das pioneiras a pontuar a importância de se ultrapassar os usos descritivos da categoria gênero, posto que sua utilização não possui força de análise suficiente para questionar e modificar os paradigmas históricos existentes.

O termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. (SCOTT, 1995, p. 85)

A categoria gênero foi desenvolvida pelo feminismo e incorporada pelas teóricas feministas contemporâneas e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos de 1970, sendo Kate Millett (1975)<sup>24</sup> uma das primeiras feministas a empregar a noção psicanalítica de gênero social em suas críticas políticas acerca da subordinação das mulheres. Em sua tese de doutorado, Millett (1969) rechaçava o argumento biologista da subordinação feminina, qualificando como um exercício fútil e irrelevante a busca pelas origens do patriarcado e proclamando que as relações entre os sexos eram fundamentalmente políticas. (COSTA, 1998; MILETT, 1969, 1975; STOLKE, 2004).

Com a incorporação da categoria analítica gênero pelas feministas e pela produção acadêmica sobre as mulheres, o conceito é inicialmente entendido como uma definição cultural que traduz, entre outras coisas, uma identidade genérica, adquirida através da socialização, que determina a forma como se relacionam com o mundo. Trata-se de uma construção social da diferença sexual, fundada em assimetrias biológicas entre homens e mulheres, que organiza, de forma predominantemente masculina, a sociedade. (LERNER, 1986; LAMAS, 1986).

Segundo Teresa de Lauretis (1994), em seu artigo intitulado “A tecnologia do gênero”, ainda na década de 1960 do século passado, os escritos feministas e as práticas culturais

---

<sup>24</sup> Segundo Verena Stolke (2004, p. 4), Germaine Greer também parece ter sido uma das pioneiras a se utilizar do conceito de gênero na teoria feminista, para rebater a noção biologista da subordinação da mulher.

feministas tomavam "o conceito de gênero como diferença sexual". Nessa abordagem, gênero era entendido como a criação de diferenças biológicas que opõem homens e mulheres. Conforme bem sinalizado por esta autora, essa forma de entendimento é bastante limitada porque não questiona a oposição binária homem/mulher, mantendo intactos aspectos da teoria moderna, especificamente, as categorias dicotômicas.

Daí a importância, para as teorias discursivas da diferença que se problematizam as teorias biologistas; entretanto, ela alerta para o devido cuidado que se deve ter para que estes conceitos não sejam usados em conformidade com os determinismos sociais. Lauretis enfatiza, ainda, que para o fato de que as relações de gênero se encontram no terreno das instabilidades.

o movimento para dentro e fora do gênero como representação ideológica caracteriza o sujeito do feminismo, é um movimento de vaivém entre a representação do gênero (dentro do referencial androcêntrico) e o que essa representação exclui, ou, mais exatamente, torna irrepresentável. É um movimento entre o espaço discursivo das posições proporcionadas pelos discursos hegemônicos e o outro lugar desses discursos: esses outros espaços tanto sociais quanto discursivos, que existem, já que as práticas feministas os (re) construíram, nas margens (ou “nas entrelinhas”, ou “ao revés”), dos discursos hegemônicos e nos interstícios das instituições, nas contrapráticas e novas formas de comunidade. Esses dois tipos de espaço não se opõem um ao outro, nem seguem uma corrente de significação, mas coexistem concorrentemente e em contradição. (LAURETIS, 1994, p. 238).

Dessa forma, critica a posição de correntes feministas que, se utilizando do conceito de Gênero como construção social, se fixam em representações mantendo as categorias homem/mulher como dicotômicas. O gênero é tomado, desta forma, sem questionar a oposição binária homem/mulher. Defende a perspectiva de lugares engendrados, em que o sujeito no feminismo seria um vir a se constituir. Segundo esta proposta, temos “[...] um sujeito engendrado não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe; um sujeito múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido” (LAURETIS, 1994, p. 208).

Na mesma esteira, Teresa de Lauretis (1994, p. 211) salienta que “gênero não é sexo, uma condição natural, e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição 'conceitual'.” Esta abordagem tem sido interpretada de formas distintas por diferentes correntes do feminismo, em suas considerações sobre o gênero e o sexo, como construções sociais.



Uma das mais significativas contribuições contra as explicações essencialistas da opressão e subordinação social das mulheres vem do ensaio de Gayle Rubin, em 1975, “The Traffic in Women” que, através de uma leitura idiossincrática e exegética da teoria antropológica de Lévi-Strauss com a psicanálise freudiana e com o marxismo, propõe o termo “sistema sexo/gênero” para dar conta do fenômeno de dominação ora discutido. A autora propunha este termo para descrever “o conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1986, p. 157).

Posteriormente, gênero passa a ser interpretado de forma distinta por diferentes correntes do feminismo. Nestas novas abordagens, o gênero se apresenta como uma categoria de análise histórica, cultural e política, que expressa relações de poder, tornando-se evidente a necessidade de repensar as perspectivas até então utilizadas, muitas delas, como já foi expresso, permeadas por uma visão parcial, masculina, que acoberta uma relação de dominação e poder, com o privilégio de determinados conteúdos e sujeitos em detrimento de outros.

Por força da ampliação da presença das mulheres nos mais variados espaços sociais, as feministas contemporâneas têm buscado superar também a questão das diferenças e desigualdades biológicas entre os sexos e ratificar “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, assim como o “aspecto relacional entre os homens e as mulheres” (OSTERNE, 2001, p. 117). A principal importância desta forma de se conceber o conceito analítico de “gênero” é que, além de ser um conceito que tenta desconstruir certas relações,

Ele transcende o reducionismo biológico, interpretando as relações entre os homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais. (STOLCKE, 1991, p. 103).

Desafiando a máxima essencialista e universalista de que a “biologia é o destino”, Scott remete a uma não fixidez nem universalidade das relações entre homens e mulheres. Para ela o termo gênero repousa numa conexão integral entre duas proposições: “gênero como

um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

A ênfase das teorias feministas na diferença, como resposta às pressões políticas do feminismo negro e das feministas lésbicas, conjuntamente com a desconstrução das categorias dicotômicas e identitárias fundadas na biologia, levaram algumas teóricas feministas contemporâneas a declarar, nos anos 1990, tanto a evaporação da mulher como do gênero em “que o gênero dissipou-se diante das fraturas de classe, raça, etnia, classe, sexualidade, idade, particularidade histórica e outras diferenças individuais constitutivas da heteroglossia radical pós-moderna” (COSTA, 1998, p. 127)

Neste entendimento, me coaduno com Bairros (1995, p. 461), ao afirmar serem as mulheres negras uma categoria construída a partir da experiência de ser negro<sup>25</sup> (vivida “através” do gênero) e de ser mulher (vivida “através” da raça). O conceito de gênero, adequadamente proposto por Bairros, é apresentado como fonte de poder e hierarquia que impacta mais negativamente a mulher negra (BAIRROS, 1995, p. 462).

a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interseptam-se em diferentes pontos. Uma mulher negra [...] experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. (BAIRROS, 1995, p.461)

Neste sentido, o conceito de gênero remete à não fixidez, e à não universalidade das relações entre homens e mulheres, que envolve como um de seus componentes centrais desigualdades de poder, sempre contextualizado numa perspectiva interseccional com outros eixos de opressão. Assim, recorro ao termo “gênero” na forma proposta por estudiosas feministas, a exemplo de Heleieth Saffioti (1992), afirma:

---

<sup>25</sup> De acordo com Nogueira (2012, p. 05) a origem da palavra negro/a conforme sublinham os linguistas melan, que é a raiz de melanina é uma variação de uma palavra egípcia que significa “Montanha no Oeste”. É o lugar de descida do sol, território onde os humanos devem descer para se tornarem divinos, ou seja, negra, negro são termos que remetem ao mundo dos sonhos, território de revitalização da existência. Na Grécia, melan refere-se a Melanto, deusa grega, responsável pela fertilidade da terra. Outro vocábulo da raiz de negro e negra é Níger. Uma palavra latina que batiza um rio e derivaria de ngr – palavra de origem semita – que significa “água que corre areia adentro”, que é o poder de regeneração da terra árida, como sinônimo de fertilidade, criatividade, capacidade de gestação, nascimento e florescimento de vida. Retomando o mito egípcio, se a deusa egípcia Nut engole sol no oeste, fazendo dele objeto de sua gestação, é para o nascimento renovado na aurora.

A construção de gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. [...] O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira feminista de fazer ciência. (SAFFIOTI, 1992, p.211)

Muito embora o conceito de gênero estruturado por Scott ressalte que no corpo não há nada que determine como será estabelecida a divisão social, o corpo da mulher negra, historicamente, tem sido alvo do saber que estabelece significados para as diferenças corporais e, ao associar-se raça a gênero, constitui-se num forte agente produtor de sujeições e exclusões.

Esse corpo negro pode, em alguns momentos, aparentar uma contradição, ou seja, a de que as mulheres negras priorizariam a luta racial e que são cegas para a questão de gênero. Faz-se necessário, entretanto, entendê-lo como historicamente determinado pela racialidade construída em torno dele e pelas representações de gênero elaboradas sobre ser mulher, ou seja, analisar o processo pedagógico de construção de um “corpo negro-mulher” que se configura como resultado de práticas discursivas disciplinares e normatizadoras de gênero e de raça e como agente produtor de sujeições e exclusões. (CARDOSO, 2012, p. 60)

Outra contribuição relevante vem da autora Guacira Louro (1997), para quem gênero deve ser entendido como constituinte das identidades dos sujeitos, estas sempre construídas e instáveis. Ressalvando-se que o conceito de identidade não pode basear-se em generalizações que ignorem a complexidade que envolve este conceito, ou seja, como plurais, múltiplas, que se transformam e podem ser, inclusive, contraditórias.

Conforme afirma Louro (1997, p. 25) “a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o”. Nesse sentido, Louro (1997, p. 22), acrescenta “ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens”. Nesta perspectiva, as características sexuais terão que ser consideradas na prática social e constituídas no processo histórico.

Sabemos, de antemão, que as identidades raciais e de gênero têm uma forte influência sobre as trajetórias de vida das candidatas negras. Sabemos também que as identidades características de seus pertencimentos tornou-se politizada, o que fez emergir o sujeito político “mulheres negras”, com experiências de vida, valores, experiências que sugerem uma forma de enfrentamento político, com interesses e bandeiras específicas. Com isso, demandam cada

vez mais do poder público a inclusão deste segmento na sociedade. Na Bahia, o poder público se viu às voltas com este ator político inusitado. Então, como caracterizar esse personagem no canário político de Salvador? O que é ser uma mulher negra? Esse capítulo tenta dar sequência ao curso do processo sinalizando a resposta a tal indagação.

Vislumbra-se nesta seção não somente pontuar as diferenças existentes nos traços característicos do perfil socioeconômico e político-ideológico das mulheres, mas, principalmente, refletir as implicações da interseccionalidade das categorias de gênero e raça articuladas com outras diferenças na vida cotidiana destes sujeitos. Tal escolha vem no sentido de incorporar, em seu interior, as inúmeras interpretações para as lutas das mulheres.

Isso significa que a época é de se falar em feminismos, ao invés de feminismo, em mulheres e não mulher, pelo fato de este estudo buscar incorporar, em seu interior, inúmeras interpretações para as experiências de vida dessas mulheres. Ao incorporar essa perspectiva, alio-me o pensamento de Avtar Brah, quando diz que:

O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de **[raça]** e gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes **[“racialidades”]** e “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. (BRAH, 2006, p. 341) (Destaques meus)

Aspectos importantes, a exemplo dos fatores corporativos da participação política e a influência dos ciclos de vida individual das mulheres é levado em conta nesta nova ordem. Segundo Glória Rabay e Maria Eulina de Carvalho, em seu livro *Mulher e Política na Paraíba – Histórias de Vida e de Luta*, de (2010, p.33), esses aspectos pouco foi explorado teoria política. Estas autoras revelam com essa crítica que aspectos relacionados às suas identidades, que diferenciam, e muito, as condições de acesso à política, por exemplo, não foram contemplados por essa teoria.

Com isso, fatores estruturantes de desigualdades sociais deixaram de captar os limites impostos pela interseccionalidade de inúmeras formas de opressão, que colocam as mulheres em posições sociais de desvantagem e, conseqüentemente, de inserção, a depender do seu pertencimento identitário ou grupo ao qual estejam associadas, assim como dos interesses e projetos que representem.

A partir dos debates suscitados por Michèle Barret e Nancy Fraser, nos anos 1980, sobre as inúmeras posições subjetivas possíveis de mulheres, as diversidades – raciais, sexual, classe social, cultural, religião, geração, etc. – contribuem para a construção de inúmeras experiências fazendo emergir no interior do feminismo uma pressão visando à ampliação do tema.

Também a intelectual Sueli Carneiro (2001), fazendo menção a fala do poeta Aimé Césaire revela que em todo esse contexto de conquista e dominação, há diversas maneiras de perder-se: uma delas é sendo enquadrado na particularidade, e a outra é por diluição no universal (CARNEIRO, 2001, p. 05) salientando a necessidade de se articular racismo e sexismo às inúmeras posições subjetivas possíveis de mulheres.

Com isso é possível constatar que há vestígios de que o pensamento político convencional nos tem apresentado como sendo um ser humano livre de suas identidades racial, de gênero, sexo, classe, etc.. Hoje, entre as/os teóricas/os contemporâneos, há um consenso importante de que tudo o que foi dito sobre direitos civis, sociais e políticos, ou seja, sobre regras universais - dentre elas se insere a cidadania, levou a concepção de um indivíduo como norma, uma raça como norma, um sexo como norma, deixando os demais sujeitos de fora dos direitos prescritos pelas sociedades. (PATEMAN, 1993; PHILLIPS, 2002).

A necessidade premente de articular racismo e sexismo às questões mais específicas das mulheres encontra guarida histórica, e se apresenta como uma posição política pautada em demandas que emergem de diversos segmentos. Sujeitos associados às identidades abrigadas por marginalizados têm sido produzido e incorporado à luta, reivindicando o reconhecimento e a efetividade dos chamados novos direitos.

De fato, a conexão entre raça e gênero interseccionado com outros marcadores de desigualdade, tem possibilitado uma melhor compreensão acerca das incapacidades epistemológicas presentes nas teorias em uso, para explicar as persistentes assimetrias entre mulheres e homens e entre as próprias mulheres nas relações sociais históricas (STOLKE, 2004; SCOTT, 1995).

Questões também levantadas pela antropóloga e cientista social Lélia Gonzalez (1994), acerca deste debate ainda são atuais e não se restringem apenas ao contexto brasileiro. Gonzalez diagnosticou muito bem nesta publicação, as ambiguidades da “universalização” plantadas pelo movimento feminista brasileiro ao apontar que,

se as transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos favoreceram “a mulher”, não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela grande excluída da modernização conservadora imposta pelos donos do poder do Brasil pós-64: a mulher negra. É por aí que se entende, por exemplo, uma das contradições do movimento de mulheres no Brasil. (GONZALEZ, 1994, p. 6)

Também os estudos sociológicos desenvolvidos recentemente por Kimberle Crenshaw (2002), têm se voltado para a necessidade de se compreender e analisar a intersecção dessas variáveis, colocando a diferença entre as mulheres numa perspectiva basilar para qualquer instituição de direitos humanos. Esta autora aponta que o ativismo das mulheres fez com que, na defesa de direitos humanos, fossem observadas as especificidades em torno das violações aos direitos e que a visão clássica de um sujeito abstrato ocultava que as mulheres têm violações diferentes.

Neste sentido a socióloga e ativista política Vilma Reis, em entrevista concedida a Silvana Bispo para sua dissertação “Feminismos em debate: Reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997)”, o uso prático desta ferramenta teórica trará grandes contribuições para os estudos sobre a vida das mulheres. Em seu entendimento sobre o termo, que segundo ela vai ao encontro da forma aplicada nos projetos pedagógicos do Programa CEAFFRO/CEAO/UFBA, a interseccionalidade,

É um conceito que Luiza Bairros já trabalhava no texto – Nossos Feminismos Revisitados – falando sobre a intersecção entre raça, classe e gênero. Ângela Davis trabalhou com o conceito em 1983 (...) e tantas outras feministas negras. Atualmente Kimberlé Crenshaw [...] utilizou esse conceito como metodologia. Este é um entendimento que o feminismo negro sempre teve, que não podia colocar na vertical para entender. Num momento você é discriminada porque é pobre, no outro porque é negra, no outro porque é mulher, isto não existe. A opressão, ela é simultânea, tem momentos que ela é mais dura em um campo, mas ela tá ocorrendo também, e você em geral vive a dupla, tripla formas de exclusão, e outras. (BISPO, 2012, p. 179)

Desse modo, nota-se – principalmente, depois da Conferência de Durban<sup>26</sup>, quando questionamentos em relação à raça, gênero, pobreza e reparações foram levadas com maior ênfase – a responsabilidade que as instituições de direitos humanos passaram a ter, no sentido

---

<sup>26</sup> III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em setembro de 2001.

de incorporar a análise de raça e gênero nas práticas das mulheres, e o cuidado de, ao fazê-lo, que não seja na vertical. (CRENSHAW, 2002, p.172)

Crenshaw (2002) salienta ainda, no documento, o modo pelo qual o racismo, o sexismo, a exploração de classe e a homofobia se cruzam e se complementam mutuamente, “para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação”. (CRENSHAW, 2002, p. 176)

Patrícia Hill Collins (1990), nesta mesma perspectiva, utiliza o termo “interseccionalidade” para se referir à sobreposição simultânea de múltiplas formas de opressão. Estas múltiplas categorias articuladas constroem mutuamente sistemas de poder e opressão, por isso, a alerta para não se cair na tentação de achar que a mulher negra é discriminada uma hora porque é pobre, na outra porque é negra, e adiante porque é mulher. Collins vai expor que a matriz de dominação é estruturada ao longo dos eixos e em vários níveis.

As identidades raça e gênero, por considerá-las uma forma primeira de articular, significar e constituir as relações de poder na sociedade são tratadas neste estudo interseccionadas por outros eixos de opressão – sexualidade, classe social, religião. Nesta concepção, nenhuma destas é vista isoladamente como uma categoria única do recorte analítico do objeto desta pesquisa, muito menos como compartimentos que se juntam ou separam sempre que convier. Isto é, são vistas de forma conjunta e articulada, significando os processos específicos que estão sendo analisados, mantendo sempre aberta a possibilidade de inserção de outras categorias que venham a emergir nas falas das entrevistadas e/ou que sejam reincidentes neste coletivo.

Para melhor compreender como diferenças se transformam em marcadores de exclusão, urge entender a formação dos “repertórios de representação e práticas representacionais, que têm sido utilizados para marcar a diferença racial [e de gênero] e significar o ‘Outro’ racializado [e sexualizado] na cultura popular do Ocidente” (HALL, 2010, p. 424), assim como as estratégias adotadas por estes sujeitos para fazer o enfrentamento cotidiano em face deste processo.

Como forma de assegurar uma amostra representativa da diversidade e dos antagonismos presentes na dinâmica social que envolve a questão foi adotada como critério de

escolha a condição identitária de mulheres negras que participaram deste processo, por entender que, no cenário de disputas mais micro, como é o caso das eleições locais, estas se apresentam de forma mais evidente.

Foi quando me deparei com o primeiro problema teórico-metodológico da minha pesquisa. Haveria implícito no quadro de desigualdades de gênero presentes nas disputas políticas locais o reflexo de relações pautadas sob o signo de diferenças sexuais? Quem considerar mulher, e negra, para fins desta pesquisa, se as feministas contemporâneas rechaçam a noção de identidades, dentre estas a noção de “mulher” enquanto uma identidade essencializada? De que ferramentas deveria me apropriar para me subsidiar nesta tomada de decisão e evitar, assim, a reprodução dos mesmos deslizes epistemológicos do passado?

É importante ressaltar que a identificação dessas mulheres, segundo a raça, se apresentou como o primeiro dos inúmeros obstáculos desta pesquisa, pelo fato de a maioria das instituições brasileiras, e não apenas o Tribunal Regional Eleitoral - TRE, ainda não incluir o item raça na identificação dos/as candidatos/as. Por isso, a estratégia adotada neste estudo, como critério de classificação racial para identificar quem é ou quem não é negra foi, inicialmente, seguir a percepção visual da pesquisadora e, em seguida, conferir com a autopercepção identitária racial apurada na entrevista, a fim de que os resultados encontrados estivessem compatíveis, ao menos, em relação à percepção visual das próprias entrevistadas.

O tema que envolve a assimetria de raça e gênero nas análises sobre a participação política formal é fundamental para as mulheres negras, principalmente para aquelas que já tiveram a oportunidade de atuar como candidatas, pois têm a oportunidade de ver-se num cenário de disputas fortemente marcado, que perpassam não apenas questões financeiras, senão também, por simbologias, estereótipos, discriminações. Esses pleitos revelam um grau de desvantagem diferenciada entre estes sujeitos que os aproximam ou não das possibilidades concretas de vitória.

Ao articular as variáveis, raça, gênero, sexualidade, classe social e religião, os estudos feministas e o movimento de mulheres negras fizeram emergir uma nova identidade política, expondo as contradições presentes nas práxis excludentes, antagônicas que ameaçam a sua cidadania, com os próprios preceitos feministas de transformação profunda das estruturas sociais, que permitam novas possibilidades para as mulheres. A partir destas reflexões, podem



fazer suas escolhas com mais informações acerca de como se processam relações pautadas sob estes signos e de forma mais consciente.

### **A cidadania liberal: uma categoria masculina**

Trata-se de brasileiras que, no sentido social e político, são ou foram pobres. São negras, ou... “denegriram-se” no processo, tornando-se mulheres negras, enquanto sujeito político coletivo. Neste processo de construção descobriram e difundiram um *modus operandi* específico de ser mulher negra brasileira, na política.

O núcleo dessas falas evidencia posicionamentos políticos libertários, constituintes de suas trajetórias políticas; suas falas e memórias recuperam suas experiências face às disputas pelo poder político na capital baiana. Não se trata de revelar o que pensa e viu na vida do outro, mas o que viu, sentiu e o que pensa sobre si mesma nos diversos contextos da vida social e, em particular, nas articulações pela conquista do poder. Por isso é importante compreender os passos a partir dos quais estas mulheres tornaram-se aquilo que são biológica, psicológica, cultural e politicamente falando.

Vários indicadores socioeconômicos, e também políticos, demonstram que, por questões de gênero, determinados sujeitos, como parte integrante de parcela significativa da população brasileira - a população negra - se encontra em diversas situações de desvantagem no país, numa situação maior de degrado simbólico, social e econômico. O problema da sub-representação política que ameaça a cidadania das mulheres negras tem sido alvo de muitas críticas, inclusive pelo fato de ser emblemático em cidades cuja população é majoritariamente constituída por pessoas negras e mulheres, como é o caso específico da cidade de Salvador.

No dicionário Aurélio, o termo cidadania refere-se à condição de cidadão. Mas, afinal, o que caracteriza ser cidadão? Para Pinsk e Pinsky (2003, p. 09) é ter garantidos os seus direitos civis no âmbito territorial de um Estado. Também significa ter direitos civis, políticos e sociais: direito à vida, à igualdade perante a lei, à liberdade individual, liberdade de palavra, liberdade de ir e vir, à propriedade, ao pensamento e fé, a contrair contratos válidos e à justiça, dentre outros. Ademais, cidadania pressupõe, ainda, a participação do indivíduo no destino da sociedade, votar e ser votado, além de acesso à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde,

a uma velhice digna, posto que sem a presença de todos esses direitos não há como assegurar a democracia.

A ideia de cidadania apresentou uma pluralidade de abordagens e variações de acordo com o tempo e espaço, de modo que o ser cidadão no Brasil não vem a ser o mesmo que em diferentes tempos históricos, ou mesmo em diferente Estado-nacional. Isto porque, as conquistas de direitos pelos indivíduos variam de acordo com as reivindicações manifestas na luta de distintos grupos sociais. Para uma melhor compreensão do que significa o conceito de cidadania na modernidade se faz necessário uma incessante busca, sobretudo, do sentido e aplicação deste conceito ao longo da história, tomando como ponto de partida a ideia desta como um constructo que se deu de forma lenta, gradual e não linear. (PINSK et al., 2003)

Para Milton Santos<sup>27</sup> “ser cidadão, [...] é ser como o estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado”. Ele concebe a ideia de cidadão a partir do contexto da realidade brasileira. Ou seja, seu entendimento acerca do que vem a ser um cidadão está associado ao modelo cívico, tanto no sentido cultural como político, herdado de um sistema escravocrata, que marcou as relações sociais deste país. Para este intelectual “o indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos”. (MILTON SANTOS, 1997)

Guerra (2008, p. 172) destaca que “a cidadania ocupa um papel central na construção do Estado Democrático de Direito”, emergindo-se através do Estado (nação) de caráter liberal que provê ao cidadão o livre arbítrio de suas vontades e necessidades, nele inserindo-se também o ato de votar e de ser votado. O cidadão é o agente reivindicante, que autoriza o desabrochar de direitos novos.

Bobbio (1984, p.132) pressupõe que o Estado democrático liberal deve “[...] garantir para cada um, uma esfera de liberdade de maneira que, dentro dela, cada um possa, segundo as suas próprias capacidades e talento, perseguir os fins a que livremente se propõe”. Dentro desta visão, a emancipação deste modelo se vê tutelada em favor da liberdade individual do homem, associada à presença do cidadão no destino da sociedade. A democracia não pode prescindir da participação do indivíduo, sendo sua fonte legitimadora.

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida em dezembro de 1997, em São Paulo, à revista DEMOCRACIA VIVA, nº 2, fev 98.

Segundo Clara Araújo (2012, p. 158), a cidadania remete à ideia de processo, à ação coletiva dos indivíduos. Contudo, como um processo, cidadania é o passaporte para o acesso, de forma plena, aos seus inúmeros direitos. É, também, a experiência vivida que, como prática, vincula-se de algum modo com a ideia de participação e de coletividade. Uma “[...] afirmação de uma liberdade pessoal com o direito de identificação com uma coletividade social, nacional ou religiosa particular” (TOURAINÉ, 1996, p.26), que se apresenta como uma expressão política.

O debate sobre o termo cidadania é extremamente importante para as lutas feministas e também para outras lutas contemporâneas. No calor do debate sobre a situação de desigualdades, por exemplo, a que estão submetidas parcelas significativas da população brasileira, como no caso das mulheres, este conceito vem sendo colocado em destaque com bastante frequência para evidenciar os limites deste estatuto por uma questão de concepção. Entretanto, quando o debate avança e se reporta à distribuição de privilégio baseada em critérios excludentes e às relações de poder envolvendo a ação política do grupo social mais atingido por esta lógica perversa – as iniciativas têm sido quase sempre sufocadas.

As noções contemporâneas de indivíduo importadas da era iluminista, enquanto base filosófica do pensamento liberal têm suas raízes no processo revolucionário inglês, iniciado em 1640 e, ainda hoje, adotadas no Brasil. Esta matriz expressa uma suposição capitalista, masculina, heterossexual, que trata o corpo dos sujeitos como algo separado do seu eu. A utilização desses entendimentos sobre o corpo tem merecido críticas por parte de algumas teóricas feministas, por entenderem que é sobre esse corpo que a norma inicia sua aplicação, distinguindo os seres, determinando o normal, as regras de conduta, o lícito, o moral, o aceito, o incluído socialmente.

Neste sentido, a ideia do ser cidadão está impregnada pelos efeitos do modelo escravocrata na sociedade brasileira, como também do modelo cívico propagado pela democracia. Vista por este prisma não vai se resumir, portanto, a um regime político com partidos e eleições livres para a escolha de seus representantes. Nesta perspectiva ela será vista, antes de tudo, como uma forma de existência em sociedade que não se limita apenas às garantias institucionais, nem ao governo da maioria, senão ao próprio reconhecimento do individual e do coletivo.

De acordo com Carole Pateman a gênese do direito político e sua legitimação estão no contrato original. Este se apresenta tanto como um contrato civil, como um contrato sexual – um “pacto sexual-social” (PATEMAN, 1993, p. 15). A autora argumenta que a ordem civil emanada do contrato original é uma ordem social patriarcal. (idem, p. 16). Para Pateman, o contrato sexual, do âmbito da família, constitui o patriarcado, o que a autora denomina também como “dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual a elas” (idem, p. 16).

O contrato social, também denominado de civil, criado pelo contrato original, constitui o âmbito da política, Estado, governo, sociedade civil e também o mercado e as relações de trabalho. Este aporte trazido por Pateman é extremamente relevante porque, neste, podemos constatar inúmeras implicações do que vem a se constituir como espaços públicos e privados. Segundo a autora também o Estado e o mercado são entrecruzados e moldados pelo contrato sexual.

A crítica feminista, fundada no pensamento de Carole Pateman ao liberalismo aponta, portanto, para a contradição fundamental do discurso democrático liberal, que encobre as exclusões e concebe a cidadania como uma categoria constitutiva e legitimadora do liberalismo patriarcal. Sua crítica evidencia que “a história do contrato sexual começa com a construção do indivíduo” (idem, p. 63). Nas democracias liberais a cidadania formal é tomada a partir de um princípio androcêntrico e como tal tudo foi construído à imagem masculina. Às mulheres tem sido reservado apenas o espaço como a “outra”, onde as tarefas e as qualidades das mulheres são desvalorizadas. Nesta concepção, aquilo que um “cidadão” é, é aquilo que ele faz e a arena onde atua. (PATEMAN, 1993; MOUFFE, 1993)

Pateman (1993) adverte que a matriz da cidadania deixa de fora as mulheres, pois nesta sua cidadania é limitada, imposta pelo contrato sexual que antecede o contrato social. Ademais, de acordo com a historiadora feminista Joan Scott, o problema da participação política das mulheres resulta da,

ideologia das esferas separadas, que as definiu como seres exclusivamente privados, negando assim sua capacidade de participarem da vida pública, política. Tão grande tem sido o poder da ideologia que ainda quando trabalham ou tenham uma atuação política, suas atividades são definidas como extraordinárias ou anormais e, por isso, alheias ao âmbito da política autêntica ou séria. A desvalorização das atividades da mulher desvalorizou também a visão das mulheres como sujeitos históricos e como agentes de mudança. (SCOTT, 1991, p. 48)

Além do mais, ao idealizar a imagem dos indivíduos, a cultura acrescenta a seus corpos signos, símbolos, sinais, que têm gerado posicionamentos analíticos equivocados quando esta análise recai sobre a mobilização de determinados segmentos – mulheres, negros, lésbicas, etc. - que buscam, através de discursos fundados em suas especificidades identitárias, fazer o enfrentamento a esse sistema de adição simbólica que garante um consenso social sobre a imagem ideal, de quem será beneficiado na distribuição dos privilégios.

Com a chamada globalização e a crise de autonomia dos Estados-nacionais, se instalaram, nas economias liberais, problemas relacionados à centralidade do poder, suscitando questionamentos sobre a capacidade de o Estado liberal assegurar a liberdade do indivíduo. Ou seja, “Como manter – e essa é a questão essencial de nossos dias – a possibilidade de ação coletiva num mundo em que as comunidades perdem, progressivamente, sua capacidade de ação e não conseguem atender às demandas mínimas” (PINSK et al., 2003, p. 46).

T. H. Marshall, em “Cidadania, classe social e status”, escrito em 1949, defende que o conceito moderno de cidadania é apresentado como sendo o estatuto que se concede aos membros de pleno direito de uma comunidade. (MARSHALL, 1967, p.94) Parte da ideia de uma expressão política de uma ordem econômica capitalista. Uma identidade compartilhada na formação de uma unidade nacional, a qual se encontra fundada na igualdade, “neutralidade e universalidade de um modelo de sujeito social que, longe de qualquer abstração, aparece marcado” (BROWN, 2004, p. 21-22) como sendo a do homem, branco, adulto, heterossexual, culto e proprietário.

A cidadania das mulheres é, portanto, um eixo que concentra muitas das tensões do pensamento político atual e das reflexões políticas das ativistas e feministas. Urge, portanto, refletir sobre a política formal numa perspectiva que demonstre a pertinência existente na construção de quadros analíticos das relações de poder, envolvendo nestas as categorias gênero e raça, no momento histórico vivido e, onde, os interesses políticos e econômicos estão em disputa. De acordo com Ana Alice Costa:

A cidadania liberal universal é uma categoria masculina, construída com base na exclusão feminina a partir da definição do privado como o lugar da mulher, o lugar das diferenças, da paixão, da natureza. [...] Para as mulheres, no pensamento liberal

não existe igualdade, fraternidade e muito menos liberdade, permanecem fechadas no campo das necessidades, onde prevalecem a paixão, o instinto, a irracionalidade e, principalmente, a reprodução da espécie. (COSTA, 1998, p. 62)

De acordo com a perspectiva de T. H. Marshall (1998), a cidadania não é como nos têm insistentemente ensinado, um simples *status legal*, definido por um conjunto de direitos e de responsabilidades. Este autor concebe este atributo associando-o ao pertencimento pleno a uma comunidade cívica. Um estatuto concedido apenas àqueles membros que se encontram em um determinado estado de pleno direito. Neste sentido, não se trata de algo intrínseco ao indivíduo, um estatuto de todas as pessoas como sempre se pretendeu nos fazer crer.

A luta das mulheres negras, partindo da experiência da organização dos movimentos de mulheres, ultrapassou as fronteiras do pensamento liberal, os limites do capitalismo e localizou a luta feminista negra na contemporaneidade, num contexto mais amplo, ao lado de tantas outras lutas de libertação – a luta antirracista, antissexista, anti-homofóbica, etc.

Destaco, antes de apresentar as questões específicas da apresentação individual destas entrevistadas, elementos importantes para situar o lugar *desde onde* elas falam. Forneço, ainda, rápidas informações acerca do contexto no qual estas se inserem, minhas percepções dos encontros, conforme extraídos do Diário de Campo.

Pensei muito na forma de apresentação inicial das dez candidatas negras selecionadas para fazer parte deste estudo: se seria melhor apresentá-las e analisá-las de acordo com os pontos marcantes, comuns ou divergentes de sua trajetória de vida ou classificá-las em bloco, de acordo com a forma como se apresentam e se articulam no campo político. Uma coisa é certa, qualquer que fosse a escolha, estaria impregnada pela minha própria interpretação e subjetividades, pois seria fruto das impressões extraídas nessas experiências.

Por este motivo, optei por apresentar a experiência dessas mulheres trazendo inicialmente as candidatas eleitas e, posteriormente, as não eleitas. Neste sentido, é possível observar no Quadro 2 - Identificação Pessoal das Entrevistadas, a seguir, como está constituído o perfil das dez candidatas negras selecionadas:

**QUADRO 2 - IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DAS ENTREVISTADAS**

Nome	Partido. Ano de filiação	Data Nascimento	Formação/ Profissão	Início da trajetória política						Filhos	Religião			Mora com quem?	Motivo da candidatura	Identidade Política	Identidade				
				Estado Civil							Filha	Filho	Candombié				Outras	Sem Religião	Organização Atual/ Ocupação	Heterossexual (Outras (Qual?))	Feminista
				Solteira	Casada	Viuva	Outros	c/Companheiro	c/Companheira												
Eronildes Vasconcelos de	DEM e PRB	02/06/1972	Formada em Direito pela Faculdade Batista do Brasil (FBB), Professora da Escola Bíblica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	1	1	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Com os filhos	A dedicação às causas sociais é sua marca regis-trada desde cedo. Daí nasceu a vontade de seguir a carreira	Mulher; negra; evangélica; Militante Partido Político.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
				Presidente da Comissão Especial de Combate à Discriminação Contra a Mulher - CMS						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Evangélica da Igreja Univ Reino de Deus.		Igreja Univ Reino de Deus; Vereadora						
Maria Olívia Santana	PC do B	25/03/1967	Pedagoga/ UFBA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Com a filha e a mãe	A UNEGRO defendia que precisavamos apren-tar um nome pra dis-putar as eleições que brotasse da luta contra o racismo e o	Mulher; negra; origem pobre; militante partidária; espírita	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
				Militância no movimento e Juventude Espírita e Diretório Acadêmico - D.A. e Diretório Central dos Estudantes - DCE.						Espírita		Chefe de Gabinete SETRE-BA; Presidente Municipal PC do B.									
Maria Aladilce de Souza	PC do B	06/11/1956	Enfermeira/ UFBA; Mestre em Saúde Coletiva/ Instituto de Saúde Coletiva/UFBA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Com o filho	Eu não tinha es-sa pretensão. A própria direção do partido sugeriu que eu me candidatasse.	Mulher; mestiça; militante partidária.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
				Militância no movimento estudantil, Grêmio Escolar; Associação de Bairro; Sindical; Dirigente Estadual do PC do B.						Não tenho religião		Profª Escola de Enferma-gem/UFBA; Dir Sindicato de saúde Coletiva-BA Vereadora									

QUADRO 2 - IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DAS ENTREVISTADAS

Nome	Partido. Ano de filiação	Data Nascimento	Formação/ Profissão	Início da trajetória política						Filhos	Religião			Mora com quem?	Motivo da candidatura	Identidade Política	Identidade Feminista				
				Estado Civil							Filha	Filho	Candomblé				Outras	Sem Religião	Organização Atual/ Ocupação	Heterossexual (Outras (Qual?))	Feminista
				Solteira	Casada	Viuva	Outros	c/Companheiro	c/Companheira												
Célia Oliveira de Jesus Sacramento	PV	28/07/1967	Contadora /UFBA e Faculdade Visconde de Cairu; Doutorado em Eng. de Produção/UFSC; Mestrado em Contabilidade/USP.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	1	1	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Companheiro e filhos	Estava em casa, quando o movimento social me chamou pra política.	Mulher; negra; militante de Partido Político.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
				Movimento social; Associação de Bairro; Conselho Regional de Contabilidade								Sempre chamo por Deus, Orixás, Buda, sou uma pessoa sincrética.			Vice-Prefeita de Salvador; Contadora; Profª da Fac. Ciências Contábeis/ UFBA.						
Marta Rodrigues de	PT	20/06/1959	Licenciatura em Letras; professora de Ensino Médio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	1	2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Com os filhos	Mulher; negra; militante do PT.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			
				Movimento Estudantil e de jovens da Igreja Católica; de mulheres do PT.								Católica			Militante do Movimento de Mulheres do PT						
Valquíria Barbosa Silva	PTB e PT do B	25/04/1942	Advogada; Delegada aposentada; Mestrado Profissional em Administração/UFBA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Com uma sobrinha	Mulher; negra; origem pobre	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			
				Academia de Polícia Civil dos Estado da Bahia								Católica			Vice-presidenta do Esporte Clube Ipiranga						



QUADRO 2 - IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DAS ENTREVISTADAS

Nome	Partido. Ano de filiação	Data de Nascimento	Formação/ Profissão	Início da trajetória política						Filhos		Religião			Mora com quem?	Motivo da candidatura	Identidade Política	Orientação sexual		
				Estado Civil						Filha	Filho	Candomblé	Outras	Sem Religião				Organização Atual/ Ocupação	Hetero sexual	Outras (Qual?)
				Solteira	Casada	Viuva	Outros	c/Companheiro	c/Companheira											
Nilza dos Santos Barbosa	PTN e PT	11/04/1951	Licenciatura em Letras/ UCSAL; Ex-professora de escola pública Ensino Médio; Aposentada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2	6	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Companheiro e filhos	Porque eu tenho um projeto pra o meu bairro que é a revitalização do esporte, cultura e lazer da Liberdade	Mulher; negra; militante do Movimento Social de Bairro e de Partido Político.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
				Militância no movimento estudantil, Grêmios Escolares; Associação de Bairro.						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Católica			Proprietária de duas bibliotecas - bairro da Lapinha e Guarani - e de um Troca Livros.					
Creuza Oliveira	PT e PSB	11/05/1957	Ensino Fundamental / Trabalhadora Doméstica / Presidente da FENATRADE	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Com a família - Irmã		Mulher; negra; evangélica; Militante do movimento sindical e Partido Político.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
				SINDOMÉSTICO - Sindicato das Trabalhadoras Domésticas						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Evangélica			Sindical - Presidente da FENATRADE - Federação Nac. Trabalhadoras Domésticas					
Edileusa Bruno Vida	PT	24/12/1976	Historiadora; UCSAL; Professora de Ensino Médio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	0	0	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Mora sozinha	Tinha coisas pra dizer, q/ ninguém poderia dizer por mim.	Negra; Ati-vista do movimento de LGBT; Mili-tante do PT	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
				Movimento Estudantil e LGBT. Final dos anos 80.						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Candomblé filosofia Bu-dista Orixá: Xangô					LGBT - Asses Parlamentar -Gab. Fabiola Manssur			



## II - RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE CANDIDATAS NEGRAS

### **Identificando as personagens a partir delas mesmas**

Neste capítulo relato as expressões das entrevistadas acerca de quem são, e onde se situam, a partir de algumas imagens de suas trajetórias de vida, para estabelecer algumas reflexões sobre as diferenças intragênero, aqui compreendida como uma dimensão importantíssima para se compreender o lugar de fala dessas mulheres. Essas desenvolveram a partir das identidades características dos seus pertencimentos uma visão cada vez mais politizada, diferenciada de mundo e com uma forma de atuação política compatível com o contexto em que vivem em prol da construção de alternativas de superação de quadros extremos de desigualdades e por que não dizer, de exclusão do poder e do sistema de significação deste.

No caso específico desta pesquisa, que trabalha com a trajetória de mulheres negras, na perspectiva de metodologias qualitativas nas ciências sociais, incorporo a ideia de que a exaltação dos detalhes, dos pormenores que perpassam a trajetória de vida destas mulheres pode ser reveladora para o conhecimento da realidade das estruturas sociais.

Posso afirmar, portanto, que se trata de uma tentativa de corrigir os furos deixados pela historiografia oficial, a partir do apontamento de alguns exemplos emblemáticos do protagonismo destas mulheres negras, tanto no contexto institucional como em suas formas alternativas de atuação, seja no âmbito público, seja no ambiente doméstico.

Já havia lido em algumas bibliografias que a arte de contar histórias vem de longe. Que “uma das peculiaridades da memória africana é reconstituir o acontecimento ou a narrativa registrada em sua totalidade, tal como um filme que se desenrola do princípio ao fim, e fazê-lo no presente.” (KI-ZERBO, 2010, p. 208) Por isso, dificilmente se encontrará entre as minhas entrevistadas alguma que goste de falar pouco ou que tenha pressa em se colocar. Na tradição oral dos africanos, “Resumir uma cena equivale, para ele, a escamoteá-la. [...] Todo detalhe possui sua importância para a verdade do quadro. [...] Se lhe for solicitado resumir uma passagem ele responderá: ‘Se não tens tempo para ouvir-me, contarei um outro dia’”. (KI-ZERBO, 2010, p. 209)

Assim, mais do que as ações destas candidatas na sua individualidade, interessa-me apreender a ação coletiva destas atrizes sociais – organizadas em torno das inúmeras

frentes de lutas travadas contra o racismo e o sexismo, que culminaram em um *ethos* político, em uma cidadania, enquanto identidade social e política. Este protagonismo lhes constituíram como sujeitos políticos e lhes credenciaram para representar determinados segmentos sociais e políticos da cidade de Salvador.

Em todo o desenvolvimento deste estudo é apresentada uma série de situações trazidas nas narrativas dessas candidatas, que retratam, de alguma forma, a problemática que perpassa esse protagonismo no cenário político local. Trajetórias de vida de uma riqueza imensurável, por força da diversidade de pertencimentos que abrigam, perpassadas por realidades variadas.

Na cultura africana, onde a tradição oral assegura a transmissão de todos os valores, apercebe-se mais facilmente que as narrativas se constituem como importante engrenagem na veiculação das regras e interdições que determinam o bom funcionamento da comunidade e previnem as transgressões. Logo, sua importância advém do seu caráter exemplar, pois essas regras e interdições transmitidas no processo educativo, em geral, estão ligadas à manutenção da própria vida, formam sistemas de elementos que concorrem para a sobrevivência da comunidade. O que significa dizer que as tradições dessa cultura se associam às preocupações com a manutenção e prosperidade do grupo comunitário.

Nesta perspectiva, examinando o itinerário percorrido por cada uma destas interlocutoras, sua forma de inserção, participação e os significados conferidos por elas próprias a essas práticas são concebidas como ação política de resistência. Ou seja, a real dimensão dada por elas mesmas do que é viver na resistência em um país desigual feito o Brasil.

Não se trata de ler as entrelinhas um “não dito” oculto em suas falas, senão, analisar exatamente aquilo que foi proferido por elas, empreendendo uma análise daquilo que foi exposto. O que significa dizer, investigar a invenção de si empreendida por tais candidatas. A forma como estas constituíram a si mesmas, pensando a respeito da “reflexão sobre os modos de vida, sobre as escolhas da existência, sobre o modo de regular sua conduta, de fixar a si mesmo fins e meios”. (FOUCAULT, 2004, p. 291)

Trata-se, na sua grande maioria, de mulheres pobres, que se apresentam neste processo com sua identidade de mulher negra, umas identificando-se, outras não, com este coletivo para driblar e, às vezes, tentar ressignificar e deslocar símbolos e valores, que quase sempre são ativados e, outras vezes, criados, imaginados para produzir desigualdades e exclusões deste sujeito.

A partir de suas narrativas, é possível evidenciar como estas candidatas identificam e avaliam as prováveis barreiras imputadas pela sociedade de um modo geral, por determinadas instituições e demais candidatos/as envolvidos/as nas lutas pelos espaços políticos. Aquele/a que ouve a narrativa está apto/a a compreender os conflitos que se apresentam no cotidiano dessas mulheres e podem perfeitamente perceber a dinâmica dos marcadores de desigualdades, que se defrontam em suas trajetórias individuais e coletivas. Esta nova perspectiva trazida por mulheres oriundas dos grupos oprimidos ou marginalizados se centra num esforço por entender o significado concreto do cruzamento das múltiplas identidades que constituem o sujeito.

**Eronildes Vasconcelos Carvalho** – Tia Eron é natural de Salvador/BA, filha de Eronilha França Lima, dona de casa, e José Alexandrino Vasconcelos, bombeiro hidráulico. Viúva tem um casal de filhos. É evangélica da IURD, formada em Direito e está na quarta legislatura como vereadora de Salvador/BA.

**Maria Olívia Santana** – Nacida no Alto de Ondina, ocupação de Salvador/BA, é filha de Maria José Santana - empregada doméstica e lavadeira - e Manoel Ricardo Santana - marceneiro. Ela pilheria: “Eu sou filha da outra...” Vem do movimento de juventude espírita, do Cavaleiro da Luz. É pedagoga, presidenta Municipal do PC do B.

**Maria Aladilce de Souza** – É natural de Nova Soure, filha de Euclides Ladislau de Souza e Maria Cândida de Souza. Solteira, tem um filho. Apesar de ter sido criada no seio da igreja católica - estudou em colégio de freira - não tem nenhuma religião definida. É enfermeira, servidora pública da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

**Célia Sacramento** – Nascida em São Paulo, mudou-se para Salvador ainda criança. É filha de Antonio Oliveira de Jesus, sapateiro, e Antonia Oliveira de Jesus, auxiliar de serviços gerais, divorciada e tem dois filhos. É Contadora e, atualmente, vice-prefeita de Salvador, pelo PV. Considera-se uma católica típica de Salvador, porque é sincrética.

**Marta Rodrigues Sousa de Brito Costa** – É natural de Aiquara, interior da Bahia, filha de Zeferino Rodrigues Souza, trabalhador rural, e Maria Cerqueira Cruz, costureira. É católica, separada e tem três filhos. Professora, formou-se em Licenciatura em Letras e Pedagogia. Assumiu, por dois momentos, a presidência do PT Municipal /Salvador.

**Valquíria Barbosa** – Nasceu no bairro da Liberdade, em Salvador/BA. É filha de Osvaldo Barbosa da Silva, mestre de obra, e Cordélia Silva, lavadeira. É católica, solteira e tem uma filha de criação. Formou-se em Direito e foi Delegada de Polícia Civil. É formada em Comunicação Social e poetisa. Foi presidenta da ACADEPOL.

**Nilza dos Santos Barbosa** – É natural de Candeias/BA, filha de Antonio Pereira dos Santos Silva, ferroviário, e Edite Pereira dos Santos, empregada doméstica. Professora, é formada em Licenciatura em Letras, idealizadora do projeto Troca de Livros e fundadora da ONG Centro Sociocultural Livro é Vida. Viúva, tem um companheiro e sete filhos.

**Creuza Maria Oliveira** – É natural de Salvador/BA, embora tenha sido registrada como sendo natural de Santo Amaro da Purificação/BA. É filha de Maria do Patrocínio Oliveira, lavradora, e Francisco Araujo, vendedor ambulante. Solteira, não tem filhos. É evangélica da Igreja Batista. Sindicalista, fundou e dirigiu a Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas da Bahia, hoje SINDOMÉSTICO.

**Edileusa Vida Bruno** – Nasceu no bairro de Pau da Lima, em Salvador/BA. Filha de Pedro Gonçalves Vida, maquinista da REFER S/A, e Edinólia Bruno da Silva, dona de casa. É a caçula de dez filhos. Graduada em História, é professora. É lésbica desde que se conhece como gente, afirma.

**Clarice Pereira dos Santos** – Nasceu em 09 de dezembro de 1961, no Nordeste de Amaralina, bairro de Salvador/BA. Seu pai, Percílio José dos Santos, era carpinteiro, e sua mãe, Etelinda Pereira dos Santos, dona de casa. Formada em Pedagogia e com Especialização em História Social, é professora da Rede Pública Municipal.

As denúncias sobre a permanência de um silêncio sobre outras formas de opressão, que não somente o sexismo, compreendem mais uma dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que vem exigindo a reelaboração dos discursos e práticas políticas do feminismo. O elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras, sob o ideário e a prática política feminista no Brasil.

Segundo Judith construídas mediante exclusões de gênero, raciais, dentre outras, e por uma fusão desta com a vida Butler (1998), isso é especialmente importante para as preocupações feministas, na medida em que as bases da política - “universalidade”, “igualdade”, “o sujeito dos direitos” - foram pública, que torna o privado um espaço de reprodução, domínio da “feminilidade”, do pré-político.

Neste sentido, busco analisar a trajetória social e política destas candidatas, tomando por premissa sua identidade e diversidade, a fim de identificar quais os fatores que propiciaram sua organização em distintos espaços e momentos, sua associação a algum segmento social os quais tenham propiciado sua inserção na vida pública. Este estudo, portanto, recaiu sobre a fala destas dez mulheres negras, por acreditar que o ciclo de sua vida pessoal e coletiva é político.

Com este resgate, é possível compreender as motivações, até mesmo as contradições que emergiram dessas convivências que desembocaram na política partidária eleitoral e de que forma seus pertencimentos identitários repercutiram e ainda repercutem em suas práticas e nos pleitos eleitorais.

Trata-se de reconhecer nas experiências que emergem das falas dessas mulheres diversas, um conhecimento produzido a partir de ensinamentos e tradições ancestrais, não apenas como uma importante “contribuição intelectual ao feminismo” (BAIRROS, 1995, p. 463), senão também como modelo civilizatório que se impôs diante da história oficial, se contrapondo ao modelo eurocêntrico hegemônico; uma ação política que serviu e ora serve como uma alternativa de sobrevivência para negros/as em diáspora no ocidente.

O núcleo das falas extraídas destas entrevistas evidencia posicionamentos políticos emancipatórios, plurais, heterogêneos e libertários, constitutivos de suas trajetórias, articuladas por experiências construídas por seus ancestrais na diáspora. Suas falas e memórias recuperam não apenas as suas próprias experiências, mas, sobretudo, as falas de um povo, “que detém um amplo repertório cultural, assentado nas civilizações africanas e ressignificado no Brasil” (LIMA, 2007, p. 209). Revelam também experiências concretas de resistência ao processo de exclusão em uma sociedade clivada por desigualdades, opressões e disputas cotidianas por direitos e espaços de poder tão demarcados em concepções racistas e patriarcais.

Estas mulheres, historicamente, têm se articulado de inúmeras maneiras para operar esse enfrentamento de modo mais eficiente no âmbito das suas relações cotidianas, porém com repercussões para além destas, razão pela qual a trajetória de vida dessas mulheres aponta, para a contemporaneidade, as condições de passagem dos dados empíricos à problemática que perpassa relações sociais fundadas sob uma lógica injusta de distribuição de privilégios.

### **Fragmentos que demonstram a presença de um *ethos* político**

Neste capítulo investigativo as candidatas à vereadora serão identificadas através do traçado do seu perfil socioeconômico, político e ideológico. Pretende-se que esta seja uma hipótese sobre a presença destas mulheres no importante reenquadramento dos problemas da exclusão social e política, que envolve “a separação entre *quem* e *o quê* é para ser

representado, bem como a subordinação do primeiro ao segundo”. (PHILLIPS, 2001 p.272), tendo como eixo estruturante dessa discussão a trajetória traçada pela ação política destas candidatas no processo político pelo poder formal na capital baiana e as barreiras enfrentadas para que se estabeleça uma unidade entre estas visando um enfrentamento mais qualitativo às inúmeras formas de opressão que perpassam o seu cotidiano.

O propósito deste registro é basicamente apreender aspectos relevantes e significativos desta atuação na vida social e política, cujas heterogeneidades de fatores presentes em sua realidade influenciaram na construção de um *ethos* político que faz com que as reconheçamos como sujeitos políticos, protagonistas de ações contundentes de enfrentamento as opressões racistas e sexistas que impõe processos variados de exclusão.

Tomando como premissa a constatação de que as especificidades do ser mulher e, negra, pobre, lésbica, numa sociedade clivada por inúmeras desigualdades implica uma série de desvantagens, as narradoras se apresentam como agentes de pressão política, reivindicando políticas públicas para problemas fundados nesta ordem: elas falam de direitos e reclamam políticas específicas, não apenas para si ou para outras mulheres, senão também para diversos segmentos que se inserem neste contexto social.

Como, então, caracterizar a presença destas atrizes e seu protagonismo no espaço político de Salvador? Esse capítulo tenta abarcar esta indagação e trazer para o debate esta ação política, assim como os antagonismos e contradições que também é parte destas trajetórias.

Nesta iniciativa de contar a participação política de sujeitos concretos, é possível extrair pistas que nos levam a refletir sobre as circunstâncias em que esse *ethos* político foi forjado e que atualmente explica e justifica a potencialidade e limites das ações dessas candidatas negras enquanto representantes de amplos segmentos, projetos e interesses constitutivos de uma forma de ser e estar nessa sociedade.

Seguindo a pista deixada por Luiza Bairros (1995), a partir dos ensinamentos de Patricia Hill Collins (1991), diria que se trata de um exercício para desvendar a “longa tradição política entre as mulheres negras”. Uma alteridade percebida por meio da convicção de quem se propõe a dotar essas relações e a história de um sentido. Essas experiências se apresentam sempre associada a alguma luta pela emancipação e autonomia social e política de indivíduos que insistem em se afirmar como sujeito e não como objeto.

Em muitas situações, ao se utilizar das partes para recompor o todo, é possível se ter uma ideia de como as práticas sociais do dia a dia são produtoras, numa mão dupla da



estrutura social. E é neste sentido que Pais argumenta que ao se tentar reproduzir práticas sociais “o que se reivindica não é uma sociologia distraída, mas antes uma sociologia que, distraído-se nos pormenores, possa fazer as suas descobertas contemplativamente. E contemplar significa dar prioridade à percepção imaginosa...” (PAIS, 2003a, p. 47)

Assim, na medida em que contemplo os pormenores da vida dessas candidatas negras constato que algumas se inserem no cenário político eleitoral como candidatas nos pleitos de 2008 e 2012, pela primeira vez, mas a maioria já acumula experiência de outras atuações conforme evidencio a partir do Quadro 3, a seguir:

**Quadro 3 - Evolução dos votos das Candidatas para a Câmara Municipal de Salvador (2000 – 2012)**

Ano/Candidata	Eleição			
	2000	2004	2008	2012
Tia Eron	12.910 3ª colocada	17.094 2ª colocada	12.552 5ª colocada	15.590 3ª colocada
Olívia	5.157 Suplente	9.660 16ª colocada	9.147 11ª colocada	xxx Não concorreu
Aladilce	xxx Não concorreu	6.641 27ª colocada	6.976 28ª colocada	5.007 38ª colocada
Célia	xxx Não concorreu	xxx Não concorreu	2.598 Suplente	xxx Não concorreu
Marta	xxx Não concorreu	4.573 Suplente	6.885 31ª colocada	5.048 Suplente
Valquíria	3.977 10ª Colocada	2.854 Suplente	1.343 Suplente	xxx Não concorreu
Nilza	1.340 Não concorreu	1.773 Não concorreu	2.250 Suplente	5.157 Suplente
Creuza	3.205 Suplente	3.901 Suplente	4.317 Suplente	2.563 Suplente
Vida Bruno	xxx Não concorreu	xxx Não concorreu	xxx Não concorreu	337 Não eleita
Clarice	xxx Não concorreu	xxx Não concorreu	2.155 Suplente	1.742 Suplente

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados coletados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 04/11/2008, Consulta feita junto aos arquivos da Câmara de Vereadores de Salvador e site <http://www.eleicoes2012.info/candidatos-vereador-salvador-ba/> e <http://eventos.noticias.uol.com.br/eleicoes/BA/index-38490.html>, acessado em 14/10/2012 e <http://apuracao.terra.com.br/2008/1turno/ba/38490/index.shtml#vereador>

A forma com que é feito o resgate desses feitos traduz não apenas aquilo que elas experimentaram em um momento específico como candidatas, se não aquilo que viveram e que conviveram com tantos outros sujeitos – homens e mulheres, negros e não negros,

durante uma vida inteira. O que percebemos agora como um *ethos* político refletido em seu capital social na verdade é resultado da interação desse conhecimento ancestral com essa sociedade constituída nesses moldes.

Elas são profissionais de diversas áreas. Fazem ou farão parte de um futuro bastante promissor na esfera política deste país em razão do legado que têm deixado a partir de suas práticas no processo de redemocratização e do aprimoramento dos mecanismos de controle social. O que certamente servirá de pretexto para se revisar a historiografia a partir da presença das mulheres nos espaços de poder, dos seus feitos, assim como sua forma de se relacionar com essas estruturas. Portanto, muita atenção aos detalhes, pois neles encontramos desvios, antagonismos, contradições que são inerentes aos fatos, pois neles certamente havia uma mulher negra. E é a partir destes que teremos a verdadeira dimensão e o sentido das coisas. A mesma lógica pode ser atribuída as disputas políticas num contexto estruturado sobre assimetrias crônicas diversas, conforme teremos a oportunidade de contemplar nessas trajetórias.

### ***Eronildes Vasconcelos Carvalho: A ação política no plano dos interesses da Igreja***

***Partido Democrático – DEM e Partido  
Republicano Brasileiro – PRB  
“Tia Eron, o Coração de Salvador!”<sup>28</sup>***

*“Não houve escolha da minha parte para representação política. O que houve foi aquilo que eu chamo de missão mesmo. Olhe tem esse dever de casa pra você fazer. Você é mulher, tem um trabalho excelente aqui, então precisamos que você vá fazer este trabalho de excelência lá, tá?. Foi isso que aconteceu. E eu dizia, mas eu não sei nada, eu não tenho experiência disso, eu não tenho nem histórico familiar. Mas vá, que vai dar certo! Sabe o que é acreditar? E não é que deu certo?” (TIA ERON)*

Início as análises das entrevistas a partir da entrevista realizada com a vereadora Eronildes Vasconcelos de Carvalho, Tia Eron. Sua contribuição para essa pesquisa – como a das demais interlocutoras – se estabelece a partir do registro de suas memórias, experiências, testemunhos, embates, trazidos para ajudar a elucidar como se dão as implicações sociopolíticas destas experiências com a opressão na identidade feminina das

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada pela própria pesquisadora em 06/11/2013.

candidatas negras que repercutem na sub-representação das mulheres nos espaços de poder e a política formal, especificamente a Câmara Municipal de Salvador, tem servido para confirmar o que há muito o movimento feminista tem denunciado. O racismo e sexismo como fundador e mantenedor da distribuição assimétrica do poder.

Ao iniciar este relato vale destaque o fato de que agendar com a vereadora Tia Eron, não se constituiu como uma das tarefas mais fáceis desta pesquisa. Além das inúmeras tentativas frustradas de tentar marcar por telefone, foram idas e vindas pessoalmente ao seu gabinete até conseguir. A solução para este desencontro veio mesmo pelas mãos da vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento. No dia em que eu a entrevistei, após a nossa longa conversa, revelei a dificuldade que estava enfrentando para agendar com a vereadora Tia Eron. Mais que prontamente, ela ligou para o celular da vereadora e disse. “Eron você não vive se queixando que esse pessoal do movimento negro não te dá espaço? Tem uma pesquisadora do NEIM da UFBA aqui comigo dizendo que está tentando uma agenda com você há meses, e não consegue. Ela vai te ligar”. Foi o suficiente, assim que liguei pra ela marcamos o encontro, para dia 22/10/13.

Mas não foi ainda dessa vez que consegui ouvir a depoente. Nesse intervalo contraí uma virose, seguida de uma gripe, terrível. Mas, como a vice-prefeita havia me convidado para participar, no dia 25/10/13, de uma sessão especial que a vereadora Tia Eron estava promovendo para homenagear, com a Medalha Maria Quitéria, a contadora Maria Constança Carneiro Galvão, primeira mulher a assumir a presidência do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia – CRC-BA, mesmo ainda em fase de convalescença, fui ao citado evento. Lá tive a oportunidade de rever colegas da Coelba, além de conseguir, finalmente, ser apresentada à vereadora. Célia Sacramento, além de nos apresentar, firmou uma agenda minha com ela, para a semana seguinte. Desta vez, dia 11/11/13. Aí sim, pude vencer mais uma etapa desse cronograma de entrevistas.

Apesar de tantas idas e vindas, valeu a pena a espera por este depoimento. Digo isso não somente pela atenção dispensada pela edil (porque depois do evento tive uma recaída), pelo carinho demonstrado nesse intervalo através das mensagens enviadas pra meu celular desejando melhoras, mas, sobretudo, porque se trata de uma forte liderança política da atualidade no Estado da Bahia.

Como um dos objetivos desta pesquisa é investigar como se dão as implicações sociopolíticas, de acesso ao poder formal, dessas experiências com a opressão na identidade das mulheres negras, sua trajetória política é de fundamental importância para

compreender este protagonismo dentro e fora desse contexto geográfico. Sendo assim, uma das primeiras indagações feitas a interlocutora diz respeito a suas origens dentro de uma família negra, urbana, de bairro popular de Salvador:

“... Meu pai se chamava José Alexandrino Vasconcelos, mas tinha o apelido de “Zé Meu Branco”. E você sabe por quê? Em função da sua condição social e financeira que era melhor do que a dos demais vizinhos no local onde eu nasci e me criei que foi na Vasco da Gama - Vila América. Isso porque ele tinha casas de aluguel, porque ele era o cara que tinha na casa um telefone e os vizinhos todos quando os parentes queriam falar iam todos na casa de Zé Meu Branco. Então ele não podia ser “zé”, ele tinha que ser “Zé, meu branco”. Por isso ele era “branco” entre aspas, sendo negro, negro, negro. É muito interessante isso. [...] E minha mãe se chama Eronilha França Lima. Foi depois da perda de meu pai... imagine o que é faltar um chefe de família em uma casa. Obviamente que as coisas mudam e aí foi quando minha mãe quis retomar a questão dos alugueis, ela nunca teve experiência de está administrando nada, além da casa e dos filhos. Ele tinha muitos imóveis e os inquilinos olhavam pra ela e se achavam no direito de não pagar. E nós tivemos que passar por muitas privações. Então nós ficamos assim é... economicamente falando, no ostracismo. Tendo, mas não era nosso. [...] Hoje você chega lá em casa, ela aluga a casa pra quem ela quer, se você chegar quero alugar... ‘É tanto minha querida.’ ‘Há mais é que eu tenho dois filhos.’ ‘Não, aqui eu não alugo pra quem tem filhos.’ ‘Há que eu tenho cachorro...’ ‘Não, não alugo pra... Oh minha mãe, pelo amor de Deus! ‘Não, que nada. Não quero velho pra toda hora tá dando descarga, gastando água.’ Então ela tem uma noção de administração nata. Mulher empoderadíssima!” (TIA ERON)

Com a morte de seu pai, passou por momentos muito difíceis. Foi um momento marcante também porque foi nesta situação que viu sua mãe transformar-se nesta mulher firme e decidida que se vê até hoje. “Nenhum dos filhos se atreve a questionar uma decisão da minha mãe. O que fez tá feito e acabou”. Quando lhe pergunto por que ela não se casou novamente, explica que sua experiência conjugal foi muito feliz, por isso, não há espaço para menos do que viveu e teve nessa relação.

“... Não é que eu não quisesse me casar, a gente vai ficando um pouco mais velha e a gente vai criando responsabilidades também e vai priorizando algumas coisas, não é? E a importância, a minha preocupação hoje é a da criação, da educação dos meus filhos. Porque imagine Eduardo quando faleceu era muito jovem, imagine 36 anos, os meninos eram pequenos, muito bem pequenos. Então hoje não os meninos com 18, 17 anos eu me considero uma campeã. Então..., assim... agora... Eu não quero me lembrar desta fase... Então, você não tem cabeça pra focar num outro casamento, num outro relacionamento. Eu não posso, eu tenho foco. Casamento é uma vida pública. Claro que vai chegar o momento. E tem outra coisa: não quero nada abaixo daquilo que eu vivi. Quero acima. Dezoito anos de casamento...! É brincadeira? Então eu vou querer alguma coisa abaixo do que eu vivi? Em hipótese nenhuma. Casei muito cedo. Tive que ter a permissão de minha mãe. Casei com dezessete anos. Uma mulher como eu terrível. [Risos]. Que teve uma escola como a escola da minha mãe, heim? Que deu duas cabriolas e se firmou e se empoderou. [Risos]” (TIA ERON)

Os ensinamentos que ela, Tia Eron, extraiu das vivências que teve com sua mãe, ela qualifica como sendo de empoderamento. O grau de autonomia alcançado por sua mãe após a morte de seu pai significou um contínuo exercício de superação de obstáculos que tem servido como referência para as suas próprias escolhas. Neste sentido é que sabiamente tem-se constatado que as negras tiveram uma experiência diferenciada neste processo histórico e que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido nem se “dado conta da diferença qualitativa que o efeito desta opressão ‘teve e ainda tem’ desencadeado na identidade feminina de outras mulheres negras” (CARNEIRO, 2001, p. 01).

Eronildes Vasconcellos é uma mulher que mesmo tendo concluído na época apenas o ensino médio, desenvolveu um trabalho de educadora com crianças carentes de bairros populares de Salvador, que a elevou a condição de um dos principais nomes do projeto político da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD na Câmara. Ela nos conta que estas ações não ficaram restritas ao segmento evangélico, tiveram início nessas instituições, mas posteriormente foram se expandindo para além dos muros da Igreja. “Me fiz professora”, justifica Eron o fato de não ter formação em Pedagogia. Assim, quando pergunto a Tia Eron sobre esse seu primeiro contato com IURD, relata:

“Inicialmente eu fazia um trabalho social na igreja e isso começou mais especificamente com crianças em escolas públicas em bairros humildes, onde pais, mães ou as próprias crianças vinham na igreja para comer, não tinham comida em casa, não tinham café da manhã, lanche, não tinham nada, e nós tínhamos um lugar para acolher. [...] Esse trabalho foi crescendo. Lá elas tomavam banho, comiam, assistiam TV e ouviam histórias.” (TIA ERON)

De todas as frentes sociais em que Tia Eron atuou, o trabalho solidário com crianças é uma das mais representativas, visto que ela chegou lá – na IURD - aos oito anos de idade, como aluna, exerceu funções de líder do Grupo de Jovens, se tornou professora e depois assumiu esse trabalho social que a credenciou para a vida pública legislativa. Sobre esse assunto, em entrevista à *Revista Raça Brasil*, a vereadora comenta:

*“O trabalho cresceu tanto que passamos a fazê-lo nas ruas, pois no local não cabia tanta gente. Diziam que isso tudo tinha a ver com política, mas não sei onde havia política. Para mim havia mesmo era vontade e disposição de*

*trabalhar e servir o outro, uma causa humanística. Esse trabalho foi o pontapé inicial para a minha vida pública e política.” (TIA ERON)<sup>29</sup>*

Nessas organizações, a responsabilidade das mulheres vai da manutenção da prática social, a disseminação do discurso pregado, garantindo os espaços e aparando as arestas existentes entre o discurso e a prática do cotidiano dos fiéis. Para isso, elas exercem sua igreja no lar, na base, e também difundem a doutrina em sua comunidade, trabalho imprescindível para a manutenção do discurso tradicional da Igreja.

Sobre os antagonismos presentes nas relações estabelecidas a partir de suas identidades, inclusive a religiosa, a vereadora Tia Eron reconhece que estes afloram e se estabelecem, juntamente com as discriminações, pelo fato de assumi-las todas socialmente. Argumenta que sem dúvida nenhuma ela enfrenta várias retaliações em função das identidades que abriga:

*“... A de ser mulher, depois a de ser negra e, por último, a fé, porque sou evangélica. Nesse aspecto existem questionamentos de como eu me visto e me adapto nesses lugares onde a questão racial é discutida. A tendência é sempre sofrer este tipo de violação, que é um direito que eu tenho. Mas não tem jeito, a gente vai ter que passar por este vale<sup>30</sup>.*

#### Quadro 4 – Opção religiosa das candidatas

Candidata	Religião	Ocorrências
<b>Tia Eron – Evangélica – Neopentecostal – Igreja Universal do Reino de Deus – IURD</b>		
<i>Inicialmente meus pais não eram da igreja não. Minha mãe foi pra igreja por causa desse sofrimento, mas meu pai ainda em vida. Ela foi pra igreja com meu pai ainda em vida. E sofrendo muito foi ali que ela achou o amparo e ali tem o amparo de fato. E se não fosse por isso ela não estaria nem vivendo, não teria nem a qualidade de vida que ela tem hoje. Em todos os sentidos falando ela não teria. Todos nós fomos pra igreja, inclusive meu pai, mas ele dizia o seguinte: o que é que meus amigos vão dizer? A preocupação dele era com a reputação sempre. Era um problema aquele Zé Meu Branco. [Risos]. Ia sempre eu e meus dois irmãos, mas minha mãe sempre levava uma vizinha porque antigamente era sempre aquela coisa muito mais harmoniosa com os vizinhos, aquela troca, aquela amizade de confiança, aquela conversa de comadre, essas coisas que tinham, né? Essa relação mútua entre elas de uma prestar apoio moral uma a outra de aconselhar de fazerem terapias que eram tantas conversas e papos e apoio e tudo, então ela terminava indo com outras tantas vizinhas, ela terminava levando. – Olha, tô indo ... – Umbora hoje? Não sei o quê. Então era aquela folia e iam com ela. Muitas amigas já faleceram que frequentaram a igreja outras estão vivas e continuam</i>		

<sup>29</sup> Entrevista realizada por Maurício Pestana, Revista Raça Brasil. <http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/152/artigo211105-1.asp>. Acessado em 12/10/2012.

<sup>30</sup> Maurício Pestana, Revista Raça Brasil. <http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/152/artigo211105-1.asp>. Acessado em 12/10/2012

<i>frequentando por conta dessa coisa de boca em boca dessa amizade, dessa relação. Tia Eron</i>
<b>Olívia Santana – Espírita.</b>
<i>Eu venho de movimento de juventude espírita. Fui da Federação Espírita e fui do Cavaleiro da Luz – lá da Cidade Baixa, do Bonfim do Centro Espírita de Arapiraca. Tinha uma juventude que discutia política – espiritismo e as questões sociais. Ali foi fundamental pra abrir politicamente a minha cabeça. A gente estudava o livro “Fidel e a Religião”. Nós éramos espíritas, mas questionávamos sempre os dogmas do espiritismo e buscávamos outra coisa. A gente fazia o movimento, mas levávamos uma mensagem mais avançada para a doutrina espírita.</i>
<b>Aladilce Souza – Sem religião</b>
<i>Eu não sou católica, não tenho nenhuma religião definida, mas fui criada dentro de uma orientação cristã. Isso levava a gente a se implicar com as injustiças, ter um sentimento de solidariedade, de humanismo muito forte e isso nos aproximava naquele momento daquelas pessoas que lutavam diretamente por justiça, por democracia, por liberdade. E estávamos vivendo um momento de questão do árbitro, então isso aí foi definidor da minha opção por trilhar por esse caminho da política.</i>
<b>Célia Sacramento – Sincrética – Candomblé e Católica – Orixá: Ogum</b>
<i>Eu sou uma católica típica de Salvador. Porque eu tenho uma relação direta com a religião de matriz africana e a minha família tem uma Casa que é nossa lá em Amado Bahia, onde estão todos assentos dos nossos orixás dos descendentes de minha tia, de minha mãe, de toda nossa galera. Cultuamos babá, porque tem toda uma história, né? Meu primeiro borí foi com seis anos, eu escolhi a igreja, fui batizada – meu padrinho de batismo é o padre que eu te falei que eu escolhi pra ser meu padrinho –, crismada, casei, minha mãe é devota de Santo Antonio, tal, tal, tal... mas, não perco meus vínculos com a religião de matriz africana, meu orixá é Ogum, orixá masculino, mas que tem uma parte feminina também que é Yansã, minha mãe é de Euá.</i>
<b>Vida Bruno Filosofia Budista e Candomblé. Orixá: Xangô</b>
<i>Hoje eu sou... Eu criei uma religião só pra mim. [Risos]. E só eu que desenvolvo. Eu gosto de contemplar a natureza na perspectiva budista e eu gosto do candomblé. Então eu fiz o “candombuda” [Risos]. Sim o “candombuda”. Eu acho que minha religião de matriz africana é o candomblé, mas eu também me afinou muito com as filosofias budistas. Então assim, eu sou uma candomblecista que não pratica, mas que respeito.</i>
<b>Valquíria Barbosa – Católica</b>
<i>Eu faço parte da Irmandade da Conceição da Praia, Igreja Católica. A irmandade é uma organização riquíssima. O povo em geral nem sabe disso, mas é ela que é a administradora dos cemitérios - das Quintas. Qual é o dia que não tem um sepultamento ali? Os dirigentes ficam pedindo verba federal, mas não há nenhuma necessidade disso. Eu gosto muito de quem faz e alimenta os projetos sociais e se você faz um trabalho sério tem retorno. Quando eu digo ter retorno é porque ela está encravada ali no Comércio onde tem tanta criança que mexe com drogas e ela como uma irmandade rica poderia estar fazer um trabalho social imenso ali. Só que esse meu discurso não agrada, entende?</i>
<b>Creuza Oliveira – Evangélica Pentecostal – Igreja Batista</b>
<i>O meu nome elas tinham resistência por causa da minha fé. O que a gente saiu de lá percebendo era isso. Que elas não queriam colocar o nome delas, mas elas tinham resistência ao meu nome por esse motivo.</i>
<b>Clarice Pereira – Cristã – Católica</b>

*Menina eu sou uma católica à toa, nasci no catolicismo, mas frequento religião de origem africana, o candomblé... respeito, gosto, só não quero estar no candomblé, porque lá é assim..., muito compromisso. O candomblé precisa de algumas abstinências, dedicação demais e eu sei que eu sou muito vaidosa então acho que todo o meu dinheiro ia ser só pra comprar roupas e roupas, só as roupas maravilhosas que ia ter no candomblé, mas vou no candomblé, no catolicismo eu vou de vez enquanto na igreja, tenho afilhados, trabalho também numa parte com a igreja mas não é o catolicismo que faz ... eu sei os erros , os absurdos que tem no catolicismo, é .. Estou no catolicismo mais por uma questão de que nasci e fui criada, mãe, essas coisas todas, mas não me considero uma católica praticante, porque eu só vou na igreja de vez em quando, numa atividade, ou pra batizar alguém. Mas eu me identifico mais com religião de matriz africana, só que não quero estar dento, frequentando como uma candomblecista porque tem que ser uma dedicação muito grande e eu sou muito à toa.” Clarice Pereira.*

Salvador, além de ser uma das cidades com maior número populacional de negro/as, abriga também a maior concentração de templos de religiões de matrizes africanas, principalmente o Candomblé. Entretanto, das candidatas entrevistadas apenas duas se identificam como sendo de religião de matriz africana.

Algumas narradoras colocam a questão da religiosidade como uma questão importante, entretanto, não tão afinada como quando se refere a questão política, por exemplo. Reconhecem, não apenas o catolicismo, mas também o candomblé como religião. Posição que iremos encontrar em trechos da entrevista de Clarice e Célia, deixando indícios para pensarmos acerca do sincretismo religioso, ou seja, a mistura de concepções, fundamentos, preceitos ritualísticas e divindades, em Salvador, como um fenômeno, ainda, marcante na contemporaneidade.

Em determinado momento histórico, no Brasil, por questões de sobrevivência, foi necessária a adesão ao sincretismo para se professar a fé que não tivesse fundamentos da religião do colonizador. Atualmente, o que se percebe com maior frequência, ao menos na Bahia, é a desvinculação destas crenças como resultado de uma consciência política e identitária na luta anticolonialismo e antirracismo.

A condição religiosa da candidata eleita Tia Eron tem se apresentado bastante envolta por inúmeros questionamentos pelo fato de, mesmo se declarando como sendo uma mulher negra, problematizando inclusive esta condição com os signos estabelecidos pelo movimento negro, se identifica com o segmento religioso evangélico, sendo membro ativo



de uma das maiores instituições de religião neopentecostal da cidade, a IURD<sup>31</sup>. Sobre a polêmica que envolve sua condição religiosa ela argumenta:

*Eu transito, entro, saio, discuto e debato dentro dessas casas com o povo de santo. Que na sua maioria são os negros e quem olha pra mim inegavelmente vai entender o porquê dessa fala, como mulher negra. Eu estou inserida nisso, apesar de alguns mais sectários, xiitas, acharem que 'ah aqui não tem palanque para Tia Eron discutir, até porque ela é evangélica, vai discutir o que?'. Como se povo negro que está dentro desse segmento evangélico não tivesse a capacidade ou condição de discutir. (TIA ERON)*

Vale salientar que a Igreja Universal do Reino de Deus tem protagonizado notórios e frequentes atritos com os adeptos de religiões de matrizes africanas em Salvador, nos últimos anos, colocando a edil numa postura bastante delicada diante das lideranças do MNU e dos adeptos dessas religiões. Em entrevista ao Bahia Confere, em 12/10/2012 explica que a sua postura diante desses conflitos tem sido sempre a de procurar contribuir.

Para você ter ideia, hoje a gente consegue fazer trabalhos junto ao povo de santo. Trabalho social. Imagine o que é Eron entrar num terreiro, onde tocam os tambores literalmente, e ali contribuir para

---

<sup>31</sup> No ano de 1999, Mãe Gilda, ialorixá do Terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum, localizado em Salvador, faleceu após o choque de ver sua foto publicada no jornal da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) relacionada a uma reportagem sobre charlatanismo. O título dizia: “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”. A foto do jornal da IURD foi tirada em 1992 quando Mãe Gilda participava de manifestações em favor do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. A foto foi publicada pela primeira vez na Revista Veja. Logo após a morte da mãe, sua filha Jaciara Ribeiro dos Santos, moveu uma ação contra a IURD, por danos morais e uso indevido da imagem de Mãe Gilda. Cinco anos depois, em 2004, a IURD foi condenada em primeira instância. A Igreja Universal apelou para a segunda instância - Tribunal de Justiça da Bahia. O processo ficou sem resposta até maio de 2005, quando o povo do Candomblé realizou um ato público em frente ao Tribunal de Justiça da Bahia para reivindicar a agilização da decisão do tribunal. Em julho saiu a última decisão sobre o caso: o Tribunal de Justiça da Bahia julgou e condenou, no dia 6 de julho, a IURD por danos morais e uso indevido da imagem da Ialorixá Mãe Gilda. O resultado do julgamento, que teve como relator o Desembargador Juarez Alves de Santana, confirmou a decisão da 1ª Instância por unanimidade. [http://ccir.org.br/downloads/relatorio\\_onu.pdf](http://ccir.org.br/downloads/relatorio_onu.pdf). Acessado em 04/01/2014.

O Terreiro Oyá Onipo Neto, localizado na Avenida Jorge Amado - Imbuí, foi parcialmente destruído em fevereiro de 2008, por agentes da Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom). A ação foi feita sem que o órgão apresentasse documento de autorização para a derrubada da casa religiosa. A mãe de santo Rosalice do Amor Divino, Mãe Rosa, 50 anos, já havia denunciado intolerância religiosa por parte de um vizinho dela, engenheiro do órgão municipal que teria manifestado o desejo de derrubar seu imóvel. A ação de demolição teve início por volta das 8h30, quando moradores e filhos de santo do terreiro ainda estavam dentro do prédio. Segundo vizinhos que assistiram a ação do órgão, os agentes da Sucom mal chegaram começaram a demolição. Também não permitiram que os moradores retirassem seus pertences ou os objetos de culto de dentro da casa. Para tentar resolver o impasse foram chamados representantes de entidades de direitos humanos e de defesa do culto afro-brasileiro. Quando parte do terreiro já havia sido derrubada, um representante da Secretaria de Governo do [então] prefeito João Henrique Carneiro [evangélico da igreja Batista] chegou ao local, no meio da manhã, com uma ordem direta do prefeito para suspender a demolição. Segundo esse representante da secretaria, "houve falha na Sucom que ainda será apurada". Fonte Jornal Tarde. [http://ccir.org.br/downloads/relatorio\\_onu.pdf](http://ccir.org.br/downloads/relatorio_onu.pdf). Acessado em 04/01/2014.

que haja curso de formação profissionalizante, para que ali sejam distribuídos pão, sopa, quer dizer, o mínimo, que a gente chama de assistencialismo, mas nós estamos ali, participando disso. Imagino como é um líder, um pastor, um bispo, adentrar um ambiente desse de forma amigável, civilizada, e conversar e contribuir para a população. Porque o olhar – é aquilo que eu sempre chamo atenção – tem que ser com vistas ao ser humano. No dia que a gente perder isso de vista, a gente vai começar a criar até uma guerra religiosa de volta. (TIA ERON)<sup>32</sup>

Conforme salienta, em seu cotidiano tem buscado junto a essas comunidades superar tais divergências por meio de ações concretas, relata. Essa atitude lhe rendeu uma série de questionamentos, inclusive, vindo de seu próprio segmento, se ela não estaria fortalecendo aquilo que ela mesma combate. Argumenta que responde a essas falas capciosas dizendo que: *“não, porque eu não combato os seres humanos, não estou confrontando com os irmãos, preciso fazer alguma coisa”*. Ela diz que a partir de então, alguns amigos candomblecistas perceberam qual era de fato a sua proposta e passaram a respeitá-la. *“Se falar, fala aqui atrás”*, diz Eron. A esse respeito salienta ainda que:

“... Olha, é uma atividade já rotineira e eu falo isso com muito conforto, tá? Eu transito, entro, saio, discuto e debato dentro dessas casas com o povo de santo. Que na sua maioria são os negros e quem olha pra mim inegavelmente vai entender o porquê dessa fala, como mulher negra. Eu estou inserida nisso, apesar de alguns mais sectários, xiitas, acharem que ‘ah aqui não tem palanque para Tia Eron discutir, até porque ela é evangélica, vai discutir o que?’. Como se povo negro que está dentro desse segmento evangélico não tivesse a capacidade ou condição de discutir. Nisso sim se abre um debate, inclusive acalorado, mas que conseguimos sempre no término fazer com que um avance. [...]A minha relação com este segmento é bastante pacífica, até porque não olho a convicção de fé desses líderes religiosos. Desde espírita, candomblecista, umbanda, quimbanda, eu não olho. Eu olho para o ser humano. E foi com esse olhar que a gente começou a fazer o trabalho dentro do terreiro [...] Fui convidada pela comunidade no Cabula, Comunidade de Vila Nova, que é uma cidade, um submundo de pobreza, de miserabilidade, de sofrimento. A melhor casa que tinha dentro da comunidade era um terreiro, minha primeira reação foi: Caramba! Me trouxeram para o lugar errado. Mas fiquei quetinha e até mesmo confiando em quem estava me recomendando. Eu não fui lá bater na porta, me mandaram até pela forma que vinha me propondo a trabalhar. Imagine que coisa louca, havia acreditado em mim e eu, no primeiro momento, estava assustada? Nossas reuniões eram e são feitas até hoje com a mãe de santo do local, de forma harmoniosa.. Ali começamos a bancar um trabalho com sopa e pão. Eu brincava com ela: "Acho que você vai ser reprimida." E a mãe de santo respondia: "Quem manda aqui sou eu e quem decide aqui sou eu, você é minha filha." Essa palavra de sentido duplo confundiu muita gente. (TIA ERON)<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Vitor Andrade, com colaboração de Victor Villarando. Redacao Bahia Confere. <http://www.bahiaconfere.com.br/salvador/entrevista-tia-eron-vereadora/>. Acessado em 12/10/2012.

<sup>33</sup> Maurício Pestana, Revista Raça Brasil. <http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/152/rtigo211105-1.asp>. Acessado em 12/10/2012

Diante de tantas objeções, Tia Eron rebate: “*Não, não há nenhuma divergência se não for na questão da liturgia de culto, na questão ideológica*”, no intuito de justificar qual tem sido sua postura enquanto vereadora desta cidade e seus compromissos enquanto representante do projeto político Igreja IURD no legislativo.

“Nisso sim se abre um debate, inclusive acalorado, mas que conseguimos sempre no término fazer com que um avance. Lembro do Panafricanismo (Encontro Internacional Pan-Africano – Enipan), que aconteceu aqui. Inclusive um dos municípios foi São Francisco do Conde, que maior que Salvador, tem um número importante de negros. E fazia-se já o reconhecimento desse segmento como um dos braços, uma das vertentes, que melhor tem contribuído para a construção do negro, a correção desse povo negro, a reparação do povo negro com as políticas públicas.” (TIA ERON)<sup>34</sup>

O seu engajamento nas causas do movimento religioso não está dissociado de uma vida de trabalho e muito estudo. Tia Eron foi alçada como candidata à vereança em meio à repercussão do trabalho social que desenvolvia junto a Igreja Universal do Reino de Deus, de acolhimento e educação de crianças carentes. A esse respeito, a vereadora costuma afirmar: “Não fui convidada, fui convocada mesmo a entrar para a política”. Foi a primeira mulher negra filiada a um partido de direita, o Democrata - DEM, a tornar-se vereadora por três legislaturas consecutivas na história da capital baiana.

“Eu entro na política pelo partido Democrata. Eu estava com uns vinte e poucos anos e me candidato crua, crua, o maior desafio. Eu registrei a candidatura e fui pra rua. Não sabia pra que lado ia nada disso, imagine? Mas acreditaram em mim, depositaram a confiança em mim. Aí eu digo esse negócio vai ter que funcionar. [...] Não houve escolha da minha parte para representação política. O que houve foi aquilo que eu chamo de missão mesmo. Olhe tem esse dever de casa pra você fazer. Você é mulher, tem um trabalho excelente aqui, então precisamos que você vá fazer este trabalho de excelência lá. Foi isso que aconteceu. E eu dizia, mas eu não sei nada, eu não tenho experiência disso, eu não tenho nem histórico familiar. Mas vá que vai dar certo! Sabe o que é acreditar? E não é que deu certo. E diziam você tem uma veia política. E eu dizia meu Deus onde é que eles estão vendo esta veia política. Só sei que eu procuro e não encontro até hoje [Risos]. Assim, não existe veia política.” (TIA ERON)

Constatamos através dessas análises que este interesse da IURD em Tia Eron deu-se também pelo fato de o vereador Domingos Bonifácio (“Bom Domingos”, forma como era conhecido) ter participado das eleições, mas só ter atingido a suplência. A partir daí Vasconcellos tornou-se uma forte alternativa para representar os projetos políticos iurdianos no legislativo municipal. Embora fosse completamente desconhecida antes das

<sup>34</sup> Entrevista concedida ao Bahia Confere. <http://www.bahiaconfere.com.br/salvador/entrevista-tia-eron-vereadora/>. Acessado em 12/10/2012.

eleições, a expressiva votação de Tia Eron lhe deu destaque no cenário político, além da vaga na Câmara Municipal mais antiga do país. Apesar da excelente performance nas urnas, não contou o partido para as suas despesas de campanha.

O partido [DEM] nunca financiou a minha campanha isso é uma falácia. Não existe financiamento de campanha pra mim. Minha campanha não tem recurso. Minha campanha é feita no pé, minha campanha é feita dentro das casas, com as famílias, com os filhos. Meu início de campanha foi todo feito em cima das famílias dos meninos, que eles diziam quem era Tia Eron. Minha instituição, a IURD, foi quem financiou material, propaganda, horário na televisão. Os Democratas nunca me deram um pedaço de papel e nem acreditavam que eu fosse ganhar. Ninguém acredita. Você é preta, se ponha no seu lugar. Que é que você quer concorrendo? Tá maluca? Só faltavam dizer isso.

Sabemos o quanto que as mulheres foram e ainda são fundamentais no trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais organizados pela sociedade civil, a exemplo de partidos, igrejas, associação de moradores, sindicatos, movimento estudantil, etc. Nessa ótica, o serviço comunitário significou o pontapé inicial para a sua vida pública como representante desse segmento na cidade de Salvador. Essas vinculações, por exemplo, não foram suficientes para impedi-la, ao assumir o mandato em 2001, de dar entrada no pedido de criação Comissão de Combate à Discriminação Contra a Mulher. Na sequência, ter ocupado a presidência desta comissão, instituindo, desde então, como uma ação de Estado o enfrentamento a violência contra os direitos das mulheres. Neste sentido sua entrada na vida pública está marcada nitidamente pela influência da IURD, identificada com um discurso legitimador da condição de subalternidade e obediência das mulheres ao marido, presente no discurso litúrgico da IURD, o que faz a ação política desta edil ser bastante questionada.

### **Maria Olívia Santana: A identidade negra vivenciada por uma militante comunista**

*Partido Comunista do Brasil – PC do B  
“A negona da cidade”<sup>35</sup>*

Seguindo meu roteiro de pesquisa de campo realizei entrevista com uma das fundadoras da União de Negros pela Igualdade – UNEGRO, em 1988, a educadora e pedagoga Maria Olívia Santana, militante histórica das causas negras na Bahia. Olívia

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada pela própria pesquisadora em 12/03/2014. Duração: 1:25min.

Santana - como costumemente a chamamos - é uma das principais ativistas do movimento negro contemporâneo. Com o slogan “A negona da cidade”, foi vereadora de Salvador por dez anos, com votação expressiva em todos os pleitos de que participou.

Olívia inicia sua narrativa discorrendo sobre o lugar onde ela nasceu e viveu com sua mãe e irmãos. Relata que a ocupação onde viveu durante anos, Antonio Carlos Magalhães mandou destruir quando era prefeito da cidade de Salvador.

*“... A invasão de Ondina acabou. Antonio Carlos Magalhães no governo dele quando foi prefeito de Salvador ele mandou demolir tudo, ele tirou agente e colocou na Boca do Rio. Lá não tinha luz, era um lugar pouco iluminado e muito precário. Minha mãe trabalhava mais no centro, então ela largou tudo, vendeu por uma bagatela, o terreno que agente tinha lá na Boca do Rio. Eu me lembro que agente morava em um barraco que tinha um teto de zinco eu me lembro que eu era bem pequeno. Isso foi em 1969 se eu não me engano. Então agente veio morar no Cangira. ” (OLÍVIA SANTANA)*

A fala de Olívia remete ao fenômeno de desocupação das favelas ocorrido na década de 80. Esse momento se caracterizou pelo banimento da população negra para lugares sem estrutura, marcados pela escassez de serviços públicos, equipamentos de uso coletivo com pretexto que seria para revitalizar esses centros, mas que na verdade visava atender a especulação imobiliária. Essa narrativa nos dá uma dimensão da face do modelo de “desenvolvimento econômico” implantado por governos de ACM nesta cidade que plantou tantas lembranças ruins desse período de desapropriação de comunidades inteiras, restando apenas o sentimento repulsa a esses governos. Repulsa porque é difícil esquecer aqueles momentos de medo e insegurança que dificultaram ainda mais a situação da sua família.

A militante comunista negra, do PC do B, em Salvador, como mencionado, é uma das principais ativistas do movimento negro contemporâneo. Por isso, uma das primeiras indagações feitas a essa ex-vereadora<sup>36</sup> diz respeito exatamente a sua origem familiar – uma família negra - e o que, de fato, lhe impulsionou para esse engajamento na militância, antes de ingressar na vida política partidária. A esse respeito, informa:

*“...Minha mãe teve oito filhos, tem uma história muito dramática de vida, muito dura, a história dela daria um livro e ela de oito filhos quatro ela perdeu. [...]Minha mãe era coletora de café, ela dizia que seguia [os pais] desde os quatro anos de idade, ela diz que tem esta vaga memória de que ela ia pra colheita de café com o pai dela, com a mãe dela e ela perdeu toda família, os irmãos. Eu não tenho nenhum parente por parte de mãe. Não conheço, nunca*

---

<sup>36</sup> Olívia Santana pediu licenciamento do cargo de vereadora em 2012 para concorrer, ao lado de Nelson Pelegrino do PT, ao cargo de vice-prefeita de Salvador.

*conheci e ela diz que perdeu o pai, depois soube também da morte da mãe, que não sabe do paradeiro do irmão. [...] Eu tenho um irmão desaparecido. Então eu cresci por uma mulher que é sobrevivente, que me criou e me fez uma pessoa forte". (OLÍVIA SANTANA)*

A forma como está estruturada a sociedade brasileira, regida historicamente por uma lógica racista e patriarcal, onde os privilégios são quase sempre direcionados ao segmento dominante, impõe, em muitos dos casos, situações de pobreza extrema para os demais grupos sociais.

O sofrimento vivido pela sua mãe foi convertido em forças para o enfrentamento de tantas exclusões. As dificuldades que tiveram que enfrentar têm suas origens na própria história de exploração que estrutura as relações sociais desse país. Nessa narrativa dá para perceber a resignificação do sofrimento como combustível para o seu engajamento a tantas outras lutas e não apenas ao processo político. Olívia extrai das experiências de vida a força necessária para não sucumbir diante de tantas provações.

É nessas circunstâncias que as mulheres negras tendem a se reinventar. Buscam maneiras de atuação próprias em sua herança cultural para fazer o enfrentamento em espaços sociais, regidos por essa lógica de exploração. Criam visões de mundo como uma necessidade de autodefinição e de trabalhar em prol da justiça social e da emancipação não apenas dela própria, senão, de uma comunidade.

*"... Minha família era eu, minha mãe e minha irmã Eliana Santana Amaral. Eu ainda tenho um irmão Milton Nascimento, mas que não foi criado conosco, foi criado com o pai dele. E a gente acaba sempre vendo ele como uma referência porque ele foi criado, entre aspas, com tudo porque o pai dele era mestre de obras eles tinham uma família estruturada. [...] Ele ia visitar a gente, ia me visitar, mas era assim muito esporadicamente. Embora fosse isso, eu tenho uma imagem de pai forte, porque quando eu pintava demais mãe dizia: 'Vou dizer a seu pai' e era sempre a referência. Quando ela não podia mais dar o limite ela dizia se você fizer eu vou dizer a seu pai. Aí ele aparecia assim de mês em mês, às vezes levava mais tempo três, quatro meses, e quando ele aparecia ela contava aí eu tomava bolo de palmatória. Meu pai tinha nove filhos e outros tantos". (OLÍVIA SANTANA)*

A imposição do sofrimento proveniente da doença, pobreza, desagregação familiar faz parte do espetáculo da miséria que foram obrigadas a passar. É possível captar melhor a precariedade do ambiente ao qual estavam submetidas a partir do relato feito pela narradora. Vejamos:

*"... Eu tive muita doença quando eu era pequena e ela fala das doenças de quando eu ainda era bebê e consegui sobreviver. Ela tinha medo que eu também*

*não vingasse, é assim que elas falavam. Ela dizia: ‘eu não sei como você vingou porque até o meu parto foi difícil’. E até uns doze anos eu tinha a cabeça torta assim porque eu nasci a fórceps e rasgou o meu pescoço quando o médico me tirou com o ferro, rasgou a parte de cima, a minha cabeça ficou torta. Com o tempo e aparelho, melhorou. [...] Então era uma história, assim, muito dura. Minha irmã tinha apenas cinco anos quando o pai dela se suicidou na vista dela. Então minha mãe nunca conseguiu viver a vida plenamente. [...] Minha mãe é uma pessoa que não teve direito a felicidades. Que não se sente no direito de ser feliz. Tem traumas muito profundos e que eu tento amenizar. E ela tem um apego muito grande a mim. Então ela viveu e vive hoje muito melhor do que no passado, mas ela se fez uma pessoa amarga como resultado de todas as coisas terríveis que ela viveu. Não deve ser fácil pra uma mulher enterrar filhos semanalmente. Chegar em casa do trabalho e vê que um deles desapareceu e nunca mais recuperar. Então, agente sempre soube essas histórias e essas histórias me castigavam e ainda dói muito falar. Mas eu cresci com uma coisa interna muito forte: que eu não ia repetir o destino da minha mãe. Isso pra mim sempre foi muito claro, muito definido, objetivo”.* (OLÍVIA SANTANA)

Um dos problemas centrais, de acordo com a fala da depoente, que abatia a todas da sua família, girava em torno das condições de sanidade física e psicológica, diante de tanta tragédia. Nessas condições, segundo Olivia, o que mais ela cultivava como certeza era, como ela diz: “Eu não ia repetir o destino da minha mãe”.

Conforme abordado anteriormente, os marcadores de desigualdades raça, gênero, sexualidade, classe social, interseccionados, criam e reproduzem simultaneamente múltiplas formas de opressão. Diante desse prisma de total exclusão, uma coisa era certa: ela iria virar o jogo. As mulheres negras, enquanto sujeito político coletivo, consciente, têm histórias únicas nas interseções dos sistemas de poder.

*“... Então meu pai morreu em setembro 1996 e eu senti muito, senti muito porque, embora eu tenha sido criada pela minha mãe, a presença dele, ainda que rara, teve um grande valor na minha vida. E eu sempre vivi uma coisa assim dessa falta de ele não ter me visto hoje. Eu tenho isso ainda. Porque ele também teve uma vida muito dura, precária, e os filhos dele embora alguns tenham claro, tenha encontrado o caminho, trabalho e vivem, também encontraram mecanismos de enfrentar a vida, mas eu tinha sido a única a entrar na universidade e era um motivo de orgulho muito grande pra ele quando aconteceu de eu entrar na universidade. Então ele falava pra mim do orgulho dele. A gente tinha identificação em determinadas coisas que com minha mãe eu não tinha, porque minha mãe era aquela máquina de trabalhar para garantir a sobrevivência das filhas e viveu muita dor, muitas amarguras.”* (OLÍVIA SANTANA)

A entrevistada fala que estas histórias lhe castigaram muito; em razão disso, cresceu determinada a vencer, a crescer, a estudar, se agarrando aos estudos como sua única janela, sua alternativa para a sobrevivência. Por tudo que passou, se considera hoje uma pessoa forte.

“Vivi num bairro que era muito precário, mas a gente tinha uma rede de amigos no bairro, os laços comunitários eles funcionavam e aquilo me fortalecia. [...] No Cangira tinha uma Yalorixa fantástica que era praticamente a dona do bairro. [...] O bairro, na verdade era uma grande Roça o Cangira era do pai dela. Então eles viviam de aluguel de casas e ela vendeu uma casa pra minha mãe, um barraquinho. Com o dinheiro que minha mãe tinha vendido o da Boca do Rio foi que ela comprou esse do Cangira. Era só as paredes porque o terreno continuava sendo da Yalorixá. O Cangira fica ali na Vasco da Gama. É uma subida em frente à Climac. Entre a antiga Coca Cola e o Santa Madalena. Então, na verdade eu me criei lá no Cangira. [...] Só depois com dezesseis anos que eu fui pra o Engenho velho de Federação. [...] Então minha mãe me dava um lápis e um caderno e me mandava pra escola e eu ia e eu estudava e eu vivi intensamente a minha vida de criança pobre. Tinha aquela parte que eu negava que eu não queria e tinha aquela parte também que eu amava e até hoje eu volto ao lugar que eu vivi e sei que sou querida por aquelas meninas e aquelas pessoas de lá se sentem orgulhosas por eu ter voltado. É assim que eles falam, né? De não ter esquecido deles mesmo depois de ter sido vereadora.” (OLÍVIA SANTANA)

Ali, naquele meio, onde faltava quase tudo, ela pode florescer, adquirir disciplina e o incentivo necessário para o cumprimento dos deveres. Além disso, pontuava Olívia, que viveu num bairro que era muito precário, mas elas tinham uma rede de amigos, solidários, e os laços comunitários eram muito fortes. Isso fez a diferença em sua vida.

“Minha mãe trabalhava na casa das famílias da Barra, da Vitória e ainda lavava roupa em casa nos finais de semana. Eu levava a trouxas de roupa na cabeça, cansei de sair do Cangira até o Porto da Barra carregando trouxa de roupa na cabeça, porque as vezes não tinha o dinheiro do transporte. Isso quando eu entregava a roupa de uma mulher que mainha trabalhava que morava no Edifício Oceania, então eu ia até o Oceania levando a trouxa e meu pai trabalhava no Porto, ele tinha uma oficina de marcenaria no Edifício Maria Izabel. [...] Aos catorze anos minha mãe arranhou um emprego pra mim de servente numa escolinha e aí eu fui trabalhar nessa escolinha, mas eu sabia que eu podia mais. Pra mim foi horrível ter que sair do Colégio Euricles de Matos que eu estudava de manhã pra estudar de noite, quebrou meus grupos de amizade, foi horrível. [...] Mas fui porque tinha que ir. Porque minha mãe mandou e eu era super obediente a minha mãe.” (OLÍVIA SANTANA)

Sua mãe começou a trabalhar muito cedo, aos nove anos de idade. Depois passou a trabalhar durante a semana como empregada doméstica e nos finais de semana, lavava roupa para completar a renda da família. Com isso ela ficou muito debilitada, o desgaste excessivo fez com que ela adoecesse. Contraiu uma estafa física e, por isso, não pôde mais trabalhar nas casas como doméstica. Nesta ocasião Olívia já estava com catorze anos e com a doença de sua mãe, teve que transferir os estudos para a noite e foi trabalhar como faxineira numa escola particular pra ajudar nas despesas de casa. “Escola Catavento”. Nesta escola, ela nos conta que ficou dois anos, apesar da difícil relação que mantinha com a dona da instituição.



*“Foi uma relação muito difícil, era uma humilhação, porque a dona da escola ela tinha prazer em tripudiar das serventes. [...] Péssima lembrança que tenho dessa criatura porque ela gostava de humilhar e ela falava com a gente assim com um jeito preconceituoso, jocosos, sabe como é? Eu lembro que, logo que surgiu o Itaigara agente trabalhava de farda. Éramos adolescente, nesta fase de namoro, de paquera, eu não queria ficar saindo pela rua de farda, assim de trabalho e ela ficava mandando a gente ir pra o Shopping Itaigara comprar coisa pra ela com aquela farda. Eu dizia espere aí que eu vou me trocar. Ela dizia, ‘não é pra se trocar, você vai de farda’. E eu tinha que ir de farda, chorava... [emoção, silêncio e lágrimas] No Shopping todo mundo arrumado..., eu tenho muita mágoa disso. Eu dizia pra minhas colegas: ‘A gente não deve aceitar isso’. E minha colega Aidil dizia: ‘Mas amiga a gente precisa do trabalho, eu não ligo não’. Essa minha colega era muito dócil. E eu ficava revoltada porque ela aceitava e eu contestava. Então eu ficava sempre como a ruim entre as serventes. A figura que era muito rebelde, desobediente. Todo dia ela me ameaçava de demissão. Mas eu precisava do trabalho e eu não queria sair porque eu tinha medo de mainha brigar. [...] Porque a gente dependia daquele emprego pra viver. Aí dois anos depois uma professora que viu que eu tinha talento pra outras coisas e via a forma que eu era tratada lá, me disse: ‘Olhe eu consegui um emprego em outra escola e lá está precisando de uma merendeira se você quiser eu posso arranjar pra você’. Aí eu fui com ela trabalhar no Universo do Guri. Lá eu era servente também e merendeira. Entrava na escola todos os dias seis horas da manhã e saía todos os dias seis horas da tarde, pra ir a noite estudar. E ficava estudando no módulo da filha da dona da escola. Só tinha uma hora de almoço - estudando as coisas do vestibular. [...] E eu me virava. Eu sei fazer crochê, tecelagem, sei fazer um monte de coisas, porque com doze anos eu fui pra Arquidiocese aprender a fazer artesanato. Aí quando a gente ganhava um dinheirinho que era do transporte da semana e da merenda eu sempre dividia com mainha. Tudo que eu sempre ganhei na vida, eu dividia com minha mãe. Cada tonel de água que eu enchia que eu ganhava 50 centavos, 25 centavos era de minha mãe. Eu cresci desse jeito. Minha mãe, pra mim, é uma entidade, de um valor extraordinário.”*  
(OLÍVIA SANTANA)

Em 1987, Olívia foi aprovada no vestibular da Universidade Federal da Bahia para pedagogia, e deixou o emprego de faxineira no Universo do Guri, priorizando os estudos, o que mais adiante lhe abriria portas para a vida política. Já na graduação, ingressa no movimento estudantil, através de inserções no Diretório de Educação e no Diretório Central dos Estudantes da UFBA.

*“Aí aconteceu de eu fazer o vestibular pra UFBA, porque essa amiga que era da juventude espírita me inscreveu. [...] Eu fiz esse vestibular, mas eu não tinha nenhuma crença de que eu ia passar, porque eu achava que as minhas condições eram impossíveis de eu passar no vestibular. Mas eu queria saber como era. [...] Como eu fazia aqueles painéis de decoração de escola, eu ampliava desenho pra festa de aniversário, [...] aí a escola viu que o meu traço era bacana e fez a seguinte coisa comigo: ‘Você ajuda a profª Cristina a fazer os desenhos dos painéis e a gente te paga uma grana extra além do seu salário’. Aí foi ótimo, eu fiquei super feliz e tal, aí acabou que nos anos seguintes era só eu pra fazer todo o painel. Ganhando um salário mínimo só pra fazer os painéis. Então eu fiquei me sentindo a artista. Resolvi fazer o vestibular para Belas Artes, só que perdi no traço de aptidão, porque artista plástico não é só você olhar uma figura e fazer o*

desenho, né? [...] Aí eu botei pedagogia em segunda opção e Arte em primeira. Resultado: perdi em Arte, obviamente, e passei em pedagogia. Foi uma loucura porque no dia em que eu recebi a notícia. [...] Foi o dia mais feliz da minha vida. eu corri comprei o jornal e aí vi que tinha passado, foi uma festa. [...] Aí eu fui demitida, peguei minha indenização, minha mãe ficou um mês de mal comigo achando um absurdo eu perder um emprego de carteira assinada, numa repartição. Porque pra ela a escola era uma instituição, ela que só conhecia a cozinha, o emprego doméstico, ficou revoltadíssima. Aí eu peguei a indenização, paguei o quarto que a gente morava, paguei dois ou três meses do quarto e fui estudar, fui pra UFBA. Foi a decisão que eu já tomei mais solitária na minha vida. E a mais acertada. Porque eu optei pela universidade e a universidade me abriu portas pra vida.” (OLÍVIA SANTANA)

É evidente que cada uma dessas relações específicas não pode ser reduzida às outras, como historicamente foi tratado por pesquisadores/as da academia, ao tratar a figura do sujeito numa perspectiva universal e hegemônica. Cada uma delas determina diferentes experiências, subjetividades e interesses, construindo e aceitando diferentes discursos, entendidos aqui como práticas sociais merecedoras de análises e reflexões para compreensão do todo. O contexto político, tomado com esta amplitude, revela as múltiplas formas de enfrentamento adotado por mulheres negras diante de tantas negações.

A depoente ressalta o fato de o seu nome ter sido escolhido para sair como candidata pela UNEGRO, apesar de a diretoria ser constituída em maioria por homens porque as relações de poder, os embates, as subordinações sexistas e diferenças de gênero nunca estiveram ausentes do contexto desses movimentos.

Diferente dos homens negros, a maioria das mulheres negras normalmente vê sua candidatura abortada antes mesmo que se iniciem a campanha eleitoral no processo de disputa internas no próprio grupo. Dentro das organizações (partidos, tendências, campos, igrejas sindicatos, etc.) as lideranças políticas disputam internamente quem tem mais capacidade para agregar, mobilizar capital, potencializar estruturas levar adiante o projeto político que se aliam. Assim sendo, a preferência, em termos de candidatura, para fazer esse enfrentamento, ainda tem sido pelos homens ainda que negros. Esta alternativa tornou-se a alternativa mais viável para impactar no jogo político, porém, quase nunca a candidatura de uma mulher negra é vista também com essa potencialidade.

“E aí aconteceu de 1996, eleição pra prefeito, já começou a discussão se eu devia ou não ser candidata e tal. Aí Alice Portugal era a pré-candidata do partido e a UNEGRO discutindo que eu devia ser candidata a vereadora, começou o debate por aí. Na verdade era não era somente eu. A UNEGRO queria lançar um nome tinha meu nome, tinha o nome de Léo Ornelas e o de Nivaldino. Então teve muita discussão se deveria ser eu se não deveria porque Léo também tinha uma trajetória importante, Nivaldino, mas só sei que no debate a disputa foi gigante e

com sequelas pra todos porque no debate, no final das acabou o meu nome prevalecendo, embora a maioria da diretoria fosse de homem. (35:48) Mas nas avaliações achava-se que as pessoas me conheciam mais, eu tinha mais projeção do que os companheiros. Então acabou ficando o meu nome. Aí houve uma articulação de outros movimentos pra que, então tem que colocar Olívia candidata a prefeita tem que forçar o PC do B a colocar Olívia como candidata a prefeita do PT. Então foram os grupos de movimento negro de outras entidades que começaram a provocar, provocar o PC do B e aí teve uma reunião pra discutir este assunto, não sei se no CEAO, pra debater esse assunto. Só que estes grupos estavam debatendo sem dialogar diretamente comigo, [...] enfim. Aí aconteceu o PC do B já estava com o nome da deputada Alice Portugal na ordem do dia – era Alice que seria candidata a prefeita ou a vice-prefeita de Pelegrino, então quando tomou-se esta decisão que seria Alice intensificou a discussão de deveria ser Olívia. E aí ficou um conflito horrível porque o PC do B não podia voltar atrás, não admitia também da decisão que já havia tomado pra ser o nome de Alice, Então ficou um constrangimento a pressão pra fosse o meu nome em contraposição ao nome de uma outra mulher, ainda que uma mulher branca. Só que para nós, pra o meu grupo que estava discutindo a minha candidatura, a gente queria a disputa de vereador. [...] Ocorreu que não aconteceu nenhuma dessas coisas.” (OLÍVIA SANTANA)

A partir de processo de disputas internas nos grupos, na articulação destas forças, as decisões têm sido frustrantes para as mulheres. Na maioria das vezes, prevalecem crenças e discursos patriarcais que enfatizam as diferenças sexuais, tendo o homem, um universal, como parâmetro para o debate. Argumentos relacionados ao gênero, como a maternidade, a fragilidade feminina, a feminilidade, etc. acabaram por se tornar uma limitação, como que uma deficiência para se pleitear estes cargos.

Os debates acerca da priorização do nome das mulheres para representação política têm se limitado à constatação de que para se fazer o enfrentamento a um homem – o branco – só sendo uma mulher branca ou outro homem – ainda que negro. Entretanto, as disputas acirradas dentro da UNEGRO, no ano de 1996, para a retirada de um nome para concorrer às eleições para prefeito de Salvador, foi favorável à entrevistada.

### **Maria Aladilce de Souza: raça e gênero pela lente de uma sindicalista**

*Partido Comunista do Brasil – PC do B  
“Sempre na defesa de Salvador”<sup>37</sup>*

A depoente se chama Maria Aladilce de Souza. Ela é enfermeira formada pela Universidade Federal da Bahia, servidora pública da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e professora da Escola de Enfermagem desta mesma Instituição. É natural de Nova

<sup>37</sup> Entrevista realizada pela própria pesquisadora em 18/06/2013. Duração: 3:11min.

Soure, mas viveu durante boa parte de sua infância e adolescência em Alagoinhas. Está no seu terceiro mandato consecutivo como vereadora de Salvador que convergiu na última eleição a disputa pelo cargo de deputada estadual, porém sem êxito. Além de sindicalista, atuou como presidenta do Sindicato de Enfermagem do Estado da Bahia por três gestões.

No dia 18 de junho de 2013, conforme agendado, estava no gabinete da Vereadora Aladilce, munida de um gravador e uma pequena agenda, para o registro de mais uma narrativa. As entrevistas aconteceram em seu gabinete, localizado na Travessa da Ajuda, nº 40, Centro, Edifício Martins Catarino. O primeiro contato com a candidata eleita Aladilce não foi exatamente do jeito que havíamos programado. Tive que aguardar por um bom tempo, pois houve um imprevisto que não permitiu que esta se ausentasse de uma mesa na Câmara. Também, não foi possível alongar muito a entrevista, por conta de que precisava retornar rápido para uma votação já no início da tarde. Então, tudo foi feito muito rápido, entrando, inclusive, pelo seu horário de almoço.

No dia combinado para a entrevista, a vereadora Aladilce chegou a seu gabinete correndo, posto que aproveitou um momento de intervalo entre uma sessão e outra para me receber; mais que isso, estava bastante agitada por conta dos debates de que estava participando. Entretanto, após nos instalarmos em seu gabinete, notei que ela emitia uma fala tranquila, porém, firme, cautelosa e ponderada. Fiquei a pensar se isto seria reflexo de sua formação comunista após tantos anos de militância?

Notei que mesmo com toda aquela correria, ela se mostrava bastante atenciosa e conseguiu se concentrar, se permitindo realmente fazer uma viagem em seus pensamentos e trazer destes a memória de aspectos elucidativos que constituem o seu *ethos* político. Aladilce guarda a imagem de uma mulher equilibrada, determinada e bastante aguerrida. É dona de posicionamentos marcantes dentro e fora da Câmara de Vereadores em defesa dos direitos do indivíduo quem vivem na cidade de Salvador. Esse fato inusitado me deixou indecisa quanto a manutenção da agenda ou adiá-la para um momento mais oportuno. Minha determinação de cumprir o cronograma me levou a optar pela primeira alternativa. Entretanto, o aprendizado extraído desta decisão é que o processo narrativo depende de certo tempo para que seja reavivada a memória.

Por se tratar de um trabalho que se utiliza de métodos etnográficos, o tempo se apresenta como um dos maiores aliados. Podendo até arriscar que se trata de um aliado imprescindível para que aconteça o processo de entrega ao exercício de rememoração. Se tratando, portanto, da primazia de um trabalho antropológico. O tempo também é algo

precioso, na verdade disputadíssimo, no cotidiano destas mulheres que se enveredam pelo cenário de disputas políticas.

Têm sido lócus privilegiado para interrogações sobre as trajetórias pessoais e biografias de distintos sujeitos. Daí a minha preocupação com o material que foi colhido da entrevista com Aladilce numa situação tão comprometedora como esta. Combinamos de fazer mais uma rodada pra tirar esta diferença, já que neste primeiro momento abordamos muito pouco sobre questões relacionadas as suas origens, ao seu ambiente familiar, visto que nas memórias iniciais emergiram mais questões relacionadas a sua participação política, mas isso não foi possível. Lamentavelmente, não houve tempo suficiente para isso. Assim, dei início à conversa com a interlocutora, perguntando-lhe sobre sua trajetória de vida antes da sua inserção na militância política e ela relata o seguinte:

“... Na década de setenta, oitenta eu comecei no movimento estudantil ainda em Alagoinhas, interior que me criei. [...] Fui criada dentro de uma orientação cristã, estudei no colégio de freira, então a gente tinha um sentimento humanitário muito grande. [...] Era um período de repressão de ditadura militar e eu acho que todo jovem daquela época acabava se envolvendo. Daí entrei no grêmio da escola, depois passei no vestibular, vim pra Salvador e entrei logo no diretório acadêmico. Já militava no movimento de bairro e bairro e aí em setenta e nove entrei no Partido Comunista, que ainda era clandestino na época e atuava mesmo na clandestinidade com uma perspectiva de mudar o mundo [risos]. É como se a revolução estivesse batendo na porta, então foi toda aquela trajetória de movimento contra a ditadura. (ALADILCE SOUZA)

O que as mulheres, de forma expressiva, ainda não tinham feito, e que precisavam urgentemente fazê-lo é colocar a caneta na mão e contar a outra versão da história. A parte que não foi contada pelos “grandes historiadores/as” que confirma a tese de que a história não é e nem nunca foi neutra. A história, assim como as ciências, se encontra permeada “da exclusão dos seres cujas características atribuídas não se enquadravam no perfil instituído para o sujeito” (VANIN, 2008, p.12) e por isso, de forma tendenciosa, foram excluídos com seus feitos dos registros históricos oficiais.

Los hombres no solamente han excluído a las mujeres de la participación en las ciencias y empleos durante mucho tiempo, sino que, además, hacen ver que esta exclusión se funda en la incapacidad natural de aquéllas. No hay, sin embargo, nada más quimérico. (Autora desconhecida, 1763, apud SCHIEBINGER, 2004, p.349)

Na entrevista Aladilce fala sobre a sua atuação no movimento da Igreja Católica a qual, segundo ela, foi a sua porta de entrada na militância política, foi quem a despertou para os problemas sociais que afligia a comunidade e a aproximou de tantas outras pessoas

envolvidas diretamente com a luta por justiça social, passando a fazer parte de grupo de jovens, atividades com a comunidade, etc. Entretanto, apesar desse fato importante em sua trajetória, pois será a partir deste convívio que ela fará sua opção por trilhar nesse caminho da participação política e lutar por justiça, por democracia, por liberdade, ela hoje declara que não possui nenhuma religião.

“... Já desde lá da década de 70, eu comecei a militar no movimento estudantil. Não tinha vinculação política nenhuma com o partido na época e aí [...] desde o ginásio na verdade que a gente... Era um período de repressão de ditadura militar e eu acho que todo jovem daquela época acabava se envolvendo.” (ALADILCE SOUZA)

É a situação mais comum encontrarmos comunistas que se colocam como não sendo adeptos a nenhuma religião, coadunando assim com o pensamento de Marx e Engels, no século XIX de que “a religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, tal como o é o espírito de uma situação sem espírito. É o ópio do povo” (Marx, 1969<sup>a</sup>, p. 304). A emergência da Teologia da Libertação em várias partes do mundo e, em particular, na América Latina, na década de sessenta, abre e eleva novas questões que não podem de imediato ser respondidas pela teoria marxista, a exemplo das relações raciais e de gênero.

Pensar na trajetória social e política das depoentes para além das diferenças de gênero é pensar as categorias gênero, raça, sexo, classe social, sexualidade e religião - como ente constituído por múltiplas posições, plurais, heterogêneas, contraditórias e contingentes, na medida em que, se contrapondo as teóricas marxistas, retira a centralidade da classe social e postula um descentramento da constituição dos sujeitos e das identidades. Nos dois casos, a rejeição à oposição binária masculino/feminino faz-se presente. Como bem observa Chantal Mouffe é nisso que repousam uma política democrática radical.

Apropriando-me do pensamento de Maria Nazaré de Lima (2007) diante do relato pontuado por Aladilce, percebo como a perspectiva adotada nesta pesquisa não poderia ser outra senão a de perfilhar a legitimidade deste protagonismo. A partir da fala trazida por esta entrevistada é possível constatar a partir das experiências trazidas para este contexto, não apenas por ela, mas também pelas outras interlocutoras, que estas mulheres carregam em si, a um só tempo, práticas de sujeição e de liberação. Esta perspectiva de acordo com Lima, (2007) é por demais relevante na medida em que, alia “pesquisa e ação social, a fim de dar visibilidade a práticas e a reflexões a partir dessas práticas”.

As mulheres historicamente têm se articulado de inúmeras maneiras para operar um enfretamento mais eficiente nas disputas políticas que acontecem no âmbito das suas relações cotidianas, porém com repercussões para além deste. Isto em razão de que a trajetória de vidas dessas mulheres apontam para a contemporaneidade as condições de passagem dos dados empíricos à problemática que perpassa relações sociais fundadas sob uma lógica injusta de distribuição de privilégios.

*[...] Participei também da fundação do sindicato e fiquei presidente deste sindicato durante três gestões, então foi ampliando minha participação política. [...] Eu sou diretora ainda do meu sindicato. Eu atuava no movimento, comecei no movimento estudantil ainda no interior que me criei em Alagoinhas, então, isso aí foi definidor da minha da minha opção por trilhar por esse caminho da política, e na década de setenta, oitenta eu comecei. [...] Bom, minha decisão de participar do movimento político parti daí dessa experiência de convivência do período de arbítrio, de exceção do que a gente teve no país e depois eu tive uma passagem também pelo movimento sindical [...] Participei também da fundação do sindicato e fiquei presidente deste sindicato durante três gestões. Então foi ampliando minha participação política. Em 79 lá atrás eu entrei no partido e a partir de um determinado momento a própria direção do partido sugeriu que eu me candidatasse. Aí a gente já está em outro momento no país, é pós-ditadura, já em um momento democrático do ponto de vista das instituições que nós temos e então eu me candidatei. Achei que... bom, não foi assim, propriamente uma iniciativa minha, mas uma avaliação da direção do partido que eu concordei, então foi num processo assim, crescente no envolvimento com a política e estou aqui hoje no terceiro mandato? (ALADILCE SOUZA)*

De acordo com Fanny Tabak.

Por outro lado, as instituições “tradicionalistas”, como os partidos políticos e os sindicatos, no caso particular da América Latina e do Brasil em especial, não têm estimulado a participação feminina. Ao contrário, críticas sérias são feitas ao desinteresse que tais instituições têm revelado muitas vezes, pelas questões que interessam especialmente às mulheres, em geral não incluídas na agenda das reuniões e conferências. (TABAK. 2002, p. 40)

Ainda assim, nas demais instituições políticas, as mulheres seguem só sendo recrutadas para ornamentar, cozinhar ou, como costumamos dizer, para serem “carregadoras de bandeiras”, “tarefeiras” de modo que raramente uma mulher chega à direção dessas instituições políticas, exemplo dos partidos políticos e sindicatos. Trata-se de trajetórias marcadas por fortes assimetrias de raça e gênero, quando comparadas com a da maioria dos candidatos negros, de candidatas negras ao legislativo – estadual e federal e ao executivo - e, principalmente de outras mulheres brancas. A esse respeito, Aladilce revela:

“Fui criada dentro de uma orientação cristã, estudei no colégio de freira, então a gente tinha um sentimento humanitário muito grande. Isso levava a gente a se implicar com as injustiças, a ter um sentimento de solidariedade muito forte e isso nos aproximava naquele momento daquelas pessoas que lutavam diretamente por justiça, por democracia, por liberdade. Nós estávamos vivendo um momento de questão do arbítrio no Brasil, então, isso aí foi definidor da minha da minha opção por trilhar por esse caminho da política. Já militava no movimento de bairro em Alagoinhas e aí em setenta e nove entrei no partido [PC do B], que ainda era clandestino na época e atuava assim mesmo na clandestinidade com uma perspectiva de mudar o mundo. [risos] É como se a revolução estivesse batendo na porta. Então foi toda aquela trajetória de movimento contra a ditadura. [...] Bom, então minha decisão de participar do movimento político parte daí dessa experiência de convivência do período de arbítrio, de exceção do que a gente teve no país. Depois eu tive uma passagem também pelo movimento sindical que foi uma escola pra mim. Participei também da fundação do sindicato e fiquei presidente deste sindicato durante três gestões. Daí foi ampliando minha participação política. [...] Eu atuava no movimento, comecei no movimento estudantil ainda no interior que me criei em Alagoinhas. Então, isso aí foi definidor da minha da minha opção por trilhar por esse caminho da política, e na década de setenta, em oitenta que eu comecei e foi ampliando minha participação política. Atualmente sou diretora do meu sindicato.” (ALADILCE SOUZA)

### **Célia Oliveira de Jesus Sacramento: pela autonomia das mulheres negras**

*Partido Verde - PV*<sup>38</sup>

Cheguei cedo no IPS – Instituto de Previdência Social de Salvador já que a agenda estava marcada para as 8:00h. A porta principal de entrada, pela Av. Joana Angélica, ainda se encontrava fechada, por isso mesmo me dirigi à porta lateral que dá acesso ao prédio pelos ambulatórios, passando pela garagem. Fui recebida pela Assessora de Comunicação, bastante atenciosa, mulher negra de cabelos cacheados soltos, bem altos, trajando uma calça branca com blusa verde transparente, a qual denunciava levemente as suas curvas. Enquanto aguardava a interlocutora aproveitei para explicar-lhe aspectos da minha pesquisa, numa conversa bastante empolgante; escutava alguns macetes de como manter as unhas sempre belas no dia-a-dia. - O macete, me dizia ela, é sempre pintar as unhas com cores claras. Isso permite, sempre que necessário, um retoque rápido para impedir que o descascado apareça. Curiosidades? Melhor dizendo, estratégias para manter-se no mundo feminino. Um/a leitor/a despercebida pode até pensar que se trata de uma bobagem. Mas

---

<sup>38</sup> Entrevista realizada pela própria pesquisadora em 17 e 21/10/2013. Duração: 06:20h.



eu diria que não, são regras de comportamento carregadas de informações, que delineiam a forma de ser e de estar, de homens e mulheres, em determinados espaços.

Retomando o foco, chegou a vice-prefeita de Salvador Célia Sacramento, com um ar bastante disposto, cumprimentando-me e a todos/as que a aguardavam na antessala, e dirigindo-se ao seu gabinete. Durante a entrevista, descobri a fonte daquela vitalidade tão cedo. Ela vinha de sua caminhada matinal, que faz todos os dias, antes da correria diária. Vestia um *tayer* preto, com blusa bege por debaixo, toda trabalhada nos bordados. Lembrou-me uma executiva nos moldes estabelecidos por uma sociedade androcêntrica, de arquétipos masculinos. Fez-me pensar sobre o quanto de assimilação havia naquela imagem e o quanto ainda restava de rebeldia e resistência naquele corpo de mulher. Sigo na esperança de obter respostas para estas indagações durante a conversa. Célia Sacramento é uma mulher alta, bonita, voz rouca e bastante acentuada na pontuação das palavras, colocadas sempre no sentido exato. Sua estatura reforça a imagem de uma mulher imponente e decidida.

O Gabinete da vice-prefeita ocupa todo o sexto andar do prédio do IPS, entretanto, no que se refere à feminilidade, o tom cinza das paredes, acompanhado pelo azul escuro em todas as portas, reforça, ao menos de forma simbólica, a imagem do espaço público como sendo tipicamente masculino. Mais adiante ela me dirá que ainda não foi possível rever a decoração do espaço, de modo que a maioria das peças que compunham a decoração vinha da época do vice-prefeito anterior, Edivaldo Brito. Notei a ausência de flores, espelhos, quadros..., Opa! Vamos com calma. Pesquei uma pequena fresta da porta entreaberta do seu escritório que revela parte da sua intimidade. Surpresa! Avistei alguns quadros da Bahia, bibelôs sobre a mesa e porta-retratos com fotos dos filhos, momentos de homenagens. Poderia dizer que ela se enquadra nos padrões de gênero estabelecidos para cada sexo.

De vez em quando éramos interrompidas com alguma demanda urgente, quando ela se dirigia até sala de reunião despachava e retornava para a nossa pauta. Nesses intervalos, aproveitei para apreciar mais detalhadamente o espaço de trabalho desta mulher, hoje considerada como uma proeminente alternativa para a política baiana. Afinal, o seu nome vem sendo cogitado, pelo Partido Verde – PV, para concorrer à presidência da república na próxima eleição em 2014. Então, vejamos o que a narradora tem a dizer sobre a sua trajetória de vida.

“Minha avó é descendente direta de africano, casou com um índio e um índio que não gostava de trabalhar. Ele só trabalhava para o alimento do dia. Sabe aquela pessoa que não acumulava nada, então não deu certo o casamento. Um dia ele brigou com ela, disse que ia bater nela (não chegou a bater) no outro dia ela se mandou de Feira de Santana, que ela era de Feira de Santana, de um quilombo – Pitomba – em Feira de Santana, que hoje já é área industrial. Minha avó é de lá e casou com esse cidadão de uma cidade próxima, São Gonçalo não deu certo e ela pegou as duas filhas, fugiu, deixou com uma prima em Feira de Santana e veio pra Salvador tentar a vida. E nessa tentativa de vida ela foi morar no Pelourinho, no Maciel. [...] Eu nasci no dia dois de julho a meia noite e cinco minutos, então no dia três. Minha mãe entrou em trabalho de parto meia noite e eu nasci doze e cinco. E minha mãe tem certeza de que eu nasci no dia dois, mas os médicos informaram ao meu pai de que eu nasci dia três... Como de mim pra meu irmão tem menos de nove meses de diferença meu pai me registrou no dia vinte e oito de julho, que tal? Eu comemoro dia dois que é feriado, comemoro no dia três que é a data do meu aniversário e no dia vinte e oito porque todo mundo liga pra mim. Que é o dia que está registrado. [...] Lá ela alugou uma casa, ela tomou um curso de sapateira no Salesiano, aprendeu a fazer sapatos e montou um estabelecimento comercial, nº 51, dentro do Maciel. O pessoal antigo do Pelourinho lembra de minha avó. Isso na década de 1950, 1960. Agripina Pereira da Silva era o nome da minha avó. Então, depois que ela conseguiu se estruturar ela trouxe as filhas pra Salvador, não pra morar lá no Maciel, porque tinha aquela questão da discriminação do espaço que era área de prostituição, mas pra morar com uma irmã que eu chamo de Vó Zeca, na Fazenda Grande do Retiro.”  
(CÉLIA SACRAMENTO)

Lina Aras (2012), ao estudar as questões de gênero nas ditaduras do cone sul, ressalta a importância da memória das mulheres. Para a autora, o ato de se lembrar de cada detalhe que envolve a situação, os locais, nome, faz com que as mulheres sejam perpetuadas através de suas memórias, nutrindo a possibilidade de transformação nas páginas vivas da história. Por mais que pareçam duras as realidades enfrentadas por essas mulheres nos relatos trazidos para o corpo deste estudo as “mulheres aparecem não como vitimizadas, mas inseridas em suas realidades” (ARAS, 201, p. 266) como sujeitos políticos. Trata-se de memórias que se constituem importantes fontes passíveis de releituras por aqueles/as interessados/as em se aprofundar no tema, pelas vias das subjetividades identificadas nas trajetórias destes sujeitos. Esses depoimentos abrigam, portanto, possibilidades para a formulação de novas perguntas.

A candidata Célia Sacramento revela, a partir da fala de Dona Agripina, sua avó, os receios que vinham a mente ao pensar em suas filhas morando com ela no Maciel: “[...] trouxe as filhas pra Salvador, não pra morar lá no Maciel, porque tinha aquela questão da discriminação do espaço que era área de prostituição”. Ao contrário do que se apresenta nesta fala, estudos desenvolvidos pelo/a historiador/a Josivaldo de Oliveira e Lina Aras (2003), acerca do envolvimento de mulheres em processos criminais na primeira república, tomando como base mulheres que foram presas no distrito de Conceição da Praia,

apontam, que já naquele período, nas áreas consideradas como zonas em Salvador, “não havia somente casa de prostituição, mas também residências” (ARAS, et al, 2003, p. 172). Enfatizam também que residiam nesses espaços “mulheres pobres da cidade de Salvador” (ARAS, et al, 2003, p. 173). Os relatos trazidos pela narradora evidenciam a força dos estereótipos que recaiam sobre essa população, muitos destes associados ao lugar de moradia e que, por vezes, acabavam influenciando as decisões mais corriqueiras daqueles/as que ali habitavam.

“Essa minha tia-avó ficou lá em São Paulo pra criar oito filhos sozinha. De que? De trabalhadora doméstica. Além desses oito filhos ela até recebia todos os sobrinhos dos oito irmãos que iam pra lá ela também acolhia. Então ela não comprava um quilo de feijão no mês ela comprava uma saca de feijão, uma saca de arroz, sabe? Ela vivia pra isso. Pra prover de alimentação toda essa gente. Comida até hoje nunca faltou na casa dela. E minha mãe foi pra lá pra ver essa minha tia, pra ficar com ela um pouco. (CÉLIA SACRAMENTO)

É desse lugar, cercado por estigmas e estereótipos que emergem os ensinamentos extraídos das práticas cotidianas das relações familiar e com entes mais próximos, que afloram na sua memória. Trata-se de lembranças que emergem das experiências de mulheres que trabalhavam, participavam ativamente dos problemas e buscavam soluções práticas através da mobilização, participação e organização da família para viabilizar o bem estar de todos. É desse lugar de trabalhadora doméstica que esses filhos serão criados. É também a partir do exemplo dessas mulheres – avó, tias e mãe – que estas mulheres se depararam com as primeiras lições acerca do significado de empoderamento feminino.

Como paradigma, a imagem das mulheres negras no Brasil, quase sempre, esteve associada a profissões menos prestigiadas intelectualmente ou ao emprego doméstico. Patrícia Collins (1991), Luiza Barros (1995) e Sueli Carneiro (2001) Ângela Figueiredo (2011), analisam a condição de marginalização da mulher negra, a partir da imagem da empregada doméstica, concluindo que essa “marginalidade peculiar é o que estimula um ponto de vista especial da mulher negra, uma visão distinta das contradições nas ações e ideologia do grupo dominante”. Um trabalho que permite “à mulher negra ‘ver a elite branca a partir de uma perspectiva a que os homens negros, e nem mesmo os próprios homens brancos tiveram acesso’” (BAIRROS, 1995, p. 463).

Dessas vivências com sua família e com a comunidade, Célia extrai, do aprendizado tecido no dia-a-dia, os ensinamentos que iriam pautar suas escolhas e o rumo que no futuro daria a sua vida. Para melhor explicar através de situações práticas que

ilustram essas relações relembra, “todo mundo não tem alguém que a mãe ia trabalhar e os outros é que ficava tomando conta até ela chegar, e aí chamava essa pessoa de mãe? Pois é, eu tenho um bocado de amigos e vizinhos que chamavam minha mãe, de mãe Tonha [...] oh, que onda!”.

Cardoso (2012) citando a entrevista feita com a historiadora e feminista negra Valdecir Nascimento, destaca a forma como as mulheres negras organizaram seus membros ao redor da família e da comunidade, historicamente orquestradas por elas, vivências estas tecidas a partir das experiências de mulheres negras. Em sua fala

Valdecir ressalta que as experiências de sua mãe, assim como as de outras mulheres negras da diáspora, têm muito a dizer para os movimentos feministas, de modo geral, [pois] “constituem ações políticas as quais podem servir de inspiração para o feminismo tornando-o mais abrangente, democrático, popular, liberado das amarras que o mantém preso à produção de teorias encerradas entre os muros do espaço acadêmico”. (CARDOSO, 2012, p.147)

Ela conta que seu pai foi pra casa de uma tia em São Paulo e que lá ele conheceu sua mãe.

“Chegando lá [em São Paulo], meu pai já estava lá, não se conheciam, se conheceram, tiveram o primeiro filho, meu irmão Rafael e se casaram. Ao todo meus pais tiveram seis filhos. Lá eu nasci e nasceram mais quatro irmãos. E um dia meu pai resolveu voltar pra Salvador pra apresentar os filhos à família. Na família dele todas as meninas eram trabalhadoras domésticas e todos os rapazes eram pintores ou pedreiros, nem mestre de obra tinha. E a mãe dele queria que ele fosse carpinteiro uma profissão dessas. Quando ele veio pra aqui apresentar os filhos a família ele descobriu que aqui era lugar para se criar os filhos. Alugou uma porta aqui na Rua do Paraíso, no Centro de Salvador e montou a sapataria dele “Rápido Paulista”. Ele era conhecido pelos clientes como Careca. E minha mãe continuou costurando e trabalhando em casa. Daí ele ficou botando pilha na nossa mente de que todo mundo ia fazer faculdade. Faculdade de que, se ele nem sabia o que era faculdade. Como ele não tinha uma renda que lhe permitisse comprar livros com frequência, quando os meninos do Colégio Central iam consertar sapato que estavam com livros na mão ele dizia: ‘Este livro é pra quê? Cai no vestibular? Então você me empresta o livro e eu lhe dou o sapato pra daqui a oito dias’. Aí ele lia a orelha e nos dava pra ler. (CÉLIA SACRAMENTO)

A entrevista resgata em suas memórias os ensinamentos de seus pais – naquela época brincadeiras de criança – gestos de membros da sua comunidade, que marcaram de forma definitiva a sua vida e que, observando agora, percebe o quanto que ela carrega em si nesses ensinamentos nutridos no seio do movimento social – enquanto escola pra vida.

“Entre doze e treze anos fui morar no subúrbio ferroviário de Salvador em função da separação de meus pais. O bairro onde eu fui morar era muito pobre,

atrás da garagem da Praia Grande, onde a gente morava em um cômodo menor do que este aqui. Não tinha nem banheiro, entendeu? Então era um negócio assim muito difícil mesmo. Não tinha energia elétrica, a energia era no botijão de gás ou candeeiro. A energia chegou lá no meu bairro em oitenta e cinco. E a minha sorte é que nesse bairro pobre chegaram cinco padres,... Só vi cinco homens brancos descendo o bairro com a roupa da Limpurb. E aí a gente ia na fonte pegar água, tomar banho e eles no mesmo lugar que a gente. Mas branco? Branco não gosta dessas coisas, né? Morar no gueto, na lama, imagine preto. Então pra mim era estranho ver aqueles homens lá. [...] De repente, começaram seis meses, um ano depois, sei lá, algum tempo depois, começaram a vender drogas lá. E o bairro todo ficou preocupado, por que de manhã agente tava na escola e de tarde agente tava no bairro, fim de semana, na festa. E aí esses padres começaram a criar uma série de atividades com a juventude. Mês de Maria – era o mês de maio todo rezando; Santo Antonio – era do dia primeiro ao dia treze; São João era a quadrilha junina; agosto festa de São Roque; e lá vai evento, sabe? Ocupando a mente. Aí eles ensinavam a gente a tocar violão. Ensinava a gente a nadar. Olhe, eles juntavam trinta crianças pra ficar sentadas na areia a tarde toda esperando pra usar cinco minutos um pé de pato. [...] Quando não era as festas da igreja católica eram as festas dos terreiros de candomblé. E a gente se envolvia com as festas do terreiro porque às vezes tinha que ir buscar água na fonte, coisas assim. Terreiros de candomblé, a igreja Assembleia de Deus também sempre faziam algum evento. [...] As festas da sede, porque aí era o bairro que proporcionava. Minha mãe, Dona Antônia, com as outras moradoras da associação de bairro Nova Aliança na Praia Grande, que fica no subúrbio ferroviário. Elas organizavam ali e tal os eventos sem apoio nenhum do poder público. [...] Ou seja, as entidades sociais do bairro, todas contribuíram para eu não estar em qualquer outra coisa na vida se não nessa em que eu trilhei. Eu tive oportunidade, eu digo que eu fui salva pelo movimento social. Tanto que eu passei a minha vida inteira contribuindo direta ou indiretamente com o movimento.” (CÉLIA SACRAMENTO)

Em contextos de desigualdades, como os que presenciamos na cidade de Salvador a organização das classes consideradas subalternas torna-se fundamental, na medida em que é na organização que esses segmentos da sociedade tomam consciência da realidade aguçando a sua solidariedade e se constituindo em sujeitos políticos coletivos, ou seja, “coletividades onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p. 55).

Nessas experiências Célia se da conta do aprendizado extraído das pressões políticas exercidas pelas mulheres da sua comunidade, organizadas em associações de bairro visando formalizar e encaminhar reivindicações, solucionar os problemas que as afligiam individual e coletivamente. “Minha mãe fundou uma associação, a Associação Nova Aliança. Nessa associação a gente desenvolvia muitos trabalhos para o bairro, que era um bairro pobre, popular. Fazíamos muito mutirão”.

“Sem apoio público, as festas da sede,... era o bairro que proporcionava. Minha mãe com a associação de bairro Nova

Aliança é que organizava ali e tal os eventos. Eu tive oportunidade, eu costumo dizer que fui salva pelo movimento social. Tanto que eu passei a minha vida inteira contribuindo com o movimento social.” (CÉLIA SACRAMENTO)

A análise desenvolvida por Lélia Gonzales (1984) na segunda metade dos anos 1970 e início de 1980, sobre o processo de desenvolvimento e expansão dos movimentos sociais no Brasil, encontra ressonância na narrativa de Célia Sacramento ao ressaltar que a população negra, se insere no processo político, primeiramente, a partir das Associações de Moradores das favelas e de bairros periféricos e também do Movimento Negro. Organizada a partir desses movimentos as mulheres negras reivindicaram seus direitos, que englobava desde a exigência de melhores condições de vida, habitação/saneamento básico, transporte, educação, saúde, etc., até a uma intervenção política mais direta, inclusive partidária.

Célia Sacramento, influenciada, em parte, desde a infância, pelo exemplo familiar, já que a sua mãe era uma líder comunitária, uma das fundadoras da Associação de Bairro Nova Aliança, segue também engajada com o movimento social. Entretanto este se dá associada a sua preparação para o vestibular. Conforme explicitado através da sua fala no capítulo anterior, esta sempre foi a principal meta traçada em sua vida. Sobre esse engajamento tece o seguinte comentário:

*“Por conta de que minha mãe era da associação de moradores eu sempre fui muito próxima ao movimento social. E quando eu me formei em contadora as entidades começaram a me pedir ajuda na regularização das contas e eu nunca cobrei nada para ajudar o terceiro setor. Eu fui do D.A. da Universidade Federal da Bahia, fui do D.A. da Faculdade Visconde de Cairú. Eu fiz Contábeis em duas Faculdades. Comecei a militar no movimento social ainda nos anos 80, época em que comecei a perceber os efeitos mais profundos do racismo. Estudando para o vestibular da UFBA, comecei a me incomodar com a pouca quantidade de estudantes universitários negros na cidade mais negra do país. Eu entrei na Universidade na Universidade Federal da Bahia, olhei pra um lado e pra o outro, cadê a juventude toda que era duzentas, trezentas pessoas nos cursinho de pré-vestibular? Na minha sala só tinha branco. Então eu disse meu Deus é por isso que a gente não consegue entrar! A universidade é só pra brancos? No cursinho de pré-vestibular eu fiz amizade com um grupo de jovens negros todos, com o mesmo ideal, a mesma história, tudo se repete, né? A gente se reunia tanto na biblioteca Central - eu, Jadir, Valdo Lumumba, Isabel Reis, Mário Pereira, Máisa Flores, sua xará e tantos outros - e dizíamos: ‘Poxa! Precisamos fazer alguma coisa.’ Teve uma reunião de estudantes universitários no ICEIA, eu lembro bem que estava presente Benedita da Silva. Eu acho ela fenomenal – primeira mulher negra vereadora, primeira mulher negra governadora, tudo primeira. E tinha uma galera daqui que era contra ela. ‘Ah! Porque ela é evangélica’ Não quero nem saber... E eu fui participando das coisas até que a gente decidiu criar uma cooperativa de estudantes, entrar nas universidades pra trazer esses jovens e a minha parte na cooperativa era fazer a*

*parte contábil. Fiquei três anos na cooperativa até criar a minha empresa de auditoria.” (CÉLIA SACRAMENTO)*

Célia Sacramento, influenciada, em parte, desde a infância pelo exemplo familiar, já que a sua mãe era uma líder comunitária, uma das fundadoras da Associação de Bairro Nova Aliança, segue também engajada com o movimento social. Entretanto este se dá associada a sua preparação para o vestibular. Conforme já explicitado em sua fala esta sempre foi a principal meta traçada em sua vida.

“Na minha época minha mãe tinha que acordar três horas da manhã pra ficar numa fila pra conseguir uma vaga pra estudar. Aí no ano que conseguiu, dois anos estudei em Daniel Lisboa. No outro ano ela não conseguiu fui estudar no Cremildo de Andrade. [...] Depois fui estudar lá no final de linha de Brotas, [...] olha eu morava cá no Bonocô e eu fui estudar lá no fim de linha de Brotas na Escola Municipal Abrigo dos Velhos. É brincadeira? Ai eu concluí meu segundo grau no Centro Comercial de Periperi, que hoje é o Colégio Municipal Praia Grande. Isso na década de 80. Depois fui pro Luiz Vianna fiz o curso de Análises Clínicas, porque toda juventude queria trabalhar no polo, né? Pra ganhar bem e pra isso tinha que fazer o curso técnico de preferência da Escola Técnica. Meu tio que morou em São Paulo tinha uma ideia que se você tem dez anos de vida, cinco fica para o polo. Meu pai e meu tio Agnaldo eram contra de um filho dele ir trabalhar no polo. E aí eu entrei no Comercial, fiz o curso Técnico em Contabilidade, praticamente eu fiz duas graduações. Tinha que passar no vestibular da UFBA. (CÉLIA SACRAMENTO)

Filiada ao PV há seis anos, por onde concorreu inicialmente à Câmara Municipal de Salvador, em 2008, e à Deputada Federal, em 2010, Célia é eleita vice-prefeita de Salvador em parceria com ACM Neto do DEM, projeto político até então, associado ideologicamente à direita carlista no estado. Nesse sentido, apresento sua narrativa, onde expõe a sua base de formação inicialmente petista, os tempos áureos da política dos trabalhadores, seus desencantos e decisão de seguir em frente, apesar de...

“Como eu falei pra você a minha base de formação é PT. Então eu cresci dentro do PT, vi a construção, a ideia de ética de transparência tudo que eu falo de controle eu aprendi dentro do PT. Eu sempre usei a estrelinha do PT no peito. Sempre comprei com o meu dinheiro todas as camisas do PT que eu tenho, mas nunca fui filiada ao PT.” (CÉLIA SACRAMENTO)

Célia desabafa que tudo que ela não queria nesta vida era entrar na política. Diz isso por conta - lembra da sua fala no capítulo II, acerca do seu projeto de vida? – de que seu foco sempre foi sua emancipação através da formação profissional. Ela coloca que sempre pensou em ajudar, como eu sempre ajudei. Recorda-se da campanha de Luiz Alberto, “quantas vezes em vida, eu e minha turma, desci a ladeira da San Martins pra pichar os muros da Limpurb”. Isso na primeira campanha de Luiz Alberto pra vereador. Nesse sentido, relata.

“O PV é um bom partido, você já analisou? Eu estou pensando é nisso aí. Marina ainda não estava no partido quando eu escolhi o PV. Enfim, escolhi o PV, o pessoal do grupo [do movimento negro] me chamou fez uma articulação com Juca e marcamos uma reunião com ele a partir do irmão de Lídice da Mata, Ari da Mata. A gente escolheu o PV por conta das bandeiras que Juca já defendia como vereador e porque percebemos que ele era uma pessoa que tinha um olhar pra questão racial diferente. [...] Um olhar pra questão racial que os outros partidos não tinham, nem o PT. Apesar de ter Luiz Alberto lá dentro, a gente não via uma ação firme vindo do PT, sabe? Havia essa queixa. E tinha um amigo do grupo que sempre dizia: ‘esse negócio de colocar todos os ovos dentro do mesmo cesto é o maior problema, por causa que vai que esse cesto cai? Se cair não quebra tudo’. Essa de ir pra outro partido era também uma forma de não ficar todo mundo dentro do mesmo partido, dentro do PT e tal. Fizemos uma com Juca, que fez marcou uma reunião com a gente e outra que foi presidente da Fundação Palmares, Zulú, Beth e eu fui. Foi aí que eu disse, não vou usar o meu nome acadêmico não, viu? Não quero misturar. Eu já estava divorciada. Também não quero usar o nome dele. Então coloquei: ‘Célia Oliveira’. Mas não é assim não viu mãe. Ignorância mesmo. Se eu coloco Sacramento eu tinha sido eleita naquele ano. E foi uma campanha bonita, um negócio bacana assim. Vale a pena mesmo (CÉLIA SACRAMENTO).

Ainda avaliando a sua impressão acerca de como os partidos, em especial, o PT tratam as mulheres, Célia traz o seguinte entendimento:

“Pra mim os partidos não dão espaço ao povo negro. Porque veja. Como é que pode? Nós somos maioria na cidade de Salvador. O PT estava em nossas mãos, fomos nós que fundamos esse partido. [...] Eu nunca vi o PT fazer um investimento numa mulher negra. E tem tanta mulher negra meu Deus! [...] Mas é como eu estou dizendo, porque as mulheres negras também nunca quiseram saber de participação política eleitoral nada. Eu nunca percebi as mulheres querendo esses espaços nos partidos não. Muito pelo contrário eu sempre vi as mulheres como não querendo se candidatar. Nos últimos dez anos, aí você começa a perceber, por conta das discussões, mas, por muito tempo a maioria das mulheres não queria. Quer ver? Com o discurso de que não tem tempo; a gente já acumula muita coisa; tudo é com a gente... Então sempre teve essa história aí de mil e tantas esquerdas que tem mulher envolvida o tempo todo, mas na hora de empurrar não, bota um homem... Aí a gente fica por traz segurando as muletas. Então eu não vejo nos últimos tempos e você está vendo essa pegada agora né?” (CÉLIA SACRAMENTO)

**Marta Rodrigues Sousa de Brito Costa: mulheres negras na militância partidária.**

*Partido dos Trabalhadores - PT*  
*“A vereadora de toda cidade”<sup>39</sup>*

<sup>39</sup> Entrevista realizada pela própria pesquisadora em 2010. Duração: 4h 30min.



Marta Rodrigues nasceu em 20 de junho de 1959, numa família humilde da zona rural, no município baiano de Aiquara, a mais ou menos uma hora de viagem de Jequié e cresceu com aquele gostinho bom da vida simples e humilde da roça. Em Salvador Marta fez política sindical pelo Sindicato das Telecomunicações e aprofundou sua militância no movimento pelos direitos das mulheres e de comunidades carentes de Salvador. É formada em Letras pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL e é Especialista em Direitos Humanos e Gestão de Cidades.

Barulho, vozes, muita gente transitando para cima e para baixo, pelas escadas e elevadores. Assim é o cotidiano do prédio com sete andares, onde fica localizado o Anexo da Câmara de Vereadores, no Edifício Bahia Center, no antigo Centro Comercial de Salvador, mais precisamente na rua onde está situada a casa do ilustre Ruy Barbosa e, por isso mesmo, batizada com o seu nome. Ao atravessarmos a porta principal em *blindex*, logo acima do balcão da recepção, é possível ver um quadro enorme com o nome de todos os edis da casa, com o respectivo número de seu gabinete. Entrevistei a vereadora em seu gabinete, que fica neste Anexo.

Pelo fato de já conhecê-la de outros movimentos de militância e do movimento de mulheres do Partido dos Trabalhadores – PT, decidi iniciar meu trabalho de campo a partir do registro da fala desta companheira.

*“Meu pai e minha mãe ficaram lá em Aiquara na roça. Como minha avó morava em Minas, Belo Horizonte meu pai viajava muito e aí ele sempre tava lá trabalhando, buscando algumas coisas pra minha avó e minha mãe ficava sempre na roça, perto de Aiquara, não era bem em Aiquara, era antes... Tinha uma bisavó que também,... toda família morava lá. Agente ficava em Jequié com uma irmã Maria Antonia que é quem cuidava da gente Até hoje ainda mora lá. Então, meu pai e minha mãe sempre iam pra Jequié nos finais de semana e de quinze em quinze agente ia pra lá pra roça. Mas parente em Jequié era somente esses três irmãos Gerônimo, Rita e eu. Mas Maria Antonia, Lúcia que era outra irmã, não andavam com nós três não. Quem andava juntos era eu, Gerônimo e Rita ... E essa minha infância era mais assim entre família, entendeu?...- Vamo pra roça todo mundo pra vê pai, pra vê mãe! Adoro natureza... Aiquara é pertinho uma hora de viagem. Entre Jequié e Ipiaú. Minha mãe não é mais viva, mas meu pai até hoje ainda mora lá com essa minha irmã.” Marta Rodrigues.*

Nessa ótica, considero também que a ação política desenvolvida por esta candidata em sua comunidade retrata de um exemplo de cidadania, enquanto uma identidade. A cidadania como uma identidade numa perspectiva oferecida por T. H. Marshall pressupõe que esta “exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum” (MARSHALL, 1967, p. 84).

Também as autoras Will Kymlicka e Wayne Norman contribuem, sugerindo que a cidadania, a partir deste pensamento:

É também uma identidade, a expressão de pertencimento a uma comunidade política. Marshall concebeu cidadania como uma identidade compartilhada queria integrar aqueles que haviam sido excluídos da sociedade britânica e fornecer uma fonte de unidade nacional (KYMLICKA, 2002:17-18) (Tradução minha).

Ainda na infância Marta saiu de Aiquara com mais quatro irmãos, para morar numa cidade maior, a fim de estudar. Foi em Jequié, interior da Bahia, para onde ela e os irmãos se deslocaram, e foi onde sua participação política começou. Seu interesse pela política começou muito cedo, ainda quando criança, militando juntamente com seus irmãos em grupos de jovens e no movimento estudantil. Crianças cheias de energia queriam participar de tudo que aparecia. Quase sempre precisava da autorização da irmã mais velha, Maria Antonia, que ficou responsável por eles, na ausência dos pais, para sair e chegar em casa fora do horário.

*“Minha militância política começou ainda na infância em Jequié. Minha militância política começou ainda na infância em Jequié. Eu estudei no IESC no Centro de Educação, colégio estadual, não era nem um grêmio estudantil não, era uma mobilização de estudantes... A gente estudava de tarde e começou aquela vontade, inquietação de jovem de estar buscando por mais mobilização. E aí... Eu tenho essa irmã minha, Tereza, que sempre falava que a gente precisava... ‘Tem que vim pra casa! Olha o horário de chegar!’ E é sempre esses irmãos mais novos que é Gerônimo que trabalha lá na CESP e Rita que já foi vice-prefeita de Jequié, que é Vereadora e eu os mais inquietos. Os mais novos é que foram os mais rebeldes. E assim nós começamos essa nossa vontade de despertar, alguma coisa que incluisse um pouco, alguma identidade com outros companheiros com outras. Não era um grêmio como agente vê hoje, mas que foi importante pra agente... Pintar, desenhar fazer gincana, reivindicar... - então vamos botar essa ideia aqui no papel!... Fez despertar essa nós a vontade de debate, com isso a coisa foi crescendo, crescendo... Não era um grêmio como agente vê hoje, mas que foi importante pra agente... Pintar, desenhar fazer gincana, reivindicar... ‘Então vamos botar essa ideia aqui no papel!’ Fez despertar essa nossa vontade de debate, com isso a coisa foi crescendo, crescendo. [...] A militância da igreja católica que a gente também teve uma inserção. Lembro as falas: ‘Não, vamos pra lá porque lá tem um número bom dentro da igreja!’ O pessoal da PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular, hoje é só Pastoral da Juventude. Aí tem também uma turma bem aguerrida que tava lá, tava chegando e como já tinha também outro pessoal que já cantava no coral da igreja já fazia a leitura lá, dentro de uma outra dimensão, né? Foi importante também pra agente tomar essa nossa luta lá em Jequié até agente chegar em movimento bem maior, mais forte. Fazia alguns debates também no IESC, dentro também dos bairros, não com tanta incidência como no movimento estudantil.”(MARTA RODRIGUES)*

As descrições das atividades pela candidata, durante a sua militância no período escolar, sugerem que ela sempre contou com o apoio familiar, em particular de suas irmãs mais velhas que, no intuito de dar-lhes uma condição melhor de desenvolvimento e motivadas em grande parte pelo quadro de escassez de oportunidades na região, ajudava-os a driblar estas dificuldades, se dedicavam no cuidado dos mais novos. Isto, no intuito de promover a ascensão de seus membros e ajudá-los a superar a dura realidade.

“... Minha vontade mesmo era de ser enfermeira. Exatas até hoje eu ainda tenho dificuldades. Sou disciplinada tenho interesse, pego leio, vou, me esforço, mas não é a minha vocação. Eu comecei também, mas vim pra cá e entrei na faculdade. Ai Rita ficou. Gerônimo também ficou, depois é que ele veio também pra cá. Depois eu passei no IFBA. Eu concorri, naquele período não era fácil não, quando eu tava pra ver se eu vinha pra cá ou se eu ia fazer Agrimensura, que não era nem Agronomia que é um curso técnico de lá já mais pra o sul da Bahia, em Itacaré... é federal, aí eu fiquei na dúvida, mas acabei vindo pra Salvador.”  
(MARTA RODRIGUES)

Como é de praxe, nem sempre o rumo da história segue a rota planejada. As coisas mudam de rumo, distanciando-se daquilo que foi o desenho inicial dos sonhos de juventude. Ela se achava preparada, afinal, tinha se preparado muito e isso fez com que conseguisse realizar o seu desejo de entrar na universidade e se tornar professora e pedagoga. Isso não bastava. O problema da exclusão da juventude negra, da falta de oportunidades de ascensão que impedem a mobilidade social destes sujeitos e que tanto a motivaram na época de juventude tantos anos depois, ainda pautavam suas práticas cotidianas. Já estava contaminada pela militância e, mesmo agora, como ocupante de cargo de representação parlamentar, sua fala evidencia que não conseguiu se desvencilhar de questões étnico-raciais, politicossociais, só que agora a partir do olhar de educadora.

O desejo de ingressar na universidade, fez com que Marta se mudasse pra Salvador, a fim de se preparar para o vestibular Isso fez com que ela se distanciasse por algum tempo, da agitação da adolescência. Mas só por algum tempo, porque, conforme revela em sua narrativa, a política, de alguma forma sempre esteve presente.

*“... Como professora eu ensinei no subúrbio. Eu fui ensinar lá em Plataforma. Na época eu era mais engajada nos compromissos da militância. Depois tive uma chance de voltar pra Brotas, que é onde eu moro, a vice-diretora que tá agora que foi minha colega, que me disse: ‘Não Marta vem!’ ... E aí eu vim pra Pernambués. Na militância, engajada mais nos compromissos com relação ao subúrbio foi muito importante porque a partir daquela realidade nós construímos o COE. O COI é um curso de pré-vestibular para afrodescendentes, que era lá em Plataforma. Até hoje tava dando aula como eu estava dando outro dia. E aí eu fiquei uns cinco anos mesmo na frente deste cursinho de pré-vestibular. Agora não, agora eu vou assim. [...] Eu comecei no início do ano*

*dando aula mesmo, mas depois com o pique daqui da Câmara não deu pra conciliar, mas uma vez no mês eu vou lá falar de alguns temas como cidadania e tem os debates também que no fim de semana a gente também promove.”*  
(MARTA RODRIGUES)

A experiência como professora e militante contribuiu bastante na sua formação política. A preparação de outros jovens que alimentavam os mesmos sonhos que teve na adolescência, assim como dificuldades semelhantes que também vivenciavam para ingressar na universidade, isto tudo lhe mostrou a dura face do sistema educacional precário enfrentado pela juventude que sonha em acessar um ensino público universitário. A diferença é que dessa vez o enfrentamento se dava na capital, na Bahia.

Foi na defesa do Rio de Contas percebeu que o seu gosto pela política foi aguçado, impulsionando-a para outras lutas e outros movimentos. Ingressa na competição política partidária pela primeira vez em 2008, Marta foi eleita, pela legenda do PT para o mandato de vereadora de Salvador. Em 2012, também se candidatou à vereadora, mas só que, dessa vez, não conseguiu repetir o feito. A ex-vereadora Marta Rodrigues iniciou sua militância política no PT na década de 80 quando atuava no movimento popular em bairros de Salvador. Observa que essas organizações também estão marcadas por forte assimetria de gênero “Ainda é impressionante, como em associações e entidades, apesar da maioria dos participantes ser mulher, normalmente, o dirigente é um homem. Isto ainda é fruto do machismo em nossa sociedade”. Sobre sua porta de entrada no cenário político, relembra:

*“O Rio de Contas, que está todo depredado e poluído hoje, teve todo um movimento que a gente fez pra preservação deste rio, mas eu não dei continuidade porque vim pra cá. Mas essa minha irmã Rita, - que é vereadora do PC do B - [em Jequié] até hoje ela é engajada no movimento, ela participa e é das antigas... Agora ela é profissional de saúde, é educadora, foi da militância também, do PC do B, ela continuou. Fazíamos alguns debates também no IESC, dentro também dos bairros, não com tanta incidência como no movimento estudantil. [...] Depois vem a militância da igreja católica que a gente também teve uma inserção. Lembro as falas: ‘Não, vamos pra lá porque lá tem um número bom dentro da igreja!’ O pessoal da PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular, hoje é só Pastoral da Juventude. [...] Foi importante também pra a gente tomar essa nossa luta lá em Jequié até a gente chegar em movimento bem maior, mais forte. (MARTA RODRIGUES)*

Marta é uma das poucas candidatas que fez campanha e foi eleita abordando a situação da mulher na sociedade. Seu discurso é bastante voltado para as questões de Gênero. Na verdade, este é o mote de campanha. Também pelo fato de ser professora a melhoria da educação aparecia em sua campanha como algo que merecia mais atenção pelo poder público.

Iniciou sua militância política no PT na tendência Força Socialista – FS, mas com o desmembramento desta, ela migra com o grupo do Deputado Federal Nelson Pelegriño para a Esquerda Democrática Popular – EDP, ainda no PT. Mesmo o PSOL não se organizando formalmente em tendência, como é o caso do PT, os demais membros da FS seguem para o PSOL e se articulam como Ação Popular Social – APS.

Já na chegada, durante seu mandato (2008 a 2012), assumiu a liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara e como vice-presidenta da Comissão de Finanças da Câmara. Teve como um dos seus principais projetos, a atenção especial para a geração e fomentação de emprego e renda às mulheres negras e jovens. Embora não tenha sido reeleita na campanha de 2012, se destaca por seu posicionamento como presidenta, nos dois momentos (2001 e 2008) em que assumiu o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores/Salvador. Atualmente Marta assume a Secretaria de Mulheres do PT baiano.

Na gestão do ex-prefeito João Henrique assumiu o cargo de Coordenadora das Administrações Regionais de Salvador - AR's. Foi responsável pela implantação do Orçamento Participativo na cidade, mas com o rompimento do seu partido com a gestão do ex-prefeito, deixou o cargo, assumindo o tom de oposição a este governo.

### **Valquíria Barbosa Silva: a divisão sexual do trabalho (re)produzindo desigualdades**

#### ***Partido Trabalhista do Brasil – PT do B “Cidadania com Segurança”<sup>40</sup>***

*MÃE PRETA*

*Mãe preta,  
Na terra seus filhos choram  
E uma doce os conforta  
Amamentados em seu peito  
Vivem por você, hoje morta.*

*Por isso, no livro do amor  
Esta página foi inserida  
Das tetas negras em flor  
Seus muitos filhos sem cor  
Tiveram a seiva da vida.*

Valquíria Barbosa - 1988

---

<sup>40</sup> Entrevista realizada pela própria pesquisadora em 17 e 21/10/2013. Duração: 06:20h.

Entrevistei a candidata Valquíria Barbosa em sua casa na Fonte do Boi, no Rio Vermelho. Assim como as demais entrevistadas, foi uma longa conversa, riquíssima em detalhes. Nascida, ela e seus quatro irmãos em Salvador, especificamente no bairro da Liberdade, viu ainda criança o seu pai, que era um excelente mestre de obra, ir trabalhar no Rio de Janeiro e nunca mais voltar. Assim, é pela conjuntura familiar que as suas memórias vão emergindo, deixando evidente a forte influência de sua avó e de sua mãe, principais símbolos de imponência na sua vida.

Trabalhou durante treze anos e cinco meses na Petrobras S/A, antes de ingressar na Polícia Civil do Estado da Bahia. Segundo o seu relato, “trazia uma bagagem, uma retaguarda fantástica porque, antes de ser delegada, eu trabalhei na Petrobras, que eu considero uma escola de administração”. A partir desta experiência, se sentiu preparada para trabalhar em qualquer lugar. Assim, ela explicita suas memórias iniciais acerca de onde tudo começou:

“Sou neta de Zulmira Maria da Conceição, uma vendedora ambulante e filha de Cordélia Silva, mas nós não a chamávamos de mãe chamava de Dea, que era o apelido dela. E Dea virou, assim, a mãe de todos os companherinhos da rua. Porque Dea acobertava os jogadores de bola. Todo mundo sabe que houve uma época em que bola era um indicativo de que ia ser bandido, malandro, né? Não era bandido que se dizia é malandro. [...] Minha mãe é de Aracaju, mas casou aqui em Salvador e nós todos nascemos aqui, no bairro da Liberdade. Moramos no Garcia, na Federação. Minha raça é negra. Sou parda, me apelidam de parda pelo menos na documentação, porque é tudo que tem no documento. Me batizaram assim.” (VALQUÍRIA BARBOSA)

As lembranças de Valquíria retratam a ação das mulheres de sua família na luta diária para a criação de seus membros. Mulheres que não se deixaram abater nem mesmo quando os homens que, supostamente, deveriam protegê-las se foram por não aguentaram o fardo pesado de uma vida difícil.

*“... Meu pai era mestre de obra e foi embora trabalhar no Rio de Janeiro. E como não tinha ação de alimentos naquela época, era passar dificuldades mesmo. Ser despejada da casa, ficar no meio da rua, quer dizer minha mãe, minha avó. Minha avó só teve duas filhas, uma morreu aos vinte e oito anos, deixou cinco filhos e pela ausência da Lei de Alimentos meu tio também foi pra o Rio - era um grande mecânico - e ficou minha mãe, minha avó e onze crianças pra criar. [...] E assim, embora eu fosse a quinta na ordem decrescente de idade, mas eu acreditava que ia vencer na vida e ninguém me tirou isso da cabeça. Então, minha avó que era uma mulher de classe média, boa cozinheira, tinha um restaurante informal em casa porque onde nós morávamos era fim de linha de bonde se tornou... Isso gerava venda de almoço, de refeição de um modo geral, que era aquele trecho ali chegando no bairro Guarani. Então minha avó encarou e eu fui com ela. Aí alguns foram partindo, nos deixando porque nem todo mundo aguentava aquela dificuldade de... [...] Eu apostei em duas coisas: ajudar a minha avó como vendedora ambulante. (VALQUÍRIA BARBOSA)*

Identifico nesta narrativa de Valquíria a valência política e subversiva de mulheres negras diante das adversidades que ameaçam a sua existência. Valendo da memória - não como um atributo apenas do cérebro – mas da carne, posto que em nossa carne também há uma memória – assumiram seus instintos e se deixaram guiar pelos ensinamentos extraídos da ancestralidade. Lançaram-se como protagonistas de si, impulsionando também, com este movimento, a narradora para voos mais altos. A ação política de mulheres negras nas sociedades pós-coloniais “ajudou a gerar um conjunto de respostas para assegurar sua existência social e política e criar um corpo único de reflexões sobre a modernidade e seus dissabores que, na atualidade, é recuperado nas lutas culturais e políticas”. (CARDOSO, 2012, p. 33).

Assim traz desses ensinamentos e das escolhas que foram feitas as seguintes experiências:

“Minha mãe que se tornou lavadeira e lavadeira do tempo que, até é importante essas coisas parece impróprio, mas é importante dizer, naquele tempo até o pano usado na menstruação ia pra lavadeira, entendeu? Que eram toalhas velhas rasgadas... Porque às vezes você faz um trabalho desses e não tem essas informações. Então eu não só pegava e entregava a roupa - eu só não parava de estudar – como ajudava a minha avó como vendedora ambulante no Largo do Tanque.” (VALQUÍRIA BARBOSA)

Então, vejamos o que Valquíria relata sobre a experiência empoderadora que teve na Petrobras. A posição de intermediação assumida por ela no período em que esteve como funcionária nesta empresa repercutiu imensamente na sua forma de atuação, não apenas profissional, mas na vida. Segundo ela, seu capital social tem uma característica especial do aprendizado adquirido nesta experiência. A depoente considera a Petrobras a melhor escola de administração com que teve a oportunidade de conviver.

*“Na época em que eu estudava, fazia o segundo ano colegial fui trabalhar na Petrobras. Eu trabalhei durante quinze anos e sete meses num setor que eu tinha uma chefe que precisava viajar pelo Brasil e o mundo, porque nós trabalhávamos num setor que era o primeiro a chegar onde se iria investigar um campo de petróleo, um poço, não digo um campo porque o campo vem depois, em consequência disso [...] Então Dr<sup>a</sup> Neuza precisava viajar e eu aprendi a tomar decisões. Porque eu tinha que resolver, havia a equipe técnica de topografia que era a alma, que é quem vai primeiro no local e então cedo aprendi a decidir. [...] Eu assumia uma posição de intermediação entre a chefe que estava ausente e o Chefe do Departamento. Quer dizer eu fazia uma diferença que enquanto os outros setores tinham dois ou três engenheiros, que ao se ausentar o comandante decidiria, no meu eu tocava pra frente aquela*

*parte porque tinha o suporte técnico. O emprego da Petrobras era bom, bom salário e assistência médica principalmente, quando eu pude dar, estender a minha mãe e a minha avó como minhas dependentes. Então eu tinha um tesouro na mão pra quem veio de ajudar a mãe lavar roupa, vó vender na rua, tinha todo esse conforto e ela me estimulou. E daí a primeira coisa que eu montei foi um escritório de advocacia na Rua Chile e daí então o que é que eu tinha de fazer? Não podia ter o escritório só, porque eu só podia chegar no escritório depois das dezoito horas, então mantive sempre com um ou dois colegas que se movimentavam. Eu era excelente em redação, então as petições, a formalização dos processos, dos pedidos, dos pleitos e defesa e eles acompanhavam, embora nos dias de audiência que eu tivesse que estar lá, era uma luta. Até a formatura o tratamento era um, inclusive o meu anel de formatura me foi dado de presente pelos meus colegas de grupo de trabalho, uma joia tão rara que está pendurada na Caixa Econômica Federal [risos]. Porque tem valor. E o meu vestido de baile foi sári indiano que minha chefe trouxe da Índia pra mim, a coisa mais linda da vida – rosa e dourado. Então, essas coisas foram me ajudando e aí você me pergunta como é que se tem um emprego desse e troca pela polícia?” (VALQUÍRIA BARBOSA)*

Da em que ficamos mais descontraídas avanço nos questionamentos indagado a ela sobre sua situação civil e ela mais que prontamente me responde pilheriando: “Eu sou solteira. Ninguém teve a ousadia de se casar comigo”.

Então, pergunto-lhe se isso também tem a ver com as escolhas que ela fez em sua vida.

“Não, eu acho que a estreita ligação familiar eu, sem perceber, assumi o comando da família. Então eu cuidei... Eu fui noiva de um rapaz da marinha que, interessante, ele me disse uma coisa uma vez e acho que foi um dos motivos que eu fui me distanciando – Edivaldo é o nome dele. Ele era aquele tipão bonito e eu fui levar uma encomenda a ele na Marinha, no Rio, daí ele me disse uma coisa que só depois é que você vem refletir. Ele me disse: ‘Valquíria eu vou lhe dizer um coisa...’ A gente chegou a ficar noivo e programamos até casamento. ‘No dia que você casar comigo você vai ajudar a sua família, mas carregar nas costas do jeito que você carrega não’. Entendeu como é? Aí logo depois terminamos, mas com a continuação você vai vendo que realmente existe isto. Eu acho que isso interferiu realmente porque minha família, talvez por eu ter conseguido tirar do sufoco, do abandono, de tudo, talvez isso..., então tudo em primeiro lugar é com meus irmão, tudo. Todo mundo casou, quem não casou teve filho, a menina que eu crio, que vai fazer onze anos agora em abril é filha de uma sobrinha minha...” (VALQUÍRIA BARBOSA)

Na condição de filha, neta e tia Valquíria aparece como centro da unidade familiar se vinculando a tantas outras mulheres que fizeram do mundo do trabalho um espaço privilegiado de suas relações sociais. Com esse envolvimento como provedora Valquíria pode assegurar para sua família os meios necessários para seus membros sobreviver e estabelecer em seu cotidiano um movimento efervescente de luta e resistência contra a violência que costuma se abater sobre a família negra. A partir do seu trabalho a fonte de



recurso necessária para manutenção da sua família, ainda que isso tenha comprometido sua vida pessoal.

Famílias negras em situação de pobreza, miséria, sem trabalho por um longo tempo dependeu da força de trabalho da mulher negra para a sobrevivência dessa parentela sendo elas consideradas ainda hoje a sua “espinha dorsal” dessa organização. Acerca dessa relação verificada entre as mulheres negras que se lançaram no mundo do trabalho e autonomia e insubalternidade percebida na pesquisa realizada pela antropóloga Ruth Landes, no início da República em Salvador é possível resgatar que em geral trata-se de mulheres “confiantes em si mesmas, profundamente interessadas no trabalho do momento.” (LANDES, 2002, p. 53 e 54) Com as negras em seu entorno famílias negras reorganizaram-se, produziram e reproduziram novas formas de viver, denotando a independência e autonomia dessas mulheres.

A entrevistada diz não se arrepende das escolhas que fez em sua vida, nem tampouco de ter acreditado em seu potencial. Afinal, tinha uma bagagem administrativa muito forte construída nessa escola chamada Petrobras. Isso permitiu que ela se lançasse na carreira de advogada e, posteriormente, no serviço público, como delegada de polícia.

Essa é uma fala significativa, pois além de situar os acontecimentos numa escala temporal se constituem como um exemplo elucidativo da luta das mulheres para promover o deslocamento da família negra na pirâmide econômica. Assim, prossegue com seu relato narrando sobre os conflitos que vivenciou quando esteve como funcionária da Petrobras e as dificuldades enfrentadas nos primeiros meses como Delegada da Polícia Civil.

“Petrobras foram treze anos e cinco meses precisamente, mas me desencantei. [...] Porque depois de fazer dois concursos – foi um em Aracajú e outro aqui em Salvador – onde nunca saiu o resultado, mas o quadro foi preenchido, então e quando você ia ver o quadro de advogados eram pessoas de referência de famílias tradicionais dali, de direito, que era contratação então a seleção era só pra dar uma forma... pra mascarar, né? A legalidade. Eu não me arrependo um minuto de ter tido a coragem de me libertar. O emprego era bom? Excelente, não havia melhor. Ora, se eu fui fazer direito, a primeira coisa que eu fiz foi montar um escritório de advocacia ali na Rua Chile, no Edifício Chile, porque eu sempre tive um sac. Meu padrinho Eduardo, por exemplo, tinha casas alugadas porque em todo prédio que ele fez e vendeu deixava sempre dois apartamentos assim eu tive oportunidade de dar um suporte. (VALQUÍRIA BARBOSA)

Desse modo, sugeri que falasse um pouco mais sobre esses obstáculos que teve que enfrentar em sua trajetória profissional.

“Com isso, me desencantei com a Petrobras e numa época em que o serviço público só pra receber o primeiro salário esperava quatro meses. Então não ia esperar a idade avançar, chegar como era antigamente que pra você entrar no serviço público era trinta e cinco anos fora disso não entrava mais. Hoje você entra até com setenta. Naquele tempo era um sofrimento só pra a gente receber o primeiro salário. Eram quatro meses pra processar o cadastro. Hoje é automático porque tem informática e aí pronto. Eu apostei nas verbas que tinha da indenização porque eu tinha todo um encargo de família e deu certo. Aí depois melhorou a condição e então eu entrei numa turma de quarenta e quatro delegados, mas eu tinha esta retaguarda administrativa. Que é diferente de você fazer um concurso sem nunca ter trabalhado. Aí a gente já sabe tomar decisões.”  
(VALQUÍRIA BARBOSA)

Experiências concretas como essas revelam, de forma bastante evidente na fala da interlocutora, uma mulher que, apesar das inúmeras dificuldades impostas por uma sociedade excludente, de cunho racista e sexista, isso não a impediu de construir um legado importantíssimo para a comunidade negra. Sua fala demonstra uma vida plena de atitudes e articulações, que a colocam como parte das ações e projetos políticos plurais para a emancipação do povo negro na diáspora.

Pergunto-lhe: desde quando está filiada ao partido no qual concorreu como candidata a vereadora de Salvador?

*“Quando eu fui eleita foi pelo PT do B e há dois anos estou no PSD. Minha paixão era o Partido Trabalhista que depois me desencantei por falta de apoio. Eu sempre fui admiradora do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro de Getúlio Vargas. Agora porque essa admiração ao partido? Porque é um partido que fez políticos capazes de criar a CLT<sup>41</sup> que é a legislação trabalhista que vigora até hoje com poucas emendas. Eu acho que é um partido que tinha uma história, a própria história do Getúlio Vargas presidente que se suicidou. Porque hoje a gente vê essa baderna e os caras com cara de pau aí. Que entra em julgamento por crimes sérios, principalmente de desvio de recurso público e parece que não aconteceu nada. Tem aquela coragem de ir pra trás das grades e dizer que não fizeram nada. Getúlio foi um cara que preferiu passar pra história, como ele mesmo disse na carta testamento, do que a vergonha de ser... porque ele era meio mundano e fez bem porque viveu intensamente, os amores e tudo. Mas eu com uns doze anos vi uma visita de Getúlio Vargas na Bahia, eu morando na Liberdade – mais ou menos em 1954 -, pra você ter uma ideia, eu acompanhei os primeiros trios elétricos, eu só não, mais irmãs e amigas do bairro do Guarani até o Bonfim. Atrás cantando músicas da política com Getúlio. Porque ele já tinha sido presidente, implantou uma ditadura que passou quinze anos no poder sai e nesse intervalo o povo cantava na rua uma música que a letra dizia “ai Gegê” que era o apelido dele. Nessa época eu estava concluído o quinto ano primário. Então essas coisas mexeram minha admiração desde o início. E minha primeira filiação foi justamente ao PTB. A música era uma coisa assim..”*  
(VALQUÍRIA BARBOSA)

*Ai Gegê!  
Ai Gegê!*

---

<sup>41</sup> Consolidação das Leis do Trabalho – CLT é a legislação que reúne as normas de direito individual, coletivo e de fiscalização do trabalho e de direito processual do trabalho elaborada no governo do então Presidente Getúlio Vargas e promulgada no Brasil em 1º de maio de 1943 por meio do Decreto-Lei n. 5243.

*Ai Gegê!  
 Que saudades que nós temos de você (bis)  
 O feijão subiu de preço  
 O café subiu também  
 Carne seca anda por cima  
 Não se passa pra ninguém.  
 Tudo sobe, sobe, sobe  
 Todo dia no cartaz  
 Só o pobre do cruzeiro  
 Todo dia desce mais, mais, mais, mais.<sup>42</sup>*

Essas lembranças do tempo em que era criança a conduzem para o primeiro contato que teve com o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, na figura de Getúlio Vargas, que fez surgir dentro dela uma admiração que carrega ainda hoje, pela legenda, e que lhe influenciou fortemente quando decidiu trilhar pelos espaços da política eleitoral. A narradora relata que sua primeira filiação foi ao Partido Brasileiro - PTB, em 1954. Ingressou na política partidária, não de maneira pensada, mas a convite do então Deputado Federal, do PTB, Félix Mendonça quando era Delegada de Polícia.

“Minha porta de entrada na política foi justamente Dr. Felix Mendonça. O pessoal se admirava de ver a popularidade que eu tinha, entendeu? Eu era muito conhecida e é claro, na hora que um deputado apoia a minha ou a sua candidatura ele tá vendo o potencial. Eu nunca tive, assim, aspiração, nunca tinha sonhado não, foi a partir dessa aproximação com ele, via PTB, porque eu me filiei ao PTB primeiro. A paixão, como eu digo, por Getúlio Vargas, porque eu admirava ele. Você já pensou uma pessoa, com essa cabeça, dizer que está filiada ao partido de sua paixão? Pra mim aquilo já era título. (VALQUÍRIA BARBOSA)

Ao iniciar a entrevista com Valquíria Barbosa, pessoa pública da sociedade baiana, que garantiu este *status* na sua atuação como profissional, na luta diária como chefe de Delegacia Policial em Salvador, fui tomada de surpresa ao constatar que ela é candidata pelo PT do B – e agora é do Partido Social Democrático - PSD - e não pelo DEM, como sempre imaginei que fosse, em virtude da sua imagem estar sempre associada aos carlistas.

Valquíria é, também, uma das poucas mulheres negras que exerceu mandato de vereadora da cidade de Salvador. Embora tenha concorrido e sido eleita em 2004 enquanto presidenta da Associação dos Delegados de Polícia da Bahia salienta: “*eu não tive apoio da minha categoria*”. Na campanha de 2008 não foi eleita e em 2012, não quis se candidatar mais. Em seus posicionamentos ela faz as seguintes ponderações:

---

<sup>42</sup> Ai, Gegê! (A alta dos preços no governo Dutra é o mote para pedir o retorno de Vargas). Autor: João de Barros e José Maria Abreu. Intérprete: Jorge Goulart. Gênero: Marcha. Gravadora: Continental. <http://advivo.com.br/node/305935>. Acessado em 09/05/2014.

“As duas eleições que eu tive melhores resultados, foi a primeira, que eu dormi eleita e acordei suplente e aquela que eu fui eleita. Não recebi de minha categoria profissional um gesto de reconhecimento. Porque queiramos, ou não, quando eu me fiz presidente da entidade de classe e que em quinze dias depois eu me torno vice-presidente nacional, acho que eu elevei minha categoria.” (VALQUÍRIA BARBOSA)

Observo, ainda, que Valquíria é uma mulher negra, que tem suas origens fincadas no bairro da Liberdade e, portanto, próximas de um debate bastante marcado por questões identitárias no enfrentamento ao racismo. Estas, por vezes são articuladas por Valquíria e por vezes não. Em sua campanha política este debate não aparece como prioridade em seu slogan, assim como, não aparece como essenciais em seu discurso. Mesmo reconhecendo a presença de desigualdades raciais e do racismo nessa sociedade, tem sua campanha mais centrada no debate sobre cidadania de modo mais abrangente, e segurança pública numa forma mais institucional. Seu ingresso na Câmara se dá com esse discurso, e sua ação mais contundente durante o período do seu mandato foi o projeto “Comunidade viva. Um resgate a cidadania”.

### **Nilza dos Santos Barbosa – A educação como a única saída**

*Partido Trabalhista Nacional – PTN  
Partido dos Trabalhadores – PT*

***“Da falta de educação nascem todos os problemas de uma nação”<sup>43</sup>***

“Num bairro, condomínio tem que ter espaços de encontro de pessoas. Tem que ter um jardim, praça, espaço pra fazer festas, pra que as pessoas se integrem, se conheçam. As pessoas se matam porque não se conhecem. [...] Outra coisa que não fazem em um condomínio, nem de pobre, nem de rico, porque as pessoas são burras mesmo, é biblioteca. Se faz um condomínio com três mil famílias, bota piscina, academia, botam não sei o que. Bota uma biblioteca no prédio!” (NILZA BARBOSA)

O trânsito no sentido da Lapinha, local combinado para o encontro, está todo modificado por motivo da recente inauguração da Via Expressa Baía de Todos os Santos. Considerada a maior obra viária dos últimos trinta anos, a estrada tem como objetivo desafogar o fluxo de veículos de carga e carretas entre o Porto de Salvador, a BR 324 e outras localidades, além de criar rotas alternativas para o tráfego urbano. Esta será a minha

---

<sup>43</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora em 06/11/2013. Duração: 3:19h.

oportunidade de passar pela primeira vez neste trecho da cidade. Sigo as placas de sinalização que me indicam que entrando à direita, chegarei a Lapinha. Lá me vejo diante da placa “Troca Livros Pioneiro”, um *mix* de biblioteca, livraria, troca de livros.

Percebi, logo à direita de quem entra na biblioteca, uma parede repleta de certificados, homenagens, matérias de jornais, todos emoldurados deixando evidente o quanto esta mulher é reconhecida pelos serviços prestados em prol da educação. A maioria destes faz menção ao projeto pioneiro de troca de livros usados, idealizado pela Prof<sup>ª</sup> Nilza, em 1992. Hoje, ela ajuda a manter, no Bairro da Liberdade, em Salvador, duas bibliotecas comunitárias e uma ONG – CESCLEV – Centro Sócio Cultural Livro é Vida.

Fui recebida por um largo sorriso estampado em sua face. Notei, no lado esquerdo do seu rosto, marcas de uma queimadura profunda. Torci para que, no decorrer dos nossos devaneios, encontrasse uma maneira de deixá-la à vontade para revelar detalhes deste incidente ocorrido em um lapso de sua vida.

Ela me contou a sua história com tamanha riqueza de detalhes que me impressionou já naqueles primeiros momentos de contato. Então Prof<sup>ª</sup> Nilza, por onde gostaria de começar os seus relatos?

“Bom, meu nome é Nilza dos Santos Barbosa; a minha história de vida começa em Candeias que foi onde eu nasci. Sou filha de um ferroviário – Antonio Pereira dos Santos Silva - com problemas sociais porque ele era alcoólatra, minha mãe Edite Pereira dos Santos - filha de escravos mesmo, era empregada doméstica. Ficou órfã aos cinco anos de idade e foi trabalhar na casa dos outros. Se envolveu com meu pai que era o chamado classe média, era filho de espanhol com português, mas faliu porque era filho único jogou tudo fora mesmo, minha mãe uma pessoa que também muito trabalhadora, guerreira, uma mulher muito danada, tinha sonho de ser professora, acho que por isso que eu quis ser professora. [...] Uma história parecida, né? [...] Meu pai era uma pessoa que, apesar da bebida, era de uma maior dignidade. O defeito dele é o que hoje descobrimos que é uma doença, ele era alcoólatra. Mas eu passei a minha vida inteira com meu pai, ele só tem treze anos de morto e eu nunca vi ninguém cobrar a meu pai. Ele ia comprava fiado nos lugares pra agente comer, ele era da Leste, mas no dia que ele recebia dinheiro saía com aquele paletó, o apelido dele era Camisão, pagando a todo mundo. Eu vivi num ambiente onde na minha casa ninguém teve mau exemplo. [...] Então, nesses anos minha mãe com meu pai pariu dezoito filhos, todos filhos da pobreza e da desigualdade social, mas todos com muita dignidade porque naquele tempo você tinha escola igual pra todo mundo, a gente tomava café com farinha de manhã na esperança do feijão com arroz e farinha no meio dia, quando não tinha era café com farinha de novo, café com farinha de noite e a gente comia e ia dormir e acabou-se a zoada. Mas minha mãe na feira descontava tudo pra gente. Porque minha mãe viajava em cima do caminhão, saía pra viajar pra Santo Amaro, pra São Sebastião, aquelas feiras todas de interior, pra vender santo, que agente é de uma cidade, Candeias, Nossa Senhora das Candeias e minha mãe vendia na porta da igreja pra sustentar a gente. E quando faltavam os romeiros na porta da igreja, porque chegava o inverno, ela caía pra dentro das feiras pra vender, pra trazer pra gente. Porque o salário de meu pai com dezoito filhos, mais os que ela arranjava pra criar, ela

botava mais de vinte meninos dentro de casa e ela criava e ai ficava pesado e ela mesma ia correr atrás.” (NILZA BARBOSA)

A história trazida na fala de Nilza sobre o movimento de sua mãe, transitando de uma cidade a outra do recôncavo baiano em busca de meios de sobrevivência, me fez parar, e refletir melhor, sobre a participação dessas mulheres no mundo do trabalho e a forma como essa participação foi desconsiderada nos relatos elaborados pelo feminismo brasileiro. Recorri, então, aos ensinamentos da poetisa e intelectual negra Conceição Evaristo, especificamente, aos seus argumentos de que “o nosso feminismo [negro] vem para a gente se afirmar como pessoa” (EVARISTO, 2006), em contraposição às feministas brancas, que em suas produções, sempre retratam a sua luta, dando aos seus achados uma conotação universal. A luta que travaram para se libertar da tutela machista e se afirmar contra as pressões que as impediam de trabalhar, tomam como tendo sido a luta de todas as mulheres.

No início deste relato fiz referência as marcas de queimadura que a Prof<sup>a</sup> Nilza traz no corpo. Pois bem, esta queimadura ela adquiriu quando estava com cinco anos de idade, em um acidente doméstico que a deixou 1 ano e 8 meses internada no hospital Sagrada Família em Salvador. Sua mãe havia saído para trabalhar e deixou uma senhora, tomando conta deles. Ela fumava cachimbo e quando virou o candeeiro na máquina de álcool para manter a chama do cachimbo acesa, aconteceu a explosão. Quando foram apagar o fogo a encontraram caída no chão.

Mais de um terço delas teve que entrar na força de trabalho ainda na infância ou adolescência, para “ajudar em casa” (Olívia, Valquíria, Nilza, Creuza). Segue alguns depoimentos relevantes que nos dão uma dimensão aproximada das dificuldades que Nilza, uma menina, negra e pobre, do interior, ao se dirigir para a capital em busca de melhores oportunidades.

“Nos dois últimos anos do Central, eu arranjei um namorado analfabeto, pescador, que tinha um trabalho numa empresa encostada na Petrobras e aí a gente veio pra cá pra estudar os dois. Aí eu retomo a escola em Salvador, alfabetizo ele, ele faz primeiro, segundo grau e arranja um emprego na Petrobras. [...] Apesar da Petrobras, o país dos anos setenta pra cá caiu o salário caiu tudo [...] Tenho sete filhos, com um dele era oito, mais velho. Mas essa história da nossa relação não ter dado muito boa é porque ele tinha síndrome do pânico com esquizofrenia e aí foi outro sofrimento, vinte e dois anos de loucura. [,,] Olha que eu já tinha trazido ele daquela história de pescador. Uma história de vida difícil, pra superar eu queria superar levando ele junto como é que eu parava? Quando ele entrou na Petrobras ele estacionou, ele não quis mais nada ele já estava bem empregado, mas eu não, eu queria mais.” (NILZA BARBOSA)

Salta aos olhos o fato da grande maioria das candidatas entrevistadas, mesmo com as inúmeras dificuldades que marcaram a vida de todas elas, ter galgado o nível universitário. A exceção se faz presente apenas na trajetória de Creuza Oliveira, que anda está cursando o segundo grau e, por isso, consta no relatório do TRE que ela só possui o ensino fundamental.

Considero relevante destacar o analfabetismo das mulheres negras como um dos problemas estruturais vivido pelo país, advindos do trabalho infantil doméstico. A esse respeito, Creuza acusa as patroas que contratam essas meninas com suas promessas de estudo que nunca acontecem de serem as responsáveis pelo alto índice de analfabetismo presente nessa categoria. São elas as responsáveis pelo atraso escolar das mulheres negras. Isso tem se apresentado como um grande desafio para o Estado democrático brasileiro.

Entretanto, o fato é que mesmo tendo que enfrentar sérios obstáculos, dos mais variados possíveis, a maioria das narradoras conseguiu ultrapassar essas barreiras e concluir o ensino universitário, conforme é abordado, mais detalhadamente no quadro adiante.

#### **Quadro 5 – Nível de escolaridade das Candidatas**

Candidata	Grau Instrução	Ocorrência
<b>Tia Eron Graduada Bacharel em Direito</b>		
<i>“Na época que eu comecei a prestar voluntariamente serviços comunitários na Igreja tinha apenas o segundo grau, curso técnico de administração de empresas. Daí então, já como vereadora, foi que eu fiz Direito na Faculdade Batista do Brasil - FBB.” Tia Eron.</i>		
<b>Olívia Santana – Graduada em Pedagoga</b>		
<i>“Mas na verdade eu desde os doze anos tinha determinado pra mim que eu iria ser professora, só que na hora de fazer vestibular eu achava que passar em Artes Plásticas era muito mais fácil do que passar em pedagogia. [...] Aí eu botei pedagogia em segunda opção e Arte em primeira. Resultado, perdi em Arte, obviamente, e passei em pedagogia. [...] Foi uma alegria muito grande no dia em que eu passei no vestibular, mas, no dia seguinte, a patroa me chamou e me disse: ‘Aí não dá mais. Você tem que decidir se vai fazer sua faculdade ou se você vai trabalhar aqui, porque eu preciso de uma servente que fique o dia inteiro e estudar na UFBA a pessoa tem matéria de manhã, tem matéria de tarde’.” Olívia Santana.</i>		
<b>Aladilce Souza - Pós-Graduada - Mestre em Saúde Coletiva</b>		
<i>“Eu nasci em Nova Açouri, mas minha infância e adolescência foi em Alagoinhas, depois passei no vestibular pra enfermagem, vim pra Salvador e por conta disso tenho uma vinculação com o movimento sindical especificamente na área da saúde. Eu sou enfermeira e sou mestre em Saúde Coletiva. Nessa minha profissão cerca de 80 a 85% é mulher e na saúde está em torno de mais 60%, 70% talvez, de mulheres nesta área, sou dirigente sindical. Não de enfermagem propriamente, saúde ne? Eu sou de um sindicato</i>		

*que ele é por ramo de atividade, não é de uma categoria.”Aladilce.*

**Célia Sacramento - Contadora; Mestre em Contabilidade; Doutora em Engenharia de Produção.**

*“E eu fui participando das coisas até que a gente decidiu criar uma cooperativa de estudantes, entrar nas universidades pra trazer esses jovens. [...] Fiquei três anos na cooperativa até criar a minha empresa de auditoria. O movimento negro<sup>44</sup> não fazia um movimento pra o estudo não. Esse negócio de estudar, pra que estudar? Importante é ter o poder! Como ter o poder sem estudar? Não tinha um grupo que discutisse a ascensão, a academia? Estudar inglês? Pra que estudar inglês? A língua do colonizador. E eu dizia pra o pessoal: ‘Não! Eu acho que a gente tem que estudar’. Se nós tivermos conhecimento, nós vamos conseguir. O movimento negro não tinha esta discussão de ascensão através da educação. E nós tínhamos esse debate: ou a gente pega nas armas ou a gente estuda, ou fica nessa militando. Né assim que o movimento fica? Célia Sacramento.*

**Valquíria Barbosa – Bacharel em Direito Pós graduada**

*“Em 1954, eu estava com doze anos e concluindo o quinto ano primário, naquele tempo em que conclusão de curso primário era uma solenidade. Depois tinha a admissão com prova escrita e oral. Então eu estudei no Abrigo dos Filhos do Povo, escola primária. Quem era o diretor? Dr. Augusto Lopes Pontes, pai de Irmã Dulce. Daí eu fiz o exame de admissão e passei para o Colégio Duque de Caxias, onde eu fiz os quatro anos de ginásio. Depois me transferei pra noite e fiz os três anos de colegial. Aí foi quando eu já ingressava na Petrobras”. Fiz o vestibular de prova escrita e oral e passei no primeiro vestibular da Universidade Federal da Bahia pra direito. Minha chefe Dr<sup>a</sup> Neuza foi quem me estimulou a fazer direito, porque naquele tempo só existiam duas faculdades com o curso noturno: a Universidade Federal da Bahia na Faculdade de Economia ali na Piedade e a Faculdade de Direito na Graça. Mas fui vencendo e cheguei à formatura.” Valquíria Barbosa.*

**Marta Rodrigues Graduada em Letras; especialização em Direitos Humanos e em Gestão de Cidades.**

*“Eu fiz vestibular pra Letras na Universidade Católica de Salvador - UCSAL. Pedagogia eu fiz depois de letras. Como as disciplinas eram muito similar, eu fui pra pedagogia e aproveitei diversas disciplinas. O curso de pedagogia foi rápido pelas disciplinas que eu já tinha créditos. Ai depois eu fiz uma especialização em Direitos Humanos, na UNEB, o primeiro curso de Direitos Humanos da UNEB, em parceria com o Ministério Público. Depois eu fiz outra pós também em Gestão de Cidades pela UNIRB, certo? [...] Como professora eu ensinei no subúrbio lá em Plataforma. Na época eu era mais engajada nos compromissos da militância. Depois tive uma chance de voltar pra Brotas, que é onde eu moro”Marta Rodrigues.*

**Nilza Barbosa – Graduada em Licenciatura em Letras com Francês**

*“E aí vim para o Central estudar. [...] Eu retomo a escola em Salvador, vou pra escola*

<sup>44</sup> O conceito de Movimento Negro é definido por Petrônio Domingues (2007) como sendo a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.



junto com ele, aí a gente cresce, também me enche de filhos, né? Aí começa a trajetória de filhos, eu cheia de filhos. [...] Porque pra eu ir pra escola eu tinha que engravidar. Eu já tive dois filhos num ano só, porque ele me obrigava a ter filhos o tempo todo, acho que ele queria me frear de qualquer jeito e não conseguia. [...] Morava na Fazenda Grande, trabalhava em Plataforma e estudava na Federação. E ainda tinha filhas pra pentear os cabelos, comida pra dar conta, casa pra limpar. Minha irmã me ajudava, mas eu tinha um cansaço tão grande, era tão grande o meu cansaço que eu dormia até nos ônibus. O motorista de abuso me levava pra garagem. ‘Já chegou mulher!’ ‘Oh Dona, já chegou!’ E eu com o barrigão lá, largada dentro do ônibus. Umás três vezes fui parar na garagem de cansaço. E já pari um filho dormindo de tanto cansaço. Pois é, pari dormindo e de manhã fui na Católica fazer minha matrícula.” Nilza Barbosa.

#### **Creuza Oliveira – Ensino Médio Incompleto**

“Estudar eu comecei a estudar com dezesseis anos eu cheguei a ir pra o Mobral. Na época que minha mãe ainda era viva eu cheguei a estudar um ano lá numa escola na roça. Aí depois fui trabalhar no trabalho doméstico aquela promessa de que ia me botar na escola nunca aconteceu então eu fiquei sem estudar todo esse período. Só com dezesseis anos que eu fui pra o Mobral que era o Topa de hoje... Aí eu estudei terminei de aprender a fazer o meu nome, de fazer algumas coisas, conhecer as letras. Aí depois continuei assim, uma casa permitia que eu estudasse a outra não permitia e aí vai. E sempre eu tinha que abrir mão do estudo pela questão do trabalho, porque o trabalho pra mim era uma questão importante, porque era onde eu morava, era onde eu comia, então estudo sempre ia ficando pra depois. Creuza Oliveira.

#### **Vida Bruno – Licenciatura em História**

“Aos treze anos eu encontro com Luiz Mott no Sodré depois de sair de uma passeata e converso com ele assim: ‘olha eu sou homossexual e eu queria que o senhor me desse uma orientação (porque eu tinha visto ele na televisão). Precisava de alguém que fosse como eu pra pedir uma orientação pra saber como eu ia me posicionar na vida. E Mott olhou pra mim e disse assim: ‘quantos anos você tem?’ Eu digo: ‘treze.’ Ele disse: ‘está estudando?’ Eu disse: ‘Estou.’ Ele disse: ‘Estude, estude, estude. Quando você estiver cansada de estudar, estude mais porque estudar nunca é demais e nunca é suficiente. No dia em que você for dona do seu nariz você conta pra qualquer pessoa que você é lésbica, sapatão, franchona, colar velcro e que você gosta de mulher. Mas isso você só pode fazer quando você for dona do seu nariz.’ E esse ensinamento na verdade deu suporte pra algumas ambições que eu criei ao longo da vida e até o zelo, o respeito pela educação, pelo estudo, pela formação, a dedicação, tudo isso, foi muito por conta dessa palavra de Mott. Porque eu sou oriunda de uma família muito, é... humilde, intelectualmente falando né?. Então assim, provida de muito conhecimento empírico e pouco científico.” Vida Bruno.

#### **Clarice Pereira - Graduada Pedagogia**

“Então eu tive uma família presente e deu muito bom resultado. Porque diziam assim quando a gente conseguiu sair da oitava série, ir ao ICEIA, fazer o ensino de magistério que foi eu, Minha, mais Enildes que fizemos o magistério, então eles disseram assim: ‘A faculdade é com vocês, eu consegui dar até aí’. E nós conseguimos, só tem uma que tá na meia preguiça e não foi, mas nós estamos incentivando ela. Então, eu cheguei a ir pra o ICEIA na época todo mundo usando jeans e eu usando calça de tergal, que é a calça de tergal que veio do ensino fundamental. Porque eu sempre abuso minha irmã menor se kichute tivesse aí até hoje, até hoje dava no nosso pé porque ela comprou um sapato grande pra dar durante os anos que estava estudando.” Clarice Pereira

Atribuo o pensamento construído por Célia Sacramento de que o movimento negro não tinha esta discussão de ascensão através da educação ao fato de o Movimento Negro Unificado ser múltiplo, constituído, desde a sua origem (1889-1937), por organizações das mais diversas e com perfis distintos, a exemplo de associações, grupo de teatro, entidades políticas, etc.. Como todo movimento social, o MNU variou de tempo em tempo, discurso e ação, no processo de denúncia das práticas racistas e discriminatórias estabelecidas há séculos para as populações negras. Também a pedagoga e ativista Arani Santana, referindo-se a uma dessas fases, faz referência às prioridades do movimento negro, salientando:

“Os homens achavam que trabalho mesmo era panfletagem nas ruas e nos ensaios nos blocos. As mulheres, que até chegaram a fundar a Frente Feminina, apresentaram na época, uma proposta concreta de atuação na área de educação (...) e a proposta não recebeu a devida atenção do coletivo predominantemente masculino.” (*Apud*, DOMINGUES, 2009, pp. 37-38)

O MNU, como uma das organizações mais antigas do território nacional, com uma atuação marcante na luta por melhores condições de vida para as populações negras, passou por um processo revisionista, com a valorização dos símbolos associados à cultura negra e, em especial, ao próprio termo “negro/a”, intervindo amiúde na educação, com proposições voltadas à revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos, o papel do negro na história sobre a construção social, econômica e cultural do Brasil, na formação de professores/as. Neste sentido, é possível assegurar que a consolidação de uma nova identidade racial e cultural para o negro/a no país só foi possível a partir de uma intervenção profunda no processo educacional brasileiro.

Vários/as foram os/as intelectuais negros/as, a exemplo de Cunha (2005), Santos (2005<sup>a</sup>), Silva (2005), Gonçalves (2004), Silva (2004, 1999, 1996, 1987) Silva Junior (2002), Munanga (1999 e 1996), Cavallero (2005, 2001, 2000<sup>a</sup> e 2000), Silva e Barbosa (1997), Gomes (1995 e 1991), entre outros/as que, de forma pioneira, trataram, em suas produções, de questões envolvendo a educação, quer seja no que se refere às relações raciais e no ambiente escolar, apontadas como responsáveis pelo embotamento do desenvolvimento intelectual dos estudantes negros, pelo seu fracasso e evasão escolar, quer seja ao enfrentamento às diversas formas de discriminações, inclusive aquelas reproduzidas no livro didático, o que contradiz, em parte, a afirmação de que a educação não se constituiu como uma pauta prioritária para este movimento.

Conforme é possível apreender deste quadro, mesmo em se tratando de uma maioria de mulheres (enquanto uma categoria construída a partir da experiência vivida “através” do gênero) e de serem negras (vivida “através” da raça) portadoras de diploma de nível superior, todas estão submetidas a uma mesma lógica patriarcal racista. Sendo assim, não se trata de uma mulher ser mais ou menos oprimida que a outra, mas sim, que, em determinadas circunstâncias, os efeitos dessas posições surgirão como obstáculos determinantes e impeditivos para que se promova a sua ascensão social e política num determinado contexto (BAIRROS, 1995, p. 462). O que difere uma das outras é o fato de que, a depender do lugar em que esta esteja posicionada, lhe permitirá um ângulo de visão mais ou menos privilegiado para perceber essa opressão.

a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Uma mulher negra [...] experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. (BAIRROS, 1995, p.461)

A professora Nilza está viúva do seu primeiro marido, o pai de seus sete filhos, mas explica que, atualmente, tem um companheiro, com o qual convive numa relação estável, há mais de dezesseis anos. Tem sete filhos, do seu primeiro casamento, e ajudou a criar uma filha de seu atual companheiro. Formou-se em Licenciatura em Letras com Francês, pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL, e da pra notar o peito se estufar de orgulho quando fala dos filhos. Tem um filho advogado, uma filha tenente da Polícia Militar, outra que é Secretária Executiva, Professor de Matemática, Engenheiro e a filha mais nova recentemente foi vencedora em uma seleção entre 800 trabalhos científicos numa Conferência Internacional na Finlândia, como mestre em Engenharia Química, na área de nanotecnologia, pela Delft University of Technology, na Holanda.

“Eu me lancei candidata primeiro porque eu gosto de política, respondeu Nilza, ao ser questionada sobre o que a levou a se candidatar a vereadora pela cidade de Salvador, mesmo sabendo dos inúmeros entraves que as mulheres têm que enfrentar para se estabelecer nesses espaços políticos.

“Desde menina que eu gosto de política. Me lembro que desde o final dos anos sessenta, na época da ditadura que eu com dezesseis, dezessete anos já fui pega naquela época. Candeias, petróleo ali, né? Então a gente armava palanque ali na Rua do Cajueiro, do outro lado pra fazer comício. De madrugada a gente desarmava o palanque e largava os paus lá e se mandava. Era a turma do Central que morava em Candeias e a turma do Ginásio Nossa Senhora das Candeias. A reivindicação que nós fazíamos era contra aquelas injustiças. Primeiro, que eles

proibiram que a gente entrasse de cabelo grande na escola, depois, aquele sistema de prender todo mundo. (NILZA BARBOSA)

A fala da entrevistada oferece pistas a respeito da reação das/os estudantes aos atos de repressão propagada pelos militares às mobilizações operárias após o golpe de 64, a partir de vivências em Candeias, sua cidade natal localizada a 51 Km de Salvador. O fato de Candeias ser um município mais ligado à extração de petróleo – hoje com o sexto maior PIB do estado da Bahia –, abrigar a Refinaria Landulpho Alves (RLAM) faz dela uma cidade de grande concentração operária (trabalhadores da Petrobras). Com o afastamento da diretoria do Sindipetro/Refino pelos militares em 1963 o município passa a ser visto como área prioritária tanto pela militância – para o desenvolvimento de um trabalho de educação política junto às lideranças operárias e recrutamento de novos militantes – como pelos militares – no intuito de reprimir esse movimento.

*A gente estava desesperado porque era gente da família da gente que tava indo e não voltava. A gente não sabia por onde ficava. Eu me lembro do marido de Dona Morena que sumiu mesmo coitado, porque ele tinha uma família, com dois filhos inclusive. Ela até entrou em depressão... Ele não era Petroleiro, mas era do movimento, muita gente do movimento sumiu. (NILZA BARBOSA)*

Os/as estudantes, ainda que não tivessem, naquele momento, a real dimensão do significado do golpe civil-militar de abril de 1964, sabiam que tinham de se rebelar, posto que se tratava de atos constantes de violação de direitos. Para muitos chefes de família essa aventura política resultou em prisões, demissões e perseguições das mais diversas. “*Só sei que muita gente desapareceu naquela cidade ali que eu conheço. Muita gente foi trucidada ali*”, diz Nilza. A força adotada pela repressão abalou toda a comunidade, tornando evidente o risco que estas lideranças representavam para esse projeto.

“E depois eu cheguei a ir presa. O fato é que um dia me pagaram pela gola na feira o prefeito Alfredo Serra, ele me pega e me leva até minha mãe e meu pai pendurada pela gola. E esse Alfredo Serra quando ele virou prefeito a primeira coisa que ele fez, ele invadiu todas as casas da cidade cortou todas as árvores dizendo que era mato, até a jaqueira que você tinha em seu quintal. Você imagine eu, estudando, vendo uma coisa daquela. Aí eu entrei em protesto público contra aquilo, não deixei entrar no meu quintal. Candeias hoje é uma cidade nua graças a esse prefeito Alfredo Serra. E aí eu fiz o protesto. E na primeira oportunidade que ele teve ele me pegou. Mas não era mangueira, não era jaqueira era porque eu já era do movimento político” (NILZA BARBOSA)

Essa ação política dos militares para tirar de cena uma série de lideranças que se opunham ao projeto econômico e político idealizado por essas forças e que acentuou demasiadamente a dependência do país às potências capitalistas. Com a ampliação das

facilidades para a entrada do capital externo e favorecimento da legislação quanto às remessas de lucro e o controle da força de trabalho foi acentuada no Brasil a concentração de renda, as desigualdades sociais e os índices de miserabilidade. Os resultados sociais dessa política de exclusão da maioria da população em relação à riqueza produzida foram desastrosos.

A Prof<sup>a</sup> Nilza, como é carinhosamente tratada, ingressa na política partidária num processo que não se assemelha a outras candidatas. Apoiando a outros candidatos, visando, mais adiante, o retorno através de algumas políticas públicas de valorização do bairro. Conforme argumenta:

“O primeiro foi o PMDB de um sujeito chamado Gedel. Segundo partido foi o PTN. No terceiro não fui candidata, mas apoiava o DEM, pelo PTN mesmo e agora o PT. É que desde a campanha de Pinheiro que eu estou no PT. Eu já era uma pessoa que, simpatizante não, na verdade eu estava dentro de um outro partido. Eu não estava no PT desde o começo porque, é uma história muito delicada. Porque dentro de Candeias, minha prefeita, Tonha,... Eu tinha um irmão na época muito doente, que precisava de um exame muito caro e essa salvação de meu irmão me custou toda essa trajetória irregular de política, porque eu tive na época de trabalhar dentro do partido que Tonha estava que era o mesmo de ACM, mesmo sem simpatizar com esse partido, mas era um compromisso. É aquela coisa que eu aprendi com o tempo que não se faz, porque eu salvei meu irmão, ótimo – eu amo meu irmão, tá vivo aí – mas, eu paguei muito caro por isso. Eu paguei muito caro.

Quando eu entrei já sabiam minha filosofia, conheciam o meu discurso e aí não me deram oportunidade nenhuma. Foram me dando porrada até onde quis. Porque quando eu ia pedir alguma coisa, pra fazer alguma coisa na comunidade que diziam que não tinha dinheiro eu dizia: - olhe não subestime minha inteligência pegue seu dinheiro, faça o que você quiser. Eu não vim buscar pra comer, pra vestir, pra pagar luz, pra pagar água, pra nada. Pra dizer na minha casa tenho tudo, eu vim buscar pra fazer política se você tem dá, se não tem não dá. Agora dizer que não tem é me chamar de burra, licença. Era assim que eu entrava com eles. E aí você vê que dentro do próprio partido, né? (NILZA BARBOSA)

Não conseguindo o apoio prometido pelos candidatos para o seu bairro, Nilza resolve fazer outras articulações políticas, migrando para o PT. Neste, utilizando-se do apoio que havia construído em torno do seu nome, sai como candidata. A movimentação de legenda em legenda, feita por Nilza, evidencia que a aliança de Nilza não foi feita com esses partidos, mas sempre com seus candidatos, portanto, não há como se falar em fragilidade partidária nesse caso específico, como sugere algumas literaturas. Trata-se de uma forma de relação, que os próprios parlamentares, inclusive os de esquerda, fazem questão de nutrir por não criar vínculo. Além do mais, não precisa passar por aqueles processos de formação política utilizada no passado para formação de quadros.

**Creuza Maria Oliveira: capitalismo e patriarcado juntos produzindo a exploração das mulheres negras**

*Partido Socialista Brasileiro - PSB  
Partido dos Trabalhadores – PT  
“A estrela negra do PT”<sup>45</sup>*

“Tinha vergonha de tirar o lenço da cabeça. Hoje tenho orgulho da minha raça e levanto a auto-estima dessas meninas que têm histórias semelhantes à minha”.  
(CREUZA OLIVEIRA)

Depois de muitas tentativas para marcação de uma agenda com Creuza, ela estava basicamente instalada em Brasília, por conta da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 66, mais conhecida como a “PEC das Domésticas”, enfim, consegui entrevistá-la. O encontro aconteceu na sede da FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, espaço que abriga também o SINDOMÉSTICO – Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia, na Avenida Vasco da Gama.

Logo na chegada, ela foi me colocando a par do motivo de tanto impasse para a tão esperada entrevista. O fato é que, segundo Creuza, a Emenda de ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas, nos termos em que foi aprovado esse acordo coletivo, é uma grande ilusão. Em 2011, explica ela, com a Convenção 189<sup>46</sup>, a categoria conseguiu uma vitória maravilhosa. Aí ela disse:

“Oba! O Brasil vai ratificar a convenção e vai aprovar os direitos dentro do seu texto! Segundo o texto desta Convenção até um dia de trabalho a doméstica teria vínculo empregatício. Só que eles também pensaram nisso e mais que depressa correram e criaram a PEC antes da Convenção ser ratificada. Nessa PEC deles, na regulamentação de Romero, ele quer votar a partir dos três dias que tem vínculo. Quem trabalha um, dois dias não tem vínculo só a partir do terceiro dia... e tem outras coisas absurdas, absurdas mesmo.” (CREUZA OLIVEIRA)

As trabalhadoras domésticas, por trabalharem em casas “de família”, são invisíveis. No Brasil, fazem parte de uma das categorias profissionais, historicamente, mais

<sup>45</sup> Entrevista realizada pela própria pesquisadora em 11/12/2013, às 9:00h.

<sup>46</sup> Em 1º de junho de 2011, em sua 100.ª Conferência a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a partir da Convenção Internacional sobre o Trabalho Decente para as/os Trabalhadoras/es Domésticos nº 189, com a sua ratificação no Brasil foram estendidos para as/os trabalhadoras/es domésticas/os, 16 direitos já assegurados aos demais trabalhadores rurais e urbanos.  
[http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2012/11/deputados-aprovam-pec-das-domesticas-em-primeiro-turno](http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/11/deputados-aprovam-pec-das-domesticas-em-primeiro-turno). Acessado em 11/12/2013.

negligenciadas no mundo do trabalho. Não têm a proteção, nem mesmo, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, quanto à fiscalização e aplicação de penalidades ao empregador infrator.

Sabe-se que a grande maioria não têm, sequer, a sua carteira de trabalho assinada, recebem, muitas vezes, menos que um salário mínimo e estão submetidas a jornadas de trabalho extensas, que excedem, quase sempre, as quarenta e quatro horas semanais previstas constitucionalmente para as demais categorias.

Creuza começou a exercer a profissão de trabalhadora doméstica em Santo Amaro – Bahia, aos 09 (nove) anos de idade. Com a morte de seu pai, sua mãe retorna para a lavoura, em Oliveira dos Campinhos – Distrito de Santo Amaro, e assume sozinha a responsabilidade pela criação dos filhos. Ao menos a dos dois mais novos visto que ela foi morar com sua avó paterna – Dona Selvina. Com as dificuldades que foram se acentuando por causa de uma catarata que a impedia de enxergar, teve que devolver Creuza a sua mãe quando estava próxima a completar sete anos de idade.

Houve época em que a exploração do trabalho infantil era bastante frequente no Brasil. Ainda que o trabalho na infância seja questionado quando aplicadas a determinados indivíduos, para outros ele é perfeitamente aceitável aos olhos da sociedade. Concordo com autores que afirmam que a exploração da mão de obra infantil de crianças negras é naturalizada pelo senso comum e que essas naturalizações interferem de modo direto no imaginário social, uma vez que, a partir do momento em que uma criança negra é posta para desempenhar um trabalho ao invés de estar na escola como as demais crianças, a sociedade não estranha. Já está fixado no imaginário coletivo o lugar de cada sujeito na estrutura social.

Com o tempo sua mãe se casou novamente com um cidadão que não tinha filhos e, como sua mãe já tinha três, ele sugeriu que uma das meninas fosse trabalhar para amenizar as despesas da casa. Nessa ocasião muitas pessoas iam a roça procurar meninas para “ajudar” no trabalho das casas e, como filha mais velha,

“... Fui selecionada pra ir trabalhar em uma casa em Santo Amaro da Purificação. [...] Nessa época eu devia ter uns nove anos porque antes eu pensava até que era com dez anos que eu comecei a trabalhar, mas depois que eu descobri minha data de nascimento e tudo eu percebi que meu registro tem um ano a mais, então como eu sempre dizia que eu comecei a trabalhar com dez anos, mas na verdade eu comecei a trabalhar com nove anos de idade.” (CREUZA OLIVEIRA)

Creuza inicia a sua narrativa privilegiando as seguintes lembranças da sua vida familiar:

“Na verdade tem uma longa história, né? A minha mãe se chamava Maria do Patrocínio Oliveira e o meu pai se chamava Francisco Araujo, que depois ficou apelidado aqui em Salvador como Dez Rodas porque ele era muito dinâmico, muito carismático também. Aqui em Salvador o trabalho dele era vender caranguejo, tempero, essas coisas. Então ele comprava o produto e saía vendendo nas portas e pelo fato dele ser muito rápido, ele pegava o material e tipo assim meio dia ele já tinha vendido tudo então ele ficou conhecido ali em Cosme de Farias como Dez, Dez Roda. Isso lá pela década de cinquenta porque eu nasci em cinquenta e oito.” (CREUZA OLIVEIRA)

Conforme destacado na fala da maioria das candidatas (Tia Eron, Olívia, Aladilce, Célia, Valquíria, Marta e Nilza) e reafirmado no contexto da fala de Creuza, o processo migratório experimentado por elas ou por membros da família, no início de sua formação, se constitui em uma prática bastante recorrente.

Trata-se de uma estratégia de fuga das dificuldades que, em se tratando do interior, era bem mais acentuada. Entretanto, de acordo com esses relatos o cenário pouco se altera com a chegada à capital e, com o nascimento dos filhos, as dificuldades na vida das mulheres negras se acentuam ainda mais.

Antonia Garcia (2006), também candidata a vereadora da cidade de Salvador pelo Partido dos Trabalhadores - PT no passado, aponta que este fluxo migratório ocorrido no estado, durante o período de industrialização acelerada entre 1930 e 1980 passa por decisões políticas, ou seja, pela forma como os governos optaram por localizar o centro dinâmico da economia nas grandes metrópoles. A autora acusa essa decisão de priorizar os grandes centros como sendo as principais causas desse deslocamento da população.

“Minha mãe, aqui em Salvador, não trabalhava ela foi só dona de casa. Aquela coisa do trabalho doméstico dentro da própria casa dela, que é também um trabalho, mas não é remunerado. Antes de vim pra Salvador ela trabalhou na lavoura. Depois que meu pai faleceu, minha mãe foi embora pra roça, voltou a trabalhar na lavoura e levou com ela meus dois irmãos. Eu fiquei aqui em Salvador com uma tia minha aqui em Cosme de Farias. Um ano e meio, eu fui levada pra o interior, Oliveira dos Campinhos onde eu fiquei morando minha avó paterna, minha avó Selvina. [...] Minha mãe viveu vários anos, uns cinco anos sem companheiro, morando na casa de um tio com minha avó e tal. Quando ela arranhou esse companheiro ela já estava com os três filhos juntos - Jorge Marcelino, Maria dos Santos que agente chama de Santinha e eu. Mas assim, aí depois que minha mãe foi morar com esse padrasto, ele não tinha filhos e minha mãe tinha três foi quando ele..., aí depois de certo tempo um ano mais ou menos ele chegou e disse pra minha mãe que era bom que uma das meninas fosse trabalhar. Naquela época o mais solicitado era mesmo uma menina pra trabalhar, “pra tomar conta”, não era nem pra trabalhar, “pra brincar” com a criança, né? [...] Minha mãe continuou trabalhando na lavoura, sempre plantando e aí



depois a minha adoeceu. Na verdade... hoje agente sabe que foi câncer, mas naquela época agente não sabia. Ela fumava cachimbo e aí depois apareceu uma feridinha debaixo da língua e essa feridinha foi crescendo, crescendo e se tornou um câncer. Mas, eu só sei que ela veio a óbito por causa desse problema, desse caroço na língua. Ela teve ao todo teve oito filhos. Eu, meu irmão e minha irmã todos nós nascemos aqui em Salvador. Desses oito só restaram três vivos.” (CREUZA OLIVEIRA)

Os relatos de Creuza revelam que a vida de sua mãe não foi nada fácil, e que se acentua após o falecimento de seu pai. O discurso presente na lógica patriarcal, que pressupõe a existência de uma mulher frágil e, por conseguinte, carente de proteção se apresenta totalmente desconectado com as suas lembranças desde a sua infância. No que toca o mito da fragilidade feminina que desperta a proteção paternalista dos homens, as mulheres negras nunca estiveram inseridas nesse contexto. Esse mesmo entendimento é retomado nos relatos de Nilza, Valquíria e Olívia e aqui entendo ser interessante fazer referencia ao pensamento de Carneiro (2001), que vão ao encontro dessas falas,

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. [...] Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular (CARNEIRO, 2001, p. 1).

As feministas socialistas denunciam que o capitalismo e patriarcado são sistemas de exploração que ambos estabelecem uma relação de serviço mútuo, onde o sistema de valores instituído pelo patriarcado reforça, fundamenta e serve o controle capitalista. Num sistema de valores patriarcal e num sistema econômico onde domina o capital, o trabalho doméstico não é reconhecido nem é remunerado de forma justa. (MAQUEIRA et all, 2001 apud SANTOS et all, 2004, p.06).

“Como eles não casaram de papel aquela coisa do casamento civil foram viver juntos e viveram juntos durante muito tempo até ele morrer, até que não foi muito tempo não, viu? Também ele não registrou agente logo. O que minha mãe fez foi botar em uma caderneta a data de nascimento, o ano tal, o mês, essas coisas, pra depois registrar. Aí pronto, a gente só veio se registrar quase quando adolescente. [...] E aí agente já não tinha pai, já não tinha mãe, a caderneta também já tinha perdido porque com esse vai e vem acabou perdendo a caderneta e aí ficou naquela história. - E aí? Qual foi o mês? - Bom Creuza nasceu mais o menos depois de fulaninho que é primo e tal. Aí pronto o registro nosso, na verdade a gente foi registrada, mas agente não tem a data certa do nascimento. Depois foi que a gente descobriu aí na igreja Nossa Senhora de Santana da Baixa de Sapateiros, que eu e minha irmã descobrimos a nossa data

de nascimento, por causa do batismo. A gente curiosa pra querer saber fomos lá na Igreja, procurei me informar, eu sabia que eu tinha sido batizada na Igreja de Santana aí eu fui lá averiguar. [...], levei umas data e lá a moça pesquisou e descobriu tudo.” (CREUZA OLIVEIRA)

Quase quarenta anos foram precisos para ultrapassar os velhos hábitos, substituindo os assentos eclesiásticos. Atualmente, o Registro Civil das Pessoas Naturais é uma instituição universal, que corresponde aos assentos em livros próprios e por profissional habilitado para que, a qualquer tempo, a sociedade possa certificar-se quanto à existência de determinada pessoa. Assim, além de ter como escopo esta finalidade, serve também para a comprovação dos fatos da vida social, traz direito e obrigações, comprova a naturalidade da pessoa, a sua idade, filiação, relação de parentesco, dentre outras coisas.

O registro civil de uma pessoa é considerado como ato essencial ao exercício da cidadania. A certidão, nas civilizações ocidentais, é uma das características do *status* social de um cidadão/ã na sociedade. Somente com a certidão de nascimento é possível a retirada dos demais documentos, como é o caso do registro geral de identificação civil (RG), atendimento médico-hospitalar, matrículas em instituições de ensino e o acesso a tantas outras políticas públicas.

“E aí era aquela coisa porque você tinha uma responsabilidade de uma pessoa adulta porque exigiam mesmo que tinha que fazer o trabalho. [...] Se a criança caísse era: ‘Sua lerdá’. Ou então: ‘Demente, cê tá deixando a criança cair!’ E tomava beliscão, aquela coisa toda. Como se diz eles exigem da gente. [...] Hoje é que a gente percebe, depois de adulto, a gravidade da coisa. Como as pessoas trabalha a destruição da auto-estima de uma criança.” (CREUZA OLIVEIRA)

Na narrativa de Creuza é possível constatar que apesar de ela ter sido levada inicialmente para essas residências com a promessa de ser cuidada, na verdade ela é quem deveria cuidar, na condição de empregada doméstica. Desse modo, ela problematiza as condições do trabalho doméstico no âmbito das famílias. Por outro lado, a narradora mostra ainda que até mesmo a função de babá, com frequência, era ignorada e suas atribuições e jornadas ampliadas. Estes relatos revelam um importante instrumento de análise teórica para o desenvolvimento de políticas voltadas para os direitos humanos e das mulheres, em meio às relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de: discriminação, exploração, violência, crueldade, negligência e opressão (SCAVONE, p. 180).

Outra questão observada nessa fala é que as relações de gênero no âmbito doméstico, ao ser colocada na esfera da reprodução simbólica, oculta o trabalho social que as crianças e as mulheres exercem na reprodução da vida. (SCAVONE, 2004, p. 180).

Daí em diante, a entrevistada é tomada por forte emoção, de tal forma que a sua fala torna-se cada vez mais inaudível. Envolvida por lágrimas que desciam copiosamente pela face, Creuza as enxugava todo o tempo com um lenço de papel e eu, apesar de conhecê-la há bastante tempo, desconhecia os detalhes desta realidade, o que me deixou, além de desconcertada, tomada pela dúvida. Não sabia se adia a entrevista ou se prosseguia. O que fazer? Por alguns instantes me senti a pior das pessoas, egoísta, é a palavra que me veio por estar me “aproveitando” de lembranças que, embora tão antigas, quando tocadas ainda doíam muito. Ao invés de sucumbir sob os maus tratos, a dor da tortura física e psicológica que conheceu ainda quando criança, Creuza fez desta a mola propulsora da sua resistência e enfrentamento a todos os “nãos” que a vida ainda lhe reservava.

Tentei desviar-me desses maus pensamentos e pensei nas aulas das professoras Luzinete Minella e Alinne Bonetti, sobre a obra de Michel Foucault seu pensamento sobre as técnicas discursivas nos confessionários, a predominância do discurso em primeira pessoa, o interesse nos detalhes, o questionamento. A entrega. O ato de confessar o inconfessável. Foucault considera os discursos do confessionário como sendo os da verdade, pois, em suas formações discursivas, não haveria espaço para mentira. Estas imagens passaram em minha mente, refazendo-me na crença de que falar sobre aquilo que lhe doía tanto poderia fazer-lhe algum bem.

Lembro particularmente da fala da Prof<sup>a</sup> Luzinete. “Olha, Foucault não é feminista”, como se quisesse alertar sobre as muitas controvérsias que perpassam a sua fala no que diz respeito à mulher. No entanto, suas contribuições altamente recuperadas pelas teorias feministas, acerca da desconstrução da concepção do poder como uma prerrogativa do Estado revelando existência de poder também na esfera privada, reforçaram a máxima de que o privado é político. Sua fala resgata a questão do poder como uma contribuição do ponto de vista crítico a respeito das relações de dominação em geral. Reconhece que o seu pensamento abriu aspas úteis a crítica feminista acerca do poder, o corpo como alvo e veículo do biopoder, estratégias de resistência e tecnologias de si.

Outro aspecto diz respeito às articulações feitas pelas feministas radicais que se rearticularam em grupos de auto-ajuda e conscientização, pela maioria dos grupos surgidos na década de 1970. Esse movimento inaugurou um modelo que tratava a vida privada

como um assunto político, trazendo à tona o debate sobre temas como aborto, sexualidade e violência, com repercussão inclusive nas políticas públicas. (RAGO, 1995/1996, p.33).

Seguindo a mesma lógica de que “O pessoal é político”, poderíamos, por analogia, afirmar que: “o trabalho doméstico é político”; “a raça/cor é política”, “o *status* geracional é político”, “a homossexualidade é política”, “a pobreza/classe é política” e o “pessoal é político” (MATOS, 2009, p. 22 – 23). De acordo com Susan Okin (2008), o que deve ser extraído deste entendimento é que: as identidades dependem, de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas uns com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso mesmo, diz respeito, também, à construção da identidade negra (LINO, 2001; D’ADESKY, 2001).

“Já começa aí na infância o trabalho de baixar a auto-estima da pessoa. Fazer a pessoa se sentir inferior, porque eu estava ali, eu tinha a mesma idade dos filhos dela, ela tinha filhos da minha idade, até um pouquinho mais velhos e eu via lá a família na mesa, pai, mãe, avô, os filhos tudo ali na mesa e eu lá na cozinha sentada esperando eles terminar de comer pra chegar a minha vez, depois de tirar a mesa. ‘Vá tirar a mesa!’ E eu tirava a mesa e tal, depois é que ela vinha e fazia meu prato. Dessa forma com os restos. Mãe chegava: ‘Tá tudo bem Creuza?’ ‘Tá tudo bem.’ ‘Você tá gostando?’ Eu dizia: ‘Tô gostando.’ E não dizia o que é que tava acontecendo. Aí minha mãe ia embora de novo. O salário era sobra de comida, que tava na geladeira guardado. Aí minha patroa pegava aquelas sobras botava dentro de uma vasilha, dentro de um saco e roupa usada as roupas usadas que ela não queria mais, roupa usada dos meninos, aí ela pegava dava pra minha mãe e o dinheiro que ela dava pra minha mãe era tipo digamos cinquenta reais, vinte reais, trinta reais que seria digamos um dinheiro desse assim ela pegava e entregava pra minha mãe e minha mãe saia feliz da vida. Pobreza na roça, segura, né? Aí ia embora, três meses depois voltava era a mesma coisa e aí foi.” (CREUZA OLIVEIRA)

Essa fala me remete a experiência exitosa desenvolvida pelo Programa CEAFRO/CEAO/UFBA, em parceria com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas – SINDOMÉSTICO, que desenvolveram conjuntamente uma proposta pedagógica que visava, dentre outras coisas, a construção de uma linha de intervenção social que fizesse o enfrentamento a esta lógica cruel que ainda hoje pauta o trabalho doméstico, aplicado sobre as crianças e adolescentes, e combate à violência doméstica contra as mulheres, de um modo geral.

As desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho e da política têm relação direta com a subordinação presente igualmente no âmbito familiar, resultado do pensamento equivocado de que a vida social estaria dividida em duas esferas separadas e distintas. A maioria das feministas do século XIX não questionou o papel, as condições de

vida da mulher, de um modo geral, nem das mulheres negras, em específico, no interior da família. Na verdade, elas, com frequência, defenderam os direitos e oportunidades das mulheres da classe dominante, a exemplo do acesso à educação ou ao sufrágio, com o argumento de que este tratamento igualitário com os homens faria dessas mulheres esposas e mães melhores. (ELSHTAIN, 1974; OKIN, 1989b).

o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro. (OKIN, 2008, p.314)

Com base neste entendimento de que “o privado é político” as feministas negras têm se voltado para a escuta da fala das mulheres nos lugares onde estas se encontram, resgatando um novo sentido do cotidiano através de questões mais micro relacionadas à vida das mulheres. A ênfase, a partir de então, tem sido o desvendamento da subjetividade, o privado. Ainda assim, a sociedade segue retratando as mulheres nos seus discursos e pela historiografia como sendo aquelas que não aderiram às lutas, por estarem presas aos afazeres domésticos, à beira do fogão.

O ensinamento vem, portanto, da prática tecida no cotidiano, fundamentado em experiências vividas de fato, que ilustram aspectos cruciais para o agenciamento das mulheres negras, que serviram como suporte para a ação e consciência política de outras mulheres comuns que pensaram estratégias de resistências cotidianas.

Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas uns com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso mesmo, diz respeito também, à construção da identidade negra (LINO, 2001; D’ADESKY, 2001).

#### Quadro 6 – Trabalho na Infância

Candidata	Atividade	Ocorrência
<b>Tia Eron - Digitadora</b>		
<i>“Comecei a trabalhar muito cedo como digitadora em uma empresa de material eletrônico. Antes disso lecionava na Escola Bíblica Infantil – para as crianças, filhos de fiéis da Igreja, enquanto seus pais assistiam ao culto, e fui também apresentadora de programas de rádio.” Tia Eron</i>		
<b>Olívia Santana - Ajudante de lavadeira; servente e merendeira escolar</b>		

<p><i>“Com catorze anos eu fui trabalhar porque minha mãe já não podia mais trabalhar nas casas de empregada doméstica. Ela tava com estafa física – ela trabalhava desde os nove na casa das famílias da Barra, da Vitória e também lavava roupa em casa nos finais de semana. Eu levava trouxa de roupa na cabeça pra ela. Aos catorze anos minha mãe arranhou um emprego pra mim de servente numa escolinha e aí eu fui trabalhar nessa escolinha. Fui e trabalhei nesta escola, mas não desisti de estudar de noite.”</i> <b>Olívia Santana</b></p>
<b>Aladilce Souza</b>
<i>Sem ocorrência</i>
<b>Nilza Barbosa - Trabalhadora doméstica</b>
<p><i>“Com nove anos fui trabalhar nas casas dos outros. Aquela menina que trabalha sem salário, mas vai buscar comida, né? E o que sobra pra trazer pra casa. [...] Eu também não dava na altura da mesa pra passar a roupa dos outros e eu passava pra ganhar dinheiro também.”</i></p>
<b>Marta Rodrigues</b>
<i>Sem ocorrência</i>
<b>Célia Sacramento - Office Girl</b>
<p><i>Trabalhei como Office Girl, no Comércio. Eu já tinha uma certa experiência porque desde os dez anos já saía de casa, no Bonocô trazia o almoço de meu pai aqui no centro, depois o meu pai me levava até o Pelourinho - Tabuão pra comprar os materiais de sapato e aí me ensinava como andar na rua.</i></p>
<b>Valquíria Barbosa - Ajudante de vendedora ambulante e de lavadeira.</b>
<p><i>“Minha avó, que era uma mulher de classe média, boa cozinheira, tinha um restaurante informal em casa. Onde nós morávamos era fim de linha de bonde - que era aquele trecho ali chegando no bairro Guarani - então isso gerava venda de refeição de um modo geral encarou e eu fui com ela Então eu não só pegava e entregava a roupa - só não parava de estudar.”</i></p>
<b>Creuza Oliveira - Trabalhadora doméstica</b>
<p><i>“Aos nove anos eu fui tomar conta de uma criança e tomar conta de criança era essa que eu fazia todo o trabalho da casa. Só não fazia cozinhar, mas lavar prato, varrer a casa, tudo isso eu fazia. Quando a criança tava dormindo eu tinha que tá cuidando do trabalho da casa ou se a mãe tivesse com a criança eu tava fazendo outro trabalho. Botava um banquinho na pia pra subir pra lavar os pratos aquela coisa toda. E aquela promessa que eu vinha para brincar com a criança e estudar, aí a história do estudo já ficou de lado, não tem estudo coisa nenhuma.”</i></p>
<b>Vida Bruno</b>
<i>Sem ocorrência</i>
<b>Clarice Pereira</b>
<i>Sem ocorrência</i>

Como representante da maior categoria econômica deste país, composta por, aproximadamente, oito milhões de trabalhadoras/es domésticos, a fala de Creuza é sempre bastante desconfortante para as famílias, “bem criadas”, brasileira. Saliento este aspecto sobre a sua narrativa, em virtude de que, ainda na contemporaneidade, a exploração do trabalho infantil doméstico se apresenta como algo naturalizado de tal forma que, poucos

podem dizer que não se utilizou dessa prática ou que não conhece quem se utiliza. Entretanto, a vida segue protegida por discursos e práticas paradoxais, revelando a crueldade da matriz patriarcal e capitalista que, ainda hoje, sustenta o modelo socioeconômico brasileiro.

*“Um dia eu ouvi no rádio que já tinha um grupo que estava começando a se organizar pra lutar por seus direitos. Eu cheguei pra patroa e falei com ela - não falei, exatamente, o que era, né? Na década de oitenta, entre oitenta e oitenta e quatro, Dimy Kraychet estava sendo candidata à vereadora e estava sendo entrevistada por um locutor da Rádio Sociedade, me parece, e aí o cara perguntou pra ela: ‘Venha cá, a Senhora vai se candidatar pra vereadora, qual é o seu projeto?’ Ela disse que o projeto dela era defender o direito das mulheres, das crianças, dos adolescentes e que iria lutar pelos direitos das empregadas domésticas. Eu tinha um radinho de pilha que esse radinho eu levava pra todo canto da casa onde eu tivesse fazendo o trabalho. E aí quando eu vi essa mulher dizendo que ia defender o direito da doméstica pra mim aquilo ali foi uma esperança muito grande... Empregada não tinha nenhum direito, mas ouvir que a gente ia passar a ter direito isso pra mim foi maravilhoso.[...] E aí o cara perguntava pra ela: ‘Oh Dimy e domésticas já tem sindicato?’ Ela disse: ‘Não, não tem não. Estão começando a se organizar pra ter um sindicato’. ‘E elas se reúnem onde?’ Aí ela dizia que era no Colégio Antonio Vieira, no segundo e quarto domingo do mês e tal. E aí comecei a mobilizar as meninas do prédio Adolfo Freire, em Nazaré onde eu trabalhava. Chamava uma, chamava outra, vamos!. Aí uma dizia: ‘Não, não posso porque vou sair com o namorado’. E então chamei minha irmã que também era doméstica aí pronto só sei que eu disse: ‘vamos chegar cedo pra achar lugar’. [...] Porque eu tinha uma ideia de que quando chegasse no local da reunião ia ter tanta doméstica que não ia ter lugar se a gente chegasse tarde. Quando a gente entrou na sala tinha assim do lado um grupinho que tinha umas duas empregadas domésticas – era Lúcia e Zefinha – e tinha mais duas professoras do colégio. Ah! Mas aquilo foi uma decepção tão grande pra mim porque eu achei que ia chegar e não ia ter lugar pra sentar e de repente eu chego lá e só tinha umas quatro ou cinco pessoas. (CREUZA OLIVEIRA)*

A partir deste grupo criado por elas, passaram a articular e organizar as trabalhadoras domésticas para discutirem não apenas questões relacionadas aos problemas comuns cotidianos da categoria, como também preconceitos, estereótipos, buscar uma cidadania ativa para todas e todos. Deram visibilidade e questionaram uma cultural social, política e estatal de exclusão deste seguimento.

*“Aí pra mim, ali foi como se fosse uma luz no fundo do túnel. Eu nunca tinha ouvido ninguém dizer que ia defender domésticas”. (CREUZA OLIVEIRA)*

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, de 2001, no Brasil 2,2 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos estão no trabalho infantil doméstico. Na faixa dos 5 aos 17 anos, o número é ainda maior, 5,5 milhões de adolescente foram identificadas nessa situação, das quais 1 milhão está fora da escola e 49% delas não são remuneradas.

*Eu sempre fui criada na casa da patroa que sempre ouvi sobre política de uma forma negativa, de sindicato de forma negativa, ou então não falava. Diante de todas as coisas que eu passei, foi Deus mesmo que deu essa sede de querer conhecer, de querer me engajar em grupo e tal. Daí então este grupo passou a ser o meu projeto de vida. O que é que agente falava? Como é que foi a semana no trabalho, as perrenhas que a gente tinha passado com a patroa, era isso. (CREUZA OLIVEIRA)*

É a partir da tomada de consciência do processo de exclusão a que estão submetidas às trabalhadoras domésticas que Creuza, juntamente com outras, encontrou motivação para colocar o pé na estrada. Quando ouviu no rádio que um grupo de domésticas estavam se reunindo pra reivindicar seus direitos, tomou pra si o compromisso de se aliar às companheiras, e juntas, impactar essa realidade. Daí então, nunca mais se afastou dessa luta.

Já Creuza reconhece as desigualdades raciais e gênero presentes nesta sociedade, a partir das suas identidades mais centradas nas questões do trabalho doméstico. Para ela o fato de ser negra é uma questão política. Reconhece a existência da discriminação racial, traduzindo a sua ação em luta/orgulho/auto-estima.

Quando cheguei na reunião foi uma decepção tão grande pra mim. Estava lá um grupo pequeno com duas empregadas domésticas que era Lúcia e Zefinha e tinha duas professoras do colégio (uma delas era Conceição). Mas eu e minha irmã fomos bem recebidas e eu só sei que estou até hoje. Participei, gostei da reunião porque o pessoal estava falando da importância das domésticas começarem a se organizar, que ia ter a Constituição, em 88, e que se as domésticas se organizassem talvez elas conseguissem alguns direitos na Constituição, porque iam ser mudadas as leis do Brasil e aí as domésticas poderiam estar sendo incluídas. Também o pessoal falava das dificuldades das domésticas pra ir pra reunião. Só sei que quando acabou, eu disse: ‘É quem sabe esse grupo não precisa de mim também pra crescer’. Até porque eu também já tinha participado de outros grupos, um deles se chama Pastoral das domésticas, que era pra batizar, quem não era batizada. E a conversa era assim ‘Vocês têm que obedecer a patroa de vocês porque elas é como se fosse a família, é como se fosse a mãe de vocês, era mais aquela coisa de que você tem quer ser honesta e boazinha com a patroa’. Só que elas não falavam de lutas, de direitos, em organização, de lutar por moradia, não falava de nada disso. Quando que eu cheguei nesse grupo lá Vieira e vi o pessoal falando em organização, inclusive em sindicato eu disse: ‘É isso que eu quero, é esse assunto que me interessa’. E olhe que não tinha noção política de nada. (CREUZA OLIVEIRA)

Percebe-se, em sua narrativa, que seu ingresso na vida política se dá justamente, pela via do movimento sindical (Trabalhadoras Domésticas). Seu engajamento com um pequeno grupo que discutia a questão dos direitos constitucionais foi que a destacou como uma forte liderança neste segmento. Já a militância no MNU, para além de despertá-la para o processo de exclusão promovidos pelo racismo e sexismo, contribuiu para o seu ingresso



nas disputas políticas formal, através do Partido dos Trabalhadores – PT. Neste saiu como candidata pela primeira vez em 1996, contando, nesse momento, com o apoio do deputado federal Luiz Alberto também do MNU.

Creuza situa a luta pela valorização do trabalho doméstico como a coisa mais importante em suas campanhas política, sendo as mulheres negras como ela mesma, a grande maioria neste tipo de trabalho.

### **Edileuza Bruno Vida: a sexualidade como elemento central da desigualdade de gênero**

*Partido dos Trabalhadores – PT*  
*“No peito e na raça”<sup>47</sup>*

“Dá uma inquietação muito grande saber que muitas pessoas que estão ocupando os espaços de poder, embora tivessem como mudar as coisas e a conjuntura, não o faz e não o fazia, porque não era do seu interesse ou porque não lhe traria nenhum lucro.” (VIDA BRUNO)

A esquerda de quem entra no anexo da Câmara de Vereadores, no Edifício Bahia Center, há uma bela escada em granito, com os corrimões em aço inoxidável que leva ao mezanino deste prédio, local onde está localizado o auditório da casa. Foi neste local que ocorreu o primeiro dia de entrevista.

Com a repercussão das bandeiras defendidas por ela durante a sua campanha na cidade – direitos dos homossexuais de gays, lésbicas, trans, etc. – ganhou notoriedade a ponto da candidata eleita Fabíola Manssur – Partido Socialista Brasileiro - PSB, convidá-la para fazer parte da sua equipe de Gabinete como Assessora Parlamentar, acompanhando esta pauta, dentre outras. Esse foi o motivo para a entrevista ter acontecido neste espaço. Como disse anteriormente o anexo da Câmara é um espaço por demais movimentado, o que torna difícil encontrar um lugar propício para uma conversa dessa natureza.

Conheci Vida Bruno pessoalmente só no dia da entrevista. Consegui seu contato e marquei a entrevista através de Zuleide Paiva, ativista do movimento de mulheres lésbicas e colega do mestrado no NEIM. Foi interessante porque eu já estava tentando levantar este contato já há algum tempo, quando navegando pela internet, me deparei com uma foto da campanha de Vida Bruno com suas apoiadoras e lá estava Eide (como carinhosamente costumamos chamá-la). Foi ótimo porque a partir daí tive meus problemas reduzidos em

---

<sup>47</sup> Entrevista realizada pela própria pesquisadora em 23/03/2013.

menos um, já que ela que me passou o e-mail de Marcelo Cerqueira do PV, que, por sua vez, me passou o e-mail de Vida. Ou seja, a rede funcionou muitíssimo bem neste caso.

No dia da entrevista me deparei com uma mulher alta, extremamente simpática e muito, mais muito bem humorada mesmo. Aliás, bom humor é o que não lhe falta. O físico forte, guarda a imagem de uma mulher audaciosa, determinada, com opinião formada sobre muitas coisas. Vida Bruno, por sinal a mais jovem entre as candidatas negras selecionadas, é lésbica. Mas deixarei que ela própria se apresente e fale um pouco das suas relações nesse vasto cenário social.

“Eu sou negra, lésbica, não tenho filhos, hoje sou solteira, mas no período das eleições estava casada com uma mulher. [...] Meu pai se chamava Pedro Gonçalves Vida, daqui a dois dias ele vai fazer dois anos que ele partiu para o lado do silêncio. Ele era um maquinista de trem que constituiu uma família com três mulheres. [...] Minha mãe teve dez filhos. [...] Eu sou a caçula dos dez. Meu pai era um homem extremamente homofóbico. Eu era lésbica desde que me conheço como gente, ou seja, desde os meus sete anos de idade, sempre me comportei como menino, embora minha mãe achasse que... Ah! eu vou matar você se você for, e se isso, e aquilo.” (VIDA BRUNO)

A narrativa de Vida Bruno informa que desde muito cedo, ao se perceber como uma pessoa diferente das outras que se relacionava mais aproximadamente, teve que pagar o preço, aprendendo desde cedo o sentido da opressão e intolerância às diferenças. Para esta o fato de ela ser lésbica, negra, militante, petista, oriunda de um casal inter-racial, esta realidade se apresenta com mais um agravante: a de não se submeter à heterossexualidade compulsória.

De acordo com Michel Foucault (1999) em sua obra “História da sexualidade I: a vontade de saber” o único lugar no espaço social “de sexualidade é reconhecida, mas utilitário e fecundo” é no quarto dos pais. Fora isso só resta “encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos”. Aqueles/as que insistem em se contrapor a esta ordem, receberá o *status* de “anormal” e sofrerá sanções das mais diversas por isto. (FOUCAULT, 1999, p. 10)

A experiência Vida Bruno é trazida para esta análise em virtude de que - dentre outras passagens extremamente relevante para elucidar relações de poder - sua decisão, de rejeitar a sexualidade dita "normal", esta candidata se apresenta como parte integrante de uma resistência coletiva à submissão aos homens, como classe empoderada, nessa organização social sexista.

Nesse sentido Gerda Lerner salienta que: “As mulheres que não presta serviços heterossexuais (como as solteiras, as freiras ou as lésbicas) estão vinculadas a um homem dominante de sua família de origem e através dele podem ascender aos recursos. Ou, do contrário, perdem sua categoria social” (LERNER, 1990, p.314). Apesar disso, Vida faz questão de afirmar em sua fala que ela não está associada a nenhuma ideologia que treina culturalmente a mulher para firmar alianças com o homem.

A entrevistada continua sua fala identificado nos discursos que emergem do seu contexto familiar e que contribui para que a questão racial também se apresente como fonte de incoerências, antagonismos e opressão patriarcal.

“Meu pai é negro, mas todas três mulheres dele são brancas. E todas três são descendentes de europeus: uma descendente de italianos [...] outra descendente de franceses e outra senhora que ele se casou que era descendente de portugueses. [...] Uma certa feita que eu perguntei a ele sobre isso e ele disse que não queria que os filhos dele passassem pelo que passou. [...] Meu pai, porque era bem negão mesmo, achava que o fato dele se relacionar com mulheres brancas ia atenuar a opressão que a sociedade exerce sobre aqueles que têm uma raiz mais fixada em África. Então era um contrassenso, porque quando ele faz esse discurso ao mesmo tempo ele dizia que aprender a ler e a escrever já tava bom. Então meu pai sempre foi a contradição em pessoa.” (VIDA BRUNO)

O racismo é um fenômeno que ainda hoje mobiliza a miscigenação para operar, instituindo, para isso, uma hierarquização cromática. No Brasil, a classificação social das pessoas ocorre a partir da cor e do cabelo, o que revela um grande equívoco que perpassa tal entendimento na medida em que raça é um conceito muito mais amplo, não se limitando, portanto, a questões fenotípicas. Isso levou, por um longo tempo, podendo afirmar que ainda hoje, muitas pessoas a acreditar que a miscigenação seria o caminho mais próximo que as conduziria ao ideal de brancura estabelecido pela sociedade (CARNEIRO, 2011b, p. 67).

Sueli Carneiro (2011b) denomina de “benefício simbólico” esta crença de que as pessoas negras de pele clara podem desfrutar de situação social de vantagem, pois, supostamente, seriam mais aceitas socialmente pelo fato de terem um tom de pele mais clara ou de alisarem o cabelo, por exemplo. Desse modo, a possibilidade de explicação deste grau de rejeição de negros por si mesmos repousa na crença de que, as pessoas negras de pele clara, assim como os brancos, podem desfrutar de alguma situação social de vantagem. A esse entendimento a intelectual negra Sueli Carneiro salienta que,

Há quase duas décadas, uma parcela significativa de jovens negros insertos no movimento *hip-hop* cunhou politicamente para si a definição de pretos e o

*slogan* PPP (Poder para o Povo Preto), em oposição a essas classificações cromáticas que instituem diferenças no interior da negritude, sendo esses jovens, em sua maioria, negros de pele clara, como um dos seus principais ídolos e líderes, Mano Brown, dos Racionais MC's. Esses jovens sabem, pela experiência cotidiana, que o policial nunca se engana, sejam esses jovens negros de pele mais clara ou escura (CARNEIRO, 2011c, p. 72-73).

Um exemplo típico e bem contemporâneo dessa tentativa das pessoas negras de fugirem e se protegerem dos ataques racistas vemos na reação de jogadores negros brasileiros – dentro e fora de seu território – as referências estereotipadas feitas sobre a sua imagem, traços fisionômicos, caráter, etc. Explicando essas ocorrências, Vovô do Ylê Aiyê<sup>48</sup> em entrevista a uma rede de televisão baiana, argumenta que os negros brasileiros – que conseguem romper com a barreira e ascender economicamente, em especial, os jogadores de futebol – passam a vida inteira negando sua identidade racial, acreditando que com isso neutralizará a ação dos racistas. Erroneamente acreditam que o problema das desigualdades no Brasil é social, até que é chegada a hora que um/a destes/as vem e o lembra de que ele/ela é negro/a.

O conflito se estabelece no fato de que quando os racistas vêm nos lembrar quem somos é sempre de forma estereotipada, distorcida. Ora, se eu não sei quem eu sou, de onde venho, a grandeza que carrego a partir da minha ancestralidade, é óbvio que a constatação do “ser negro/a” será brutal, violento, a pessoa se sentirá agredida. É possível afirmar que se trata de uma falácia a ideia de que o clareamento da pele ocasionado pela miscigenação ou, até mesmo, a ascensão econômica poderia livrar um descendente de africano de ser discriminado pelas suas feições e cultura. O fato é que o modelo de sociedade adotado pelo Estado brasileiro sustenta-se através do racismo e é a partir deste que se (re)produz o processo de hierarquização das pessoas tomando como fundamento a negação dos valores étnicos de um povo.

Pela narrativa de Vida ainda é possível perceber como foi seu ingresso na política partidária, ainda na adolescência, a partir da militância, inicialmente, no movimento estudantil. A precoce aptidão política presenciada em sua trajetória se perpetuou por toda sua vida impulsionado-a a decisão de aceitar concorrer um espaço na política representativa. Vejamos seu depoimento sobre como se deu esse ingresso.

“Minha companheira, pra começo de conversa, na verdade, me surgiu essa ideia de ser candidata muito antes mesmo do ano das eleições. Aos treze anos de idade

---

<sup>48</sup> Antônio Carlos dos Santos – Vovô, presidente foi entrevistado pela TV Aratu em 14/03/2014.

eu fui ser presidente da UMES – União Municipal e Metropolitana dos Estudantes Secundaristas e não era filiada a partido algum. Mas eu sempre tive um interesse muito grande pela política porque eu sei que é o único caminho que se pode ser feito pra que haja mudanças efetivas primeiro você tem que pensar a política, segundo você tem que distribuir e compartilhar esse pensamento e através da coletividade buscar materializar esse pensamento. Então essa sempre foi a minha visão. Visão que eu tive de militância, mas que no decorrer dessa luta toda,...[...] Depois da UMES eu fui dirigente de Grêmio Estudantil, fui dirigentes da ABES – Associação Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Depois eu vou pra Universidade Católica onde eu fico durante três anos no mandato de presidente e coordenadora do Centro Acadêmico de História, depois vou, concomitantemente, assumindo cadeiras dentro do DCE – Diretório Central dos Estudantes, onde eu fiquei por quatro mandatos, até conseguir efetivar alguma política de inclusão social, uma vez que, eu era também vítima daquele valor escorchante de mensalidade. Começamos a movimentar uma estrutura chamada MOU – Movimento de Organização, Ação e Luta que era um movimento pra garantir a permanência dos estudantes carentes da Universidade. Então esse movimento conseguiu a anistia de 1.850 pessoas no ano de 2003, da Universidade Católica e nesse mesmo ano nós conseguimos implementar o sistema de bolsas pra estudantes carentes que seria a contrapartida social destinada a filantropia. A Universidade gozava dessa filantropia, mas na verdade na prática não desenvolvia. Daí foi surgindo uma inquietação muito grande por saber que muitas pessoas que estavam ocupando os espaços de poder, embora tivessem como mudar as coisas, mudar a conjuntura e mudar a vida das pessoas, não o faz e não o fazia, porque não era do seu interesse, porque não lhe traria lucro ou porque não era interessante. Seria um desprendimento de energia muito grande pra não ter nada em retorno e, no entanto, o meu pensamento sempre foi nessa perspectiva.” (VIDA BRUNO)

O registro pela historiografia oficial da trajetória do movimento estudantil no Brasil também não escapou dos pressupostos que determinam um fazer científico moderno trazendo como marca a ideia do masculino como o único sujeito possível para aqueles feitos. Quase sempre nesses estudos os “estudantes” são apresentados como seres genéricos, sem se ater as suas especificidades de raça, gênero, classe social, sexo, etc.. Por esse motivo as mulheres ficaram sempre obscuras por trás de citações feitas acerca de estudantes genéricos, assexuados, quando não representantes do masculino – branco, de classe média ou dominante.

Atribuo esta incongruência verificada em algumas literaturas ao fato destas não fazerem o recorte identitário dos sujeitos em análises e, conseqüentemente, não se aterem às especificidades que habitam nestes sujeitos concretos, assim como na forma em que estes constroem as suas relações políticas cotidianas.

As narrativas feitas pelas candidatas, como é o caso de Vida Bruno, revelam as inúmeras dificuldades de ordem econômico-financeira enfrentada pelas famílias negras e como estas contribuíram para que as mulheres negras das classes populares se engajassem em diversos movimentos, no início da década de 1980, intervindo a partir dessas

organizações no mundo público. E com o movimento estudantil também não ficou a margem dessa atuação.

Conforme revela Vida Bruno a juventude negra engajada no movimento estudantil passou a disseminar às péssimas condições em que as famílias negras estavam submetidas e a lutar para a disseminação de políticas públicas de inclusão. Para além dessa pauta de cunho mais econômico, nesses espaços passaram a questionar também questões consideradas específicas da condição da mulher na sociedade como no caso da luta contra o machismo, sua participação na política e o direito a se dispor do seu próprio corpo.

As mulheres negras no movimento estudantil desempenharam um papel importantíssimo no que se refere ao amadurecimento e conscientização política dessas mulheres. Já é sabido que dele brotaram ilustres ativistas políticas contemporâneas, mas ainda há muito que se desvendar sobre essas atuações. Entretanto os limites de inscrição deste trabalho impedem maior detalhamento acerca desse protagonismo, motivo pelo qual ressalto apenas a urgência de um estudo que aborde a participação política das mulheres negras no movimento estudantil, numa perspectiva que priorize as especificidades destes sujeitos, como contribuição às análises sobre o processo de redemocratização do país.

A fala contundente da candidata Vida Bruno aborda, aspectos que a motivaram a se lançar numa competição política eleitoral. Pergunto-lhe então, por que Vida?

Então assim, quando Marcelo Cerqueira – que é o presidente do GGB – Grupo Gay da Bahia - me acorda às quatro e meia da manhã de... [De repete somos interrompidas pelo toque do seu telefone]. [...] Olha! Marcelo Cerqueira [risos] ‘Oi Marcelo! Oi filho, diga? Tô na Câmara, mas estou dando uma entrevista agora. Pronto, pronto, fechou. Tá, beijo, tá. Marcelo Cerqueira. Tão certo assim. Ele [Marcelo] me acorda dez dias antes da eleição, porque tinha um mês que você tinha de entregar uma documentação ao partido, pra o partido verificar sua situação, etcetera e tal pra você realmente ser candidata. Então juntei toda documentação necessária e encaminhei ao partido o pedido da vaga. Inicialmente eu ouvi de um grupo de militantes orgânicos que eu não conseguiria, porque eu não fazia parte de nenhum agrupamento, de nenhuma tendência<sup>49</sup> do Partido dos Trabalhadores e isso seria um fator impeditivo. [...] A decisão de não fazer parte de nenhuma tendência é porque todas as tendências são coordenadas por homens e eu não acho isso muito legal. [...] Decidi por participar deste processo porque eu tinha algumas coisas pra dizer, que ninguém poderia dizer por mim. Coisas e a coragem pra dizer. Porque nós vamos pegar aqui: Marta Rodrigues levanta a bandeira LGBT, Vânia Galvão, nossa companheira, levanta a bandeira LGBT, mas ninguém levantaria de uma forma tão ardorosa, tão fervorosa como eu levantei a ponto de ter uma solicitação de ter uma solicitação de Marta Suplicy

<sup>49</sup> Grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...). Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores ([www.pt.org.br](http://www.pt.org.br))/Fundação Perseu Abramo ([www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)).<http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/resolucaosobretendencias.pdf>. Acessado em 04/01/2014.

pra fazer um programa eleitoral comigo, em cima do trio da parada gay, onde a declaração dela foi: ‘se eu votasse em Salvador, eu votaria nesta ‘léeeeeeesbica!’ Votaria na Vida Bruno. Uma lésbica de luta...’ etcetera e tal e no dia seguinte ela virou ministra. [risos]. E assim eu perdi nesse dia alguns votos da Igreja Adventista, né? Porque minha mãe congrega nesta igreja. E assim, eu me senti muito especial nesse dia porque Marta Suplicy pra mim é uma figura emblemática, né? [...] Que teve a coragem de debater a PEC 122, [...] Mas assim, quando eu decido assumir esta responsabilidade, primeiro eu queria saber como é que funcionava os bastidores. Então eu sou que nem São Tomé só acredita vendo. E eu tive e que ver tudo que vi pra entender. Existem escolhas que o partido faz. [...] Outras pessoas me incentivam dizendo: é isso mesmo rapaz, você tem que ir! Mas ao mesmo tempo eu dizia: ‘Marcelo! como é que eu vou ser candidata sem dinheiro? Eu não tenho pênis pra vender, eu não tenho posses, eu não posso alienar absolutamente nada pra dar um suporte a essa campanha’. E por outro lado eu não tenho padrinhos ricos, eu não tenho o grupo que seria uma tendência que tivesse algum tipo de estrutura no mundo do trabalho ou outro ambiente pra captar recursos. Marcelo me respondeu: ‘Olhe Vida, vamos na cara e na coragem. Então, acabou virando ‘No peito e na raça’ [risos]. ” (VIDA BRUNO)

O espaço aberto na sociedade, principalmente nas universidades e pela mídia, fez com que o quadro de sujeitos que se identificam com o segmento LGBT fosse alterado, ampliando o número, inclusive, de parlamentares que se envolveram com a causa buscando a aproximação com esse segmento. Contudo, um questionamento tem sido recorrente quanto à questão da representação política destes segmentos identitários, ou seja, “até que ponto esta discussão, que poderia ter um caráter inovador e transformador, não serve aos ideais de uma sociedade nomatizadora?” (Madlener& Dinis, 2007, p.53).

Para Vida Bruno o fato de esta ser uma mulher negra, de origem pobre, petista, oriunda de um casal inter-racial, esta intersecção se apresenta com mais um agravante: a sua rejeição a heterossexualidade compulsória. De acordo com Gerda Lerner (1990) os laços sexuais das mulheres com os homens distingue a sua condição social podendo esta chegar a mais baixa possível a depender desta relação:

Contra as mulheres, a classe é mediada por seus laços sexuais com um homem. Através de um homem as mulheres podiam ascender ou lhes era negado o acesso aos meios de produção e recursos. As mulheres “respeitáveis” podem ascender a uma classe graças a seus pais e maridos, mas romper com as normas sexuais pode fazer com que percam de repente a categoria social. [...] Através de sua conduta sexual se lhe atribuí a seu pertencimento a uma classe. [...] As mulheres que não prestam serviços heterossexuais (como as solteiras, as freiras ou as lésbicas) estão vinculadas a um homem dominante de sua família de origem e através dele podem ascender aos recursos. Caso contrário, perdem sua categoria social. (LERNER, 1990, p.314) (Tradução minha).

Não se pode negar que o número de candidatas que defendem a bandeira LGBT cresceu significativamente nestas duas últimas eleições. A contribuição de vida Bruno a

este debate quanto as suas motivações para se engajar numa campanha política eleitoral, nas circunstâncias que nós já expomos neste estudo, coloca em suspeição a seriedade dos discursos proferidos pelas instituições democráticas, principalmente as representações partidárias, no sentido de legitimar o sistema político atual. Essas instituições não asseguram, nem de longe, a diversidade presente na sociedade brasileira.

### **Clarice Pereira dos Santos: nos movimentos sociais os atores quase sempre eram atrizes**

#### *Partido Comunista do Brasil – PC do B “Gente que cuida da gente”<sup>50</sup>*

Era 24 de abril de 2013, 14 horas, horário combinado para a entrevista. Estava pontualmente à frente do Centro Municipal de Arte-Educação e Cultura Mário Gusmão – CEART, na praia de Amaralina, quando o porteiro da unidade veio me receber. Na realidade, o prédio fica a uma quadra da minha casa, mas como chovia e ventava muito neste dia, mesmo sabendo que teria dificuldades para estacionar, pois neste local não há local apropriado para estacionamento, preferi ir de carro.

A entrevista foi agendada para acontecer na Coordenação Regional Escolar da Prefeitura Municipal de Salvador – CRE, que está instalada no primeiro prédio do CEART. No prédio detrás continuam funcionando atividades voltadas para o fazer artístico de crianças e jovens alunos da rede municipal e também para orientação dos professores das escolas de Salvador. Trata-se de um prédio público, localizado em uma região bastante conhecida de Salvador, a Av. Amaralina, de modo que, encontrá-lo não foi uma tarefa das mais difíceis. Além do mais, o prédio traz em sua fachada o nome do seu ilustre homenageado: o ator, dançarino e coreógrafo baiano Mário Gusmão, o primeiro negro a se formar na Faculdade de Teatro da Universidade Federal da Bahia – UFBA, no ano de 1960.

Considero importante iniciar o relato informando que conheço Clarice há muito tempo como professora na Escola da Igreja Santo André do Nordeste. Esta instituição contribuiu muito e ainda contribui com obras sociais no bairro do Nordeste de Amaralina. Acostumamo-nos a fazer referência aos trabalhos desenvolvidos por esta Paróquia, sob o

---

<sup>50</sup> Entrevista realizada pela própria pesquisadora em 24/04 e 05/06/2013. Duração: 3:11min.



comando da missionária Ana Sirone, em várias frentes, que além de ajudar a construir este espaço, introduziu obras sociais dentre suas atividades. Esse espaço, ainda hoje é utilizado pela comunidade para produzir ações estratégicas de resistência e sobrevivência, diante de uma realidade marcada por tantas exclusões.

A minha iniciação como militante política, como já foi dito anteriormente, passa também por este espaço, quando ainda na adolescência, não tínhamos uma definição exata quanto a partido político. Costumo dizer que considero como a primeira fissura ocorrida entre os jovens negros/as militantes daquela época ocorre com a reabertura política em que vimos alguns/as companheiros/as, muitos vinculados a organizações clandestinas, seguirem em busca da legalização do Partido dos Trabalhadores – PT na Bahia e outros/as, a exemplo de Clarice, que opta pelo Partido Comunista do Brasil – PC do B. Esse foi o primeiro corte significativo vivenciado por esta juventude política que irá repercutir nas tentativas futuras de unidade pela construção de uma candidatura nativa, de alguém do bairro e, portanto, traduzisse os anseios da comunidade.

Clarice chegou um tanto ofegante, pois chovia e ventava muito neste dia. Mais que isso, estava bastante agitada por conta da paralisação dos professores, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia – APLB, do qual ela faz parte da diretoria, em razão da greve dos professores. Nesta campanha, reivindicavam além da contratação imediata de professores, coordenadores pedagógicos e merendeiros, aprovados último concurso, o recolhimento da Cartilha Alfa e Beto, considerada de teor racista, dentre outras reivindicações.<sup>51</sup>

Trata-se de uma mulher preta, de traços delicados e dóceis. Guarda por detrás daquela voz meiga a postura de uma mulher madura, determinada. Usa fartos cabelos alongados, bastante utilizados pelas mulheres negras em Salvador estilizando através desta nova moda os cabelos crespos. A entrevistada é uma mulher consciente da sua beleza negra, assim como de sua qualidade como profissional. Nisso então, não há comedimento: “... *eu não tenho essa modéstia de dizer que eu sou boa profissional...*”. Como professora da rede pública municipal de Educação, é responsável, preocupada com o modelo de

---

<sup>51</sup>A APLB se pronunciou sobre o assunto, após verificar a presença de conteúdos racistas, sexistas e judaico-cristãos nos livros adotados e que fundamentam o sistema, que dificultam a formação cidadã dos alunos/as. Para o movimento, o Alfa e Beto é uma tentativa de retorno ao tecnicismo, onde o aluno é visto como depositário de conteúdos, além de que não dialogam com as diretrizes pedagógicas atuais. [http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id\\_noticia=207414&id\\_secao=3](http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id_noticia=207414&id_secao=3), acessado em 24/03/2013 e <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-3/artigo/professores-da-rede-municipal-aprovam-paralisacao-de-48-horas/>, acessado em 24/03/2013.

educação que vem sendo dispensado pelo poder público às crianças nas séries iniciais. Mas, talvez, seja melhor deixar que ela mesma se apresente:

“Eu me chamo Clarice Pereira dos Santos, negra, sou solteira, não tenho filhos. Eu tive uma família, tive um pai, uma mãe, eles tiveram cinco filhas, que sou eu, Zenildes, Norma, Diva e Cecília. Meu pai era pai carpinteiro e minha mãe dona de casa. Meu pai às vezes, como ele era carpinteiro, fazia muito serviço para os engenheiros, pra o empreiteiro, pra o dono da obra, então ele ficava muito tempo fora. Quando ele chegava ele tinha sempre um jeito de estar com agente, de estar brincando, tá participando mostrando que estava junto. Ele vinha no final de semana, aí o trabalho nos finais de semana era com as filhas. Ele conseguia fazer brinquedos de madeira porque como ele era carpinteiro conseguia fazer a mesinha, a cadeira, o sofá, brincava com agente, participava muito. [...] Logo depois minha mãe tornou-se doceira, nós nunca passamos fome, mas passamos necessidades, sempre tinha um pouquinho de comida em casa. Minha mãe sempre dizia quando a gente saía pra escola: ‘vocês já tomaram café então não tem dinheiro pra levar. Quando voltar tem alguma coisa pra comer’. Então nós nunca tivemos confusão, nunca tivemos briga porque não tinha um dinheiro pra agente levar pra escola, porque eram cinco filhas pra sustentar foi difícil, mas eles conseguiram. [...] Então eles diziam assim quando a gente conseguiu sair da oitava série e ir ao ICEIA, fazer o ensino de magistério, que foi eu e Zenildes que fizemos o magistério: ‘A faculdade é com vocês. Eu consegui dar até ai’. E nós conseguimos. Me formei na universidade em pedagogia pela UNIFACS e só tem uma que tá meio na preguiça e não foi, mas nós estamos incentivando, ela está fazendo.” (CLARICE PEREIRA)

Como avaliamos anteriormente as mulheres negras têm histórias únicas nas interseções dos sistemas de poder. A partir da narrativa de Clarice podemos extrair que as mulheres negras, a partir desta realidade criaram estratégias e visões de mundo como uma necessidade de auto-definição e premissa para sobrevivência, que repercute no trabalho desenvolvido por elas em prol deste coletivo, na busca por justiça social. As opressões de raça, gênero, sexualidade, classe social, interseccionadas constituem sistemas de poder que reproduzem simultaneamente múltiplas formas de opressão, mas também, estratégias de resistência para o processo de opressão que se apresenta.

*“Então, eu cheguei a ir pra o ICEIA na época todo mundo usando jeans e eu usando calça de tergal, que é a calça de tergal que veio do ensino fundamental. Porque eu sempre digo a minha irmã que se kichute tivesse aí até hoje, até hoje dava no nosso pé porque ela comprou um sapato tão grande que era pra dar durante os anos que estávamos estudando. Aí ela dizia: - Ah! Vocês tiveram na*

*época vulcabras e kichute que ninguém tinha! Eu digo, mas tive congá também. Então os nossos pais tiveram uma participação muito boa na educação da gente. E tava presente na escola, meu pai não, mas minha mãe estava sempre presente na escola. Meu pai pelo trabalho dele não tinha como ir, mas minha mãe não deixava de ir. Se agente chegava com um pedaço de lápis em casa tinha que saber da onde era esse pedaço de lápis. [...] Hoje eu sou uma mulher formada em pedagogia, tenho especialização em História Social e sou Professora de Nível Fundamental na rede municipal de ensino de Salvador. Não quis encarar outros níveis, mesmo tendo a capacidade. Eu me identifico ainda com as crianças do ensino fundamental, da educação infantil ao quarto ano, principalmente com a educação infantil porque é a base. Porque se a criança não tiver uma boa base na educação infantil, as outras séries vão ser uma tragédia, então eu não sou nada simples nem humilde em dizer que eu sou uma boa professora, que eu gosto de estar trabalhando principalmente com educação infantil e estar dando tudo o que eu posso dar pra criança pra que ela possa atingir um grau melhor no futuro. Então a criança já tendo uma base na educação infantil ela não vai ter dificuldade pra ter uma alfabetização com seis, sete, oito anos. Aí é que eu digo: 'que eu sou uma boa professora e gosto de trabalhar com essas séries iniciais'." (CLARICE PEREIRA)*

De qualquer forma, isto indica um desafio para as mulheres negras se inserirem nos espaços de poder agravado pela ausência de referências negras consolidadas nesta arena. Nesta perspectiva, foi possível constatar a existência de determinadas condições que interferem, desfavoravelmente, para que as mulheres negras possam iniciar, de um patamar adequado, a competição nos processos eleitorais. Assim como, a existência de certos perfis identitários, estereótipos de todos os tipos e condições socioeconômicas, definidos como mais apropriados ou não para a política, que as mulheres negras precisam enfrentar para superar esse cenário de exclusão. Resta investigar mais a fundo estes detalhes. É o que tentaremos abordar, mais detalhadamente, adiante.

“Não tive movimento estudantil porque eu não participava, era uma pessoa muito apagada no movimento estudantil, não via muito isso dentro do ICEIA onde estudei. [...] Então foi quando eu sai, tornei-me professora, pensei de conseguir trabalho rápido, nada, e no bairro que eu moro, nasci e moro tinha um pessoal com associação de moradores. [...] Na Associação de moradores do Nordeste de Amaralina, eu conheci Cássia, Nivaldino, Neno, na época, logo depois foi Tânia Palma que hoje é Ouvidora da Defensoria Pública do Estado e Meirinha. Então foi através desses companheiros, que eu vim a conhecer o partido comunista. Eu disse Neno, o que é que eu estou fazendo aqui? Esse povo é comunista! Eu pensei que era só uma associação de moradores. [...] Depois descobri que eu tinha um pouco de comunista, aí como é que eu saía, eu ficava com medo. Mas foi num momento muito bom da minha vida, porque eu comecei a estudar, eu não estudava, não tinha interesse nenhum em política, o que eu conhecia de política era aquilo que o professor passou nos ensinamentos nas escolas. Então, eu comecei a estudar política, estudava muito, viajava muito sem saber pra onde é que estava indo. Muitas vezes eu saía de manhã pra ir no bairro e parava em outra cidade e como eu era nova eu não podia saber os locais que iam ter reunião. E a gente começava a ler e a coisa boa, que eu sinto falta hoje, porque hoje qualquer um entra em qualquer partido até mesmo no comunista, no PT. [...] Então, com isso tudo, eu me tornei assim uma profissional dedicada porque eu tive bons professores no meu ensino fundamental aqui dentro do Nordeste. Porque, eu costumo dizer o seguinte: ‘Eu encaro a educação não como

uma profissão, mas como uma missão e uma missão tem que ser feita bem feita'." (CLARICE PEREIRA)

Partindo dessa ótica, observo que a ação política desenvolvida por Clarice em sua comunidade retrata um exemplo de cidadania. A cidadania vista neste contexto se apresenta também como uma identidade – não como algo que se conquista e pronto – mas numa dimensão como a oferecida por T. H. Marshall a qual pressupõe que a cidadania “exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum” (MARSHALL, 1967, p. 84). A cidadania, portanto, a partir deste pensamento:

É também uma identidade, a expressão de pertencimento a uma comunidade política. Marshall concebeu cidadania como uma identidade compartilhada queria integrar aqueles que haviam sido excluídos da sociedade britânica e fornecer uma fonte de unidade nacional (KYMLICKA, 2002:17-18) (Tradução minha).

A narrativa feita por Clarice evidencia que é a partir do seu engajamento na Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina – AMNA, é que ela passa a ser vista como importante no processo político e, conseqüentemente, se estabelecer uma aproximação com o Partido Comunista do Brasil – PC do B que necessita ampliar o diálogo com determinados grupos e colégios eleitorais de seu interesse. Neste sentido, a legitimação, reconhecimento, aceitação de um indivíduo por um campo político se dá inicialmente pela acumulação de capitais ao longo da sua trajetória de vida.

Com isso é possível afirmar ainda, que a presença das mulheres negras nos movimentos sociais tem sido marcante. Isso desmente certas afirmações de que as mulheres não se interessam ou não gostam de política. Logo, falar sobre o protagonismo de mulheres negras na luta política é refletir sobre os aportes de Elisabeth Souza-Lobo, quando, ao se referir a participação das mulheres nos movimentos sociais o faz enfatizando que “frequentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes (1991, p. 247)”.

Hoje o que se sabe é que historicamente as mulheres negras têm participado ativamente dos movimentos sociais levantando bandeiras em prol, não apenas dos seus próprios interesses, se não, também, de toda a comunidade.

Outra candidata que expos a motivação para se lançar como candidata foi Clarice Pereira, que ingressou na política partidária por influência dos companheiros/as da

Associação, que atuam acolhendo e dando encaminhamento junto aos órgãos competentes, as inúmeras demandas de serviços públicos que necessita a comunidade. Concorrendo pela primeira vez a vereadora em 2008, salienta que se filiou ao PC do B, na década de 80 sem saber, exatamente, que se trava de um partido comunista. Entretanto, após ser apresentada a sua doutrina por meio de estudos e encontros, não se vê em outra instituição partidária. Como líder comunitária do Nordeste de Amaralina, diz que só aceitou este desafio para não decepcionar a sua comunidade. Em suas palavras:

“O que me motivou foram as próprias pessoas da comunidade, não foi o partido em si. Porque eu pensei que ia decepcionar se eu dissesse que eu não ia ser candidata. Então um grupo das pessoas da comunidade do Nordeste, da Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Areal e Chapada, foi o que me motivou. [...] Eu entrei no partido sem saber que era o PCdoB. É porque eu não tinha ainda, uma definição, quando eu saí do ensino fundamental, terceiro ano eu não tinha qualquer partido. O que eu tinha era um professor de história que contava que comunista comia criancinha que pegava as vovozinhas. [...] A professora de historia Cremilda, mesmo ela, começava a falar sobre política e depois, não, não, não, não posso falar isso não, abortando qualquer possibilidade de aproximação com a doutrina.” (CLARICE PEREIRA)

Em relação à identidade partidária das candidatas negras, nem todas trazem em sua formação indícios desta. Algumas consideram até que se trata de uma condição bastante volátil. O que pressupõe a troca de partidos sempre que se julgue necessário, a depender das circunstâncias e embates não solucionados internamente. Vejamos então a narrativa de Clarice acerca dessa questão:

“Respeito as pessoas de outros partidos, sei que tem também pessoas a muito tempo em outros partidos mas hoje em dia a gente vê o que é um pula, pula de partido por um objetivo próprio, as pessoas não estão mais pensando naquele objetivo da comunidade como um todo não. Esse partido é melhor pra mim porque eu vou me eleger por ele e é nele que eu quero ficar. Ai no outro ano já muda porque não foi eleito, ai tem que mudar pra outro. Eu não penso dessa forma. Eu penso ainda de estar construindo uma sociedade igualitária pra todos, não é demagogia nem nada disso, porque se fosse demagogia eu não estaria ainda dentro do nordeste, dentro das escolas, tendo possibilidade de ter tido outros voos, mas não é só dinheiro que interessa pra gente, pra mim principalmente, preciso do dinheiro? Preciso. Mas o meu objetivo é o de estar trabalhando na comunidade. (CLARICE PEREIRA)

A memória de Clarice atravessa esta reflexão como um elemento crucial e constituinte do sentimento de identidade, em razão das especificidades que perpassa a sua relação como militante orgânica do Partido Comunista Brasileiro. Conforme estabelecido por Pollak (1992, p. 5), a identidade é compreendida como uma imagem que a pessoa adquire ao longo da vida, “referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta

aos outros e a si próprios, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como faz questão de ser percebida pelos outros” (POLAK, 1992, p. 6). Neste sentido, também aqui militância é tomada como uma identidade, conforme é possível observar a partir das narrativas expostas a seguir:

### Quadro 7 – Militante Política-partidária enquanto uma identidade

Candidata	Partido Político	Ocorrência
<b>Olívia Santana - Partido Comunista Brasileiro - PC do B</b>		
<p><i>“Eu entrei no PC do B em 1989 e lá a gente organizou a União de Negro pela Igualdade. Aí em 1996 a gente da Unegro tinha um pleito e por isso achava eu tinha que ter tido o direito de ser candidata, mas o PC do B tinha como prioridade a candidatura de Javier Alafaiá e de Daniel Almeida, então achava que se eu fosse candidata ia comprometer o projeto eleitoral deles. Porque era uma estratégia do partido. Hoje isso mudou. Essa era uma estratégia de sobrevivência, não era uma mera questão de “ah! Racismo” que não quis que Olívia fosse candidata. Não apenas isso. O PC do B quando Haroldo e Lídice foram candidatos, primeiro foi Haroldo e depois Lídice e era sempre assim. A gente tem força política para eleger um então vai ser um candidato, não adianta se prolongar porque a gente vai se concentrar em um, se não, não elege ninguém. Era a tática da concentração de esforços da estrutura partidária em prol de uma candidatura. [...] Aí teve esse episódio muito barra pesada pra nós porque a gente achava que aquela tática do partido tinha sido equivocada eu tinha que ter tido o direito de ser candidata ainda em 1996, não conseguimos. Aí no ano 2000 vem novamente ano eleitoral e eu disse: - dessa vez a gente vai ter que ir. Discutimos com o partido aí houve a liberação da candidatura pra que eu pudesse ser candidata, mas não houve uma aposta real de que viabilizasse a minha eleição.” Olívia Santana</i></p>		
<b>Aladilce Souza – Partido Comunista Brasileiro - PC do B</b>		
<p><i>Sou filada ao PC do B desde 1979. Foi o programa, a proposta do partido de sociedade socialista que me levaram exatamente a fazer essa escolha. Sou dirigente do Comitê Municipal e da Direção Estadual do PC do B. A partir de um determinado momento a própria direção do partido sugeriu que eu me candidatasse. Aí a gente já está em outro momento no país, é pós-ditadura, já em um momento democrático do ponto de vista das instituições que nós temos e então eu me candidatei. Achei que... bom, não foi assim, propriamente uma iniciativa minha, mas uma avaliação da direção do partido que eu concordei, então foi num processo assim, crescente no envolvimento com a política e estou aqui hoje no terceiro mandato. Já me senti discriminada pelo fato de ser mulher. Olha a gente percebe, isso não tem é..., eu nunca tive uma não tive uma experiência de discriminação muito agressiva, violenta, isso não, mas frequentemente a gente percebe as discriminações no dia-a-dia, e percebe que é por ser mulher na ocupação dos espaços, na própria estrutura partidária, por exemplo. Em determinados momentos onde se coloca no processo eleitoral para escolha de dirigentes, a gente percebe que há preferências nas listas nas candidaturas de homens. Eu já me vi nesta situação. Então a gente... isso acontece muito. E a gente tem marcado: ‘É porque eu sou mulher Sr. Presidente?’ [Risos]. Aladilce Souza.</i></p>		
<b>Marta Rodrigues – Partido dos Trabalhadores - PT</b>		
<p><i>Iniciei minha militância política-partidária no PT em 1990 quando atuava no movimento</i></p>		

*popular de bairros de Salvador – em Luiz Ancelmo, subúrbio, na área de direitos humanos, apoiando organização autônomas das comunidades inicialmente sem tendência nenhuma, mas depois, em 1989, me vinculo à Força Socialista – FS que é um grupo político do PT atualmente associado ao Deputado Federal Nelson Pelegrino, de quem fui assessora parlamentar de 1990 a 2004, mas naquela época tinha fortes lideranças como é caso da ex-vereadora Geracina Aguiar. Durante esse processo fui convocada em diversos momentos para me candidatar, mas as demandas cotidianas me impediram. Os chamados vinham sempre da tendência que eu fazia parte por conta dessa agenda das mulheres que a gente já empunhava a partir dos debates promovidos pelo Centro de Estudo da Mulher – CEM que eu, Janete, Tânia Nogueira, Rilda. Somente em 2008 é que eu aceito esse desafio de me candidatar para vereadora. Marta Rodrigues*

**Clarice Pereira - Partido Comunista Brasileiro - PC do B**

*“Meu segmento político de origem onde tudo começou é o PC do B. Estou no Partido Comunista do Brasil, há mais de trinta anos, foi quando eu ingressei, em oitenta e um e desde essa época estou filiada ao PCdoB que é um partido que eu digo assim, se eu sair do PCdoB é pra não entrar em partido mais nenhum. Porque é a questão de você estar dentro de um partido e saber que é aquele que você se identifica. Então eu sei que tem problemas dentro do PCdoB como tem em outros partidos, mas eu acredito ainda no PCdoB, olhe que são quase 30 anos em um partido e se sair desse partido é porque você não acredita em mais nada politicamente.” Clarice Pereira*

A identidade para se constituir como realidade, destaca Jacques d’Adesky (2001), pressupõe uma interação. Neste sentido, é possível constatar uma identidade política quando tomamos o comprometimento e persistência destas candidatas dentro destas agremiações, ainda que sejam visivelmente preteridas dos seus projetos políticos. A ideia que fazem de si mesmas, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento dos seus pares em decorrência de sua contribuição a esse agrupamento social.

Seguindo este pensamento nenhuma identidade é construída no isolamento, ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. (D’ADESKY, 2001, p. 76). Portanto, esta categoria militância política partidária é uma identidade não apenas pelo fato de que, a partir desta, identificamos, rotulamos, nos associamos, incluímos (ou não) o outro/a, senão em razão da força com que esta se apresenta no cotidiano dessas mulheres.

### **III - PELA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE POLÍTICA DAS MULHERES**

Parto, como foco principal para análise da questão da “sororidade” entre as mulheres num contexto de identidades que corroboram ou dificultam a aliança entre as mulheres. Estas se apresentam como um problema quando o que está em jogo são interesses políticos eleitorais e seus depoimentos são significativos e podem contribuir bastante para a formação de outro olhar sobre aspectos que envolvem este debate. Afinal, elas participaram, viveram e presenciaram todo este processo.

Na medida em que estas falas emergem nas análises vamos desvendando uma série de semelhanças, aproximações e distanciamento entre estas, que leva a uma melhor compreensão de como estas identidades se articulam, são forjadas e operam dentro de um eixo de desigualdades fortemente estruturado para manutenção das assimetrias e papéis sociais como um todo. Do detalhamento dos seus feitos é possível extrair uma série de identidades primordiais que servem de subsídios para se aferirem as escolhas que fizeram, os caminhos escolhidos, encontros, desencontros numa relação política intragênero.

#### **Marcadores de desigualdades sociais forjando identidades, experiências e agendas**

Conforme observamos nas eleições de 2008, a maioria das candidatas selecionadas já havia participado de outras campanhas eleitorais concorrendo à vaga de vereadora, com exceção de (Vida Bruno, Célia Sacramento, Clarice Pereira e Marta Rodrigues) que foram lançadas pela primeira vez. Contudo, poucas assumem cargo de direção em seus partidos, com exceção apenas para Olívia Santana, presidenta Municipal do PC do B; Aladilce, dirigente do Comitê Municipal e da Direção Estadual do PCdoB; e Marta Rodrigues - vice-presidenta do Diretório Municipal do PT.

No que diz respeito à forma de ingresso na política formal é possível constatar, a partir do Quadro 8 - Área de militância primária das entrevistadas, que a porta de entrada no cenário político eleitoral, das depoentes se deu, sem exceção, a partir da sua atuação em algum movimento social desde a juventude, sendo então, a política partidária, uma consequência de sua inserção atos nesses movimentos.



**Quadro 8**  
**Áreas de militância primária das entrevistadas**

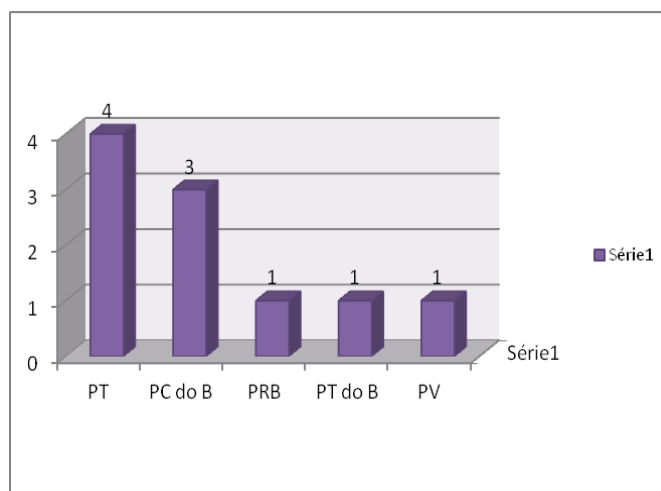
<b>Associação de moradores</b>	<b>Grêmios Estudantil</b>	<b>Organização Sindical/ Classe</b>	<b>Religioso</b>	<b>Partido Político</b>	<b>Outros Movimentos sociais</b>	<b>Total</b>
1	6	2	1	0	0	10

A partir deste quadro constato que a maioria das candidatas selecionadas (Olívia Santana, Aladilce, Célia Sacramento, Marta Rodrigues, Prof<sup>a</sup> Nilza e Vida Bruno) teve sua iniciação política partidária no movimento estudantil. Esta sim tem sido o rito de passagem das mulheres negras para a vida política. O seu engajamento a movimentos sociais na juventude se apresentam não apenas como uma escola de exercício de cidadania, mas, sobretudo, como uma porta de saída, uma tábua de salvação às inúmeras negações impostas por uma sociedade clivada por desigualdade.

É possível constatar ainda que nenhuma delas ingressou inicialmente em movimentos negros, mulheres, LGBT ou feministas. Isso se deu posteriormente com algumas, como é caso de Marta Rodrigues – Movimento de Mulheres; Olívia Santana e Clarice Pereira – Movimento Negro; e Vida Bruno – LGBT, quando já estavam engajadas na militância política. Observe-se, também, que nenhuma se associou ao movimento feminista. Tampouco foram pinçadas para a política por influência da família - nome do pai, irmãos ou marido, como sugerido por algumas literaturas especializadas.

Quanto à escolha da legenda partidária é possível observar, a partir do Gráfico 1 – que a maioria das candidatas ingressou por partido de esquerda. (Olívia Santana, Clarice Pereira e Aladilce Souza – PC do B); (Marta Rodrigues, Creuza Oliveira, Marta Rodrigues e Vida Bruno – PT) e (Célia Sacramento – PV). Com exceção para (Tia Eron – PRB) e (Valquíria Barbosa – PT do B) que entraram por partidos considerados, ideologicamente, de direita.

Não quer dizer com isso que os partidos políticos não tenham lançado mulheres nesses pleitos, senão que a pequena margem de votos conquistada por estas ficou muito aquém da margem necessária para ser eleita. Por esse mesmo motivo, pouco interesse foi observado pelo público, mídia seus feitos, de modo que estas aparecem no cenário político com pouca ou quase nenhuma expressão. O fato, portanto, da maioria incorporada nessa amostra ser de mulheres de partidos considerados de esquerda resulta desta falta de vinda das instituições políticas.

**Gráfico 1 – Candidatas selecionadas por Partido Político**

Alguns estudos que discute a participação das mulheres na política formal têm destacado a família como uma forte via de ingresso das mulheres na representação político-partidária (RABAY et al, 2010; TABAK, 1987; COSTA, 1998). O resultado apreendido da trajetória política das candidatas negras aqui apresentadas quer sejam estas de direita ou de esquerda encontra ressonância, ainda que brevemente, no estudo de Fanny Tabak (1987), “O perfil da vereadora brasileira”, de que algumas candidatas, não muitas, “apresentam trajetórias políticas próprias”, isto é, resultante de seus próprios feitos; da sua militância nos movimentos sociais e político; da sua atuação e vínculos com entidades de defesa dos direitos humanos, no enfrentamento a inúmeras formas de opressão.

Nesse estudo de Tabak, em que ela seleciona 26 mulheres eleitas para a Câmara Federal, em 1986, constata-se que nove receberam a ajuda dos esposos; três eram militantes feministas; e “três eram de esquerda, com trajetórias políticas próprias”. Do que se concluiu que há uma tendência da maioria das mulheres, que conquistam espaços na política formal, o fazerem através da condução dos homens da família - pelas mãos do pai, maridos ou irmãos.

A obra de Fanny Tabak (1987) é um exemplo disso, na medida em que dá ênfase ao fenômeno da eleição de mulheres, em virtude da posição ou prestígio político dos seus maridos ou genitores. Ocorre que o fato de esta autora ter se utilizado de uma metodologia que preza por pressupostos modernos, privilegiou um único sujeito: a “mulher”, numa perspectiva universal, sem se ater as especificidades que habita nesses sujeitos. Ou seja, não priorizou o recorte de raça, gênero, classe social, dentre outros. Essa escolha a impediu

de chegar a uma conclusão que evidenciasse essa pluralidade e revelasse mulheres concretas que de fato protagonizam a vida real.

Defendo que se Tabak não estivesse tão impregnada por valores universalistas dessa ciência moderna, desde o momento da seleção de sua amostra, certamente uma gama de possibilidades de acesso, que varia a depender de qual mulher está sendo tomada como objeto de análise, certamente o resultado desta seria considerado como parte característica de determinado modo de ser e estar de sujeitos em interação na sociedade. Mas esse não se constituiu como um propósito desde o início.

Um dos ganhos de fato nessas constatações reside na desconstrução do entendimento de que a porta de entrada das mulheres na política formal ocorre de maneira uniforme para todas.

Saliento ainda, que de modo algum, podemos de tudo abandonar as contribuições introduzidas aos estudos sobre a inserção das mulheres na política formal, feitas pelas autoras Fanny Tabak (1987), Glória Rabay e Maria Eulina de Carvalho (2010) e Ana Alice Costa (1998) – de que as mulheres são introduzidas pelos homens na política representativa. Se considerarmos que a política partidária não é um espaço neutro, mas antes, um palco permanentemente marcado por relações androcêntricas, onde o poder é constituído pelos/para os homens, saberemos que nenhuma mulher consegue adentrar na política-partidária sem o consentimento, aval, apoio e sem que se estabeleça uma relação de interesse por parte destes.

De fato, hoje sabemos que o *staff* da estrutura política institucional, principalmente os partidos, todo ele é dominado historicamente pelos brancos. Os critérios de cooptação diferem de um partido pra o outro, contudo, ainda são esses dirigentes que definem a prioridade do acesso, a quem será disponibilizada a legenda do partido. Quem pode, ou não, fazer parte do projeto político que sustenta o segmento.

A partir das narrativas colhidas podemos constatar ainda que, no caso específico das mulheres negras selecionadas, esse acesso se dá antes, pela sua atuação como sociedade civil organizada ou não, através do reconhecimento daquele capital social, do potencial que está inserido naquela experiência. O que significa que, este ocorre a partir de suas práticas cotidianas no enfrentamento às adversidades típicas do processo de exclusão a que, individual ou coletivamente, foram submetidas. Do que se conclui que “o documentar das configurações específicas e das diferenças desconstrói o mito de uma condição feminina universal” (DIAS, 1992 p.48).

As democracias ocidentais têm sido monopolizadas por uma quantidade limitada de pessoas ou perspectivas e hierarquizadas numa concepção das relações raciais, gênero, orientação sexual, religião, capital trabalho. Tropeçado por muitas décadas na discussão sobre esta composição nas assembleias eleitas, a sociedade civil tem se apresentado cada vez mais plural e é desta forma que se organizam e têm buscado dentro desse campo tão diversificado construir suas relações políticas por maior justiça política, econômica e social.

Há uma preocupação crescente acerca deste modelo de democracia representativa adotado pelo Brasil não ser de fato democrática muito menos, representativa. De fato, após vinte e seis anos de redemocratização do país, não tem conseguido nesses espaços incluir setores tradicionalmente marginalizados social, cultural, econômica e politicamente. Ao se chegar a esta constatação percebe-se que não se trata de descartá-la, muito menos de mistificar os atuais mecanismos de representação, participação e controle social, mas sim de aperfeiçoá-los. Tornar a democracia mais inclusiva do ponto de vista de integrar a este cenário a pluralidade da sociedade civil brasileira.

[...] Eu conversava com a Prof<sup>a</sup> Ivete Sacramento, hoje Secretária da Reparação, e ela sabe o que significa isso por ser mãe das cotas<sup>52</sup>. Quando ela concretizou aquilo que só ficava na oratória ela disse então vamos lá. Quando ela botou a cara pra bater quem é que veio com ela? [...] O número de liminares que ela recebeu, ela apanhou sozinha. Na época esta Casa tinha [...] uma legislação que respaldava e que legitimava ela enquanto reitora a implementar este sistema de cotas. Diferentemente do Estado, porque isso deveria partir dos Estados. Mas como no Estado nós não tínhamos ninguém então a Câmara fez. Aí eu pergunto o seguinte: ‘Porque que esse movimento negro que ansiava tanto, tanto, tanto, por esse sistema de cotas não a apoiou? Não respaldou? Não chancelou? Não foi prestar o seu apoio? Onde eles estavam?’ Porque precisam perpetuar certos discursos. Porque isso é o que a gente chama de sobrevivência política, entende? [...] Lembro que nós fomos à única Comissão a visitá-la.” (TIA ERON)

Daí porque, de alguma forma, os agrupamentos excluídos tem requerido a partilha do poder, defendendo com tamanha ênfase os direitos de inserção proporcional a partir do seu pertencimento identitário. Entretanto, há de se reconhecer as inúmeras assimetrias de

---

<sup>52</sup> Valdélino Silva (2010) em seu artigo intitulado “Políticas de ações afirmativas na UNEB: Memórias de um acontecimento histórico” faz referência de que no Brasil, as Ações Afirmativas alcançaram maior visibilidade recentemente, após a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em julho de 2002, ter aprovado, no Conselho Universitário – CONSU, a histórica Resolução de reservar 40% das vagas, no processo seletivo, aos estudantes negros que estudaram em escolas públicas. Esta decisão da UNEB repercutiu intensamente tanto nas comunidades acadêmicas em todo o Brasil como fora dos muros das universidades, abrindo caminho para uma agressiva disputa política e filosófica quanto à pertinência de tais políticas afirmativas.

recursos, conhecimento e poder que perpassam as disputas por esses espaços. É preciso se pensar “como lidar com interesses de grupos, entidades e Igrejas que, muitas vezes, colocam sua identidade corporativa acima da discussão sobre a política pública?” (TEIXEIRA et al, 2008, p.93)

A cientista política inglesa Anne Phillips (2001) em sua obra “De uma política de ideias a uma política de presença?” ao analisar algumas questões acerca da relação que existe entre estas duas formas de atuação política reconhece que, no processo de contestação às desigualdades políticas encorajar os cidadãos a uma política de presença, ou seja, a dirigirem a atenção às identidades sociais que são utilizadas para forjar a sua exclusão, pode ser um aspecto bastante importante para os grupos requererem a partilha do poder. A autora conclui sua análise retirando um bom partido dos pontos fortes que ambas possuem, enfatizando, entretanto, que para ela nenhuma das duas vertentes se mostra decisiva. (PHILLIPS, 2001, p. 287).

A esse respeito identificamos na fala de algumas entrevistadas situações que remete a polêmica que norteia a questão da partilha do poder em democracias representativas, que são reproduzidas a seguir:

“Lembro certa vez que saiu na revista Carta Capital uma chamada que era assim: Vereadora Eron faz um outro palanque. Alguns amigos de dentro do movimento negro não gostam muito desta minha entonação, que a gente da porque eu carrego umas cinco vertentes dentro deste colegiado, [...] que é a Casa legislativa mais antiga do país, mas que por ser mais antiga também não confere com o número dessa população que é majoritariamente negra e mais do que isso, ela nunca recebeu em seu colegiado uma mulher negra. Essa discrepância chama atenção e provoca até o movimento. Mas porque o movimento não reage? Não reage porque esta mulher não tem o cabelo rastafári, não reage porque esta mulher é de igreja evangélica, não reage e não apoia porque esta mulher ela usa o sapato alto, não usa determinadas senhas estabelecidas por esses movimentos negros, entre aspas. Então por isso justifica ela criar um outro palanque como chamou essa manchete. E o que é esse palanque? Esse palanque é para dizer, dentro destas vertentes todas, que esta mulher milita. Então, não há como se negar esta mulher entretanto, se nega, entretanto, invisibiliza, entretanto, tenta colocar inclusive no ostracismo, te deixa fora das discussões. (TIA ERON)

Duas ideias contraditórias ocupam espaço no pronunciamento feito por Tia Eron: a ideia do Movimento Negro e a ideia Evangélica Neopentecostal<sup>53</sup>. Se a segunda foi

---

<sup>53</sup> Para Mendonça (2006, p. 98) o Neopentecostalismo corresponde a “uma teologia simples que atribui todo mal, desde doenças até problemas existenciais ou econômicos, a “encostos”, bruxarias e demônios de toda sorte”. Surgiram sessenta anos após o movimento pentecostal do início do século XX, em 1906, nos Estados Unidos. “O que se conhece como ‘teologia da prosperidade’, parte positiva do culto neopentecostal, traz as características salvacionistas da superação da força do mal. O instrumento simbólico e prático desta salvação vem sendo colhido pelas igrejas neopentecostais no vasto arsenal simbólico das religiões cristãs e não-cristãs, sinal visível de um sincretismo progressivo”.

adensada no Brasil a partir da incorporação em seu repertório religioso de elementos das religiões de Matriz Africana, do Catolicismo e do Pentecostalismo – visto que carrega conteúdos e formas mágicas em seus cultos e cotidiano desse universo, assim como tira proveito evangelístico da mentalidade e do simbolismo religioso brasileiros ao apelar para o “sincretismo” na construção de sua própria prática – ao mesmo tempo em que rejeitam formalmente enquanto prática religiosa legítima as religiões de origem africana (SANTOS, 2008).

O Movimento Negro para fazer enfrentamento à ideologia racista e colonialista ‘africanizou-se’ assumindo uma política estética da negritude (vestuário, penteados, a adesão de nomes africanos para as crianças negras), tendo como premissas tanto o discurso da negritude quanto o resgate das raízes ancestrais a promoção da identidade étnica negra. Nesse movimento impôs-se a cobrança moral para que a nova geração de ativistas assumissem as religiões de Matriz Africana, particularmente o Candomblé, como principal guardião da fé ancestral (DOMINGUES, 2007, p. 116).

Ademais não são apenas aspectos religiosos que norteiam o debate acerca dessas contradições. Há quem caracterize as igrejas Neopentecostais como sendo comprometidas com os interesses e pensamento de governos pronunciadamente liberais contraditórios aos interesses populares. Ao defender os interesses do pensamento dominante são acusadas de subestimar a correlação de força, o enraizamento, a capacidade de perversão e, conseqüentemente, a complexidade que envolve as ações de combate ao racismo, sexismo e também o colonialismo.

Ainda de acordo com Phillips a política de presença dá-se em razão de que a ênfase excessiva nas diferenças de grupo faz do gênero, raça ou sexo uma questão relevante para fundamentar o processo de contestação política. Entretanto estas podem barrar a ideia de unidade necessária para promoção e efetivação das mudanças favorecendo “uma ‘balcanização’ da polis”, minando as possibilidades de aliança política ou a coesão sociais. (Idem, 2001, p. 287).

O androcentrismo combinado com o racismo, bem como a complexa relação entre as diferenças existentes entre as próprias mulheres e às possibilidades de alianças entre estes grupos a partir do reconhecimento destas diferenças no enfrentamento das inúmeras formas de opressão, sintetizam a luta das mulheres negras pela partilha do poder político. Mas esta luta não tem se embasado apenas nas ações para superar essas ideologias que mantêm o sistema de opressão. Nesta reflexão me aproprio do pensamento de Milton

Santos ao proferir que “a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une” de fato.

Considerando a essência dessas falas no que se refere aos pertencimentos que perpassam as ações políticas das candidatas negras entrevistadas, é possível constatar que este dilema não tem como pano de fundo apenas uma única motivação. Resultam de fatores diversos que podem ter suas bases assentadas tanto em uma “política de presença” como em uma “política de ideias”.

Neste sentido, a ideia de “sororidade” entre as mulheres baseada na sua biologia se apresenta como ponto de partida da luta específica das mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais, apresentada como uma possibilidade de resposta para suplantar desvantagens e barreiras sistêmicas que, por um longo tempo, foi a base das desigualdades e exclusões impeditivas da participação igualitária das mulheres no poder e de se apresentarem como sujeitos políticos capazes.

### **Desafios e percepções: As políticas de coalizão conquistadas pelas mulheres**

A noção de “sororidade” ou irmandade entre as mulheres neste contexto é tomada por alguns/mas autoras/es contemporâneos/as como força de unificação destas através da “crescente tomada de consciência das diferenças e desigualdades no que concerne ao enquadramento político; à posição de classe; às circunstâncias raciais/étnicas; às distâncias de geração e ideológicas” presentes neste modelo social brasileiro, associada as revisões formuladas pelas críticas feministas a partir dos anos 80, do século XX. (COSTA, 2004, p.25)

Nestes debates as diferenças identitárias são tomadas como uma questão importante para fundamentar o processo de contestação política, muito embora se reconheça o caráter essencialista que fundamenta tais categorias. Sinalizam para a possibilidade das políticas de presença ameaçarem impelir os cidadãos para fora do reino de ideias unificadoras, a possibilidade de cooperação, pelo fato de que segundo esses/as autores/as a ênfase excessiva nas diferenças de grupo reduz a concretização da unidade das mulheres negras entre elas mesmas e com outras mulheres para forjar um enfrentamento mais radical contra as estruturas de opressão patriarcal e racista.

Durante muito tempo o movimento feminista enfatizou as diferenças existentes entre homens e mulheres, considerando que seria o sexo que portavam o responsável por promover as diferenças em relação aos homens e que, portanto, estas seriam a base para a formação da identidade política necessária para mobilização e unidade das mulheres nas lutas contra a subordinação perpetrada pela lógica patriarcal e capitalista. Em razão disto, as “diferencialistas” por um longo tempo foram acusadas de serem “essencialistas” ao reproduzir categorias modernas que negam a temporalidade ao atribuírem umas ontologias<sup>54</sup> primordial e imutável aos produtos históricos da ação humana (PEDRO, 2005, p. 81).

Portanto, essa dita unidade entre as mulheres, já tão proclamada no passado considerou apenas aspectos biológico inerente a estas. Chegamos a ser entendidas como uma classe, pressupondo que tínhamos interesses comuns, pelo simples fato de termos vagina. Mas adiante, já na década de oitenta as feministas negras, lésbicas, do terceiro mundo vieram e afirmaram que realmente temos essa coincidência biológica, entretanto, temos também diferenças marcantes que não podem ser desconsideradas. Apesar de sermos mulheres, temos interesses diferentes associados a identidades individuais e enquanto grupo e que o fato de certos feminismos não ter levado em conta aspectos relacionados à raça, classe social e orientação sexual favoreciam na verdade os discursos e necessidades de mulheres brancas, heterossexuais de classe média e alta.

Um aspecto que me chamou muito atenção no caso das disputas pelo poder político local, a partir destas inúmeras identidades foi se seria possível inferir, que uma das implicações das diferenças imbricadas estaria no fato desta pluralidade e a diversidade dificultarem ou impedirem a participação das mulheres negras no agenciamento e unidade no campo político. Em termos concretos, questionamos ainda hoje se seria possível afirmar à existência de um sujeito único e homogêneo, coletivamente, constituído em sujeito político *mulheres negras*? Se há a possibilidade de agenciamento destas mulheres na construção de agendas comuns de coalizão? Ou se de fato o que existe tem prevalecido nessas iniciativas é a impossibilidade das mulheres negras se unirem entre elas mesmas e com outras mulheres para forjar um enfrentamento mais radical contra as estruturas de opressão patriarcal e capitalista presentes neste modelo social adotado pelo Estado Brasileiro.

---

<sup>54</sup> Ontologia é a parte da metafísica que trata da natureza, realidade e existência dos entes. Trata do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ontologia>. Acessado em 23/03/2014.



Diante disso, e considerando a existência de algumas/es autoras/es que defendem que a “sororidade” das mulheres é possível, a exemplo de fato ocorrido durante a Conferência de Durban - quando as mulheres se apresentaram em blocos para fazer avançar a agenda contra as inúmeras formas de opressão -, questiono as depoentes acerca da possibilidade do agenciamento das mulheres, em prol da formulação de agendas de coalizão comuns. Se a dificuldade ou impedimento a sua participação neste agenciamento com outras/os mulheres nas disputas pelos espaços do poder local seria uma das implicações nas experiências resultantes de diferenças provenientes das múltiplas identidades imbricadas.

A unidade das mulheres é de fato uma ilusão? É possível fazermos forjarmos agendas de coalizão, construir uma unidade entre as mulheres? Há uma gama de autoras/es que defendem essa possibilidade, citando, inclusive, alguns fatos observados nesse histórico de luta das mulheres a exemplo da própria III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em 2001, Durban - África do Sul<sup>55</sup>; Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida, em 1995<sup>56</sup>; e o “Lobby do Batom”<sup>57</sup> durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, se contrapondo a outras/os que afirmam que não. Defendem que trata-se de uma ilusão, na medida em que há uma tendência nessas alianças de invisibilizar as agendas daqueles sujeitos considerados subalternos ou em condição de inferioridade social sobressaindo quase sempre a dominante.

Os que consideram improvável argumentam que não há como unificar as lutas por causa dos interesses, que são muito distintos e por vezes até antagônicos. Temos na pauta de debates, por exemplo, a questão dos privilégios que há muito vem sendo adiado pelas brancas, heterossexuais, casadas, cristãs, ocidentais, cristãs, da classe dominante, acusadas

---

<sup>55</sup> Aliança suprapartidária construída entre deputadas, senadoras e os movimentos de mulheres que contribuiu para conquistas marcantes como a licença maternidade de 120 dias; igualdade de direitos e obrigações entre mulheres e homens; direito à posse da terra ao homem e à mulher; garantia de mecanismos para coibir a violência doméstica.

<sup>56</sup> Considerada ainda hoje a maior manifestação contra o racismo da história brasileira, a Marcha entregou ao governo federal o documento “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”. “Este documento diagnostica e identifica a exclusão, genocídio e descaracterização da população negra enquanto cidadãos; constrói uma crítica sistemática à institucionalização do racismo e, neste sentido, ressalta a necessidade de coibi-lo.” (RIBEIRO, 1998, p.192)

<sup>57</sup> Conferência que teve como um dos principais propósitos fornecer a opinião pública mundial subsídios normativos mais eficazes no combate ao racismo e à discriminação racial e as suas manifestações contemporâneas. Nesta ocasião, a escravidão e o tráfico negreiro foram reconhecidos como tragédias horríveis na história da humanidade, reafirmando os princípios de igualdade e não discriminação como fundamentais do direito internacional dos direitos humanos nesta luta.

de serem cúmplices do modelo hegemônico, na medida em que em muito sentido se aliam a esta lógica opressora. Feministas negras têm argumentado que ainda hoje não foi possível discutir, abertamente, o que representa os privilégios para aquelas/es que estão submetidas/os, reforçando a norma racista e patriarcal opressiva.

A ideia que habita nessa reflexão demonstra que, longe do que se pensa, que elas escolhem ou decidem livremente, sobre a estratégia do mandato, discursos em campanhas ou tribunas, alianças políticas, diálogo com a sociedade, essas decisões não são tomadas livremente a revelia por elas. Diante dessa questão, de como as mulheres se colocam nas disputas políticas, três entendimentos foram identificados: a partir de recomendações partidárias, de grupos, ou se dizem independentes. Dentro da organização política as mulheres que discutem a partir de recomendações partidárias são ficou evidente nas falas de Olívia, Aladilce, Clarice, Célia, Marta.

#### **Quadro 9 – As que discutem a partir de recomendações partidárias.**

Candidata	Partido Político	Ocorrência
<b>Olívia Santana – Partido Comunista Brasileiro - PC do B</b>		
<p><i>“O PC do B tinha como prioridade a candidatura de Javier Alafaia, a candidatura de Daniel Almeida, então achava que se eu fosse candidata ia comprometer o projeto eleitoral de Javier e de Daniel. O PC do B na época trabalhava com prioridades, então ele dizia o candidato é este aqui e todo mundo tinha que fazer campanha pra este aqui. Porque era uma estratégia do partido. Hoje isso mudou. O partido ampliou a forma de se colocar nas campanhas eleitorais. Essa era uma estratégia de sobrevivência, não era uma mera questão de “ah! racismo” que não quis que Olívia fosse candidata. Não apenas isso. O PC do B quando Haroldo e Lídice foram candidatos, primeiro foi Haroldo e depois Lídice e era sempre assim. A gente tem condições de eleger quantos? O PC do B sempre fez esses cálculos. A gente tem força política pra eleger um então vai ser um candidato. Não adianta se prolongar porque a gente vai se concentrar em um. [...] Se não, não elege ninguém. Era a tática da concentração de esforços da estrutura partidária em prol de uma candidatura. [...] Aí teve esse episódio muito barra pesada pra mim, quer dizer pra nós porque a gente tinha um pleito e por isso achava que aquela tática do partido tinha sido equivocada. Eu tinha que ter tido o direito de ser candidata ainda em 1996, não conseguimos.”</i> Olívia Santana.</p>		
<b>Marta Rodrigues – Partido dos Trabalhadores - PT</b>		
<p><i>“Na época, não consegui convencer a bancada do partido, nem nossos aliados a disputar a presidência da Comissão da Mulher. Havia naquele momento outros interesses considerados mais prioritários. O fato é que a Comissão se encontrava nas mãos de Tia Eron desde a sua criação. E não é porque as outras mulheres não tenham interesse.”</i> Marta Rodrigues.</p>		
<b>Creuza Oliveira – Partido dos Trabalhadores - PT</b>		
<p><i>“Lembra uma época na primeira vez que o movimento negro tentou um acordo que foi com o nome de Olívia. Não sei se você se também participou desta reunião? [Nesta não] Onde Olívia seria a candidata à prefeita. Pela primeira vez eu vi todas as entidades do</i></p>		

*movimento negro sentadas para discutir a aprovação do nome de Olívia Santana e estava todo mundo alí, unânime, de acordo. E quando já estava alí fechado Olívia recuou por causa do partido. Porque o partido queria Alice Portugal, não era nem pra ser prefeita, era pra ser vice do PT e aí o partido dela não aceitou. [...] Estava lá o pessoal da Steve Biko, do Ilê, do Olodum, MNU, a UNEGRO, representação dos blocos afros, representação dos partidos, aí quando chega na hora, tudo fechado mesmo, todo mundo de acordo Olívia diz: ‘Eu sou orientada pelo meu partido e o nome defendido pelo meu partido é o de Alice’. E pronto todo mundo ficou chateado mesmo. Então vai ter sempre alguma coisa que vai impedir essa unidade.” Creuza Oliveira.*

As memórias de Marta Rodrigues revelam as dificuldades que teve que enfrentar para construir agendas comuns com outras mulheres e promover um enfrentamento mais eficiente contra aquilo que as oprime, quando relata que quando esteve como vereadora, chegou a manifestar interesse em assumir a presidência da Comissão de Mulheres, porém sem êxito. Na ocasião foi alertada que tal feito passava, necessariamente, por negociações com a presidência da Casa, referindo-se a Pedro Godinho e Alan Sanches.

Dentro da Câmara Municipal, conforme revela Marta Rodrigues, quando se trata de agendas de interesse comum, como comemoração de datas simbólicas, audiências públicas, entrega de títulos, não há entraves para tramitação na Casa, portanto, há facilidade para se articular conjuntamente as ações. Argumenta também que em se tratando de agendas mais polêmicas, envolvendo a aprovação de Projetos de Lei, principalmente aqueles de autoria do executivo, na maioria das vezes só é possível construir aliança com aquelas que são mais próximas ideologicamente da esquerda – PT referindo-se a vereadora Vânia Galvão e PC do B, vereadoras Olívia Santana e Aladilce. No caso de Tia Eron, ressalta: “acho que ela recebe muita pressão tanto do partido, como da igreja dela”. (Marta Rodrigues).

Valquíria aborda como contribuição para este debate uma passagem delicada vivenciada por ela, quando ainda era vereadora de Salvador e Tia Eron, em disputas internas na Câmara pela posse da presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, conforme fica explicitado no Quadro adiante.

Valquíria apresenta como contribuição para evidenciar na prática como se estabelecem esses embates uma passagem delicada vivenciada por ela, quando ainda era vereadora de Salvador e Tia Eron, em disputas internas na Câmara Municipal pela posse da presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Seu relato sugere que a fala, não apenas de Tia Eron, mas da maioria das candidatas entrevistadas - umas mais, outras menos - se estabelecem a partir de recomendações partidárias e/ou de grupos. O que nos leva a refletir qual tem sido o papel destas mulheres dentro das instituições na definição, de

fato, de suas diretrizes, prioridades e interesses. Sob que lógica estas mulheres se definem, estabelecem e processam as articulações e se apresentam, em bloco, no contexto das disputas políticas.

A ideia preponderante na fala de Creuza demonstra por meio de ações concretas aspectos que permitem evidenciar de fato a existência desse impedimento. É importante que esta amarração seja feita em função da necessidade de revelar o jogo de interesses que perpassam as negociações políticas, não se tratando, simplesmente, de uma questão de vontade ou disposição para tal. A fala trazida pela candidata revela os limites da ação política de Olivia Santana diante dos acordos e compromissos que esta também queira estabelecer com seus aliados ainda que, o que esteja em jogo seja a ampliação da sua força política.

Outras informantes também contribuem ilustrando esse debate com narrativas que demonstram como estas se apresentam a partir de recomendações de seus grupos:

#### **Quadro 10 – As que discutem a partir de recomendações de grupos.**

Candidata	Partido Político	Ocorrência
<b>Creuza Oliveira – Partido dos Trabalhadores - PT</b>		
<p><i>“A gente saiu de lá daquela reunião percebendo que era isso. Que elas não queriam colocar o nome delas, mas elas também tinham resistência ao meu nome. Eu só sei que daquela reunião ninguém saiu candidata. Quem saiu foi eu porque o SINDOMESTICO disse com o apoio delas ou não a gente vai tá saindo com o nosso nome. E nós saímos de lá independente. Por que tem a questão: ‘Ah! Fulana não é do meu partido’, ‘não é da minha tendência’, ‘tem a questão da religião’ e aí vai. ‘Ah! Porque não defende o aborto’, ‘porque não é lésbica’, E aí vão criando com isso vários argumentos para não fechar com um nome, entendeu? Dentro de tudo que eu já presenciei acho muito difícil essa tal unidade.”</i> Creuza Oliveira.</p>		
<b>Valquíria Barbosa - Partido Trabalhista do Brasil - PT do B</b>		
<p><i>“Teve um episódio meu com Tia Eron, que eu vi essas coisas de frente. Aconteceu o seguinte: descobrimos que a Câmara passou umas três legislaturas sem ter representação feminina e com isso não havia a Comissão da Mulher, não funcionava. Isso uma descoberta de Tia Eron que me chamou e eu disse vamos ressuscitar. Conversei com alguns vereadores que não se importam de integrar a Comissão da Mulher e a gente aí elege, porque são dois anos, o mandato é de quatro, mas o poder de cada Comissão são de dois anos prorrogáveis, não, renováveis, porque tem que haver eleição, por mais dois que é o período que preenche o quadriênio de mandatos. Aí eu disse são quatro anos, você fica com dois e eu fico com o segundo tempo. ‘Certo?’ ‘Certo.’ Aí quando vence o primeiro biênio, que eles queriam ver a eleição pra o segundo, aí tranquilo, se já havia acordado, eu não me preocupei em preparar programação pra eleição. O que significa isso? Pedir votos aos vereadores. Quando eu chego no dia “D”, no plenário, aí estava o deputado federal Márcio Marinho, junto com Tia Eron e um dos vereadores, Vanete Carvalho. Foi aí que ele me chamou e disse: ‘Valquíria como é que você vai</i></p>		

*disputar a Comissão e não pede um voto a gente?’ Aí eu disse: ‘Vanete, nós tínhamos combinado isso. De ser um período de dois anos pra cada uma, pelo menos até ontem era isso.’ Ele disse: ‘Olhe houve pedido de votos pra todos vereadores, como você não estava aqui...’ Porque tem isso em política. Eu não sei viver com essa mudança de cor, de atitude, entendeu como é? [...] A gente não vê essa independência toda, só eu que sou meio desequilibrada que tem atitudes que eu assumo. Então. [...] Ela é o projeto, tanto que ela merecia ser deputada federal e tem condição de ser sim, sem nenhuma dificuldade. [...] Nessa estrutura é difícil. Aí sabe o que é que eu fiz: Você tem duas atitudes a tomar: Se retirar do plenário e deixar o barco correr. Isso seria covarde, mas pelo menos eu estava ausente. Ou encarar. É o que eu fiz? Aberta a sessão eu pedi a palavra fui a tribuna e renunciei a candidatura, justificando que eu sou uma mulher que tenho um perfil, que nós tínhamos acertado e que eu sou uma pessoa que prezo a minha palavra. E minha palavra vale mais que a minha assinatura, porque minha assinatura pode ser falsificada, mas a minha palavra não. Foi isso renunciei e acabou. Isso surpreendeu o pastor, que disse que eu podia me candidatar quantas vezes fosse que eu seria mulher de um mandato só. É o que eu digo, ela é um projeto, eu não, eu sou uma cidadã. É essa é a diferença [...] Ela não é dona da palavra dela.” Valquíria Barbosa*

A partir das narrativas trazidas por essas candidatas, e não exclusivamente por Tia Eron, podemos especular que a fala da maioria das entrevistadas - umas mais, outras menos – revela que todas estão de algum modo submetidas a uma ordem masculina emanada pela direção de seus partidos ou grupos políticos. Tal condição, é ocioso lembrar, não habita, por assim dizer, na assim chamada natureza das coisas; ela é própria desse modelo de estrutura política que tentamos transformar.

A fala dessas mulheres, em grande escala encontra-se atrelada as orientações e discursos vindos dessas instituições as quais identificamos como sendo a representação do “mundo dos homens” e estes, por sua vez, encabeçam esses segmentos, estabelecem os acordos e traçam suas diretrizes e prioridades.

É sob o comando institucional (quase em sua totalidade branco, heterossexual, cristão) desses dirigentes que é possível sua apresentação num contexto mais amplo de disputas políticas. Pouco se trata de questionar uma candidata por esta ter menos ou mais possibilidade de fala que outra. Não é isso. Antes, pelo contrário, questiono o jogo político por produzir posições relativas de sujeitos, ao não reconhecer na mulher o direito de representação para o qual foi instituída.

Esta constatação permite compreender a verdadeira dimensão dos limites de fala, atuação e articulação política. Não é possível, portanto, afirmar que uma mulher se submete e outra não aos homens ou que as mulheres de partido se submetem e as dos movimentos sociais (associação de moradores, igrejas) não. Este discurso se apresenta

como uma verdadeira falácia, posto que, a depender da pauta negociada no momento isto fica mais visível.

**Quadro 14 – As que se colocam como independentes para a tomada de decisões.**

Candidata	Partido Político	Ocorrência
<b>Vida Bruno – Partido dos Trabalhadores - PT</b>		
<p><i>Inicialmente eu ouvi de um grupo de militantes orgânicos que eu não conseguiria, porque eu não fazia parte de nenhum agrupamento, de nenhuma tendência do Partido do Trabalhadores e isso seria um fator impeditivo. A decisão de não fazer parte de nenhuma tendência é porque a maioria das tendências são coordenadas por homens e eu não acho isso muito legal. Primeiro porque nós precisamos, enquanto mulheres evocar o protagonismo nas ações e não só no discurso, mas na práxis das mulheres dentro do ambiente político, dentro do ambiente de trabalho, administrativo, de qualquer forma. Porque a mulher, dentro desse processo de construção ela é sempre alijada da estrutura de poder, a ela é sempre dada as tarefas secundárias. Infelizmente a história não muda e acho que você como é militante do movimento e já se apropriou dessa informação, não me lembro de já ter visto uma presidente da estadual do PT mulher. Municipal vejo Marta, Vânia, mas, mesmo assim, às mulheres que fazem parte desta estrutura de construção não é dado estrutura de poder. Dificilmente é dado espaço de destaque. [...] Você vê que dentro da estrutura do secretariado eu só enxergo uma mulher lá que é a secretária de assuntos para as mulheres, que não podia ser diferente. Você colocar um homem seria um contrassenso. Então, você já percebe daí a partir desse plano de olhar desse campo o quanto tá sendo difícil pra mulher baiana, pra mulher soteropolitana, pra mulher brasileira se desenvolver socioculturalmente e, sobretudo, dentro da perspectiva da política. O que eu tenho aqui a coisa é muito grave. Então quando algumas pessoas falaram que eu não conseguiria a vaga, outras pessoas me incentivam dizendo: é isso mesmo rapaz, você tem que ir! Vida Bruno.</i></p>		
<b>Valquíria Barbosa - Partido Trabalhista do Brasil - PT do B</b>		
<p><i>“Eu sempre fui muito companheira independente da sigla partidária. Porque eu fui vereadora numa gestão de Imbassaí, acho que do PFL e, por exemplo, Olívia, porque a linha dela é muito agressiva com as pessoas que fazem alguma oposição ao partido dela, mas eu gosto muito de Olívia. Ela pode dizer o suporte que eu dei, eu intermediava os pleitos dela e ela ficou surpreendida. Dr. Imbassaí dizia: ‘Mas Valquíria você não tem jeito’. Porque ele dizia que eu faço as coisas com o coração. Aí eu dizia a ele: ‘é porque eu fiz administração cardíaca’. Minha linha é conciliadora. Eu poderia me aproveitar disso, já que eu tinha toda a credibilidade e deixar as outras em desvantagem. Nunca fiz isso. E acredito que ela jamais negará o quanto recebeu da gestão do Dr. Imbassaí através de mim.” Valquíria Barbosa.</i></p>		

Essa postura de independência assumida pela ex-vereadora Valquíria lhe rendeu a perda do apoio de um de seus maiores suportes na vida política que foi a do ex-deputado federal Felix Mendonça. Ela ressalta que esta postura, assim como outros episódios por ela

contestados dentro da sua força política foi decisiva para o seu afastamento do projeto com a canalização dos recursos partidários para outra candidata da legenda.

Outra implicação na experiência das mulheres negras proveniente das suas identidades que se constitui como um impedimento à aliança com outras mulheres perpassa a questão dos privilégios direcionados aquelas do grupo dominante. Este principalmente tem se apresentado como um ponto crítico no debate que há muito vem sendo adiado pelas brancas, heterossexuais, casadas, cristãs, de classe dominante, acusadas de serem cúmplices do modelo hegemônico. As feministas negras argumentam que ainda hoje não tem sido possível discutir, abertamente o significado dos privilégios para aquelas que se submetem e reforçam a norma androcêntrica opressiva.

Já na década de oitenta as feministas negras, lésbicas, terceiromundistas afirmavam que o fato de nós mulheres termos coincidências biológicas, não invalida as diferenças marcantes características das nossas outras identidades. Além do fato de sermos mulheres, temos interesses diferentes associados a nossas identidades individuais e enquanto grupo. Outro aspecto a ser considerado nesse debate é que a construção das identidades não são processos que acontecem de modo contínuo no tempo, nem tampouco homogêneo, nem para as pessoas, nem dentro dos segmentos sociais.

Desse modo, feministas contemporâneas permanecem afirmando que o fato de portarem um mesmo corpo, ter menstruação, engravidarem, amamentarem e serem consideradas menos fortes, realmente faz com que sejam alvos das mesmas violências e submissão. Por conseguinte, a unidade das mulheres nas luta contra este sistema opressivo não depende apenas da nossa capacidade de superação, mas também a de superar as ideologias, que estabelecem a inferioridade social dos segmentos negros, especialmente das mulheres negras, instituindo os privilégios das mulheres da classe dominante em detrimento das primeiras. (PEDRO, 2005, p. 81)

Assim sendo, coaduno com as falas que emergiram neste estudo quanto à possibilidade sim de avançarmos na construção agendas comuns para um enfretamento mais eficiente a esse sistema de opressão. Conforme pontuam:

*“A unidade é importante. Não tenha dúvida em todas as organizações. O que eu estou chamando a atenção é que é uma condição. Se eu quero avanços eu não posso ficar me apegando, nem disputando aquilo que é fútil, aquilo que não tem peso pra conquista. Eu tenho que ter foco. E o que é que eu preciso priorizar? A causa. Então essa é que eu não posso abrir mão. E as outras tantas? A gente resolve depois. Mas pra que haja conquistas e avanços na política de gênero, eu preciso ter essa unicidade. E quando há divergências, é salutar, mas para*

*contribuir e não para desconstruir. Porque quando você vê, você tá sentada numa mesa, tá bom” (TIA ERON)*

Assim como Tia Eron, Olívia também vê a unidade como algo imprescindível na luta das mulheres negras, a partir da ótica de que a sua emancipação passa necessariamente por esta possibilidade:

*“Penso a questão da unidade entre as mulheres como uma necessidade. Não como uma questão de ser difícil ou de ser fácil, porque é uma questão de necessidade e nós precisamos urgentemente amadurecer na nossa consciência política pra que isso venha acontecer. Observe que num espaço de poder masculino e branco, independente das divergências que eles tenham eles estabelecem alianças em prol de objetivos estratégicos a serem conquistados. Então se a gente não desenvolver essa compreensão, quer dizer a fragmentação do movimento só favorece o fortalecimento do opressor.” (OLÍVIA SANTANA)*

Neste sentido muitas vezes, a definição da identidade e da diferença se apresenta como um objeto de disputa e conflito entre membros até mesmo do mesmo grupo. Isto tem resultado em relações internas conflituosas e passagens marcadas por desentendimentos constantes para grupos e sujeitos.

Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (idem, 2005, p. 81)

*“Quer dizer, não é possível saltos mais qualitativos no que diz respeito a nossa emancipação, ao nosso empoderamento se apostamos sempre na fragmentação. Acho que as políticas identitárias elas são importantes na medida em que elas dão a dimensão do que nós somos, dessa trajetória histórica, deste conteúdo político, mas que nós não podemos nos limitar a identidade. Não podemos transformar isso em coisas estanques que nos isolem. Eu sou mulher negra, eu tenho um lugar. Eu sou mulher negra do candomblé, então eu não posso me associar a mulher negra católica, entende? Se a gente fragmentar também demais na nossa identidade, a gente se perde nas especificidades a gente perde também a visão do todo. Porque nós somos negros, de partido diferente, de mulheres que não tem partido, mas nós estamos submetidas a uma mesma lógica de opressão. Porque nós temos que ter capacidade de estabelecer alianças que nos fortaleçam, que nos deem condições de enfrentar os obstáculos com mais eficiência. Tem até aquele provérbio africano “um pauzinho sozinho ele é fácil de quebrar, mas quando você junta um maço ele fica inquebrantável” (OLÍVIA SANTANA)*

Em vista disso, chegamos à conclusão de que muitas vezes, a definição da identidade e da diferença se apresenta como um objeto de disputa entre membros até mesmo do mesmo grupo. Isto tem resultado em relações internas conflituosas e passagens



marcadas por desentendimentos para estes sujeitos que fragilizam bastante as relações, dificultando a retomada da proposta inicial, de promover um enfrentamento em bloco ao sistema de opressão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tentar registrar as considerações finais desta pesquisa percebo o leque de possibilidades novas e reflexões que ainda poderiam ser incorporadas para o enriquecimento do tema estudado. Esta constatação me arrasta a um misto de ansiedade e insegurança, a sensação de que mais poderia ter sido adicionado, mais autores, mais textos, e reflexões. Sentimentos estes que atribuo por um lado a própria maturidade construída no decorrer do trabalho de campo e por outro ao próprio dinamismo que está associado ao protagonismo das mulheres negras como sujeito político no processo de participação política pela inclusão deste segmento nos espaços de representação na sociedade brasileira.

Mesmo com a visível ampliação dos estudos no campo de raça e gênero no Brasil, instigou-me bastante a constatação de que existem pouquíssimas produções de estudos acadêmicos envolvendo as experiências destes sujeitos no âmbito da política, especificamente os que entrecruzem estas com outros marcadores sociais. Este estudo, portanto, não teve a intenção de dar respostas, esgotar ou subsumir todas as possibilidades que possivelmente advirão de outras iniciativas analíticas sobre os dados ora expostos. Pretendeu-se apenas evidenciar, através de uma amostra delimitada, as possibilidades de ações dessas mulheres envolvendo o campo do gênero, sexualidade, classe social, religiosidade, dentre outras, assim como, podendo potencializar novas reflexões para a teoria feminista.

Assim sendo, entendo ser mais que necessário dar como concluída esta etapa da investigação, não a pesquisa do tema ora abordado, uma vez que este clama por mais e mais estudos e reflexões que destituam as representações estereotipadas acerca do protagonismo destas atrizes sociais, assim como pontuem os efeitos do racismo e sexismo sobre a vida cotidiana dessas mulheres no cenário político formal. Afinal, na teoria feminista brasileira, estes fenômenos ainda são pouco conhecidos, investigados e entendidos, carecendo de pesquisas que envolvam este protagonismo na política.

A pesquisa de campo realizada entre 2012 e 2013 forneceu dados que possibilitaram uma visão mais ampla das implicações das identidades na trajetória política de candidatas negras envolvidas no processo de disputas pelo poder formal na cidade de Salvador. Conforme sinalizado na introdução, esta dissertação se propôs a responder a seguinte questão: como se dão as implicações sociopolíticas, de acesso ao poder, destas

experiências com a opressão na identidade feminina destas mulheres negras que concorreram a uma vaga da Câmara Municipal de Salvador, nos pleitos de 2008 e 2012?

Chegamos à constatação de que as formas de inserção e as práticas políticas não constituem conjuntos iguais para todas as mulheres negras inseridas no contexto de disputas políticas como candidatas. Foi possível observar que elas apresentam formas distintas de inserção no cenário político. Tiveram a sua ação social e política delineada por “elementos que foram lidos, vivenciados, percebidos, representados socialmente e forjados de formas diferentes para cada grupo” e, inclusive, estas são, em sua totalidade, pinçada a partir do reconhecimento da potencialidade desta trajetória no enfrentamento às inúmeras formas de desigualdades, exclusão e subordinação, assim como da sua inserção nas lutas por autonomia individual e coletiva. (MESQUITA, 2013, p. 130)

Assim, analisar a trajetória política de mulheres negras que participaram dos sufrágios em Salvador consistiu em uma tentativa de desvendar um pouco mais da história das mulheres negras que trilharam pelos caminhos da democracia representativa como candidatas. Um modo de explicitar dentro deste processo as diferenças intragênero, no sentido proposto por feministas negras, especialmente as brasileiras, as quais têm enfatizado que, no processo de discussão sobre a distribuição dos privilégios na sociedade, as diferenças existentes entre as próprias mulheres não podem mais ser reduzidas, atribuídas às questões de gênero ou tratadas unicamente nesta perspectiva.

Foram também objeto de discussão, neste estudo, os conceitos de raça, gênero, sexualidade, classe social e religiosidade a partir da interseccionalidade, por entender que é desta maneira que estes se articulam no contexto das relações sociais para produzir e legitimar a ideologia que serve como assoalho para a exclusão feminina dos espaços de poder político.

Quanto à forma de inserção na política formal e as suas impressões acerca de como se dão os processos de disputa foram objeto de análise no terceiro capítulo, onde ficaram explícitas as múltiplas formas em que acontecem. Com o cruzamento dos relatos foi possível reconstituir as práticas e estratégias utilizadas por estas atrizes políticas para contrapor a dialética vivida na cidade de Salvador, assim como suas percepções acerca do processo de disputas políticas e seu contexto histórico e social como consequência dos vínculos de pertencimento, dentre os quais o partidário.

Finalmente, discuti, ainda, se a partir de tantas diferenças é possível inferir, no caso das disputas políticas locais, que uma das implicações seria o fato destas identidades

imbricadas na vida destas mulheres dificultarem ou impedirem a sua participação no agenciamento e unidade de agendas no campo político para suplantar as exclusões pontuadas historicamente como resultantes da hegemonia masculina.

A trajetória de mulheres negras candidatas na política eleitoral é para ser compreendida. E foi isso que eu me permiti ao longo desse processo. Seus modos de pensar e agir, assim como suas dúvidas, certezas e crenças expressam, por si sós, o acúmulo apreendido por essas mulheres ao longo da caminhada, o qual se traduz em valores e conhecimentos brotados desse protagonismo na contemporaneidade. Não existem signos que revelem com tamanha riqueza esse conhecimento que seus próprios discursos e práticas.

O conteúdo desse discurso revela o que se buscava desde o começo deste processo. Do meu processo pessoal enquanto militante política, companheira nessa jornada pela inclusão das mulheres nos espaços de poder político. O conteúdo dessas falas confirma a descoberta de que tanto o racismo como o sexismo dificultam este acesso, bem como é possível a sororidade das mulheres neste processo, na medida em que estas tomam consciência desta opressão.

Diante desta realidade posta, a noção de “sororidade” ou irmandade entre estes sujeitos revela a complexa relação entre a ocultação das diferenças e desigualdades presentes entre as mulheres e a possibilidade de forjar agenciamento destas mulheres. Este quadro me deu pistas que agendas comuns de coalizão têm sido acionadas por estas mulheres para um enfrentamento mais radical às estruturas de opressão presentes no modelo social adotado pelo Estado brasileiro.

De fato, é possível estabelecer uma unidade entre sujeitos excluídos, na medida em que esses consigam identificar quem é o seu algoz: quem os oprime. É a partir desta tomada de consciência, como resultado de um processo dialógico que problematiza dialeticamente a realidade, que tem sido possível a construção de uma unidade entre as mulheres negras. Na verdade, como bem salienta Freire (1970) não há nenhuma possibilidade de transformação social-política que não tenha como ponto de partida uma tomada de consciência prévia da sua condição de oprimido.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*.
- ALVES, J. E. D. A mulher na Política e a Política de Cotas. Brasil. 2004 Disponível em: HYPERLINK.
- [http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br/pdf/Legislativo/A\\_Mulher\\_na\\_Política\\_e\\_a\\_Política\\_de\\_Cotas.pdf](http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br/pdf/Legislativo/A_Mulher_na_Política_e_a_Política_de_Cotas.pdf). Acessado em 13/11/2007.
- ARAÚJO, Clara. & ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, p. 535 a 577, 2007.
- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, número especial, p. 203-216, 2. sem. 1994.
- ARAÚJO, Clara. As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais. *Dados*, 44 (1) p. 155-195, 2001.
- ARAÚJO, Clara. *Cidadania Incompleta: O Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres Brasileiras*. Rio de Janeiro; UFRJ, 1999. (Tese de Doutorado em Sociologia)
- ARENDT, Hanna. *Da Condição Humana*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1981.
- AZEREDO, Sandra. *Preconceito Contra a “mulher”*: diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, p. 42-61, 2006.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BATALLA Guillerme Bonfil. *La Teoría del Control Cultural en la Estudio de Procesos Étnicos*. Papilos de la Casa Chata, México: Antropologia, UNAM 9:105-24, 1972
- PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. 1993, São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, São Paulo, 1993.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. fatos e mitos. São Paulo: DIFEL, 1970.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo. A experiência vivida*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- BENTES, Nilma. *Negritando*. Belém: Grafites, 1993.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. In: *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ- PPCIS/UERJ. Vol. 3, nº. 2, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BORDIEU, Pierre. *A representação política*. Elementos para uma teoria do campo Programa Nacional de Apoio à Pesquisa - FBN/MinC político”. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1986.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.
- BRITO, Benilda Regina Paiva. Mulher, Negra e Pobre: a tripla discriminação. In. *Teoria e Debate*, p. 19-23, ano 10, nº 36 out/nov/dez, 1997.

- BROWN, Josefina. Derechos, ciudadanía y mujeres en Argentina. *Política y Cultura*, pp. 111-125, núm. 21, primavera, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, México, 2004.
- CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese de doutoramento em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), NEIM/UFBA, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In. *Revista Estudos Feminista*, Florianópolis: UFSC, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. In. *Revista Estudos Feminista*, Florianópolis: UFSC, 1995.
- CARNEIRO, Sueli. Prefácio. In. RATTIS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto kuanza, 2007.
- CARNEIRO, Suely. Gênero, Raça e Ascensão Social, *Estudos Feministas*, v. 2, 1995.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.
- CONCEIÇÃO, Fernando. *Como fazer amor com um negro sem se cansar*. E outros textos para o debate contemporâneo da luta antirracista no Brasil. São Paulo: Terceira Margem, 2005.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. (Coleção Bahianas 2).
- COSTA, Ana Alice y BRANDÃO, Jaciara Sena. (2000) Feminismo na Bahia. A Federação Bahiana Pelo Progresso Feminino no contexto da Revolução de 1930, em Motta, Alda; Sardenberg, Cecília e Gomes, Márcia (org). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA. Coleção Bahianas, p.153-165.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revistas Estudos Feministas*: Florianópolis, semestre 1, 2002.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças*. In: Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- DIETZ, Mary G. O contexto é o que conta: Feminismo e teorias da cidadania. *Debate Feminista*. (Nº Especial). México, 2001.
- DIETZ, Mary G. Cidadania com cara feminista. *Debate Feminista* (Nº especial). México, 2001.
- DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In. FREITAS. Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Novas Subjetividades na Pesquisa histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. In. *Revista Estudos Feminista*: Florianópolis, Vol. 2, Nº 2, 1994.
- DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo, vol. 12, nº 23, Niterói, 2009.

- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.) Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2006.
- ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public man, private woman*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-representação da mulher negra na literatura brasileira. In: *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*. Ano I, nº 1, agosto, 2005.
- FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um estudo da revolução feminista*. New York: Bantam, 1970.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: os usos dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. Petrópolis: Vozes, 1980.
- GOMES, Nilma Lino. *Sem Perder a Raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Editora: LTC – Livros técnicos e Científicos. Rio de Janeiro. 1989.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: [http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626\\_racismo\\_e\\_anti\\_racismo.pdf](http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_racismo_e_anti_racismo.pdf)
- GUIMARÃES Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: FAPESP; Ed. 34, 2002.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós- modernidade. Tradução: Tomás Tadeu da Silva e Guacira L. Louro. DP&A editora, 2.ªed. 1998.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Brasília: UNESCO, 2003.
- HARAWAY, D.. O Humano numa Paisagem a Pós-humanista. *Estudos Feministas*. Vol.1, nº 2, 1993.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* 22 p. 201-246, 2004. (disponível no scielo)
- HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: BARTRA, Eli. (Org.). *Debates em torno a uma metodologia feminista*. México. DF: UNAM, 1988.
- HARDING, Sandra. Ciencia y feminismo. Madrid: Morada, 1996. hooks, bell. Alisando o nosso cabelo. *Revista Gazeta de Cuba - Unión de escritores y artista de Cuba*. Havana, jan-fev. Disponível em:

- <[http://www.lppuerj.net/olped/AcoesAfirmativas/exibir\\_opiniaio.asp?codnoticias =9495i](http://www.lppuerj.net/olped/AcoesAfirmativas/exibir_opiniaio.asp?codnoticias =9495i)>. Acesso em 9 jan 2012.
- HITA, Maria Gabriela. Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sujeitos. *Lua Nova*, n. 43, p.109-131, 1998.
- hooks, bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn (Org.). *O Livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006.
- hooks, bell. *Ain't I a woman: black women and feminism*. Boston: South End Press, 1981.
- hooks, bell. Intelectuais negras: *Revista Estudos Feministas* (2) 1995. p. 464-478.
- KYMLICKA, W. *Ciudadanía multicultural: una teoría liberal de los derechos de las minorías*. Madrid: Paidós, 1995.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LAMAS, M.. La antropología feminista y la categoría de género. *Nueva Antropología*, 1986.
- LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LAURETIS, Teresa A. de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994
- LERNER, G.. *El origen del patriarcado*. Barcelona: Ed. Critica. idas em los Espacios Públicos y Privados. (cap. 3 – Dos variables analítica consciência de classe, consciência de gênero) Málaga: ATENEA (Estudios sobre Mujer), 1993.
- LOBO, Elizabete Souza. Mulheres, feminismo e novas praticas sociais. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1987.
- LORDE, Audre. Las herramientas del amo nunca desmontan la casa del amo. In: \_\_\_\_\_. *La hermana, la extranjera*. Madrid: Horas y Horas, 2003. p. 115-120.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-34.
- MACKINNON, Catharine A. *El Estado Liberal. Hacia una teoría feminista del Estado*. Madri: Ediciones Cátedra/Universitat de València/Instituto de La Mujer, capítulo VIII, p. 277-303, 1989.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.
- MILLET, Kate. *A política sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1969.
- MINELLA, Luzinete S. A contribuição da Revista Estudos Feministas para o debate sobre gênero e feminismo. *Estudos Feministas*, 12 (N.E.), p. 223-243, set/dez, 2004.
- MOUFFE, Chantal. *Feminismo, cidadania e política democrática radical*. Trad. Hortensia Moreno. Debate Feminista, Brasil, México, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), 1999a.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos Penesb* Rio de Janeiro, nº 5, p. 15 – 34, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio Da Cor: Identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*, Brasília: Universidade de Brasília, v. 8, n.1-2, p. 47-84, 2002.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. Quem tem medo de Foucault? Feminismo, corpo e sexualidade. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau editora, 2000.



- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, jul./dez. 2000.
- OLIVEIRA, C. L. P. O negro e o poder no Brasil: uma proposta de agenda de pesquisa. *CADERNO CRH*, Salvador, n.36, p. 49-67, jan.- jun. 2002.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato sexual*. (Cap. 1 – Fazendo Contratos, Cap. 2- Confusões patriarcais e Cap. 3- O contrato, o individuo e a escravidão). Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.
- PATEMAN, Carole. Críticas Feministas a la dicotomía público/privado. In CASTELLS, Carme. *Perspectivas Feministas em Teoría Política*, Buenos Aries: Ediciones Paidós Ibérica, 1996.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, v. 24, nº 1, 2005.
- PEDRO, Joana Maria. SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2007.
- PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, A.C., BEZERRA, H.G., LUCA, T.R. (orgs.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.
- PERROT, Michelle et al. A história das mulheres; cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Tradução Rachel Soihet, Suely Gomes Costa e Rosana Soares. *Revista Gênero*, Niterói, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG), v. 2, n. 1, p. 7-30, 2. sem. 2001. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia\\_das\\_mulheres\\_nuteg.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia_das_mulheres_nuteg.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2010.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESSANHA, José Américo Motta. Cultura como ruptura. In: BORNHEIM, G. et al. *Cultura Brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Zahar-Funarte, 1987.
- PETIT, Cristina Molina. Elementos para una dialectica feminista de la Ilustración. In: AMORÓS, Célia (Org.). *Actas del Seminario Permanente Feminismo e Ilustración 1988-1992*. IIF/Universidad Complutense de MADRID. 1993.
- PHILLIPS, Anne. Las pretenciones universales del pensamiento político. In. BARRET, M e PHILLIPS, A. (Comp.) *Desestabilizar la teoria*. Debates feministas contemporáneos. México: PUEG/UNAM. 2002. pp. 203-222
- PINTO, Celi Jardim. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleith; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2003.
- PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, São Paulo, 1993.
- PINTO, Elisabete Aparecida. A saúde mental da população negra: uma breve reflexão a partir da experiência com grupos de auto-ajuda. In. *O Livro da Saúde das Mulheres Negra: nossos passos vêm de longe*. Org. Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White. Rio de Janeiro: PALLAS: Criola, 2000.
- PISCITELLI, Adriana G. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 1, p. 149-173, 1993.
- PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

- POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el Estado Capitalista*. México: Siglo XXI, 1970.
- RABAY, Glória. *Mulher e Participação Política Partidária na Paraíba*. In RABAY, G. (org) *Anais do IV Encontro da Rede Regional Norte Nordeste de Núcleos de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero*. João Pessoa: UFPB/EDU, 1996.
- RAGO, Margareth. *Epistemologia Feminista, Gênero e História*. MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- RAGO, Luzia Margareth. Entre o feminismo e o anarquismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri, 04/2012, *Verve Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária Pepsocs Puc Sp*, Vol. 21, p.54-77, São Paulo, SP, Brasil, 2012.
- RAGO, Luzia Margareth. *Entre a História e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo. Ed. Unesp, 2001.
- RAWLS, J., *A Theory of Justice*, Harvard University Press, Cambridge, 1971, pp. 101-104; Young, I. M., op. cit., pág. 337.
- RIBEIRO, Elanir de M. “A presença da mulher negra nas propagandas políticas, na câmara municipal e na assembléia legislativa do Rio de Janeiro” (Monografia de graduação) Mimeo UERJ / IFCH Rio de Janeiro, 2004.
- RIBEIRO, Elanir de M.. *Representação Política Negra e Feminina: Candidatas negras em eleições no Rio de Janeiro (2002-2006)*. 2008. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-457, 2. sem. 1995.
- RIBEIRO, Matilde. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. In: BORBA, Angela; GODINHO, Tatau; FARIA, Nalu. (Orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 189-209. Disponível em: <[http://www.fpa.org.br/uploads/Mulher\\_e\\_politica.pdf](http://www.fpa.org.br/uploads/Mulher_e_politica.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHIRE, Louise. (Orgs.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. (Coleção O Mundo, Hoje).
- SARDA, Amparo Moreno. Em torno al androcentrismo em la historia. In: *Cuadernos inacabados*. El arquétipo viril protagonista de La história. Exercícios de lecturas no androcentricas. Barcelona: La Sal, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In. COSTA. Albertina de Oliveira. BRUSCHINI. Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Pedagogias feministas: uma introdução. In: BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara. Campos de; MENEZES, A. Mesquita. *Violências contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMS na região Centro-Oeste*. Brasília: AGENDE, 2004, p. 21-34.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*, São Paulo: Graal, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCAVONE, L. *Dar a Vida e Cuidar da Vida: Feminismo e ciências sociais*, São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Recife: SOS: Corpo e Cidadania, 1994.

- SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara C. S.; RAMOS, Tânia Regina O. (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.
- SHOHAT, Ella. Estudos de área, estudos de gênero e as cartografias do conhecimento. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004.
- SOARES, Vera. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, Ano 2, jul./dez. 1994.
- SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu. & GODINHO, Tatau. (orgs). *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni Mesquita. MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetória e perspectiva na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- SOUKI, Lea Guimarães. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. *Civitas*, Porto Alegre, v. 6 n. 1 jan.-jun. 2006 p. 39-58.
- SOUZA, Neusa dos Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 101-119, 1991.
- TOURAINÉ, Alain. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996.
- TABAK, Fanny. Representação Política e Prática Democrática. In: Eleonora Menicucci de Oliveira (Org.), *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Brasil: C.N.D.M, 1987.
- TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.
- VALENTE, Virgínia Vargas. "Una reflexión feminista de la ciudadanía". *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 170-190, 2º Semestre, 2000.
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 1, mar- jun 2010. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>. Acesso em: 23 Abr. 2011.
- VIGOYAS, Mara Viveiros. El concepto de gênero y sus avatares: Interrogantes em torno a algunas viejas y nuevas controversias. In: BENAVIDES, Carmen Millán de; MESA, Ángela Maria Estrada (Org.). *Pensar (em) gênero: teoria y práctica para nuevas cartografías del corpo*. Bogotá: Editorial Javeriana, 2004.
- YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, n. 67, 2006.

# ANEXOS

## ANEXO A

### AS DEPOENTES



<sup>58</sup> <http://tiaeron.wordpress.com/author/tiaeron/page/14/>. Acessado em 23/03/2014

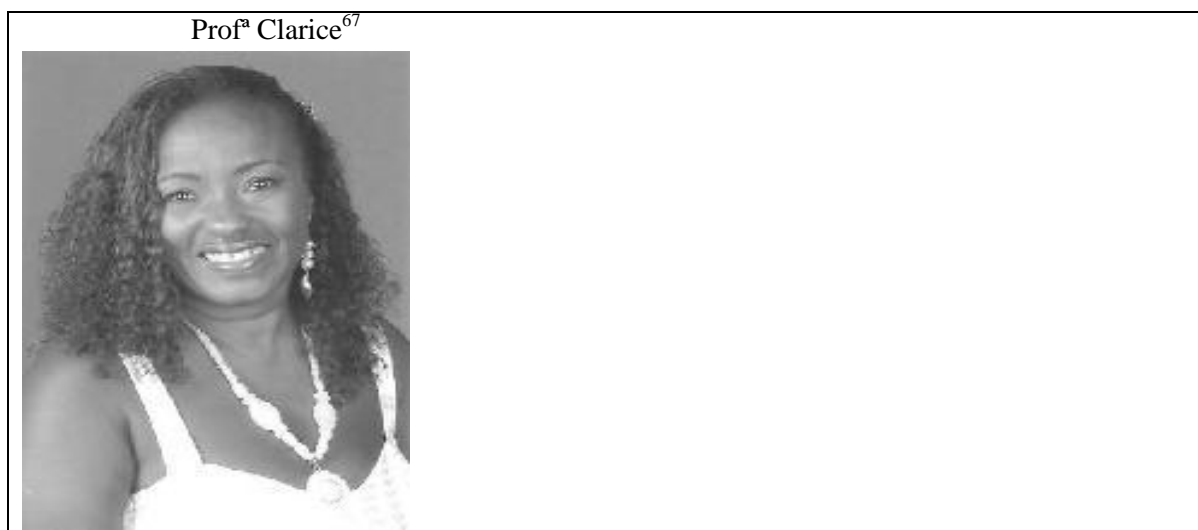
<sup>59</sup> <http://blogpracatum.blogspot.com.br/2011/06/380-novos-jovens-profissionais-da.html>. Acessado em 23/03/2014

<sup>60</sup> [http://www.cms.ba.gov.br/ouvidoria\\_ouvidora.aspx](http://www.cms.ba.gov.br/ouvidoria_ouvidora.aspx). Acessado em 23/03/2014

<sup>61</sup> <http://tvdoservidorpublico.com/afrodescendentes-baianos-sao-exemplo-de-luta-pela-reparacao/>. Acessado em 23/03/2014

<sup>62</sup> [http://www.cms.ba.gov.br/vereadores\\_site.aspx?id=18](http://www.cms.ba.gov.br/vereadores_site.aspx?id=18). Acessado em 23/03/2014

<sup>63</sup> <http://www.adpeb.com.br/noticias/exibir/381>. Acessado em 23/03/2014



<sup>64</sup><http://maisbahia.com.br/index.php/2013/08/nilza-barbosa-a-professora-que-transformou-a-dificuldade-em-oportunidade/>. Acessado em 08/11/2013

<sup>65</sup>[http://marifuxico.blogspot.com.br/2014\\_01\\_23\\_archive.html](http://marifuxico.blogspot.com.br/2014_01_23_archive.html). Acessado em 23/01/2014

<sup>66</sup><http://www.doistercos.com.br/comunidade-gay-entra-com-forca-na-briga-pelas-eleicoes-2012/>. Acessado em 23/03/2014.

<sup>67</sup><http://www.eleicoes2012.info/professora-clarice/>. Acessado em 23/03/2014.

ANEXO F  
MATERIAL DE CAMPANHA

TIA ERON<sup>68</sup>



ALADILCE<sup>69</sup>



<sup>68</sup> <http://tiaeron.wordpress.com/2012/07/06/comecou-a-campanha-tia-eron-10123-salvador-no-coracao/>.  
Acessado em 29/04/2014.

<sup>69</sup> <http://aladilce6564.wordpress.com/about/>. Acessado em 29/04/2014.

**MARTA RODRIGUES** <sup>70</sup>**CREUZA OLIVEIRA** <sup>71</sup>**PROF<sup>a</sup> NILZA** <sup>72</sup>

Creuza Oliveira durante a cerimônia em que recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2011.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> <http://martarodriguespt.blogspot.com.br/>. Acessado em 29/04/2014.

<sup>71</sup> <https://www.facebook.com/curtaCreuza/posts/133771246763391>. Acessado em 29/04/2014.

<sup>72</sup> <https://www.facebook.com/profanilza>. Acessado em 29/04/2014.

<sup>73</sup> <http://mundoafro.atarde.uol.com.br/?tag=trabalhadoras-domesticas>. Acessado em 29/07/2012.





XXXXXXXXXXXXX<sup>74</sup>



<sup>74</sup> <http://fundacaoverde.org.br/tags/salvador/>. Acessado em 22/07/2014.

## ANEXO B

### BIOGRAFIA DE CANDIDATAS NEGRAS MULHERES CANDIDATAS AO CARGO DE VEREADORAS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL

**Eronildes Vasconcelos Carvalho** - Tia Eron, é natural de Salvador/BA, foi criada na Avenida Vasco da Gama (Vila América) e nasceu em 02 de junho de 1972. Filha de Eronilha França Lima, dona de casa, e José Alexandrino Vasconcelos, bombeiro hidráulico. Casada durante dezessete anos com Eduardo Martins Carvalho, ficou viúva ainda muito jovem, aos 36 anos de idade, com quem teve um casal de filhos. É evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD. É formada em Direito e está na quarta legislatura como vereadora de Salvador/BA, inicialmente pelo DEM – Partido Democrático e agora pelo PRB – Partido Republicano Brasileiro, onde preside a Comissão dos Direitos da Mulher da Câmara.

**Maria Olívia Santana** - nasceu no dia 25 de março de 1967, em uma invasão chamada Alto de Ondina, em Salvador/BA. Filha de Maria José Santana e Manoel Ricardo Santana, ela uma empregada doméstica e lavadeira e ele marceneiro. Olívia pilheria; “Eu sou filha da outra,... fui criada por minha mãe”. Vem do movimento de juventude espírita, da Federação Espírita e do Cavaleiro da Luz e do Centro Espírita de Arapiraca. É pedagoga e atuou como vereadora de Salvador pelo PC do B, por dez anos. Integra o Fórum das Mulheres Negras, o Conselho de Promoção da Igualdade Racial (CNPRI) e é presidenta Municipal do PC do B. Foi Secretária Municipal de Educação de Salvador. Em 2004, disputou e venceu, com a maior votação dentro da coligação PT/PC do B/PV, como primeira colocada, o cargo de vereadora de Salvador. Em fevereiro de 2006, licenciou-se do cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura, para disputar como candidata a deputada federal na coligação PT/PC do B/PTB/PRB. Não foi eleita, mas teve 45.803 votos, desses 37 mil em Salvador. Atualmente assumi a chefia de gabinete da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

**Maria Aladilce de Souza** - é natural de Nova Soure, no interior da Bahia, e nasceu no dia 6 de novembro de 1956. É filha de Euclides Ladislau de Souza e Maria Cândida de Souza. Solteira, tem um filho. Apesar de ter sido criada no seio da igreja católica, pois estudou em colégio de freira, não tem nenhuma religião definida. É enfermeira e mestre em

Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva. Servidora pública da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e professora da Escola de Enfermagem da UFBA. Foi dirigente do Comitê Distrital do Funcionalismo Público, dirigente do Comitê Municipal e da Direção Estadual do PCdoB. Faz parte da direção do Sindsaúde-BA. Está no seu terceiro mandato como vereadora de Salvador pelo PC do B, onde assumi a ouvidoria-geral.

**Célia Oliveira de Jesus Sacramento** – nasceu em São Paulo, em 28 de julho de 1967. É filha de Antonio Oliveira de Jesus, sapateiro e Antonia Oliveira de Jesus, auxiliar de serviços gerais. É divorciada e tem dois filhos. Atualmente, é vice-prefeita de Salvador pelo PV, por onde concorreu, também, outras duas eleições para vereadora de Salvador e deputada federal. É Contadora e Doutora em Engenharia de Produção. É professora licenciada da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana. Considera-se uma católica típica de Salvador porque foi batizada e seu padrinho é um padre que ela gosta muito, crismou e casou na igreja, mas tem também uma relação direta com a religião de matriz africana. Sua família tem uma Casa em Amado Bahia, onde estão todos assentos dos orixás dos seus descendentes. Eles cultuam Babá. O seu primeiro bori foi aos seis anos. O seu orixá é Ogum, orixá masculino, mas que tem uma parte feminina também que é Yansã.

**Marta Rodrigues Sousa de Brito Costa** – é natural de Aiquara, interior da Bahia, em 20 de junho de 1959. É filha de Zeferigo Rodrigues de Souza, Trabalhador rural e Maria Cerqueira Cruz, costureira. Quando criança frequentava a igreja católica, mas atualmente a religião que prática é o candomblé. Seus orixás são Oxum e Yansã. É separada e teve três filhos nessa união. É Professora, formou-se em Licenciatura em Letras, Pedagogia, com Especialização em Direitos Humanos e Gestão das Cidades. Foi eleita vereadora de Salvador, em 2008, como resultados de sua atuação na política sindical pelo Sindicato das Telecomunicações e do movimento em defesa dos direitos das mulheres. Na gestão do ex-prefeito João Henrique assumiu o cargo de Coordenadora das Administrações Regionais de Salvador - AR's. É uma das idealizadoras do projeto COI - Curso de Pré-vestibular para Afrodescendentes, no Subúrbio Ferroviário, em Plataforma. Assumiu, por dois momentos (2001 e 2008), como presidenta, o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores/Salvador. Na época em que a entrevistei cumpria seu primeiro mandato de vereadora de Salvador (2009 a 2012), líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara e vice-presidenta do Diretório Municipal do PT.

**Valquíria Barbosa** nasceu em 25 de abril 1942, no bairro da Liberdade, em Salvador/BA. É filha de Osvaldo Barbosa da Silva, mestre de obra e Cordélia Silva, uma lavadeira. É católica, solteira e tem uma filha de criação. Formou-se em Direito, exercendo a advocacia até ingressar no serviço público como Delegada de Polícia. É formada em Comunicação Social – Jornalismo, mestrado Profissional em Administração e poetisa. Foi presidenta da Associação dos Delegados de Polícia da Bahia e Vice-presidenta da Associação Nacional dos Delegados, servidora da Petrobrás e dirigente da ACADEPOL – Academia de Polícia Civil da Bahia. Atualmente é vice-presidenta do Esporte Clube Ipiranga – o amarelo e preto. É a primeira mulher a dirigir a Delegacia de Furtos e Roubos da Bahia.

**Nilza dos Santos Barbosa** – é natural de Candeias, interior da Bahia, onde nasceu em 11 de abril de 1951. É filha Antonio Pereira dos Santos Silva, ferroviário e Edite Pereira dos Santos, empregada doméstica. Professora, formada em Licenciatura em Letras com francês e idealizadora do projeto Troca de Livros e fundadora criação da ONG Centro Sociocultural Livro é Vida. Está viúva do seu primeiro marido, mas tem um companheiro, com o qual convive numa relação estável, há mais de dezesseis anos. Teve sete filhos e ajudou a criar uma filha de seu atual companheiro.

**Creuza Maria Oliveira** – é natural de Salvador/BA, embora tenha sido registrada como sendo natural de Santo Amaro da Purificação/BA. É filha de Maria do Patrocínio Oliveira, lavradora e Francisco Araujo, vendedor ambulante. É evangélica, sindicalista, fundou e dirigiu o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas (Sindoméstico) e é presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Em 2003, foi premiada pela revista Cláudia, na categoria Trabalho Social e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, por seu trabalho em defesa dos direitos dos trabalhadores/as domésticas.

**Edileusa Vida Bruno** – nasceu em 24 de dezembro de 1976, no bairro de P da Lima em Salvador/BA. Seu pai se chamava Pedro Gonçalves Vida, ele era maquinista de trem, na REFER S/A. É a caçula de dez filhos. Formou-se em História e é professora. É lésbica desde que se conheço como gente, ou seja, desde os sete anos de idade que se comporta como um menino. Atualmente está solteira, mas no período das eleições estava casada com uma mulher. Dos sete até os quinze anos de idade frequentava a igreja Adventista do Sétimo Dia. Não chegou a ser batizada. Hoje, ela diz que criou uma religião

só pra ela. O “candombuda”. Sua religião de matriz africana é o candomblé, mas ela, também, se afina muito com as filosofias budistas. Foi presidente da UMES – União Municipal e Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, dirigente da ABES – Associação Brasileira dos Estudantes Secundaristas. É coordenadora de comunicação do Comitê Internacional, do Fórum Social Mundial.

**Clarice Pereira dos Santos** – nasceu em 09 de dezembro de 1961, no Nordeste de Amaralina, bairro de Salvador/BA. Filha de Pecílio José dos Santos, carpinteiro e Etelinda Pereira dos Santos, dona de casa. Formada em Pedagogia e com Especialização em História Social, é professora da Rede Pública Municipal. Considera-se uma Católica atoa porque nasceu no Catolicismo, mas frequenta mesmo é a religião de Matriz Africana – o Candomblé. Ainda não é feita porque está requer muito compromisso e algumas abstinências. É solteira e não tem filhos. É membro da Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina. Militante sindical da APLB e do Diretório Municipal do PC do B.

**ANEXO C**  
**PARTIDOS POLÍTICOS REGISTRADOS NO TSE**

ITEM	SIGLA	NOME	Nº
1	PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	15
2	PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	14
3	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12
4	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	13
5	DEM	DEMOCRATAS	25
6	PC do B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65
7	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40
8	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	45
9	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	36
10	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	20
11	PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	33
12	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	44
13	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23
14	PV	PARTIDO VERDE	43
15	PT do B	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	70

16	PP	PARTIDO PROGRESSISTA	11
17	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16
18	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21
19	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	28
20	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	31
21	PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	27
22	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	29
23	PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	19
24	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	17
25	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	10
26	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	50
27	PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	22

FONTE:

\* Não foi identificada a vertente do partido, uma vez que os próprios não se identificaram quanto

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados coletados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) 04/11/2008.

## ANEXO D ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER – NEIM  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Aras

**Método: Entrevista Semi-Estruturada**  
**Salvador - Bahia, 29/08/2013**

### **BLOCO I - TRAJETÓRIA DE VIDA E ENGAJAMENTO NA POLÍTICA**

Gostaria inicialmente que relatasse como você se vê dentro da política formal representativa?

Fale um pouco do início do seu engajamento antes do seu ingresso na vida política formal? Como ela se estabelece?

Relate um pouco da sua relação familiar, seu modo de viver com seus pais, irmãos/as, marido, filhos/as e pessoas próximas.

Qual o significado da entrada das mulheres na vida política?

Como deu de fato a ideia de você assumir uma representação política?

Em que ano você chega ao Partido Político? Quais os caminhos para sua chegada à entidade?

De que forma os partidos políticos concebem a participação das mulheres?

Você ainda faz parte deste Partido? Se não qual o período de sua saída? Quais os aspectos mais significativos para sua saída?

Como é sua relação no partido político?

Qual o período de sua militância neste Partido? Quais os aspectos mais significativos para sua entrada/permanência nesta organização?

Avalie sua trajetória dentro da política.

Quais as implicações desta escolha?

## **BLOCO II - EXPERIÊNCIA DENTRO DA POLÍTICA FORMAL**

Como se dava a relação entre as militantes junto aos homens do Partido?

Havia práticas sexistas na organização? Você teve conhecimento ou presenciou/vivenciou alguma experiência neste sentido? Se sim, relate e/ou dê algum exemplo?

Sobre a direção da organização, como se estabelecia a escolha da direção geral da do partido? Alguma mulher dirigiu a organização? Como se deu essa escolha?

A partir de quais experiências algumas mulheres começam a pensar e/ou questionar nos partidos as especificidades em torno das desigualdades de gênero? E de raça? Qual sua percepção sobre esses debates?

Quando e como as mulheres do seu partido estabelecem uma discussão sobre as intersecções entre as categorias de gênero e raça dentro da política? E do partido?

Quais as principais demandas incorporadas na sua plataforma política de campanha? Tem entre as demandas prioritárias alguma que se refira a perspectiva etnicorracial e de gênero?

Como surgiu o seu slogan de campanha? E por que resolveu empunhar estas bandeiras?

Como concebe a presença das mulheres nos espaços da política formal cuja predominância é masculina?

O que pensa dos estereótipos relacionados ao corpo e a sexualidade da mulher negra no âmbito das disputas pelo poder político-eleitoral?

Que argumentos você utilizou para abordar e convencer as organizações (partidos, igrejas, sindicatos, etc.) a abraçarem e defenderem a sua candidatura?

Como estas organizações contribuíram com a sua campanha?

Quais foram as dificuldades enfrentadas pela sua campanha?

Quais os estereótipos mais recorrentes associados a mulher negras no âmbito das disputas político-eleitoral?

Em que bairros da cidade de Salvador e em qual/ais segmentos era mais forte a sua campanha para vereadora e por qual motivo?

## **BLOCO III - AVALIAÇÃO DA TRAJETÓRIA DENTRO DA POLÍTICA/ E A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS**

O que para você é ser mulher a partir da experiência racial?

O que é ser mulher negra na política?

Existe um acúmulo de discriminações sobre às mulheres negras? Qual sua percepção sobre essa discussão.

Podemos falar da existência de um movimento e/ou organização de mulheres negras na cidade de Salvador? Se sim, em que sentido percebe está organização?

Existem perspectivas afins, agendas parecidas entre o seu partido e o Movimento de Mulheres Negras em Salvador?

Qual o papel do Estado (Federal, estadual e municipal) nesse contexto de uma agenda política para que haja mais mulheres negras nos espaços de poder? E no poder político formal?

Quais os desafios para construção da história que conte o protagonismo político das mulheres negras?

Quais os aspectos que obstaculizam e/ou tornam complexos para construção dessa história. Quais as principais experiências retiradas dos encontros, fórum, reuniões, etc. para estruturação de um movimento específico de mulheres em Salvador? E de mulheres negras?

Como está pautada a agenda do seu partido em relação às mulheres negras em Salvador dentro de sua política de intervenção? Existem mudanças significativas neste início de milênio?

Como podemos pensar num projeto comum para a organização do movimento de mulheres negras em Salvador?

A partir de quais perspectivas podemos pensar a mulher negra para a organização da sociedade?

Quais são as bandeiras políticas prioritárias numa perspectiva etnicorracial e de gênero?



## ANEXO E

## QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
 NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER – NEIM  
 Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Aras  
 Salvador - Bahia, 2013

**PESQUISA SOBRE MULHERES NEGRAS BAIANAS CANDIDATAS A CÂMARA DE VEREADORES DE SALVADOR - BAHIA**

Nome da Candidata: \_\_\_\_\_  
 Partido Político: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Telefone/email: \_\_\_\_\_

1. Você gostaria de participar desse estudo sobre a trajetória política de mulheres negras candidatas às eleições de Salvador em 2008 e 2012, no intuito de averiguar como se dão as implicações sociopolíticas de acesso ou não ao poder para mulheres negras que participaram destes processos?

Sim ( ) Não ( )

2. Idade:  
 18 a 25 anos ( )      26 a 35 anos ( )      36 a 45 anos ( )      46 a 55 anos ( )  
 56 a 65 anos ( )      Acima de 66 anos ( ) ns/nr ( )

3. Seguindo a classificação do IBGE, qual é a sua cor?  
 Preta( ) Parda( ) Branca( ) Amarela( ) Vermelha ( )

4. Ainda seguindo a classificação do IBGE, qual é a sua raça?  
 Negra( ) Branca( ) Indígena( ) Cigana( ) Outra ( ) \_\_\_\_\_

5. Já sentiu ou foi discriminada por ser mulher?  
 Sim ( ) Não ( )

6. Já sentiu ou foi discriminada racialmente?  
 Sim ( ) Não ( )

7. Estado de Origem:  
 Bahia ( ) Outra ( ) \_\_\_\_\_ ns/nr ( )

8. Cidade de Origem:  
 Salvador/BA ( ) Outra ( ) \_\_\_\_\_ ns/nr ( )

9. No segundo caso a quanto tempo reside em Salvador?  
 + de 10 anos ( ) + de 20 anos ( ) + de 30 anos ( ) + de 40 anos ( )

10. O fato de não ter nascido na capital do estado se configurou em um obstáculo para a sua vida política?  
 Sim ( ) Não ( )

11. Em se tratando da primeira hipótese enumerar em ordem decrescente as dificuldades enfrentadas.

- 1) \_\_\_\_\_  
 2) \_\_\_\_\_  
 3) \_\_\_\_\_

12. Estado Civil:

Solteira ( ) Casada ( ) viúva ( ) Divorciada ( )  
 Desquitada ( ) Separada judicialmente ( )

13. Qual a idade do parceiro/a

18 a 25 anos ( ) 26 a 35 anos ( ) 36 a 45 anos ( )  
 46 a 55 anos ( ) 56 a 65 anos ( ) Acima de 66 anos ( ) ns/nr ( )

14. Quanto a sexualidade, define-se como?

Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Bissexual ( ) Lésbica ( ) Panssexual ( )  
 ns/nr ( ) Transexual ( )

15. Nº de filhos:

Não tem ( ) 1filho ( ) 2filhos ( ) 3 filhos ( )  
 4filhos ( ) + de 4 filhos ( )

16. Religião:

Católica ( ) Matriz Africana ( ) Evangélica ( )  
 Budista ( ) Muçulmana ( ) Outra ( )

17. Grau de Instrução:

1º Grau ( ) 2º Grau ( ) Graduação ( ) Pós-Graduação ( )  
 Outra ( ) \_\_\_\_\_

18. Profissão: \_\_\_\_\_

19. Qual a sua faixa salarial?

Até 1 SM ( ) + de 1 a 5 SM ( ) + de 5 a 10 SM ( ) + de 10 a 20 SM ( )  
 + de 20 SM ( )

20. Desde quando está filiada neste partido? 2008

Desde a sua criação ( ) \_\_\_\_\_  
 Anos 70 ( ) Anos 80 ( ) Anos 90 ( ) Anos 2000 ( ) Após 2010 ( )

21. Foi filiada a algum outro partido?

Não ( ) Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_

22. Que/ais motivo/os levaram a escolha deste partido?

---

23. Você teve ajuda financeira através de financiamento de campanha por parte do seu partido?

Sim ( ) Não ( )

24. No primeiro caso, quanto representou este financiamento em relação ao custo total de sua campanha?

- de 10% ( )                      Entre 11 e 25% ( )                      Entre 26 e 50% ( )  
Entre 51 e 75% ( )                      100% ( )

25. Como tem sido a sua participação política?

Militância partidária ( )                      Apenas como candidata ( )                      Grupos de Pressão ( )  
Outra forma de participação ( ) \_\_\_\_\_

26. No primeiro caso a militância está associada a algum grupo específico?

Não ( ) Sim ( ) Qual/ais? \_\_\_\_\_

27. Está vinculada a alguma associação?

Não ( ) Sim ( ) Qual/ais? \_\_\_\_\_

28. Na sua opinião, quais os três problemas mais sérios que preocupam as mulheres e que deveriam ser levantados pelas/os atuais representantes eleitas/os? (enumerar em ordem decrescente de importância)

- 1) \_\_\_\_\_  
2) \_\_\_\_\_  
3) \_\_\_\_\_

29. Acha que se aumentar o número de mulheres eleitas será mais fácil resolver esses problemas, ou é indiferente que sejam homens ou mulheres?

Sim ( ) Não ( )

Por que?

---



---



---

Agradeço a sua contribuição e afirmo que cresceremos bastante, nessa proposta de trabalho.

Maisa Maria Vale

Mestranda do PPGNEIM/[maisavale@hotmail.com](mailto:maisavale@hotmail.com)